

ANAIS

**VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

VII SEMPGeo



**VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL**

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

ISSN:2359-0785



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

ANAIS DO VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

“Admirável Mundo Novo: Geografia, Tecnologia e Sociedade”

Catálogo na Publicação:

Simone Godinho Maisonave - CRB 10/1733

S471a Seminário do Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Pelotas (7. : 2020 : Pelotas, RS)

Anais do VII Seminário do Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal de Pelotas [recurso eletrônico]
: Admirável mundo novo: geografia, tecnologia e sociedade. /
Comissão organizadora discente: Adriel Costa da Silva... [et al.] ;
Comissão organizadora docente: Adriano Luís Heck Simon, Erika
Collischonn, Maurício Meurer. – Pelotas : PPGeo/UFPel, 2020.
303p.

Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação
em Geografia, Universidade Federal de Pelotas, 19, 23 e 27 de
outubro de 2020.

ISSN: 2359-0785.

Acesso: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgeo/sempgeo/>

1. Geografia 2. Tecnologia 3. Pesquisa 4. Sociedade
5. Pós-Graduação I. Silva, Adriel Costa da... [et al.], (org.) II.
Simon, Adriano Luís Heck, org. III. Collischonn, Erika, org. IV.
Meurer, Maurício, org. V. Título

CDD 910

**As opiniões e conceitos emitidos, bem como a exatidão, adequação e procedência, as
citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores.**

7^a edição

Pelotas, 2020.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

COMISSÃO ORGANIZADORA DISCENTE:

Adriel Costa da Silva

Andréia Cezimbra Madruga

Angélica Garcia Gotuzzo

Bruna Ribeiro Vieira

Camila Tatiane Silveira Alves

Cintia Helenice Loper Aires

Demaicon Schimidt Peter

Fabiane Araújo Botelho

Gerson da Rocha Correa

Guilherme Augusto Cabreira

Jerusa Cassal de Almeida

Juliana Schwingel Broilo

Maiara Moreira Berdete

Marceli Teixeira dos Santos

Nathália Bonow

Raul Cunha Fiori

Tauana Apolo Ferreira

Valdirene Drehmer



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

COMISSÃO ORGANIZADORA DOCENTE:

Adriano Luís Heck Simon

Erika Collischonn

Maurício Meurer

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Adriano Luís Heck Simon

Adriel Costa da Silva

Amós Juvêncio Pereira de Moura

Ana Paula Melo da Silva

Angélica Garcia Gotuzzo

Camila Tatiane Alves

César Augusto Ferrari Martinez

Cintia Helenice Loper Aires

Edivania Aparecida Corrêa

Erika Collischonn

Gabriela Dambrós

Giancarla Salamoni

Giovana Mendes de Oliveira

Guilherme Augusto Cabreira

Jerusa Cassal de Almeida

Karen Duarte Ruzicki

Kevin Dutra Xavier

Lígia Cardoso Carlos



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Liz Cristiane Dias

Lucas Serpa da Silva

Luciano Martins da Rosa

Maiara Moreira Berdete

Marceli Teixeira dos Santos

Maria Regina Caetano Costa

Maurício Meurer

Moisés Ortemar Rehbein

Nathália Bonow

Robinson Santos Pinheiro

Rosangela Lurdes Spironello

Solange Otte Nörnberg

Tiaraju Salini Duarte



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPel

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

O evento tem apoio institucional de:

- Reitoria da UFPel e suas pró-reitorias;
- Instituto de Ciências Humanas (ICH);
- Departamento de Geografia (DeGeo) - UFPel.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

APRESENTAÇÃO

O seminário da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, (SEMPGEO) tem a honra de tornar público os artigos aprovados em sua sétima edição. Este ano, diante da situação atípica em razão da pandemia causada pela COVID-19, o SEMPGeo ocorreu de maneira *on line* pela primeira vez. O título do evento deste ano foi “**Admirável mundo novo: Geografia, Tecnologia e Sociedade**”. Dito isso, o SEMPGeo envolve o trabalho conjunto de discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (PPGEO/UFPe), e tem por objetivo promover o debate entorno da ciência geográfica para discutir as pesquisas em andamentos ou finalizadas a fim de proporcionar a expansão do pensamento geográfico. Assim sendo, o evento ocorreu no município de Pelotas/RS nos dias 19, 23 e 27 de outubro através do canal do PPGEO/UFPe no YouTube. Em vista disso, o evento este ano foi realizado em meio a adversidade e alcançou um público diversificado e nesta publicação é possível compreender de que maneira a Geografia vem sendo desenvolvida em diversas regiões do país. Os cinquenta e quatro artigos selecionados, nos convidam a repensar a Geografia em suas diferentes vertentes, seja na perspectiva do Ensino de Geografia, Produção do Espaço Urbano e Rural, e Análise Ambiental. Isto posto, os artigos foram avaliados por meio de *banners* digitais e compreendem artigos da graduação e pós-graduação em Geografia.

A comissão organizadora do VII SEMPGeo convida o (a) leitor (a) ampliar sua visão sobre esta ciência e conhecer o que está sendo pesquisado no momento. Agradecemos a todos que enviaram seus artigos contribuindo para o debate e discussão. Boa leitura a todos(as)!

Cordialmente,

Comissão organizadora do VII SEMPGeo

Pelotas, 22 de dezembro de 2020.



Sumário

Artigos Completos – Apresentação Banner digital

EIXO 1 – Ensino de Geografia

CARTOGRAFIA SOCIAL E ENSINO DE GEOGRAFIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS.....15

Alex Cavalheiro Moreira; Gabriela Dambrós

ESTRATÉGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM NOS ESTÁGIOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO: NARRATIVAS DE UMA PROFESSORA EM FORMAÇÃO.....20

Bruna Ribeiro Vieira; Liz Cristiane Dias

ESCOLAS MILITARIZADAS DE RORAIMA PARA QUEM? 25

Bruno Sobral Barrozo; Wagner da Silva Dias

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES: DOS DESDOBRAMENTOS ÀS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE 31

Camila Tatiane Silveira Alves; Lígia Cardoso Carlos

ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ESPACIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES 37

Carolina Borba dos Santos; Pedro Castilhos da Rosa; Liz Cristiane Dias

ORIENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS NAS SÉRIES INICIAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA II..... 42

Danielma Ferreira da Rocha; Efigênia Rocha Barreto da Silva

JOGOS ELETRÔNICOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: A RELEVÂNCIA DO ESTADO DA ARTE NA PESQUISA 47

Douglas Basilio da Silva; Clézio dos Santos

PORTFÓLIO DIGITAL WIX NO PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: ORGANIZAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E REFLEXÃO..... 52

Efigênia Rocha Barreto da Silva; Danielma Ferreira da Rocha



REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, À
LUZ DA REFORMA CURRICULAR NORMATIZADA PELA BNCC..... 57

Gabriel de Lima Germano; Ramon de Oliveira Bieco Braga; Clevisson Junior Pereira

PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ENSINO DE CARTOGRAFIA E
GEOGRAFIA PARA ESTUDANTES SURDOS 62

Giulia Gonçalves Arigoni Nicacio; Clézio dos Santos

PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE A PRAÇA SANTOS ANDRADE, EM
CURITIBA/PR: UMA DIDÁTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA URBANA..... 67

Henrique dos Santos Garcia; Gabriele Ewílin de Oliveira Ribas; Ramon de Oliveira Bieco
Braga

A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
GEOGRAFIA 71

Jerusa Cassal de Almeida; Liz Cristiane Dias

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA COMO EIXO DE PESQUISA:
ENFOQUES TEMÁTICOS E CONSENSOS EPISTEMOLÓGICOS..... 76

Juliana Schwingel Broilo; Liz Cristiane Dias

A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA FORA DA SALA DE AULA: QUAL GEOGRAFIA
SERVE AOS EDUCANDOS? 83

Karen Duarte Ruzicki; Lígia Cardoso Carlos

O USO DA GEOGRAFIA CULTURAL COMO PRÁTICA ESCOLAR: UMA
ABORDAGEM DO PIBID GEOGRAFIA/UFPEL..... 88

Laís Garcia Moreira; Rafael Martins Duarte; Liz Cristiane Dias

APRENDIZAGENS QUE DESENVOLVAM ESTRATÉGIAS AUTORREGULATÓRIAS:
PARA PENSAR A FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA..... 93

Maiara Moreira Berdete

O USO DE FOTOGRAFIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A PAISAGEM DO PARQUE PASSAÚNA EM CURITIBA, PARANÁ.....99

Matheus Andrade Jacob; Ramon de Oliveira Bieco Braga; Denecir de Almeida Dutra

ÁFRICA EM IMAGENS NA SALA DE AULA: UMA PROPOSTA DE ATIVIDADE DO
PIBID GEOGRAFIA..... 103



Pedro Castilhos da Rosa; Odlaner Terra Pereira; Liz Cristiane Dias

A IMPLANTAÇÃO DE ENCONTROS VIRTUAIS EM UM GRUPO DE ESTUDOS.....107

Rosa Maria da Silva; Adriany de Ávila Melo Sampaio

GEOGRAFIA: UMA CIÊNCIA VISUAL? A IMPORTÂNCIA DAS REPRESENTAÇÕES
PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA ESCOLAR111

Thays Zigante Furlan; Fernando Luiz de Paula Santil

O ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:
ENTRE DIFICULDADES E POSSIBILIDADES 117

Thomáz Augusto Sobral Pinho; Bárbara Gabrielly Silva Barbosa; Ítalo D'Artagnan Almeida

EIXO 2-Análise Ambiental

USO DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA NA CLIMATOLOGIA: UMA ANÁLISE DA
VARIABILIDADE DE PRECIPITAÇÃO NAS ENCOSTAS OCIDENTAIS DOS ANDES
..... 124

Aline Landim Moreira; Éder Leandro Maier Bayer

PANORAMA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO BIOMA
PAMPA BRASILEIRO..... 129

Ândrea L. de Oliveira LOPES; Adriano L. Heck Simon

MAPEAMENTO DO RISCO AMBIENTAL AO GRANIZO EM RIO GRANDE/RS
ATRAVÉS DE ANÁLISE MULTICRITÉRIO 135

Bruna Cavalcanti Gautério;Éder Leandro Bayer Maier

ANÁLISE DAS TÉCNICAS AUTOMÁTICA E SEMI-AUTOMÁTICA PARA
OBTENÇÃO DO MAPA DE DECLIVIDADE DA BACIA DE CAPTAÇÃO DA
CACHOEIRA PARAÍSO -PELOTAS/RS..... 142

Cassiely da Roza Pacheco; Adriano Luís Heck Simon

ATIVIDADE EÓLICA NA CRATERA HERSCHEL EM MARTE 148

Diego Dal Pozzolo dos Santos; Bernardo Sayão Pena e Souza

A LAGOA MIRIM: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO USO E
COBERTURA DA TERRA NA REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA DOCE SUL.....153

Fabiane Araújo Botelho; Erika Collischonn



TEMPERADO A TROPICAL - PROJEÇÕES CLIMÁTICAS NA CONTRAMÃO DA IDENTIDADE LOCAL	158
Guilherme Martins; Erika Collischonn	
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA NEBULOSIDADE E TEMPERATURA DA SUPERFÍCIE NA SUB-REGIÃO SUDOESTE DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA..	
.....	163
Jéssica Ribeiro do Carmo Santos; Antonio Jaschke Machado	
DENSIDADE DE OCORRÊNCIA DE CICLONES EXTRATROPICAIS NO BRASIL ENTRE 2000 A 2016	168
Maiquel Jantsch; Francisco Eliseu Aquino	
ANÁLISE DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE LAVRAS DO SUL/RS PARA SITE NA INTERNET.....	173
Murilo de Carvalho de Góes	
IMPACTOS NA URBANIZAÇÃO NA LINHA DE COSTA DA PRAIA DO SACO - SERGIPE	177
Paulo Henrique Neves Santos; Andrey Cauam Dias dos Santos; Tais Kalil Rodrigues	
ANÁLISE GEOLÓGICA E GEOMORFOLÓGICA DOS SETORES DE ESCALADA EM ROCHA, NO ESTADO DO PARANÁ	182
Ricardo Letenski; Maria Ligia Cassol Pinto	
ALTERAÇÕES NA REDE DE DRENAGEM DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ARROIO MOREIRA - 1953 A 2015	188
Rodrigo de Oliveira Siqueira; Adriano Luís Heck Simon	
CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR DA ÁREA DA EMPRESA DA PEDREIRA MUNICIPAL LTDA (EMPEM) - CAPÃO DO LEÃO/RS: SUBSÍDIO AO GEOTURISMO	194
Tiago das Neves Ribeiro; Adriano Luís Heck Simon	
ORGANIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA EM ESCALA 1:25.000 PARA IDENTIFICAÇÃO DAS QUEDAS D'ÁGUA DE PELOTAS E ARROIO DO PADRE (RS)	200
Victória Dejan Paganotto; Adriano Luís Heck Simon	



EIXO 3-Produção do Espaço Urbano e Rural

DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: PENSAR O PLANEJAMENTO URBANO NESTES MODOS DE ACUMULAÇÕES.	206
Adriel Costa da Silva; Sidney Gonçalves Vieira	
AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA ÀS MARGENS DA BR-420 NA COMUNIDADE PINDOBAS, UBAÍRA - BA.....	211
Aila Cristina Costa de Jesus; Silvio Marcio Montenegro Machado	
TERRITÓRIO CIBERNÉTICO: A VIOLÊNCIA RACIAL E DE GÊNERO NAS REDES SOCIAIS.....	217
Andressa Amaral dos Santos; Robinson Santos Pinheiro	
O MUNICÍPIO NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	223
Cintia Helenice Löper Aires; Erika Collischonn	
ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO E DIREITO À CIDADE.....	228
Daniela de Borba Fernandes; Giovana Mendes de Oliveira	
O COMÉRCIO DE ALIMENTOS EM MOSSORÓ-RN: REFLEXÕES ACERCA DAS CONFIGURAÇÕES DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA.....	234
Erik Albino de Sousa; Fábio Ricardo Silva Beserra	
FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E OS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS FECHADOS: UM ESTUDO DE CASO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LARANJAL, PELOTAS/RS.....	239
Gerson da Rocha Correa; Tiaraju Salini Duarte	
O CONCEITO DE TERRITÓRIO USADO E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO BRASIL NA CONTEMPORANEIDADE.....	245
Guilherme Augusto Cabreira; Tiaraju Salini Duarte	
NATUREZA E NEOLIBERALISMO: AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS RELAÇÕES ESTADO-EMPRESA.....	250
Johana Maiy Alecrim Alves Gomes; Rogério Haesbaert	



TERRITÓRIOS E REDES DAS INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL	254
Josuan Avila da Conceição; Paulo Roberto Rodrigues Soares	
A FICÇÃO-CIENTÍFICA ENCONTRA A REALIDADE: UMA ANÁLISE DA OBRA <i>BLADE RUNNER</i> E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO.....	260
Leonardo Kegles; Tiaraju Salini Duarte	
A IMPORTÂNCIA DO GEÓGRAFO NA ATUAÇÃO COMO AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO NAS AGÊNCIAS DO IBGE.....	265
Maicon dos Santos Rodrigues; Érica Insaurriaga Megiato; Maria Regina Caetano Costa	
PELOTAS DOS EXCLUÍDOS: BREVE ANÁLISE DA INVISIBILIZAÇÃO DE RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NA OBRA DE ADÃO MONQUELAT.....	270
Marceli Teixeira dos Santos; Sidney Gonçalves Vieira	
TIPOLOGIAS HABITACIONAIS COMPARADAS: DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO AO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	275
Marlon Lima da Silva	
O PROCESSO EMANCIPACIONISTA DE TRIUNFO DO SUL.....	280
Nathália Bonow; Robinson Santos Pinheiro	
PROCESSOS DE MUDANÇAS ESPACIAIS DA MORADIA RIO BONITO, EM CURITIBA/PR (2003-2018)	286
Ramon de Oliveira Bieco Braga	
SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, SP – AS HORTAS URBANAS E PERIURBANAS	290
Reinaldo Luiz Selani	
ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL E A DENSIDADE PRODUTIVA DO RAMO AVÍCOLA NO OESTE CATARINENSE: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	295
Tiago Wilian Rocha Dalmora; Ricardo Aberto Scherma	



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Livraram-se deles. Sim, é bem o modo dos senhores procederem. Livrar-se de tudo o que é desagradável, em vez de aprender a suportá-lo. Se é mais nobre para a alma sofrer os golpes de funda e as flechas da fortuna adversa, ou pegar em armas contra um oceano de desgraças e, fazendo-lhes frente, destruí-las... Mas os senhores não fazem nem uma coisa nem outra. Não sofrem e não enfrentam. Suprimem, simplesmente, as pedras e as flechas. É fácil demais.

Admirável Mundo Novo- Aldous Huxley



CARTOGRAFIA SOCIAL E ENSINO DE GEOGRAFIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Alex Cavalheiro Moreira¹; Gabriela Dambrós²

Universidade Federal de Pelota - alexcavalheiro44@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas-gabbydambrós@yahoo.com.br²

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais é necessário aliar o processo de ensino e aprendizagem ao cotidiano dos educandos. Por isso, a busca por novas práticas que dialoguem com suas expectativas é de suma importância, pois articular o conteúdo proposto para transformação em aula à perspectiva dos estudantes, é o que faz com que o ensino se torne mais dinâmico e inclusivo, considerando a realidade do espaço escolar e das pessoas que o compõe.

No que diz respeito ao ensino de Geografia, podemos identificar uma série de metodologias, estratégias e recursos que podem servir no âmbito pedagógico em sala de aula. Esses aparatos podem ser a Internet, o Sistema de posicionamento Global - GPS, materiais audiovisuais e demais geotecnologias que podem e devem estar presentes no ambiente escolar. Além de tecnologias, é sempre necessário ampliar as reflexões sobre os conteúdos trabalhados em aula. Nesse texto pretendemos demonstrar de que maneira alguns aspectos da cartografia social podem ser adotados nas práticas de sala de aula, com intenção de promover, na Geografia escolar, o pensamento coletivo e interlocução entre conceitos abordados nas aulas de Geografia em diferentes conteúdos, a fim de incentivar a participação dos educandos na construção das aulas e das atividades.

Para iniciar, é importante refletir o pensamento de Dos Santos (2016, p. 274) quando nos diz que “A cartografia social é vista como um processo de construção coletiva que aproxima, em uma mesma categoria de importância, pesquisadores e agentes sociais mapeados.” Compreende-se a cartografia social como um processo de participação coletiva e exposição da perspectiva dos sujeitos mapeados nos produtos cartográficos. É, portanto, o ato de oferecer as ferramentas a determinado grupo para que este possa apresentar sua visão sobre o espaço que vive.



Pensando o ensino de Geografia queremos refletir sobre uma possível articulação entre os aspectos que fundamentam a cartografia social aos conteúdos trabalhados pela Geografia escolar, a fim de que ocorra uma interlocução entre o que se aprende, o que se vive e o que se pratica como conhecimento geográfico. Queremos refletir sobre a possibilidade de impelir um ensino de Geografia que promova a união de educadores e educandos na mesma perspectiva de ensinar e aprender. Pois, ao mesmo tempo que se ensina, se aprende e vive versa (FREIRE, 1967). Dessa forma se pode atingir os objetivos propostos em uma aula e ao mesmo tempo transformar os conteúdos da forma mais legível possível ao grupo escolar.

Pretendemos expor ao grupo de educandos, em sala de aula argumentos que sirvam de potencializadores na compreensão da cartografia social. Após as reflexões o grupo poderá colocar em prática essas teorias e, enfim, fazer sua autocartografia (DOS SANTOS, 2016) no recorte espacial delimitado à escola, evidenciando aspectos que o próprio grupo julgar necessário dentro do processo de construção do produto cartográfico. Fazendo com que a Geografia escolar se torne lúdica, participativa.

Conforme Gomes (2017, p. 101) “A Cartografia Social se apresenta com um campo de possibilidades à Geografia Escolar, porém, essa potencialidade varia conforme os objetivos do ensino do professor...” Sendo assim, nessa articulação pretendemos que o grupo seja capaz de compreender os aspectos da cartografia social, e praticá-la no contexto do mapeamento do espaço escolar. Formando sujeitos críticos e reflexivos, e que possam desenvolver habilidades de forma consciente, para que assim, possam se sentir representados dentro do produto final, promovendo um ensino que pode contribuir na formação técnica deste grupo e também, na formação como cidadão do mundo.

2 METODOLOGIA

Como procedimentos metodológicos adotados, destacamos que esse texto se trata de pesquisa bibliográfica acerca da cartografia social e ensino de Geografia com o objetivo de estabelecer um diálogo possível e necessário entre essas linhas teórico-práticas.

Nesse sentido, a partir das reflexões teóricas se apresenta algumas ideias possíveis de serem desenvolvidas em sala de aula articulando pressupostos da cartografia social nas



práticas de ensino de Geografia, considerando os recursos que potencialmente estarão disponíveis em instituições de educação básica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o desenvolvimento de práticas que se articulem aos aspectos da cartografia social, é necessário colocar em xeque as práticas escolares e de que maneira a construção delas conversam com o coletivo e dão conta das expectativas e realidade dos estudantes. Por isso, de imediato é necessário que o responsável pelo grupo, o educador, perceba uma nova forma de promover esta aula, incluindo os educandos no processo de construção das reflexões. Conforme Da Silva e Santos:

(...) uma concepção de escola mais adequada às demandas dos novos grupos que nela se inseriram, não admite a simples transmissão do conhecimento, mas sim a construção de um processo no qual o aluno contribua para a sua própria aprendizagem. (2020, p. 34).

Nesse sentido, a explanação dos elementos e aspectos que fundamentam a cartografia social é essencial para que o grupo tenha pleno conhecimento sobre a teoria das questões que serão elaboradas na prática. Pois, quando o grupo tem conhecimento do assunto tratado, dos objetivos do encontro e do formato de concepção da proposta ele será capaz de se apropriar no sentido de direcionar sua atenção para a transformação do conteúdo em coletivo e, assim, passar a praticar um dos fundamentos da cartografia social – a coletividade – enquanto desvenda a teoria. Isso nos leva a necessidade de reinventar a Geografia escolar a fim de que possamos desenvolver práticas que incentivem a equidade, tendo vista a perspectiva de Rivera quando expõe que

Comprender las razones de la modernización de la geografía escolar en el contexto contemporáneo, tiene mucha relación con las condiciones del momento histórico, las necesidades históricas de la sociedad, la revolución paradigmática y epistemológica, el modelo educativo vigente, la concepción de la geografía como disciplina científica, las bases teóricas y metodológicas de la enseñanza geográfica, además del desenvolvimiento de su práctica escolar cotidiana. (RIVERA, 2020, p. 274)

Portanto, é necessário compreender o contexto social, histórico, econômico e cultural da escola, para que o ensino de Geografia se torne mais adequado à perspectiva do grupo de estudantes em questão. Esses são passos fundamentais para a articulação do ensino de Geografia à cartografia social. A sequência da atividade, deve ser pensada desde o momento de proporcionar o material para o mapeamento do espaço escolar pelo



grupo, seja GPS ou papel e caneta até a retirada do grupo da sala de aula para que possa descobrir o espaço e registrá-lo cartograficamente. E a partir disso, espera-se que o pensamento coletivo possa guiar a construção das informações de um produto cartográfico do ponto de vista dos educandos e educandas. Essa pesquisa, ainda em andamento, tem a intenção de contribuir para as reflexões no âmbito do ensino de geografia.

4 CONCLUSÕES

Cada vez mais existem possibilidades de ampliar as perspectivas nas metodologias de aula e de ensino, para que possamos servir como agentes transformadores dentro da educação geográfica. Por acreditar que articulações como exposto acima podem ser vetores para muitas outras transformações de conhecimento. A interdisciplinaridade geográfica, quando praticada, pode ser identificada como uma boa forma de construção da percepção crítica e reflexiva dos educandos e educandas.

Uma aula que seja construída de forma coletiva, tendo objetivos pré definidos e ferramentas para atingi-los, pode abraçar muitas dessas expectativas e trabalhar de forma inclusiva e acessível. Este texto, pode agir na autopercepção da pessoa que está no contexto de educador e na de educando, pois participar faz com que as pessoas se sintam representadas dentro dos trabalhos propostos e com isso, se percebem dentro do processo de ensinar e aprender, trazendo para o ensino de Geografia uma nova possibilidade de articulação entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS

- DA SILVA, Cleber Abreu. SANTOS, Leda Valéria. Concepção de uma aprendizagem geográfica em que educandos e educadores sejam sujeitos na construção do conhecimento. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia/MG, v. 11, n. 20, p. 33-42, 2020
- DOS SANTOS, Dorival. Cartografia Social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú/MA, v. 2, n. 6, p. 273-293, 2016.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOMES, Marquiana de F. Vilas Boas. **Cartografia social e Geografia escolar: aproximações e possibilidades**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas/SP, v. 7, n. 13, p. 97-110, 2017.

RIVERA, José Armando Santiago. Otras razones para comprender la necesidad de renovar la geografía escolar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas/SP, v. 10, n. 19, p. 271-293, 2020.



ESTRATÉGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM NOS ESTÁGIOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO: NARRATIVAS DE UMA PROFESSORA EM FORMAÇÃO

Bruna Ribeiro Vieira¹; Liz Cristiane Dias²

Universidade Federal de Pelotas – ribeirovieirabruna@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas²– lizcdias@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os resultados obtidos durante o estágio no ensino fundamental e no ensino médio, onde em ambos foram usadas atividades práticas e/ou lúdicas para estimular mais os conteúdos abordados. Essa necessidade de pensar em estratégias e/ou práticas surgiu durante algumas disciplinas cursadas antes da regência do estágio de ensino fundamental e também durante a participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Durante o Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e participando ativamente do PIBID tive a oportunidade de ver a geografia através de um novo olhar, que ajudou a pensar fora da caixa, e por ter feito parte disso me ajudou a analisar as várias possibilidades didáticas existentes no contexto de aprendizagem geográfica. Tudo isso fez com que o contato com o meio escolar antes dos demais fosse muito transformador, vimos à licenciatura vivida diretamente pelos professores atuantes na rede básica da educação.

O interesse principal deste trabalho será mostrar as estratégias metodológicas desenvolvidas em diferentes níveis de ensino, com base no perfil de cada turma, ou seja, os planejamentos feitos diante dos conteúdos a serem abordados. Então, diante das práticas de ensino pensadas e postas em execução, o presente trabalho teve como objetivo dar visibilidade às estratégias de ensino e de aprendizagem, utilizadas no decorrer dos estágios supervisionados em Geografia de ensino fundamental e médio, e avaliar a importância dessas atividades tanto para os alunos como para o futuro professor.



Sendo assim, todo o planejamento e atividades estão apresentados através de uma narrativa. Segundo Nóvoa (1993) a pesquisa narrativa, no campo educacional, incluindo biografias, histórias de vida, autobiografias, relatos orais, depoimentos, vem sendo bastante difundida e utilizada nos últimos vinte anos.

Os estágios foram realizados no decorrer do ano de 2018 com a turma 82, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre José Herbst, e em 2019 no ensino médio com a turma 1ºA, no Instituto Estadual de Educação Dr. Walter Thofehrn ambos localizados no município de São Lourenço do Sul.

2 METODOLOGIA

O primeiro contato foi na Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre José Herbst localizado no endereço Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1686, no centro de São Lourenço do Sul. Nesta escola, realizei o estágio na turma 82, com apenas uma observação, e a partir dela criei um projeto para a regência. Depois de montar o projeto, conferi-lo com a professora titular e com minha orientadora de estágio, o coloquei em prática, claro que houve vários ajustes no decorrer do processo e esse projeto consistia em aproveitar que a turma era bem agitada e usar isso ao meu favor, fazendo diversas atividades que otimizassem nossas aulas as transformando em funcionais e não monótonas.

O tema abordado na turma foi o Continente Africano e como poderia trabalhá-lo de livre escolha, optei por esmiuçar bem esse tema, dividindo ele em aspectos físicos e regiões; Colonização e descolonização; questões políticas: “Mandela – O Caminho Para a Liberdade”; África Setentrional e África Subsaariana; Escravidão na África; Cultura afro-brasileira (Brasil africano); Seminário e Gincana.

O Segundo contato foi no Instituto Estadual de Educação Dr. Walter Thofehrn, localizado no endereço Marechal Floriano Peixoto nº 1109, localizado no bairro Barrinha, em São Lourenço do Sul. Nesta escola, realizei o estágio com o 1ºA e ao todo foram trabalhados quatro conteúdos, sendo eles: movimentos da terra (movimento de rotação, translação e suas consequências), formas de orientação, coordenadas geográficas e fusos horários. Esses conteúdos foram escolhidos dentre os que o professor iria trabalhar, e com eles pude ter a liberdade para abordar cada um a minha maneira.



Claro que precisei respeitar o calendário da escola em relação à publicação de notas e assim nossos encontros não foram muitos, além de haver muita falta de professores e troca de horários toda semana, o que dificultou bastante o andamento do processo de aprendizagem da turma.

Quando realizei a seleção e ordem dos conteúdos, percebi que precisava otimizar nossas aulas, como alternar escrever no quadro e também trazer material impresso, além de pensar em práticas que complementassem ainda mais. Um ensinamento que trouxe através da experiência vivida no fundamental foi o de "não vencer" conteúdos, mas sim trabalharmos no tempo dos alunos, tanto que nem pude fazer uma das práticas do projeto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar o estágio na turma 82, fiz o projeto pensando na quantidade de alunos e o quanto eles eram agitados, assim trouxe vários conteúdos relacionados com um tema principal, dessa forma cada aula tinha uma atividade/prática diferente.

Ao todo o planejamento mudou umas cinco vezes, pois no decorrer das aulas pensava em algo e quando o colocava em prática percebia que não estava sendo bem aproveitado pelos alunos, então partia para outras maneiras. Em relação aos elementos que eu poderia trabalhar nas aulas pensei em usar o que tinha na realidade da escola, então no começo usei bastante o quadro, depois vi que o conteúdo iria começar a ficar extenso, assim comecei a elaborar o meu próprio material, utilizando vários livros didáticos, com exceção dos da escola, pois os mesmos eram desatualizados. Utilizei também a sala de vídeo, tanto para filmes quanto para vídeos de reportagens e animações e por fim trazer algo que fosse animar e unir tudo que havíamos trabalhado até então que seria uma gincana de geografia.

Essa gincana fez parte da prática integradora, que consistia em unir atividade física (competição) com habilidades mentais (compreensão do conteúdo trabalhado durante dois meses) promovendo a diversão de todos os alunos mostrando cooperação e a importância do trabalho em equipe. Além disso, a atividade fez os alunos pensarem no que haviam aprendido em aula, sem poder consultar o material, apenas trocar ideias com os colegas de equipe.

O processo no ensino médio foi de outra forma, com a turma 1ªA mesmo sendo numerosa, trabalhei todos os conteúdos com bastante calma e sem se atropelar. Durante as



observações percebi como funcionava a dinâmica das aulas, onde os alunos não eram questionados ou estimulados, parecia que eles ainda estavam sendo tratados como alunos do ensino fundamental, sendo assim, meu projeto/cronograma foi feito com a intenção de ajudá-los ao máximo, onde a turma de 26 alunos se interessasse pelos conteúdos, mesmo em um curto prazo.

Acredito que maioria dos alunos aprendeu com êxito os conteúdos e não só a decorá-los, além disso, os alunos se empenharam em todas as atividades e ficaram chateados em não jogar o jogo de tabuleiro que era pra ser a atividade final.

4 CONCLUSÕES

Depois de desenvolver cada projeto nos diferentes níveis de ensino (fundamental e médio) foi possível perceber o quanto “nós professores” temos à nossa disposição, diferentes recursos e abordagens práticas. Muitas delas ditas de caráter tradicional, por exemplo, as atividades desenvolvidas com o livro didático ou avaliação do caderno, o “visto”, mas também um repertório de atividades que possibilita o uso de estratégias de ensino que geram aprendizagens essenciais aos alunos além de promoverem a autoestima e a motivação. E dessa forma, através dos resultados positivos de cada estágio realizado pude ver que as potencialidades dos alunos foram alcançadas de acordo com a realidade da escola, da turma e dos próprios alunos, sem trazer grandes inovações ou métodos não convencionais.

Espera-se que as estratégias de aprendizagem sejam inseparáveis do processo ensino-aprendizagem, pois segundo Veiga Simão (2004), um docente que possa reunir o ensino de conteúdos, técnicas, procedimentos e estratégias em vista das situações concretas com as quais se depara em seu cotidiano reforça a importância da construção do conhecimento. Acredito que através das referências escolhidas e da execução dos projetos nos estágios, consegui mostrar a minha essência enquanto professora em formação durante cada planejamento e o quanto ter ido para o caminho das estratégias fizeram meus estágios serem inesquecíveis para mim. Tentei ao máximo aproveitar os recursos didáticos disponíveis da escola, mas também acompanhar cada aprendizado dos alunos seja avaliando o caderno, debatendo vídeos ou então utilizando jogos.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

REFERÊNCIAS

NÓVOA, António (org.) **Vidas de professores**. Porto, Porto Editora, 1993.

MARTINEZ, R. VIDAL, W. G. **#Contato geografia**, 1º ano - 1ª ed. - São Paulo: Quinteto Editorial, 2016. - (Coleção #contato geografia)

MORAES, P.; R; GARCIA, H. **Coleção Integralis: Geografia**. 9º ano. 2015. IBEP.

MOREIRA, J. C. **Geografia do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização: Ensino Médio/** João Carlos Moreira, Eustáquio de Sene. 3º Ed. São Paulo: Scipione, 2016.

TORREZANI, N. C. **Vontade de saber**. 8º ano. – 2. Ed. – São Paulo: FTD, 2015.

VEIGA SIMÃO, A. M. Integrar os princípios da aprendizagem estratégica no processo formativo dos professores. In: LOPES DA SILVA, A.; DUARTE, A. M.; SÁ, I.;

VEIGA SIMÃO, A. M. **Aprendizagem autorregulada pelo estudante** – Perspectivas psicológicas e educacionais. Porto, Portugal: Porto Editora, 2004. Coleção Ciências da Educação Século XXI.

VESENTINI, W.; J; VLACH, Vânia. **Geografia do mundo subdesenvolvido**. Geografia crítica. 7º serie. 2007. Editora Ática.

_____. **Projeto Teláris - O Sul Geoeconômico**. 8º ano. 2012. Editora Ática.



ESCOLAS MILITARIZADAS DE RORAIMA PARA QUEM?

Bruno Sobral Barrozo¹; Wagner da Silva Dias²

Universidade Federal de Roraima - eubarrozzo@gmail.com¹

Universidade do Estado do Amazonas-wagnerdias@usp.br²

1 INTRODUÇÃO

Atualmente existem 203 escolas cívicos-militares, em 23 unidades da federação, com maior índice de desenvolvimento da educação básica – (IDEB) do que as civis, apresentando taxa de evasão 71% menor e de reprovação 37,4% inferior” (MEC, 2019). O estado da federação mais setentrional é Roraima, deste modo, foi através de um decreto governamental, que o ensino básico militarizado – (EBM) se instaurou em 11 escolas públicas ano de 2018 no estado.

Geograficamente, a capital roraimense está dividida em quatro zonas, sendo elas: Zona Norte, distribuídas em 13 Bairros, Zona Leste comportando 4 Bairros e por fim a Zona Oeste, dividido em 42 bairros. Portanto, a capital roraimense totaliza cerca de 58 Bairros com a população estimada de 399.213 pessoas (IBGE, 2019).

Contudo, a Zona Oeste, teve uma tendência maior no quesito de expansão urbanizadora, comportando a maior parte dos bairros da capital. Deste modo, a população mais carente se faz presente nesta zona, pelo fato do baixo custo benefício em lote de terras e aluguel de casas, sobretudo, as políticas públicas voltadas a população, que implementaram os grandes conjuntos habitacionais na mesma zona. Para Santos (1979), o espaço é organizado socialmente, correspondendo às transformações sociais regida pelos homens.

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p.10).

Seguindo as primícias então externadas nesta obra, a “*priori*” se debruçará em uma demanda de determinantes, que resultaram em implementar o ensino básico militarizado em maior parte das escolas estaduais, distribuídas em 10 bairros de Boa Vista -RR. Diretamente, esses bairros estão fixados na Zona Oeste, sendo eles: Santa Tereza, Asa Branca, Cauamé,



Cidade Satélite, Conj. Cidadão, Jardim Equatorial, Jôquei Clube, Nova Cidade, Raiar do Sol e Senador Hélio Campos.

Os bairros citados acima, fazem parte do DECRETO Nº 25.974-E DE 24 DE SETEMBRO DE 2018¹. Os Colégios estaduais militarizados, assim citados, CEM², estão divididos de forma crescente em algarismo romano, se estendendo por toda a zona descentralizada.

2 METODOLOGIA

Sendo parte sequencial, de nossas pesquisas sobre as escolas públicas militarizadas de Roraima, foram feitas leituras bibliográficas acerca das relações ocultas estabelecidas pelo viés hierárquico e disciplinar, junto com nossas reflexões acerca do modelo educacional que está em renome. Decidimos visitar as escolas militarizadas da capital roraimense, sendo assim, mapear todas elas, para que nossas reflexões sobre o advento do então modelo, nessas escolas, fosse fundamentado, de modo que, uma visão espacial do fenômeno possa ser analisada. O grande debate sobre a instalação desse modelo nas escolas públicas de Roraima, nos fazem refletir sobre o conceito de espaço e território. Partindo da Concepção de território, SAQUET e SILVA, (2008) indagam que ele pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo”.

¹ Este decreto dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral da Rede de Colégios Estaduais Militarizados do Estado de Roraima. Disponível em: http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/Decretos_Estaduais/2018/25974_e.pdf

² Colégio Estadual Militarizado Profª. Elza Breves de Carvalho - CEM I; Colégio Estadual Militarizado Dr. Luiz Rittler Brito de Lucena - CEM II; Colégio Estadual Militarizado Irmã Maria Teresa Parodi - CEM III; Colégio Estadual Militarizado Profº. Jaceguai Reis Cunha - CEM IV; Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima - CEM V; Colégio Estadual Militarizado Profª. Maria de Lourdes Neves - CEM VI; Colégio Estadual Militarizado Profª. Maria dos Prazeres Mota - CEM VII; Colégio Estadual Militarizado Profª. Mª Nilce Macedo Brandão - CEM VIII; Colégio Estadual Militarizado Pedro Elias Albuquerque Pereira - CEM IX; Colégio Estadual Militarizado Profª. Conceição da Costa e Silva - CEM X e Colégio Estadual Militarizado Profª. Wanda David Aguiar - CEM XI (BRASIL, 2018)



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acreditamos que a geografia humanística vai estar entrelaçada fortemente com o espaço vivido, sobretudo, o espaço geográfico, que cotidianamente nas diversas escalas sofrem transformações diretas e indiretas. Quando falamos sobre segregação educacional, visualizamos fortes índices de que a escola pública, tem sido regida por alternativas que certamente são incompatíveis com a realidade escancarada na contemporaneidade. Porém, com o modelo de gestão externado neste trabalho, elas estão localizadas nos bairros que de modo direto e indireto, foram fortemente descentralizados, segregados. De fato, muitas das escolas públicas de Boa Vista - RR, localizadas na Zona Oeste da capital foram militarizadas, outras não, de que modo esta resistência deve acontecer? Pois, sabemos que, a consulta realizada com a comunidade escolar, muitas das vezes não acontecem, deste modo, a população que vive acerca da escola deve ser ouvida, ou mesmo qualificar o então modelo. Sobre isto, o art. 14º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996³, garante como princípio a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalente. Portanto, torna-se importante o papel do cidadão responsável e consciente com o futuro da educação, participando de decisões como esta, pois, quando uma escola pública é militarizada, com os argumentos da solução da problemática da violência no bairro, a escola sempre é vinculada, e o baixo rendimento dos alunos, torna-se um fator determinante para avaliarmos não só o que acontece dentro da escola e o seu entorno, mas as práticas de ensino, o acesso a informações a esses alunos, que muitas das vezes considerados problemáticos, são segregados. De fato, a militarização da juventude nunca esteve tão latente no período em que vivemos.

Figura 1: Localização das escolas Militarizadas de Boa Vista – RR.

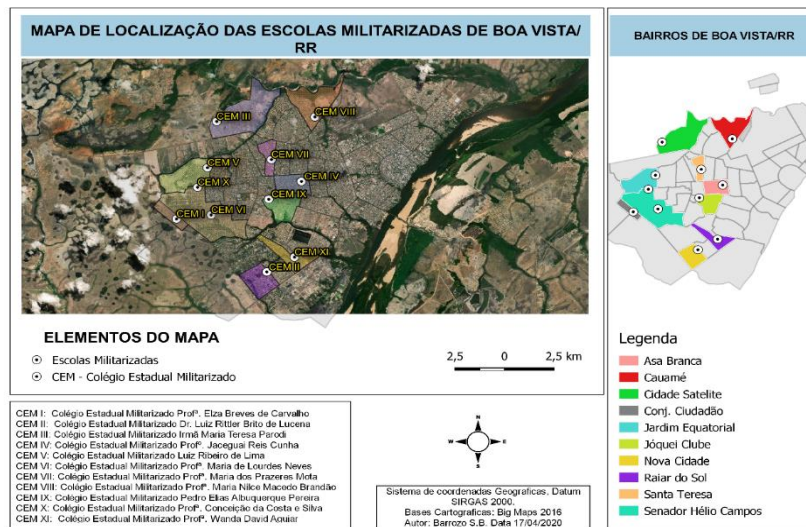
³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. acesso em: 08 de setembro de 2020.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020



Fonte: Autores, 2020

4 CONCLUSÕES

Localizada em locais estratégicos, os colégios estaduais militarizados – CEM compartilham da gestão escolar, sendo o responsável pela gestão pedagógica, funcionários da Secretaria de Educação - SEED e a gestão militar, militares ativos e/ou na reserva responsáveis pela disciplina dos alunos, fundamentado na hierarquia, valorização cívica e do espaço escolar. Quando se ouve falar em militarizar escolas, logo pensamos em disciplina e hierarquia, sejam elas punitivas ou não, de forma física e/ou emocional, que se fizeram presentes nas antigas sociedades como forma de solução de problemas. Sobre isto, Foucault (1987 p. 135) indaga que, “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Portanto o corpo dócil citado por Foucault se faz presente em meios tenebrosos que o sistema educacional tem enfrentado no Brasil.

Houve, durante a Época Clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada ao corpo – ao corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam. (FOUCAULT, 1987 p. 134)

No presente, o corpo dócil que pode ser submetido, que pode ser utilizado, e mais do que tudo, pode sofrer metamorfose e aperfeiçoado, caracteriza uma forma de contenção social, citado no presente artigo. Pois, em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

de poderes muitos apertados, que lhe impõem **limitações, proibições** ou obrigações. (FOUCAULT, 1987 p. 134). (Grifo nosso).

A militarização da Cátedra, tornou-se pela parte docente um prestígio, um desejo platônico. Pois, a partir da imposição de militares nas escolas públicas, o trabalho docente, sobretudo, o processo de ensino se concretiza, as aulas que anteriormente eram algo “disperso”, hoje, possibilita um acentuado avanço, por decorrência à disciplina imposta no cotidiano escolar. Porém, a docência tornou-se uma grande máquina que é manipulada por regras pré-estabelecidas, quando se trata de autonomia e o pensamento crítico, perde-se o encanto no processo de ensino e aprendizagem? Certamente sim, se visualizamos de forma espacial os colégios estaduais militarizados – CEM, em uma face oculta do visível, invertida e desconstruída, vemos uma “escola sem partido” - (ESP), por viés dos padrões ou intimidações, tem-se criado um recuo pela parte docente, ao se posicionarem acerca de pensamentos e ideologias, a docência tem-se calado mediante as políticas educacionais impostas sobre o ensino público no Brasil, sobretudo, discentes, que de modo indireto tornam-se “corpos dóceis”. Portanto, para onde fugir do modelo que segrega? que descentraliza mais ainda, excluindo? Já que, a política de militarização tende a se expandir fortemente sobre as escolas públicas do Brasil. De fato, é preciso luta e resistência, porém, ainda há muito a fazer.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. . **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>>_ acesso em: 19 de abril de 2020.

MEC - Ministério da Educação. Governo federal lança programa para a implantação de escolas cívico-militares. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/79931-governo-federal-lanca-programa-para-a-implantacao-de-escolas-civico-militares#:~:text=O%20governo%20federal%20lan%C3%A7ou%20nesta,pela%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2C%20em%20julho.>> Acesso em: 02 de agosto de 2020.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

SAQUET, Marcos Aurelio; DA SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo Uerj**, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.



FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES: DOS DESDOBRAMENTOS ÀS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE

Camila Tatiane Silveira Alves¹; Lígia Cardoso Carlos²

Universidade Federal de Pelotas – alvescamila1998@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas – li.gi.c@hotmail.com²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho origina-se de um projeto de pesquisa de mestrado, em sua fase inicial, que consiste na problemática de distorção entre a área de formação e a área de atuação dos docentes do município de Canguçu/RS, considerando a possível influência das particularidades territoriais. Inclui-se as possíveis associações com o território tendo em vista que a maioria das escolas que ofertam o Ensino Fundamental II situam-se na extensa zona rural do município em análise.

A pesquisa pauta-se nos seguintes eixos de estudo: formação de professores, trabalho docente e influências territoriais. Possui como objetivo geral analisar a socioterritorialização da atuação docente nas séries finais do Ensino Fundamental no município de Canguçu/RS em 2019. Optou-se por este recorte temporal por ser o ano imediatamente anterior ao da coleta de dados que iniciará ainda em 2020, através de análise de documentos da secretaria municipal de educação do município citado. Sendo assim, um dos possíveis produtos da pesquisa é um mapeamento da rede municipal de educação com os índices de formação e atuação de todos os profissionais que ministram aulas em disciplinas que exigem formação específica nas séries finais do Ensino Fundamental. Com este mapeamento, será possível a comparação de indicadores locais com os índices regionais e nacionais.

Considerando a fase em que a pesquisa se encontra, este trabalho apresenta e discute parte da revisão de literatura entre dois eixos que são abarcados pelo projeto, a saber: formação de professores e trabalho docente. Acreditamos que a análise de trabalhos que permeiam a problemática da pesquisa contribui para possíveis ajustes da mesma e é possível refletir os problemas locais sem desconectar-se dos demais níveis de análise deste tema, visto que não se trata de um problema exclusivo apenas do recorte espacial abrangido pelo estudo que está sendo proposto.



2 METODOLOGIA

Essa revisão de literatura é proveniente da busca e seleção de artigos disponíveis na plataforma Scielo e foi realizada no mês de setembro de 2020. Na ocasião, buscou-se pelas seguintes palavras-chave em todos os índices de análise: “formação de professores” AND “trabalho docente” o que gerou o resultado de 56 trabalhos. Nesse montante, adicionou-se os seguintes filtros: somente artigos, coleções (Brasil), idioma (português) e ano (2015-2020) e chegou-se no total de 21 artigos. O passo seguinte foi a leitura dos resumos e elencou-se dois critérios de exclusão: etapa de ensino divergente da qual se propõe a pesquisa e/ou temas muito distantes do foco central do estudo. Após os descartes da etapa anterior, foram selecionados 7 trabalhos para a leitura completa. Nessa última fase, retirou-se da revisão outros dois trabalhos, pois o foco de abordagem não era tão semelhante com a pesquisa a ser realizada como aparentava ser no resumo. Por chegar-se no total de cinco artigos, não foram realizadas categorias de agrupamento destes. Os trabalhos selecionados para essa revisão estão dispostos na tabela 1.

Tabela 1: Lista dos artigos selecionados para a revisão

Autores/Ano	Título do artigo
Magalhães e Azevedo (2015)	Formação continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente
Kalmus e Souza (2016)	Trabalho e formação: uma análise comparativa das políticas de formação de professores em serviço no Brasil e no México
Santos e Pereira (2016)	Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil
Scheinvar, Medeiros, Coutinho (2016)	A lógica pastoral na prática docente



Penteado e Neto
(2019)

Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor:
de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência
como profissão

Elaboração: Autoras, 2020.

É importante que o leitor saiba que essa revisão de literatura objetivava responder os seguintes questionamentos: Como o trabalho docente é influenciado pela formação inicial? Quais são as principais problemáticas do fazer docente?

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos foi realizada por meio de quadro síntese e na seção seguinte, correspondente às conclusões, foi realizada a abordagem conjunta dos artigos. O quadro apresenta na coluna da esquerda os autores e nome da obra e na coluna da direita os seus principais tópicos de abordagem.

Quadro 1: Síntese dos artigos selecionados

Artigo/Autores	Síntese
Formação continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente Magalhães e Azevedo (2015)	• Apresenta e discute temáticas relacionadas à formação adequada de professores. • Versa sobre a visão mercadológica da formação continuada de professores no Brasil. • Analisa a formação de professores principalmente a partir da década de 1990.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Trabalho e formação: uma análise comparativa das políticas de formação de professores em serviço no Brasil e no México Kalmus e Souza (2016)	● Propõe a análise das reformas educacionais ocorridas na América Latina a partir da década de 1990, especialmente no Brasil e no México. ● Analisa os contrastes entre os dois países e os desdobramentos das reformas. ● Trata das implicações da formação continuada para o trabalho docente.
Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil Santos e Pereira (2016)	● Reflete sobre a visão mercadológica da educação que afeta a autonomia docente por meio de buscas para padronizações no setor educacional, sejam elas de currículo ou de formação de professores.
A lógica pastoral na prática docente Scheinvar, Medeiros, Coutinho (2016)	● Abarca discussões sobre a imagem padronizada do ser docente construída em uma lógica muito romantizada da profissão.
Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão Penteado e Neto (2019)	● Revisa as produções bibliográficas objetivando traçar as principais causas do mal-estar docente. ● Discute a história da docência com base nas etapas da vocação, do ofício e da profissão.

Elaboração: Autoras, 2020.

4 CONCLUSÕES



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Conforme a leitura e análise dos artigos selecionados, a formação inicial e continuada de professores no Brasil necessita de avanços para que o país consiga atingir as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), por exemplo. Ao retornarmos para os questionamentos que guiavam a leitura dos artigos, encontramos os seguintes resultados: o professor geralmente assume um papel de responsável pelo sucesso ou insucesso de seus alunos e a grande maioria da população também pensa de tal forma, sem a análise do contexto ao qual está inserido aquele profissional; o professor não raras vezes se vê engessado a seguir determinada orientação curricular para atingir metas e resultados que não são de fato representativos da realidade escolar e que ferem a autonomia do fazer docente; a carência de um processo formativo pode vir a acarretar na insegurança profissional; a falta de mecanismos que ofertem um processo contínuo de formação que considere o contexto de trabalho e a autonomia profissional à prática docente.

A revisão de literatura realizada fortaleceu o pressuposto de que se submeter a ministrar disciplinas fora da área de formação inicial e sem ter um amparo mínimo de formação continuada pode ser um dos fatores contribuintes para a caracterização do mal-estar docente. Nesse sentido, a pesquisa proposta tem a função também de representar por meio de dados os profissionais canguçuenses enquadrados nessa situação, a fim de que, de posse desse mapeamento, o município possa pensar ou repensar estratégias que forneçam um suporte básico para tais docentes.

É importante também pensar em modelos de formação de professores que não sirvam somente para consertar provisoriamente os *déficits* deixados pelos modelos anteriores e após algum tempo também entrar no ciclo dos problemas. A formação de professores adequada e aliada de boas condições de trabalho e remuneração é imprescindível para a base de uma educação pública de qualidade. Ressalta-se também a importância de visualizarmos a docência como uma profissão e a escola como um meio que extrapole a expectativa de formação somente para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

KALMUS, Jaqueline; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Trabalho e formação: uma análise comparativa das políticas de formação de professores em serviço no Brasil e no México. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 53-66, mar. 2016. Disponível em:



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022016000100053&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2020.

MAGALHAES, Lúgia Karam Corrêa de; AZEVEDO, Leny Cristina Soares Souza. Formação Continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 15-36, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622015000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2020.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA NETO, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saude soc.**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 135-153, mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902019000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2020.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 36, n. 100, p. 281-300, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622016000300281&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2020.

SCHEINVAR, Estela; MEDEIROS, Rebecca; COUTINHO, Patrick. A lógica pastoral na prática docente. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v.28, n.3, p. 370-378, set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198402922016000300370&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1506>.



ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ESPACIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Carolina Borba dos Santos¹; Pedro Castilhos da Rosa²; Liz Cristiane Dias³

Universidade Federal de Pelotas- Borbascarolina@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas- Pedrocastilhosgeo@gmail.com²

Universidade Federal de Pelotas- Lizcdias@gmail.com³

1 INTRODUÇÃO

A busca por um ensino de qualidade inicia-se na formação de professores. Os impactos de uma formação docente são importantes tanto para o futuro professor, como também, posteriormente para o processo de aprendizagem do aluno. O que demonstra a necessidade do investimento em estratégias de aprendizagem que promovam a autorregulação nos cursos de licenciatura. Para Santos e Burochovitch (2011), as estratégias de aprendizagem são como uma sequência de atividades, operações ou planos mentais planejados conscientemente para o alcance dos objetivos de aprendizagem de uma tarefa, no período de formação, elas são essenciais para a qualificação dessa etapa e na sua carreira docente.

Neste sentido, e com o intuito de qualificar e promover o pensamento espacial que essa pesquisa objetivou, ao buscar a partir da aplicação do STAT (Spatial Thinking Ability Test), analisar qual a compreensão dos pibidianos, alunos do curso de formação de professores, em atividades que façam uso do pensamento espacial, habilidade importante para qualquer cidadão, principalmente para o professor de Geografia. Nesta perspectiva, Duarte (2016) aborda que o pensamento espacial é importante para realizações de prática sociais variadas, sendo ele um tipo de pensamento, o qual pode ser utilizado como um veículo para estruturar problemas e encontrar respostas.

Castellar e Juliasz (2017) definem que o pensamento espacial está relacionado aos processos cognitivos e ao desenvolvimento da inteligência espacial, por isso a relevância dos enfoques construtivistas no contexto da didática da Geografia. Sendo assim, ele contribui para o desenvolvimento do raciocínio geográfico.



Por tanto, neste trabalho busca-se o desenvolvimento do pensamento espacial, no que se refere ao contexto de educação geográfica e da cartografia escolar, a partir do uso principal de sistemas visuais, pautados nas representações cartográficas. A partir dos resultados, busca-se trabalhar intervenções que estão relacionadas as estratégias de aprendizagem autorregulada.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi aplicada com 18 alunos pibidianos do curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Pelotas, no segundo semestre de 2019. Ela é composta por um questionário conhecido como Teste de Aptidão do Pensamento espacial (STAT em inglês) originalmente desenvolvida e criada pelos geógrafos Robert Bednarz e Jongwon Lee, e aplicada primeiramente nos Estados Unidos.

O questionário é dividido em duas etapas. Na primeira, há questões socioeconômicas, para identificar o perfil do aluno. E na segunda etapa, inicia-se o teste do pensamento espacial, o qual contém 16 questões de múltiplas escolhas. Para a aplicação da pesquisa, foi utilizado um protocolo com diretrizes de aplicação do STAT, onde destacava que os alunos tinham 50 minutos para responder as questões.

Para a análise do questionário, as respostas foram quantificadas em tabelas, onde na primeira etapa foi realizada a análise do perfil dos alunos e a segunda o levantamento de erros e acertos das presentes questões, categorizadas a partir das oito modalidades. Por fim, buscando respostas para o resultado, houve a análise com base no referencial.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O STAT foi aplicado com 18 alunos estudantes do curso de graduação em Geografia Licenciatura da UFPel que faziam parte do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) edital 2018/2. Entre eles haviam 17 bolsistas e uma aluna voluntária. Os alunos cursavam entre o segundo e quinto semestre do curso de licenciatura. A análise da pesquisa mostrou, em relação a característica do perfil dos alunos, que de 18 participantes, 08 (45%) deles são do gênero feminino e 10 (55%) do gênero masculino. A média de idade dos



estudantes foi de 22 anos de idade, entre 21 e 45 anos. Dos alunos participantes, apenas 01 (5%) cursou o ensino médio em uma escola privada e o restante em escolas públicas.

O resultado da análise mostrou que os alunos pibidianos apresentam dificuldades em desenvolver as questões. Sendo assim, podemos destacar que houve uma grande oscilação de acertos conforme cada questão. Como exemplo, destaca-se a questão de número 3 do STAT. Esta foi a que obteve o maior número de acertos. A mesma demandava a tradução da gradação espacial de uma variável representada em um mapa para um gráfico cartesiano. A questão 4 se destacou devido o menor número de acertos, Duarte (2016) destaca que ela se trata de uma questão muito complexa, sendo assim há um elevado grau de dificuldade nesta modalidade.

De 16 questões referentes ao pensamento espacial, a média de acertos foram de 07 acertos por alunos. O maior número de acertos foram obtidos por cinco alunos, os quais acertaram 09 (56%) questões do questionário. O menor foi de apenas 01 acerto, obtido por um único pibidiano. Sendo assim, os baixos índices de acertos apontam a necessidade de auxiliar no desenvolvimento do pensamento espacial dos docentes, no momento em que o mesmo é comum para à maior parte dos domínios do conhecimento.

Richter (2017) aborda sobre a necessidade de levarmos para a sala de aula de Geografia da Educação Básica o trabalho de ensinar e aprender sobre o pensamento espacial. Sendo assim, os futuros docentes precisam ter uma formação inicial que garanta a compreensão da importância do desenvolvimento deste pensamento, no momento em que o mesmo está interligado a compressão dos conceitos geográficos e cartográficos e para ensiná-los é necessário apropriar-se deles.

É importante ressaltar que a habilidade do pensamento espacial também promove a formação de cidadãos críticos, no momento em que a própria educação Geográfica cumpre uma função social importante sobre o meio, constituindo assim, um conhecimento que estrutura a representação do mundo, na compreensão da formação espacial.

Portanto, para o desenvolvimento do pensamento espacial, a utilização de estratégias de aprendizagem autorreguladas, sobretudo estratégias cognitivas, tornam-se essenciais para auxiliar nesse processo, contribuindo para a formação docente. Boruchovitch (2014), destaca que é necessário compreender a dificuldade dos futuros docentes de usar estratégias de aprendizagens para desenvolver tarefas e processar melhor as informações, interfere na sua



capacidade de aprender e de ensinar a seus futuros alunos a aprender. Sendo assim, elas contribuirão tanto para o desenvolvimento do pensamento espacial quanto para a atuação do futuro docente dentro da sala de aula.

4 CONCLUSÕES

Através do questionário, observou-se que os alunos participantes da pesquisa possuem dificuldades para o desenvolvimento do pensamento espacial e na utilização dos conceitos que estimulam o conhecimento cartográfico. Acredita-se que uma das alternativas para obter esse desenvolvimento seria no início da formação, promover oficinas de estratégias de aprendizagem autorreguladas, ofertadas pelo próprio curso, proporcionando benefícios para a formação de professores.

Nesta perspectiva, Ávila, Pranke e Frizon (2018), destacam que as estratégias de autorregulação da aprendizagem podem ser utilizadas para aprender durante as diferentes disciplinas que compõem os currículos das licenciaturas. Assim como, elas também proporcionariam aos docentes a apropriação desse comportamento estratégico, transferindo-o para o ensino em sala de aula. Pois, no momento em que os futuros docentes possuem dificuldade no entendimento das atividades e conceitos, este fato poderá afetá-los no instante em que atuarem no ensino de Geografia dentro da sala de aula, já que entendemos que é necessário promover nas salas de aulas de Geografia da Educação Básica o trabalho de ensinar e aprender sobre o pensamento espacial.

É importante destacar que o desenvolvimento do pensamento espacial inicia-se nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Portanto, este fato faz com que seja importante a elaboração de uma intervenção que auxilie este desenvolvimento, já que os alunos pibidianos apresentam essa dificuldade que foi gerada durante a escolaridade, no momento em que a cartografia escolar trabalhada com esses alunos durante o ensino básico, acabou não contribuindo para o desenvolvimento do pensamento espacial dos mesmos.

Por fim, busca-se atrelar o estudo das estratégias de aprendizagem autorregulatórias com o próprio ensino de Geografia, onde o mesmo trará a oportunidade para que os docentes tornem-se mais estratégicos para aprender, colaborando também em sua formação para que se tornem professores autorregulados para ensinar.



REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Luciana. PRANKE, Amanda; FRIZON, Lourdes. **O uso de estratégias autorregulatórias para aprender e para ensinar: formação de professores.** Revista do Centro de Ciências da Educação, v.36, n.4, p. 1265- 1280, 2018.
- BORUCHOVITCH, Evely. **Autorregulação da aprendizagem: contribuições da psicologia educacional para a formação de professores.** Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, v. 18, n. 3, p. 401- 409, 2014.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; JULIASZ, Paula Cristiane Strina. **EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E PENSAMENTO ESPACIAL: conceitos e representações.** Acta Geográfica, edição especial, p. 160-178, 2017.
- DUARTE, R. G. **A linguagem cartográfica como suporte ao desenvolvimento do pensamento espacial dos alunos na educação básica.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 7, n. 13, p. 187-206, 2017.
- _____. **Educação Geográfica, Cartografia Escolar e Pensamento Espacial no segundo segmento do ensino fundamental.** 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.
- RICHTER, Denis. **A Linguagem Cartográfica no Ensino em Geografia.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 7, n. 13, p. 277-300, 2017.
- SANTOS, Osmar José Ximenes dos; BUROCHOVITCH, Evely. **Estratégias de aprendizagem e aprender a aprender: concepções e conhecimentos de professores.** Psicologia: ciência e profissão, Brasília, n. 2, v. 31, p. 284- 295, 2011.



ORIENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS NAS SÉRIES INICIAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA II

Danielma Ferreira da Rocha¹; Efigênia Rocha Barreto da Silva²

Universidade do Estado da Bahia- danielma.dfdr@gmail.com¹

Universidade do Estado da Bahia- efy.geninha@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho compreende os relatos de experiências do Estágio Supervisionado em Geografia II através de um projeto de intervenção social intitulado “Orientações Cartográficas: Noções sobre lateralidade e espacialidades”. O estágio faz parte da grade curricular do curso de Geografia da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, com carga horária total de 100 horas mesclando entre a teoria e prática, é realizado em um espaço de ensino não escolar.

O projeto de intervenção do estágio teve como temática Orientações Cartográficas, a construção se deu a partir da projeção do desenvolvimento do lugar das crianças, a espacialização dos mesmos no seu ambiente.

De acordo com Passini (2007, p. 213) é importante à espacialização da criança no seu entorno por serem estas essenciais na construção da criança no mundo, de maneira que se estabeleça uma construção espacial de percepção e representação na evolução da leitura espacial.

Como afirma a autora à percepção das crianças nos anos iniciais contribui na construção do pensamento, de maneira que a percepção de lugar e espacialidade potencializa a leitura do seu lugar e os movimentos e pausas a sua volta. O ensino de cartografia partindo do lugar em que o sujeito está inserido potencializa a aprendizagem em sua forma mais aplicada.

Para Castellar e Moraes (2013, p.30) a aprendizagem vivenciada torna possível a observação e aplicação de conceitos, considerando importantes na construção das cartografias dos sujeitos, as várias articulações entre as espacialidades permitidas pela apreensão do olhar, fixar e denotar o conhecimento.



A aprendizagem localizada possibilita o aluno a vivenciar, aplicar e visualizar o conceito a sua realidade, de forma que o conhecimento possa ser exportado a outras realidades, a partir do local-global. Segundo (HETKOWSKI, PEREIRA, NASCIMENTO, PEREIRA, 2013, p.117) a aprendizagem localizada na realidade dos alunos potencializa o pertencimento e fortalece a relação do ser no lugar, sendo importante para a visualização do lugar a sua volta que o compreende, visualizando até mesmo as contradições implícitas.

2 METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida nesta pesquisa foi a qualitativa, partindo de pressupostos metodológicos como revisão bibliográfica em artigos, dissertações, livros e materiais pedagógicos. A pesquisa demonstra relato de experiência do Estágio Supervisionado em Geografia II, o qual foi realizado por meio de oficinas Pedagógicas, prática de jogos e atividades socioeducativas com o tema Orientações Cartográficas, noções sobre lateralidade e espacialidade.

O desenvolvimento do Estágio foi organizado em cinco etapas a serem discriminadas a seguir: observação, construção do projeto pedagógico, construção das sequências didáticas, aplicação do projeto, avaliação e sistematização das experiências.

O momento de observação se constituiu para que compreendessemos a realidade dos alunos, a organização da instituição para o subsídio do projeto de intervenção. Já a construção do projeto se deu através da revisão bibliográfica acerca da temática, posteriormente se deu a construção das sequências didáticas com o passo a passo das atividades que desenvolveríamos com os alunos, logo em seguida a aplicação do projeto através de todas as atividades, jogos e práticas desenvolvidas e por fim a avaliação e sistematização das experiências, esta última etapa se constitui uma prática reflexiva acerca das metodologias desenvolvidas, entre acertos e erros na prática pedagógica ao longo do processo.

A aplicação do projeto foi realizada através de oficinas temáticas (Lateralidade, Noções de espacialidade, Orientação cartográfica, Códigos e sinais de trânsito, Introdução ao mapa e seus tipos, Elementos do mapa.) com carga horária de 35 horas realizada ao longo de sete semanas.



O projeto do estágio foi desenvolvido na instituição Casa Rebeca contemplando crianças de 8 a 14 anos, que participam das atividades socioeducativas no período da manhã realizado nas quintas feiras no período de 08:00 até as 11:30 da manhã.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Francischett (2002, p.60) grande parte das pessoas tem dificuldade em se localizar e compreender o lugar a sua volta, realizar leituras imagéticas para se posicionarem localmente, afirmando até mesmo não gostarem de cartografia ou geografia, quando na verdade isso se realiza devido à deficiência existente acerca do conhecimento. Com isso evidenciamos a importância do desenvolvimento destas oficinas, em cada uma delas propomos atividades práticas, jogos educativos para fixação do conhecimento, tais como jogo de quebra cabeça, jogo da memória, trilha geográfica, mapas mentais, caça ao tesouro, entre tantos outros impressos.

Para Castrogiovanni (2010, p. 2) “No ensino da Geografia, a Cartografia tornou-se importante na educação contemporânea, tanto para o aluno entender às necessidades do seu cotidiano, quanto para estudar o ambiente em que vive.” Contribuindo para a percepção de lugar do aluno.

Deste modo, o ensino através da percepção do lugar, inseri o aluno em diversas possibilidades de visualizar os fenômenos que agem sobre o espaço e as implicações disso na sociedade e até mesmo em suas respectivas vidas pessoais. Contribuindo para a compreensão da geograficidade dos alunos. Por isso Simielli (2010, p.77) afirma que o cartógrafo deve cada vez mais desenvolver habilidades para materiais de uso comum das pessoas, pois cada vez mais se utilizam de mapas no cotidiano.

Segundo Lopes (2005, p.35) “o jogo para a criança é o exercício, e a preparação para a vida adulta”. Sendo o jogo a experiência dos conhecimentos em que a criança ressignifica a aprendizagem. Na articulação das atividades e jogos desenvolvemos e adaptamos sobre os temas, durante as oficinas eram estabelecido o horário de desenvolvimento de cada atividade. Desta forma Almeida e Passini (2002, p.82) contribui que o aprendizado espacial contribui para a relação interpessoal do homem, o meio e o mundo, instrumentalizando a compreensão das possibilidades de deslocamento no espaço.



4 CONCLUSÕES

O objetivo proposto neste trabalho foi alcançado, o Estágio Supervisionado em Geografia II é de suma importância para a formação de identidade docente, por meio deste conseguimos aprimorar nossos conhecimentos das práticas educativas nas oficinas geopedagógicas na Instituição Filantrópica Casa Rebeca. O estágio possibilitou experiências transformadoras no âmbito pessoal e profissional para ambas estagiárias, assim como a compreensão da relevância da cartografia nas séries iniciais como instrumento de interpretação do mundo, localização, orientação espacial contribuindo para construção dos conhecimentos geográficos dos opinandos.

REFERÊNCIAS

- CASTELLAR, S. M. V. e MORAES, J. V. de. A linguagem cartográfica: possibilidades para a aprendizagem significativa. IN: PORTUGAL, J. F.; OLIVEIRA, S. S de; PEREIRA, T. R. D. S. (org.). **(Geo)grafias e linguagens: concepções, pesquisa e experiências formativas**. 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013.
- CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; SCHAEFFER, N. O.; KAERCHER, N. (Org.) **Geografia em sala de aula. Práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; AGB, 2007.
- FRANCISCHETT, M. N. **Cartografia no ensino da geografia: construindo caminhos do cotidiano**. Rio de Janeiro: Kro Art, 2002.
- HETKOWSKI, T. M.; PEREIRA, I. B.; NASCIMENTO, F. dos S.; PEREIRA, T. T. D. S. Geotecnologias e as TIC no entendimento do espaço: uma experiência formativa na Educação Básica. IN: PORTUGAL, J. F.; OLIVEIRA, S. S de; PEREIRA, T. R. D. S. (org.). **(Geo)grafias e linguagens: concepções, pesquisa e experiências formativas**. 1.ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013.
- LOPES, Maria da Glória. **Jogos na educação: criar, fazer, jogar**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ALMEIDA, R. D; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 2002.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

RIOS, K. A. N. e RIOS, R. B. Saberes cartográficos e ação social: ensino, representação/compreensão da Cartografia em comunidades tradicionais. IN: PORTUGAL, J. F.; OLIVEIRA, S. S de; PEREIRA, T. R. D. S. (org.). (Geo)grafias e linguagens: concepções, pesquisa e experiências formativas. 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013.

SIMIELLI, Maria Elena R. Simielli. **Geoatlas**. 32ª ed.. São Paulo: Editora Ática, 2009.



JOGOS ELETRÔNICOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: A RELEVÂNCIA DO ESTADO DA ARTE NA PESQUISA

Douglas Basilio da Silva¹; Clézio dos Santos²

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- kllasdb@gmail.com¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - cleziogeo@yahoo.com.br²

1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje é inegável a presença das tecnologias da informação em todos os cantos e recantos do cotidiano. Cada vez mais as pessoas estão conectadas as diversas plataformas de mídia. Na última década vemos a mídia dos jogos eletrônicos ganhar força exponencial no mercado nacional.

A mídia dos jogos eletrônicos tem se consolidado de forma rápida e crescente no cotidiano das pessoas, se tornando uma prática de lazer do dia a dia comum e rotineira, ocupando o tempo que antes não ocupava, como o trajeto de ida e volta para o trabalho.

A partir disso percebemos a existência potencial nesta linguagem que se desdobra como lúdico para novas formas de representação espacial. Assim os jogos atuam com o mesmo papel que as mídias cinema, literatura e música, podendo ilustrar, representar e propor uma comunicação entre processos e fenômenos.

O objetivo geral da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO/UFRRJ) é compreender e analisar como os jogos eletrônicos podem ser potencializadores dos saberes espaciais como representação do espaço geográfico no ensino da geografia. Já o objetivo deste texto é apresentar o estado da arte sobre a temática jogos eletrônicos no ensino de geografia.

A pesquisa busca entender quais são os enlaces entre representação espacial, educação geográfica e pensamento espacial. Utilizamos o método de pesquisa qualitativa, verticalizado ao Estudo de Caso na escola pública Estadual Mestre Hiram no município de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense.

2 METODOLOGIA



A pesquisa se ancora nas premissas da pesquisa qualitativa na educação, pautada no estado da arte, utilizado para mapear as pesquisas produzidas durante 5 anos (2014-2019). O estado da arte nos serve aqui para nos guiar na travessia de campos menos conhecidos por nós. Neste sentido esse método tem um objetivo claro de agrupar produções científicas de um certo campo de estudos, sob esse aspecto. Entretanto, vale frisar, que outras pesquisas nesta temática anteriormente confeccionadas, nesse mesmo período temporal linear aqui estipulado, foram consideradas e mencionadas por nós como cruciais para o campo de estudo em questão, que vamos detalhar neste trabalho e a pesquisa-ação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no levantamento bibliográfico, um esforço grande foi realizado para mapear os estudos relacionados aos jogos eletrônicos e geografia. Portanto, este tópico tem como propósito demonstrar a contribuição da geografia referente aos estudos sobre representação espacial a partir dos jogos eletrônicos, usando o método estado da arte em pesquisas que abarcam a temática.

Drummond (2014) caracteriza os jogos eletrônicos como campo mídia/linguagem, isto é, que exprime uma representação do mundo, resultando em um universo que sobretudo dispõe de uma geograficidade. Pinheiro (2006) afirma que os jogos eletrônicos ganham força pela criação de uma nova forma de entretenimento a partir da década de 80, e se projetam da década de 90 para 2000 de forma exponencial. Vale ressaltar que essa temática ainda hoje se torna pouco explorada, sobretudo na geografia. Entretanto, uma das áreas da ciência que se debruçaram de forma sistemática sobre o tema foi a psicologia, que tinha como objetivo central a busca pelo entendimento representativo da violência e o quanto os jogos estimulavam os jogadores a serem violentos. Estudos importantes que destacam essa lacuna são: Rocha e Eckert (2002); Retondar e Bonnet, (2016); Domingues e Hernandez (2010); De Aguiar Silva e Pereira (2017); Da Silva Cavalli et al. (2017).

Nosso horizonte enquanto pesquisa é traçar uma linha tênue em três conceitos chaves sendo eles: representação espacial, pensamento espacial e mídia/linguagem, dentro de uma perspectiva voltada para o ensino de geografia buscando pensar em formas



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

de utilizar a partir dessa capacidade de representar o espaço de forma ludológica a partir da interação ativa dos estudantes/jogadores entre jogos eletrônicos e geografia fomentando a construção do pensamento espacial potencializado pelos jogos eletrônicos.

Dentre os trabalhos selecionados até o momento apenas um não conversa com o tema de pesquisa, entretanto a pesquisa Dotto (2016) intitulada “O Uso de Jogos de RPG na Gestão de Conflitos Socioambientais e Proteção do Geopatrimônio Hídrico no Município De Itaara”, contribui para o campo da geografia no que se refere a recurso metodológico de um tipo de jogo não eletrônico, o Role-Playing Game.(RPG). Embora se tenha jogos eletrônicos do estilo RPG. A dissertação de Drummond (2014) de título “Representação Espacial nos Videogames: Explorando o caso Simcity 4”, contribui para a compreensão da representação espacial através dos jogos eletrônicos. Se constitui como um estudo que fundamenta os jogos eletrônicos enquanto mídia e linguagem, sendo para esta pesquisa fundamental.

O trabalho “Contribuições do Jogo Cognitivo Eletrônico ao Aprimoramento da Atenção no Contexto Escolar” de Ribeiro (2015) estabelece uma importante conexão no que se refere a relação do ensino com a psicologia, onde demonstra de fato que os jogos eletrônicos podem ser para além de um entretenimento “caro” e de um mero “passa tempo” quando utilizado de forma dosada e entrelaçada com objetivos pedagógicos para gerar desenvolvimento de habilidades cognitivas importantes para a formação do ser social de um indivíduo.

O estudo de Santos (2017) chamado de “A utilização do Jogo Minecraft como uma Ferramenta Didático-pedagógica na Valorização do Ensino Lúdico”, é pertinente por dialogar diretamente com o objeto da nossa pesquisa, neste sentido será de extrema utilidade para o avanço no que se refere a construção da atividade prática deste trabalho. A pesquisa “A Geografia dos/nos Jogos Eletrônicos: Diálogos Entre Games, Espaço e Ensino” do autor Lima (2018) encontram-se indisponível no momento na plataforma, entretanto se faz presente a relevância deste trabalho a fim de catalogar e selecionar como futura leitura e referência para o avanço desta pesquisa.

4 CONCLUSÕES

Pensar em geografia é pensar em formas de explicar o mundo a sua maneira, sua especificidade científica. Podemos perceber a existência da geograficidade em diversas



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

linguagens de leitura de mundo. Para tanto, qual seria a importância de novas formas de ler o mundo para a geografia? Nesta temática pouco explorada, o estado da arte enquanto metodologia auxilia a ampliação e sistematização dos estudos já realizadas nas instituições brasileiras. Essa pesquisa e releitura do tema, se faz necessário um esforço de compreensão quanto ao nível de profundidade representativa. Os jogos eletrônicos já são pesquisados por diversas áreas da ciência, a área educacional e a da psicologia contemplam uma gama de estudos vastos com diversas abordagens, entretanto a geografia ainda caminha a passos lentos a fim de explorar esse campo com grande potencialidade fundamental no ensino de geografia para o mundo atual. A pouca imersão no tema demonstra que ainda é necessário se debruçar sobre a área de várias formas possíveis, para tanto esta pesquisa se assegura como urgente frente ao dos jogos eletrônicos no ensino de geografia e na escola como uma mídia a ser utilizada como recurso pelo professor. As pesquisas aqui mencionadas preenchem uma lacuna exposta e que ainda necessita ser explorada pela ciência geográfica. Esta pesquisa nos revelou a necessidade latente em catalogar em forma de registro os avanços das pesquisas na temática. O que nos possibilita também na confecção de um almanaque dos jogos eletrônicos relacionado ao ensino de geografia.

REFERÊNCIAS

- DA SILVA CAVALLI, F.; TREVISOL, M.; VENDRAME, T. Influência dos jogos eletrônicos e virtuais no comportamento social dos adolescentes. *Psicologia Argumento*, v. 31, n. 72, 155-163, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20467/19725>> Acesso em: 28 set. 2019.
- DE AGUIAR SILVA, S; PEREIRA, C. J. Videojogos proibidos: uma reflexão à luz do entretenimento e do imaginário. *Revista Científica UniFatecie*, v. 2, n. 2, p. 52-66, 2017. Disponível em: <<https://unifatecie.edu.br/revistacientifica/index.php/revistafatecie/article/view/8>> Acesso em: 14 Jul. 2019.
- DOTTO, B. C. **O uso de jogos de rpg na gestão de conflitos socioambientais e proteção do geopatrimônio hídrico no município de itaara**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria. RG - Santa Maria, 2016.
- DOMÍNGUEZ, A.; HERNÁNDEZ, V. Análise de Jogos Eletrônicos violentos, proposta de cenários considerando a coletividade e regras numa perspectiva ética para o projeto de jogos eletrônicos solidários. In: **I ENCONTRO FRANCO BRASILEIRO DE JOGOS NO**



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

SBGAMES 2010 -PB, Maceió-AL Campina, 2010. IX Simposio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital. Florianópolis – SC. 22-30. Disponível em: < <http://www.sbgames.org/sbgames2016/downloads/anais/156400.pdf>> Acesso em: 15 Jul 2019.

DRUMMOND, W. Geografia nos videogames: representação e discurso espacial no game simulador SimCity 4. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-PPGG. 2014.

GOMES, P. Cenários para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: ROSENTAL, Z. e CORRÊA, R. L. (org.) **Espaço e Cultura: pluralidade temática.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.187-210.

HERNÁNDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho; trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 147.

LIMA, M, R. O. A geografia dos/nos jogos eletrônicos: diálogos entre games, espaço e ensino. 2015. Tese, Programa de Pós Graduação em Geografia da UERJ. Rio de Janeiro. 2018.

PINHEIRO, C. M. P. A história da utilização dos games como mídia. Revista Observatório. São Paulo , v. 3, n. 5, 216-250. 2006.

RETONDAR, J. J. M.; BONNET, J. C.; HARRIS, E. R. Jogos eletrônicos: corporeidade, violência e compulsividade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 3-10, 2016. Disponível em: < <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/1686/0>> Acesso em: 15 de jun . 2019.

RIBEIRO, S. Contribuições do jogo cognitivo eletrônico ao aprimoramento da atenção no contexto escolar. 2015. 196 f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Imagens de violência e jogos perigosos, vulgarização da barbárie e projeções de cenas sociais?. Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre,. N. 6 (2002), 20 p., 2002. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9136>> Acesso em: 18 de jun. 2019.

SANTOS, T. N. A Utilização do jogo Minecraft como uma Ferramenta Didático-Pedagógica na Valorização do Ensino Lúdico. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado Tecnolgiaas da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Araraguá. 2017.

VALDELLOS, A. M. S.Videojuegos como dispositivos culturales: las competencias espaciales en educación. **Comunicar: Revista científica iberoamericana de comunicación y educación**, Espanã, n. 34, p. 183-189, 2010. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3167056>> Acesso em: 20 de jun. 2019.



PORTFÓLIO DIGITAL WIX NO PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: ORGANIZAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E REFLEXÃO

Efigênia Rocha Barreto da Silva¹; Danielma Ferreira da Rocha²

Universidade do Estado da Bahia-efy.geninha@gmail.com¹

Universidade do Estado da Bahia-danielma.dfdr@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

Estágio faz parte das grades curriculares de todos os cursos de licenciatura no Brasil que são regulamentadas pela Resolução CNE/CP nº 1/2002 e CNE nº 2/2002, o estágio tem como providência qualificar os estudantes de graduação a experiência, a práxis necessária para a formação do futuro profissional que adentrará o mercado de trabalho.

O momento de estágio supervisionado possibilita ao aluno vivenciar a realidade da educação e algumas possibilidades e limitações no sentido profissional e humano na educação básica. De forma que Ponschuska (1993, p.237) contribui que o aluno de graduação idealiza um super poder, de sanar os problemas da educação assim que adentrar o mercado de trabalho.

Para Pimenta e Lima (2004, p. 112) o estágio é um momento importante para a construção da identidade, pois permite ao aluno de graduação o alinhamento entre teorias, práticas e conhecimento científico advindo da universidade, esta articulação e transposição com a realidade remonta o estagiário a luz do futuro profissional.

1.1 SITUANDO A PESQUISA

A pesquisa ocorreu a partir da experiência e vivências no semestre 2019.2 na disciplina de Estágio Supervisionado em Geografia III, no curso de licenciatura plena em Geografia da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas- Campus IV.

2 METODOLOGIA

2.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE A PARTIR DO PORTFÓLIO



A proposta de construção do portfólio foi demandada por as respectivas professoras da disciplina de estágio, seguindo as orientações para criação de conta na plataforma gratuita do WIX. A designação decorreu com intuito de construção processual, para transposição dos percursos de cada etapa do estágio.

Segundo Fazenda (1996, p. 16) cada etapa do estágio é vista apenas como um dever a ser cumprido de horas exigidas para a formação, sem a devida reflexão e envolvimento no processo pedagógico.

A construção do portfólio digital nos remete a um convite para construção e reflexão das práticas, para um envolvimento processual de todas as fases, que são elas: aproximação com a escolha da escola, observação, coparticipação, construção do projeto, regência, avaliação da prática.

As fases processuais do estágio supervisionado é um convite ao aluno de graduação se solidificar na construção do futuro profissional, o ser professor, caracterizando a identidade de formação do educador, enquanto experiência que o remete a teoria e a prática alinhadas em sala de aula. Refletindo Toniazzo (2000, p.73)

A teoria e a prática são duas faces que se complementam. Assim sendo, a Didática implica no desenvolvimento cognitivo intelectual, com progressos na afetividade, moralidade ou sociabilidade, por condições que são do desenvolvimento humano integral, pois com a Didática, como disciplina e campo de estudos, tende acelerar o progresso no sentido de uma autoconsciência de sua identidade, encontrada no seu núcleo central e de sua necessária interdisciplinaridade. (2000, p. 73)

Sendo necessária a compreensão da reflexão das práticas alinhadas às teorias que consiste na didática, como é estabelecido as relações entre o ensino, professor, estagiário e aluno no momento de estágio. Na construção do portfólio, era necessária a sistematização de cada etapa concluída, de maneira que iniciamos na aproximação da escola, assim observamos a estrutura, funcionamento da instituição e assim alinhar com as teorias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A próxima etapa seguiu com as observações das aulas do profissional regente de geografia, na qual estávamos atentos a didática do professor, assim como a teoria de aprendizagem adotada por o mesmo e a instituição, essa apreensão auxiliou a construção do projeto, das sequências didáticas que aplicaríamos a seguir na regência, as observações são fundamentais para tal preparação. Desta maneira a observação remonta ao estagiário a



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

reflexão da prática na sala de aula, estando atentas as minúcias que subsidiam o processo de estágio. Como afirma Tardif:

[...] o ensino é uma atividade humana, um trabalho interativo, é a socialização do conhecimento. É perseguir finalidades, elaborando estratégias e esquemas cognitivos e simbólicos, em função dos condicionantes (assunto, grau de dificuldade dos alunos, motivação, dentre outros). (TARDIF, 2002, p. 176)

A socialização na transcrição e teorização da observação contribuem na sistematização das ideias e possibilidades do estagiário, enquanto atuante no envolvimento da prática pedagógica. Depois de finalizado a etapa da observação, inicia outra etapa de coparticipação em que idealizamos, construímos e refletimos junto ao professor regente práticas pedagógicas a serem aplicadas em conjunto, para uma aproximação e alinhamento de ideias entre professor e aluno.

Ao fim da coparticipação iniciamos então a regência, na qual estabelecemos diálogos e práticas pedagógicas individuais com os alunos, esta etapa demanda construção de projeto de intervenção, elaboração de sequências didáticas semanais, essas práticas possibilitam a sistematização de atividades exitosas e os fracassos, uma importante reflexão acerca da construção do portfólio digital, acompanhando a evolução constante entre as várias etapas, assim como a socialização dos portfólios dos colegas demonstra a necessidade de adequação e contextualização das práticas.

Nas explanações de Simielli para a reflexão das práticas.

Mais do que uma transposição didática trata-se de uma verdadeira reconstrução do saber geográfico sobre bases parcialmente diferentes, porque as finalidades, os objetivos e os meios da prática de geografia não são os mesmos na universidade e no ensino médio. (SIMIELLI, 1993, p.93)

As reflexões acerca das atividades exitosas e os fracassos se dão a partir da transposição como salienta a autora, já que a discussão científica da academia em si não é capaz transpor as demandas sociais e as dificuldades da educação básicas para a compreensão geográfica do aluno.

Com a construção de uma identidade profissional, a construção de um material de acompanhamento e sistematização das vivências possibilita uma revisita as antigas etapas, a problematização e contribuição teórica para articular as ideias.

A sistematização das experiências nos portfólios possibilitou uma interação entre os estagiários, de maneira que os colegas podiam acompanhar as atividades, os processos, as



angústias dos colegas, assim como reflexões acerca da própria experiência, demonstrando a relevância da interação e da fomentação das etapas na plataforma, facilitando a interação entre os estagiários, cada um em sua vivência singular de estágio. Assim como retrata Freitas & Fiorentini.

[...] o professor, ao narrar de maneira reflexiva suas experiências aos outros, aprende e ensina. Aprende, porque, ao narrar, organiza suas ideias, sistematiza suas experiências, dá-lhes sentido e, portanto, novos aprendizados para si. Ensina, porque o outro, diante das narrativas e dos saberes de experiências do colega, pode (re) significar seus próprios saberes e experiências. (FREITAS & FIORENTINI, 2007, p.66)

Corroborar com a iniciativa das professoras regentes de potencializar as trocas das experiências, através do compartilhamento de ideias e materiais nos respectivos portfólios, em que todos compartilhassem o link de acesso em grupo, para promover a discussão e a futura apresentação do produto do ciclo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma destacamos a validação da experiência na construção da identidade docente enquanto estagiários, a partir da organização, sistematização e reflexão da práxis. Já que o Portfólio digital possibilita os estagiários rever as experiências, a sua evolução na trajetória acadêmica e profissional, além de servir como fonte de informações para auxiliar discentes de graduação em licenciatura que estarão no processo de estágio.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Resolução nº 269, de 31 de maio de 2004. Aprova a implantação do redimensionamento do Currículo do Curso de Formação de Professores – Licenciatura Plena em Geografia. **CONSU/UNEB**, Salvador, 2004.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. **Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar**. Cad. CEDES, Campinas, v. 25, n. 66, p. 209-225, maio/ago. 2005. Disponível em: . Acesso em: 22 jan. 2017.

FREITAS, M. T. M.; FIORENTINI, D. As possibilidades formativas e investigativas da narrativa em educação matemáticas. **Horizontes**, v.25, p. 63-67, 2007.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Magistério. Serie Formação de professor).

PIMENTA, S. G. e LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTUSCHKA, N. N. A Geografia: Pesquisa e ensino. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

SIMIELLI, M. E. R. Entender e construir mapas para crianças. In: Colóquio Cartografia para crianças, 1, 1995, **Resumos**. Rio Claro: UNESP/USP, 1995. p. 78-81.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, Rio de Janeiro, vozes. 2002.

TONIAZZO Neoremi de Andrade. **Didática: a teoria e a prática na educação**. Disponível em: < http://www.famper.com.br/download/pdf/neoremi_06.pdf> Acesso em: 25 de set. 2018.



REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, À LUZ DA REFORMA CURRICULAR NORMATIZADA PELA BNCC

Gabriel de Lima Germano¹; Ramon de Oliveira Bieco Braga²; Clevisson Junior Pereira³

Uniandrade-gabrielgermano94@gmail.com¹

Uniandrade-ramonbieco@hotmail.com²

Uniandrade-clevisson@hotmail.com³

1 INTRODUÇÃO

O debate a respeito da reformulação da educação, conforme exposto por Corti (2019), está presente a décadas no Brasil. A proposta mais recente referente a essa temática é a mudança na estrutura de funcionamento do Ensino Médio.

Dessa forma, a proposta do novo Ensino Médio dividi esse segmento da educação em duas partes. A primeira referente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento de caráter normativo para as secretarias estaduais e municipais elaborarem seus currículos escolares. A segunda parte são os itinerários formativos, sendo esses um conjunto de situações e atividades educativas, que o(a) discente poderá escolher qual cursar, que tem como objetivo aprofundar e ampliar as aprendizagens em uma ou mais áreas de conhecimento (BRASIL, 2018).

Nesse quadro de alterações no ensino de Geografia, segundo a BNCC (BRASIL, 2018), a reforma do Ensino Médio adquire a importante função de fornecer ao discente ferramentas para que o(a) esse/essa possa ao sair do Ensino Médio, interpretar os fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos que ocorrem à sua volta nas diferentes escalas.

Todavia, esse saber passa por um momento de instabilidade com a implementação da nova BNCC, haja vista que a Geografia não aparece nem como componente curricular obrigatório, podendo, futuramente, perder valor e espaço no ambiente educacional (SIQUEIRA, 2019).

2 METODOLOGIA



A metodologia adotada nesta pesquisa foi a documental, tendo como materiais as leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014), a Reforma do Ensino Médio em tempo integral (BRASIL, 2017) e a BNCC (BRASIL, 2018). Estas leis foram analisadas com base nas reflexões científicas acerca do ensino de Geografia, desenvolvidas por Girotto (2016), Guimarães (2018), Corti (2019), Freire (2019) e Laval (2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme estabelecido no artigo 9º das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), cabe a União, em colaboração com os Estados e Municípios, estabelecer competências e diretrizes para a educação básica, que nortearão a elaboração dos currículos. Com fundamento no artigo anteriormente citado, a proposta de criação da BNCC está contemplada na meta 7, estratégia 7.1, do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), sendo estabelecida a implantação de diretrizes pedagógicas e a elaboração da base.

A BNCC apresenta uma seleção de competências, conceitos, objetivos e habilidades que os(as) discentes de todo o ensino básico brasileiro devem desenvolver. Sendo um documento que serve como base para que as secretarias estaduais e municipais elaborem seus currículos escolares, a homologação da BNCC representa um importante momento para a educação brasileira nas próximas décadas. Assim sendo, interpretar os interesses que nortearam a construção desse documento é importante para que se possa vislumbrar em qual caminho a educação brasileira está se direcionando.

De acordo com Guimarães (2018), a elaboração da BNCC foi marcada pela imposição de ideias de alguns grupos e a reduzida participação dos(as) docentes, dos profissionais da educação e da sociedade geral. A falta de diálogo com os atores educacionais e a comunidade foi denunciada por Lima, et. al. (2016), Costa, Rodrigues e Stribel (2019) e pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB, 2017), que lamentou o fato de que nenhuma das recomendações encaminhadas pela entidade, nas duas consultas públicas que culminaram na BNCC, foram consideradas.



A BNCC (BRASIL, 2018) no Ensino Médio está estruturada em quatro áreas de conhecimento, e para cada área apresenta as respectivas competências gerais a serem desenvolvidas ao longo da educação. Ainda segundo o mesmo documento, uma competência é definida “como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana” (BRASIL, 2018, p.8).

Essa “lógica das competências” (sic.), segundo Laval (2019), estimulada pela BNCC (BRASIL, 2018), ao que parece prioriza qualidades empregáveis e mercadológicas ao invés de conhecimentos realmente apropriados ou competências intelectuais. De acordo com a reflexão de Laval (2019), tais concepções apresentam um sério risco de ‘desintelectualização’ (sic.) e desinformação no processo de aprendizagem.

Ressalva-se que atrelada às mudanças inerentes a BNCC (BRASIL, 2018), ocorrerá a redução curricular da formação básica, que passará das 2.400 para 1.800 horas. Desse modo, apenas os(as) discentes que escolherem continuar os estudos na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, continuarão tendo aula de Geografia.

Com essa redução da carga horária, será inevitável a seleção de quais saberes serão ministrados ao longo do Ensino Médio para os(as) discentes da formação básica. Conforme a própria BNCC (BRASIL, 2018) explicita, o Ensino Médio apresenta componentes curriculares em excesso, o que evidencia a redução que o currículo escolar sofrerá. A redução na carga horária fatalmente diminuirá a seleção dos conteúdos escolhidos para serem ministrados no Ensino Médio, e os conteúdos escolhidos terão como base os objetivos da BNCC – que teve pouca participação dos diferentes atores educacionais em sua elaboração.

Conforme mencionado por Costa, Rodrigues e Stribel (2019), a Geografia vem sendo abordada nesse contexto da BNCC de modo que reduz as contribuições dessa disciplina. Nesse sentido, Lima, et. al. (2016) apontam o esvaziamento dos conteúdos geográficos, colocando em xeque o papel da Geografia escolar.

Para Guimarães (2018), o documento, por trazer de modo detalhado todas as habilidades e aprendizagens específicas que os(as) discentes devem desenvolver nas aulas de Geografia, exibe um caráter centralizador, dificultando, desse modo, a flexibilização do currículo tão necessária para atender as diferentes realidades dos discentes brasileiros.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

De acordo com Freire (2019), existem muitos exemplos de planos de aula que falharam, pois partiram de uma visão pessoal da realidade, sem respeitar as necessidades do público alvo. Assim, a BNCC tem como objetivo melhorar a qualidade da educação brasileira, entretanto, para Girotto (2016), idealizar uma mudança na qualidade da educação brasileira focada apenas na reformulação do currículo é enfrentar um problema multidimensional com uma perspectiva unidimensional.

4 CONCLUSÕES

Com base nas informações explicitadas na presente pesquisa, a BNCC se apresenta como um documento elaborado de forma centralizadora e que contou com pouca participação dos diferentes atores do processo de ensino e aprendizagem em sua elaboração.

Ademais, o documento traz como proposta para a melhora da qualidade da educação a reestruturação curricular. Todavia, a simples reelaboração do currículo escolar não é sinônimo de uma melhora da qualidade educacional, por mais bem-intencionada que seja a proposta. O problema educacional brasileiro vai além da necessidade de um novo currículo e passa por medidas que articulem uma formação profissional adequada, que valorizem e estimulem os professores, que corrijam as superlotações das salas de aulas e os problemas físicos das escolas.

A Geografia perde espaço escolar na BNCC e fica aquém do seu potencial. Ela também não é considerada componente curricular obrigatório e o seu texto na referida Base não contou com a participação dos educadores da área, o que enfraquece a sua qualidade e diminui o seu alcance.

Por se tratar do início da implantação das reformas, o acompanhamento das alterações se faz necessário pelos diversos atores da comunidade escolar e agentes públicos. A importância do momento presente, e a magnitude das reformas educacionais em curso, tornam ainda mais relevante e premente que todos os profissionais do ensino da Geografia se mantenham informados e monitorem as mudanças por vir.



REFERÊNCIAS

AGB - ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Dialogar e resistir**: porque dizemos não à nova base nacional comum curricular. 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/g8bDP>> Acesso em: 14/08/2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF: MEC, 2018. Disponível em: <<https://bityli.com/ofbYP>> Acesso em: 10/09/2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://bityli.com/XnI0a>> Acesso em: 10/09/2020.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<https://bityli.com/BWfdT>> Acesso em: 10/09/2020.

BRASIL, Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <<https://bityli.com/GT45u>> Acesso em: 10/09/2020.

CORTI, A.P. Ensino Médio: entre a deriva e o naufrágio. In: CÁSSIO, F. (org.) **Educação Contra a Barbárie**. São Paulo/SP: Boitempo, 2019. p.47-52.

COSTA, H. H. C.; RODRIGUES, P.F; STRIBEL, G.P. Teoria curricular e geografia: convites à reflexão sobre a BNCC. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas/SP, v. 09, n.17, p. 86-108, jan./jun. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo/SP: Paz e Terra, 2019.

GIROTTI, E. D. Dos PCNS a BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro/RJ, n.30, p. 419-439, set. 2016.

GUIMARÃES, I.V. Ensinar e aprender geografia na base nacional comum curricular (BNCC). **Ensino em Revista**. Uberlândia/MG, v.25, n. especial, p. 1036-1055, 2018.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**. São Paulo/SP: Boitempo, 2019.

LIMA, M. C.; OLIVEIRA, M. L. V. M.; SILVA, A. C. DA; SANTOS, F. R.; DAMASCENO, F. J. L.; BARBOSA, M. E. S.; PORTELA, E. M. C.; SILVA, V. P. DA. A geografia na Base Nacional Comum Curricular: inconsistências e impropriedades da proposta do MEC. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral/CE, v. 18, n. 01, p.163-170, jul. 2016.

SIQUEIRA, A. S. T. **Entre os PCNS e a BNCC**: discursos sobre integração curricular na geografia. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2019.



PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ENSINO DE CARTOGRAFIA E GEOGRAFIA PARA ESTUDANTES SURDOS

Giulia Gonçalves Arigoni Nicacio¹; Clézio dos Santos²

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – giuliaarigoni@id.uff.br¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – cleziogeo@yahoo.com.br²

1 INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho é parte do projeto de pesquisa de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, *Ensino de Geografia para surdos: (re)pensando algumas práticas para a alfabetização cartográfica*. Tal projeto tem como objetivo promover a discussão sobre o ensino de Geografia para discentes com surdez e desenvolver material didático e estratégias de ensino específicas sobre a leitura e confecção de mapas em perspectiva bilíngue na escola inclusiva Escola Municipal Monteiro Lobato em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense (RJ). Aqui trazemos, além da breve apresentação de nosso projeto, um levantamento do tipo “estado da arte” da produção acadêmica sobre o ensino de Geografia e da Cartografia para surdos e sobre a inclusão; descrevendo e quantificando, assim, um panorama de como a educação de surdos vem sendo abordada dentro da Geografia. Estes dados demonstram que, apesar do aumento de trabalhos nos últimos anos, estes ainda são escassos, evidenciando que o ensino de surdos não tem sido amplamente discutido no âmbito da Geografia. Assim, há uma grande lacuna de produção nesse sentido, o que nos leva a buscar referências e metodologias em outras áreas do conhecimento e acarreta a não divulgação de estratégias de ensino que possam auxiliar professores em seu fazer. Isto revela uma falta de atenção à inclusão da pessoa surda, que à primeira vista pode parecer simples, mas que no fim leva, muitas vezes, a uma exclusão mascarada de inclusão. O aumento de trabalhos nessa área deve servir para um maior conhecimento sobre a realidade e especificidade do surdo. E esperamos que este projeto possa contribuir um pouco para tanto.

2 METODOLOGIA



Neste texto pretendemos discutir sobre o que se têm produzido na temática do ensino de Cartografia para estudantes surdos. Desta maneira, buscamos contribuir para uma sistematização inicial das abordagens que têm sido realizadas na área investigada por nós, inventariando e analisando pesquisas em diversos catálogos de eventos importantes na área.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento bibliográfico no início de pesquisas auxilia no estabelecimento de uma visão global da produção acadêmica a respeito da temática estudada tal como revela avanços, lacunas e tendências. As pesquisas denominadas de estado da arte são de caráter bibliográfico e inventariante e têm o objetivo de catalogar e descrever a produção científica de determinada área, em determinado período (Ferreira, 2002, p. 258). Ressaltamos que a disponibilidade dos catálogos de maneira virtual amplia as possibilidades na análise de dados e no estabelecimento de panoramas sobre as pesquisas. Assim, em um primeiro momento buscamos de maneira mais geral pesquisas sobre o ensino inclusivo em anais de eventos de grande importância na área de ensino de Geografia: Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia (ENPEGE) – evento vinculado a Associação Nacional de Pós Graduação em Geografia (ANPEGE), foram analisados os anais dos eventos 2017 e 2019; Encontro Nacional de Ensino de Geografia (Fala Professor (a)!) – evento vinculado a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), foram analisados os anais do evento de 2015; Colóquio de Cartografia para Crianças e Escolares (CCCE) – foram analisados os eventos de 2009, 2011, 2013 e 2016.

No ENPEGE de 2017, de 300 trabalhos apenas 11 são sobre temáticas do ensino inclusivo, sendo 2 para surdez. Na versão de 2019 do evento, de 450 trabalhos, 12 são sobre educação inclusiva dos quais 2 sobre surdez. Nos anais do Fala Professor (a)! de 2015, foram 8 trabalhos sobre inclusão e apenas 1 sobre os surdos. Já nos CCCEs nas edições de 2009 e 2013, em torno de 10% dos trabalhos retratavam sobre a questão da inclusão, nenhum sobre surdos. Em 2011, dos 20% que retratavam sobre a inclusão somente 1 trazia algo sobre o ensino de surdos, repetindo-se o mesmo em 2016, quando dos 7% sobre inclusão no geral, 1 trazia a temática do ensino de surdos.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

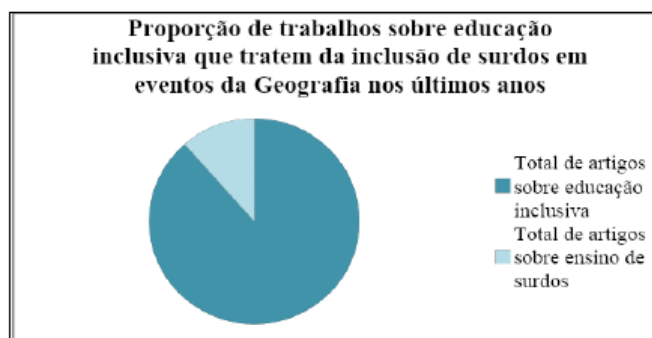
19, 23 e 27 de outubro de 2020

Enquanto isso, em nível de pós-graduação na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foram encontradas 11 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado, publicadas entre 2003 e 2019, sobre o ensino de Geografia para surdos. Destas, apenas 2 tratam diretamente da Cartografia. Na plataforma do Google Acadêmico encontram-se também 4 Trabalhos de Conclusão de Curso específicos sobre o ensino de Cartografia para estudantes com surdez, publicados entre 2016 e 2018, e 7 artigos sobre tal temática.

Relação entre a produção científica sobre a educação inclusiva e o ensino de surdos em eventos da Geografia nos últimos anos

	Número de artigos sobre educação inclusiva no geral	Número de artigos específicos sobre o ensino de surdos
ENPEGE 2017 e 2019	23	4
Fala Professor (a)! 2015	8	1
CCCE 2009 a 2016	30	2

Elaborado pelos autores, 2020.



Elaborado pelos autores, 2020.

Estes dados demonstram que, apesar do aumento de trabalhos nos últimos anos, estes ainda são escassos, evidenciando que o ensino de surdos não tem sido amplamente discutido no âmbito da Geografia. Assim, há uma grande lacuna de produção nesse sentido, o que nos leva a buscar referências e metodologias em outras áreas do conhecimento e acarreta a não divulgação de estratégias de ensino que possam auxiliar professores em seu fazer. Neste sentido, nosso trabalho busca, dentro do ambiente acadêmico da Geografia, ampliar a discussão sobre o ensino de Cartografia para discentes surdos, com a elaboração de materiais didáticos específicos juntamente com estratégias de ensino focados em recursos visuais, na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e na escala local (o espaço escolar). A prática



proposta em nosso projeto aconteceu através de oficinas durante aulas de Geografia para turmas de sexto, oitavo e nono ano, da Escola Municipal Monteiro Lobato, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, em perspectiva inclusiva. Durante as atividades tomamos o mapa como algo além de um recurso secundário e demonstramos aspectos básicos sobre leitura, confecção e uso de mapas. Utilizamos como apoio um material impresso que utilizava muitas imagens, os sinais em Libras e uma linguagem simples, que aliados com a interpretação em Libras foi acessível tanto aos estudantes surdos quanto aos ouvintes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estado da arte revela que as publicações sobre as temáticas abordadas aqui são escassas. Com o grande número de estudantes surdos nas escolas inclusivas, cabe-nos questionar a razão dessa baixa produtividade. Em campo, muitos afirmam que a inclusão do surdo é “mais fácil”, pois está se dá somente com a presença de intérpretes. Tudo isto mostra que ainda há um longo caminho a percorrer para a compreensão das diferenças na escola e para uma preocupação mais efetiva com a aprendizagem de conceitos geográficos para *todos*. Assim, sendo o mapa um modo de espacialização de fenômenos e essencial para a Geografia, é relevante discutirmos metodologias que integrem a Língua de Sinais à linguagem cartográfica para o ensino significativo de Cartografia para discentes com surdez, sempre de acordo com uma visão socioantropológica da surdez. Abrem-se possibilidades de exploração de múltiplos meios e múltiplas linguagens no ensino.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, n° 79, Agosto/2002. p. 257-272.

Portal de Periódicos CAPES/MEC. Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: 14 Jul. 2019.

COLÓQUIO DE CARTOGRAFIA PARA CRIANÇAS E ESCOLARES, 6, 2009, Juiz de Fora. **Anais do VI Colóquio de Cartografia para Crianças e Escolares e II Fórum Latinomaericano de Cartografia para Escolares**. Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <<http://cartografiaescolar.blogspot.com/2009/08/vi-coloquio-de-cartografia-para.html>> . Acesso em: 05 out. 2020

COLÓQUIO DE CARTOGRAFIA PARA CRIANÇAS E ESCOLARES, 7, 2011, Vitória. **Anais do VII Colóquio de Cartografia para Crianças e Escolares**. Vitória,



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

2011. Disponível em: < https://cartografiaescolar2011.wordpress.com/anais_trabalhos-apresentados-em-comunicacoes-orais-e-posteres/ >. Acesso em: 5 out. 2020.

COLÓQUIO DE CARTOGRAFIA PARA CRIANÇAS E ESCOLARES, 8, 2013, São João Del-Rei. **Anais do VIII Colóquio de Cartografia para Crianças e Escolares**. São João Del-Rei, 2013. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/coloquiodecartografia/trabalhos_aceitos.php> Acesso em: 5 out. 2020.

COLÓQUIO DE CARTOGRAFIA PARA CRIANÇAS E ESCOLARES, 9, 2016, Goiânia. **Anais do IX Colóquio de Cartografia para Crianças e Escolares**. Goiânia, 2016. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/10c2d1_19939615b2164018bc38913fbf5ef41c.pdf> Acesso em: 05 out. 2020.

ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 8, 2015, Catalão. **Anais do VIII Encontro Nacional de Ensino de Geografia**. Catalão, 2015. Disponível em: < <https://www.falaprofessor2015.agb.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=6> >

Acesso em: 05 out. 2020.

ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA: CONHECIMENTOS DA GEOGRAFIA: PERCURSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 13, 2017, Belo Horizonte. **Anais do XIII Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**. Belo Horizonte: IGC, 2017. Disponível em: < <http://www.igc.ufmg.br/images/caderno-resumosXIIENPEG.pdf> >. Acesso em: 05 out. 2020.

ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS, LINGUAGENS E TRAJETÓRIAS, 14, 2019, Campinas. **Caderno de Resumos do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**. Campinas, 2019. Disponível em: <<https://www.falaprofessor2015.agb.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=6>>. Acesso em: 05 out. 2020.



PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE A PRAÇA SANTOS ANDRADE, EM CURITIBA/PR: UMA DIDÁTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA URBANA

**Henrique dos Santos Garcia¹; Gabriele Ewlin de Oliveira Ribas²; Ramon de Oliveira
Bieco Braga³**

Centro Universitário Campos de Andrade-henriquegarcia.geo@outlook.com¹

Centro Universitário Campos de Andrade-gabriele.ribas@outlook.com²

Centro Universitário Campos de Andrade -ramonbieco@hotmail.com³

1 INTRODUÇÃO

Com base na proposta didática denominada como *Investigações Espaciais*, realizada pelos (as) acadêmicos do curso de licenciatura em Geografia, especificamente na disciplina de Geografia urbana do Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE), se problematizou quais foram as nomenclaturas já conferidas no atual espaço público da Praça Santos de Andrade, localizada na capital paranaense?

Essa pesquisa tem como justificativa contribuir efetivamente ao resgate da memória histórica e geográfica dos espaços públicos de Curitiba. Sob perspectiva didática, sua aplicação teve como objetivo estimular nos(as) discentes – futuros(as) docentes, a percepção do(a) docente pesquisador(a).

Com isso, munido das coordenadas geográficas propostas, se teve como desafio compreender como a Praça Santos Andrade foi espacialmente denominada pelo poder público, tendo como ponto de partida temporal exploratório, o ano de 1789 até o início do século XXI.

2 METODOLOGIA

Salienta-se, que a metodologia utilizada nesta pesquisa é a de cunho histórico, pois com base em Lakatos e Marconi (2003), seu emprego metodológico parte da premissa que os aspectos da vida social, costumes e instituições apresentam origem pretérita com vistas em suas origens para se obter possível compreensão de sua incumbência natural presente.



Com isso, ela consiste pela investigação das ocorrências passadas em relação ao corpo social atual, possibilitando compreender como também apontar as influências que contribuíram para as transformações espaciais que ocorrem temporalmente.

A técnica da coleta de dados empregada, se constitui como pesquisa bibliográfica/documental, teoricamente se teve acesso às reflexões de Oliveira (2000), Lencioni (2008), como também ao banco de dados e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, [2010] 2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Praça Santos Andrade é localizada em um espaço densamente urbanizado no centro do município de Curitiba/PR, conforme a Imagem 01. E neste apontamento, segundo Oliveira (2000), Curitiba é conhecida em âmbito nacional, como uma cidade ecológica, por concentrar diversos parques com áreas verdes e também praças em sua mancha urbana, proporcionando aos seus moradores e turistas, maneiras para prática de lazer e bem-estar.

Figura 01 - localização da praça Santos Andrade, no centro urbano de Curitiba/PR (2019).



Fonte: Imagem via satélite da Praça Santos de Andrade, em Curitiba/PR (IPPUC, 2003).

Nessa perspectiva, a cidade de Curitiba, possui entre seus limites territoriais diferentes espaços públicos e que se caracterizam sinteticamente como áreas verdes e



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

arborizados presentes em seu tecido urbano, distribuídas espacialmente e dispostos para o povo curitibano, como para as pessoas que visitam a capital paranaense. Conforme Lencioni (2008), há várias definições teóricas no que tange aos conceitos de cidade e urbano, de modo a abarcar em seu enfoque as distinções linguísticas das mesmas. A autora se apropria do conceito de urbano como um fenômeno e não objeto, de outro lado, o conceito de cidade se refere a um aglomerado que se define pela troca, ou seja, a presença de mercado.

A praça Santos de Andrade já foi denominada, de acordo com o IBGE (BRASIL, [2010] 2019), como o Largo Lobo de Moura, que foi uma denominação recebida no dia 05 de abril do ano 1879. Assim como, Largo Duque de Caxias, a partir de 16 de novembro de 1880, sendo que ela passa a se chamar novamente Largo Lobo Moura no dia 20 de janeiro do ano de 1881.

Essa última nomenclatura permanece até 1890, que passa a ser chamado de Largo Thereza Christina. Salienta-se que o largo era extenso e se estendia até a Rua São Francisco, que ocupava o espaço que atualmente é a Praça. Em 1901, nomeou-se o então largo como Praça Santos Andrade (op. cit.).

Atualmente, o espaço onde é praça, é utilizada de diferentes maneiras pela população curitibana, bem como turistas e toda a população da região metropolitana (RM). Dos seus usos, destaca-se que a mesma serve como um espaço de integração do transporte coletivo das cidades do entorno – da RM, e de bairros distantes do centro, em virtude da existência dos pontos de ônibus que as ligam.

Ressalta-se ainda que a Praça abarca a primeira universidade do Brasil, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) – conforme demonstrado na Imagem 01, que, de acordo com um memorial presente na Praça, foi fundada em 1912. Existem ainda outros memoriais que homenageiam algumas personalidades como Santos Dumont, Lala Schinaider, Lysimaco Ferreira da Costa, Nilo Cairo, João Ribeiro de Macedo e Victor do Amaral; bem como outro memorial da Câmara Municipal, em virtude da comemoração do centenário de abolição da escravatura. No espaço público da Praça, destaca-se ainda uma área verde em meio ao centro de Curitiba, sendo encontradas espécies arbóreas como os Pinheiros de Araucária (*Araucária angustifolia*), típicos da região sul do Brasil, bem como o Guapuruvu (*Schizolobium parahyba*), dentre outras.



4 CONCLUSÕES

O recurso didático – *Investigações Espaciais*, demonstrou potencialidade no ensino de Geografia Urbana mediante o contexto apresentado. Afere-se que a realização de pesquisas documentais sobre as espacialidades urbanas, exortam novas inteligibilidades acerca das vivências espaciais do tecido urbano em Curitiba.

Sugere-se que está didática seja reproduzida por docentes de Geografia em cursos que objetivam a formação de docentes, bem como nos cursos da educação básica, isto é, Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

A prática de se realizar investigações espaciais contribui com o resgate das memórias históricas e geográficas das espacialidades públicas como, por exemplo, praças, estádios, avenidas, ruas, rios, etc.

Estima-se que está didática auxilia o processo ensino-aprendizagem, considerando a realidade social vivenciada pelas pessoas, sobretudo os(as) discentes/docentes que precisam utilizar o conhecimento geográfico e histórico, em favor da elaboração da sua identidade cidadã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Catálogo. [2010] 2019. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=442052> > Acessado em: 11/02/2019.

CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Nosso Bairro: Santa Quitéria. Curitiba, IPPUC, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GeoUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 24, p. 109 -123, 2008.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.



A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Jerusa Cassal de Almeida¹; Liz Cristiane Dias²

Universidade Federal de Pelotas-jerusacassal@hotmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas- lizcdias@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

Os livros didáticos conquistaram espaço primordial nas escolas brasileiras e durante décadas movimentam um vasto mercado editorial. Nas palavras de Melatti (2018) “em 1990 ocorreu a distribuição massiva de livros didáticos atendendo a demanda do governo federal em atingir metas como o oferecimento de uma educação de qualidade”. Diante disso, o Brasil passou a ser um dos maiores compradores de livros didáticos do mundo. Somente em 2019, os livros didáticos foram distribuídos para cerca de 35 milhões alunos através de quase 126 milhões de exemplares que custaram pouco mais de 1 bilhão de reais aos cofres públicos. (VITIELLO, 2020 p. 462). Sendo assim, o objetivo geral deste estudo foi analisar o protagonismo dos povos do campo nos livros didáticos de geografia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), nos anos de 2014 e 2016 do ensino fundamental, a fim de averiguar de que maneira os povos do campo estão retratados nos livros didáticos, se aparecem ou não nos conteúdos geográficos difundidos nos materiais pedagógicos. Já os objetivos específicos foram: análise das diretrizes curriculares e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental; verificar de que forma o campo é retratado nas políticas curriculares e na BNCC; evidenciar através dos livros didáticos como o campo vem sendo trabalhado nos anos finais do ensino fundamental, e por fim, perceber como os povos do campo são retratados nestas obras.

Segundo Tonini & Goulart (2017, p. 260) os livros didáticos servem de “referência para a maioria das ações pedagógicas, conforme se pode depreender das falas dos próprios professores ou mesmo da análise dos planos de estudo que circulam na maioria das escolas”. Além do caráter normativo, os livros didáticos têm maior adesão nas escolas, porque em muitas realidades onde o (a) professor (a) atua são os únicos recursos didáticos existentes. Desse modo, Carina Copatti (2017) explica que as escolas localizadas nos centros urbanos, a



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

acessibilidade a *data show*, *internet* e outras mídias é ampla, assim a relação com o livro didático é diferente das escolas localizadas no campo.

Nesse sentido, cabe salientar quem são os atores que habitam o espaço rural brasileiro, são eles: “os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos [...]”. (BRASIL, 2010). Visto isso, Marques (2017), argumenta que os livros didáticos muitas vezes apresentam os povos do campo como fortes, íntegros e trabalhadores, mas há o predomínio de representações negativas associadas a eles, como pessoas ignorantes, pobres, atrasadas e violentas. No entanto, Arroyo e Fernandes (1999, p. 14), destacam que “há mais vida na terra do que no asfalto da cidade, pois o campo abriga movimentos sociais e inquietações”. Para os autores citados o espaço rural abriga um movimento social rico que permite o avanço do homem, da mulher, da criança ou do jovem habitante do campo enquanto novos sujeitos sociais e culturais.

Portanto, questionar a formação dos professores e os recursos didáticos utilizados nas aulas de geografia se faz necessário. Além disso, a produção dos livros didáticos no Brasil representa um mercado vantajoso para as editoras. Entretanto, o ensino para os(as) alunos (as) se restringe aos conteúdos adotados pelo currículo formal orientado pela BNCC, engessando muitas vezes a construção do aprendizado nas escolas. Contudo, nós estamos preparados(as) para abordar os conteúdos sem o auxílio dos livros didáticos? Em nossa formação acadêmica fomos instigados(as) a pensar outros recursos didáticos perante a falta de infraestrutura da maioria das escolas brasileiras? Essas questões postas evidenciam que a problemática apresentada vai além da hegemonia do mercado editorial no país.

2 METODOLOGIA

O método aplicado nesta pesquisa é análise de conteúdo qualitativo. Bardin (1977) salienta que o objetivo de quem trabalha a análise de conteúdo, é avaliar o contexto, e interpretar as subjetividades das mensagens. Na fase da pré-análise estamos na leitura flutuante, na escolha de documentos, os quais a autora denomina de *corpus*, isto é, o conjunto de documentos submetidos aos procedimentos analíticos, é o momento de refletir sobre as tomadas de decisões para o andamento da pesquisa. Nessa etapa formulamos hipóteses e



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

objetivos, nos concentramos nas direções e na preparação do material. Logo depois, estamos inseridos na exploração do material, onde administramos o *corpus* e tratamos os resultados, selecionamos e sintetizamos, além de trabalharmos as inferências e interpretamos as conclusões que podem ser utilizadas em uma posterior análise. As coleções apreciadas fazem parte da biblioteca de uma escola pública de Pelotas/RS e foram avaliadas três coleções do ensino fundamental aprovadas pelo PNLD são elas: Projeto Radix Raiz do conhecimento; Teláris: o espaço social e o espaço brasileiro; Expedições Geográficas.

Optou-se nesta pesquisa pela abordagem qualitativa, visto que essa perspectiva é a melhor ferramenta para comparar as coleções dos livros avaliadas, já que através de uma análise pormenorizada dos textos dos livros didáticos é possível entender o discurso que vem sendo difundido nas escolas a respeito dos habitantes do campo. Durante a coleta das informações foi observado o sumário das coleções e seguindo o método de análise qualitativa averiguou-se a presença ou ausência dos povos do campo nos conteúdos apresentados. Depois, cada um dos livros foi folheado para examinar o contexto associado ao meio rural apresentado em cada obra.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer desta pesquisa ao utilizar o método de análise de conteúdo qualitativo, no qual, a ausência ou presença de elementos são investigadas, foi constatada a inexistência do protagonismo dos povos do campo nos livros de geografia, nas três coleções examinadas procurou-se referências a esses sujeitos e nenhuma delas apresentou de maneira adequada o tema. O que se constatou foi a presença massiva dos sujeitos e elementos urbanos, já o meio rural esteve exibido em cada uma delas associado à exportação de alimentos, abastecimento das cidades por meio de alimentos e matérias-primas. Na coleção Radix essa imagem do rural voltado para a indústria é reforçada a todo o momento pelos autores talvez pela formação de um deles em economia, a modernização do campo é bastante exaltada, mostrando o Brasil como grande exportador de soja.

Já a coleção Teláris: o espaço social e o espaço brasileiro, inicialmente se propõem a retratar as questões sociais seguindo a corrente geográfica crítica, no entanto, ao citar a reforma agrária no Brasil relaciona os movimentos sociais do campo a estereótipos, os assentamentos são relacionados às pessoas de má índole, o preconceito contra os sem-terra no



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Brasil é disseminado constantemente, porque os autores comentam acerca de pessoas aliadas ao movimento que não estão lutando pela terra, os autores declaram ainda a existência de moradores das cidades instalados no movimento, a fim de engrossar as filas dos sem terras e garantir os benefícios do governo e de outras instituições ao Movimento dos Sem Terra.

Mesmo que isso ocorra, esse comentário afirma o preconceito existente, pois não é relacionado a algo positivo desqualificando o movimento. Por fim, a coleção expedição geográfica, a preferida entre os professores da escola onde se deu a análise, é um convite a uma viagem do conhecimento. O material didático é colorido, dinâmico, as imagens são de alta resolução, os boxes são cheios de atividades, dicas de filmes e bibliografias complementares. Em comparação com as duas já citadas coleções esta é a que mais se aproxima dos alunos, pois traz os conteúdos de geografia como uma descoberta que o próprio aluno deve desvendar, existem várias perguntas sobre os temas para instigar os alunos e para os alunos mostrarem o que sabem a respeito dos conteúdos, além de charges e textos a fim de aprimorar as discussões.

4 CONCLUSÕES

Chegando às conclusões deste estudo, visamos não apenas concluir, mas repensar a temática dos livros didáticos frente à sociedade contemporânea, onde há uma imposição de ideias relativas ao sistema socioeconômico vigente que afirma sua hegemonia também no âmbito da educação. Os livros didáticos apreciados nos mostram o espaço urbano em destaque a todo o momento, já o meio rural é visto como base para o abastecimento de alimentos dos moradores das cidades e das indústrias. Em uma sociedade técnico-científica em que os alunos tem acesso fácil aos conteúdos, e mesmo o papel do professor vem sendo questionado por alguns diante da facilidade em obter conhecimento através da *internet*, o livro didático é percebido em alguns casos como algo ultrapassado, mas ainda assim é utilizado nas escolas e em algumas é a única fonte de mapas, gráficos e imagens disponíveis, pois é de conhecimento geral que nem todas as escolas tem computadores e a infraestrutura necessária denotando uma realidade da educação no Brasil.

A questão do uso dos livros didáticos perpassa o ensino superior, porque os livros didáticos são pouco debatidos, se os docentes tivessem acesso à informação de como trabalhar os conteúdos através desta ferramenta talvez as aulas não seriam apenas copiar do livro e sim



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

propor aos alunos uma crítica aos conteúdos trabalhados o que eles percebem nos livros. Qual o discurso presente? Assim, o livro didático é uma ferramenta importante para desconstruir preconceitos e visões hegemônicas. O uso dos livros didáticos de forma correta pode quebrar paradigmas e ampliar a compreensão dos alunos, muito ainda precisa ser revisto, já que ainda não é interessante que os alunos aprendam a questionar e repensar o espaço que vivem perante as contradições da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo M. A educação Básica e o movimento social do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica no Campo, 1999.

Coleção Por Uma Educação Básica no Campo, n.º 2.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.** DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

COPATTI, Carina. Livro didático de geografia: da produção ao uso em sala de aula. **Élisée, Rev. Geo. UEG** – Porangatu, v.6, n.2, p.74-93, jul./dez. 2017

MARQUES, Luiz Otávio Costa. Representações de identidade e cultura dos povos do campo em livros didáticos do ensino fundamental. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n.º 55, dezembro de 2017. p. 46-63.

MELATTI, Cláudia. O olhar de um professor da educação básica no processo avaliativo dos livros didáticos. In: TONINI, Ivaine Maria et al. (orgs) **Geografia e livro didático: para tecer leituras de mundo.** São Leopoldo: Oikos, 2018.

TONINI, Ivaine Maria; GOULART, Ligia Beatriz. Desafios para potencializar o livro didático de Geografia. In: TONINI, Ivaine Maria et al (orgs). **O livro didático de geografia e os desafios da docência para aprendizagem.** Porto Alegre: Sulina, 2017.

VITIELLO, Márcio A. Quem escreve o livro didático de Geografia? **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 461-474, jan./jun., 2020



FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA COMO EIXO DE PESQUISA: ENFOQUES TEMÁTICOS E CONSENSOS EPISTEMOLÓGICOS

Juliana Schwingel Broilo¹; Liz Cristiane Dias²

Universidade Federal de Pelotas- jubschwingel@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas- liz.dias@yahoo.com.br²

1 INTRODUÇÃO

Como afluentes, as pesquisas sobre formação docente desaguam no sentido de educação formal, portanto de sociedade, que se defende construir. Afinal, a escola encaminha o contato com o conhecimento formal produzido pela sociedade, e os professores são os sujeitos encarregados do processo de ensino-aprendizagem nas escolas, incumbidos de lidar com as diversas e complexas dimensões dessa profissão – e há que se considerar que possuem formas de ver o mundo, a educação e o conhecimento geográfico, que acabam por se inter-relacionar com as suas práticas. O presente trabalho é uma revisão de literatura que parte de inquietações acerca de questões basilares da formação de professores, no que tange às perspectivas dos conhecimentos didáticos e específicos da Geografia enquanto disciplina, objetivando, dessa forma, identificar abordagens epistemológicas manifestadas em estudos sobre formação inicial de professores.

Autoras seminais do campo de ensino de Geografia como Cavalcanti (2006), Pontuschka (2009), Callai (2013) e Castellar (2019), concordam acerca da relevância das reflexões epistemológicas para a profissão docente. Isso decorre da conexão que existe entre o agir e o pensar: a prática é fundamentada em uma postura teórica, seja esse processo consciente ou não. As formas de olhar para o conhecimento, interrogá-lo e buscar entender os porquês das diferentes possibilidades de abordá-lo, constituem concepções epistemológicas, as quais perpassam conhecimentos didáticos e específicos (LIBÂNEO, 2015).

Autores como Moreira (2008) e Castellar (2019), evidenciam que durante todo o percurso do pensar e fazer ensino de Geografia há paradigmas epistemológicos estruturantes. As categorias e princípios dessa ciência possibilitam olhar e descrever o mundo a partir da curiosidade acerca da lógica das localizações (GOMES, 2017), os



quais, para Castellar (2019), são possibilidades de método para aprender e ensinar Geografia.

Diante da expansão da pesquisa na área de ensino de Geografia, tendo, dentro desse campo, o crescente número de pesquisas sobre formação docente (PINHEIRO, 2003; CAVALCANTI, 2016), como tem sido trabalhado, nas pesquisas desse campo, o estatuto epistemológico da Geografia e do ensino de Geografia? Com base nisso investigou-se as concepções epistemológicas em pesquisas sobre formação inicial de professores em Geografia, no que diz respeito ao conhecimento teórico e prático da disciplina.

2 METODOLOGIA

Considerando as inquietações levantadas e o crescimento no campo de pesquisa em ensino de Geografia, realizou-se uma revisão sistemática de literatura, com procedimentos metodológicos baseados em Creswell (2007). Inicialmente se fez uma pesquisa bibliográfica quanto ao ensino de Geografia, formação de professores e epistemologia da Geografia. Posteriormente foi realizada a busca pelos artigos em bases de dados, sendo elas: Periódicos da CAPES e SciVerse Scopus da Elsevier. Foram utilizados os descritores de texto, respectivamente, “Formação de Professores” e “Geografia”; “Teacher Training” AND “Geography”, com o filtro de recorte temporal dos últimos 5 anos. Foram adotados como critério de inclusão: ter como enfoque a formação inicial de professores; ser da área disciplinar de Geografia; tecer relações entre teoria e prática. Um total de 18 artigos se adequou aos critérios. Para a análise foi realizada uma codificação e sistematização de todos os estudos, sendo construídas, após esse processo, três eixos de análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As temáticas de estágio obrigatório supervisionado e Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência) foram as mais abordadas, tendo respectivamente sete e quatro artigos. Nos trabalhos restantes abordou-se currículo, discussões sobre medidas institucionais e legislação, relatos de experiência durante a



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

formação inicial e reflexões sobre educação, Geografia e epistemologia. A seguir são explicitados os três eixos de análise construídos a partir do material encontrado.

O primeiro eixo é sobre saberes docentes, em que envolvem as diversas dimensões do conhecimento para a construção da identidade e profissão docente. Foi notória a concordância entre todos os trabalhos sobre uma perspectiva formativa: os professores devem conseguir articular os conhecimentos específicos da disciplina e os conceitos didáticos-pedagógicos, inclusive utilizando, por vezes, o mesmo conceito de “professor reflexivo” ou “professor pesquisador”. Com exceção de dois trabalhos, não há um aprofundamento filosófico do porquê e como essa perspectiva se construiria na formação do professor. Ademais, na maior parte das discussões são trabalhados conceitos que necessariamente não se baseiam no estatuto epistemológico da ciência específica, sendo aplicável no âmbito geral da educação.

O segundo eixo se refere a articulação teoria e prática na formação inicial. Como um fio condutor entre os trabalhos, o binômio “teoria-prática” assume centralidade para propor resoluções à problemas e lacunas dos cursos de licenciatura. Embora o distanciamento entre disciplinas específicas e disciplinas pedagógicas seja evidenciado como algo presente nos cursos de licenciatura e um obstáculo a ser superado, não são investigadas as questões fundantes dessa cisão, haja vista o caráter epistemológico presente nesse fenômeno – por vezes se recorreu à documentos oficiais para identificar o histórico da formação curricular dos cursos de licenciatura em Geografia, porém a discussão não se aprofundou no sentido de compreender porque ocorre essa separação teoria-prática na ciência.

O terceiro eixo se refere a discussões sobre Geografia e a escola; envolvendo as críticas e proposições acerca do distanciamento entre geografia acadêmica e geografia escolar. As pesquisas encaminham a necessidade de um contato contínuo entre universidade e escola para a licenciatura, como forma de tornar-se uma formação que realmente habilite o profissional para a sua prática. É citado em vários momentos a distância entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos escolares, e que a capacidade de lidar com ambos é de extrema importância para o futuro professor. Novamente há consenso sobre os caminhos a serem tomados, como se todos trabalhos partilhassem de



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

um mesmo viés de educação, conhecimento e ciência (embora o mesmo não seja aprofundado).

4 CONCLUSÕES

Com exceção de dois trabalhos, os artigos encontrados não aprofundam questões epistemológicas da ciência geográfica, mas citam questões-chave que denotam seu posicionamento. E esse posicionamento é consensual: as perspectivas sobre o que é a Geografia, qual seu objetivo e métodos em nenhum momento é discordante entre as pesquisas. Diante da escassez da apropriação do debate epistemológico nos trabalhos é possível afirmar que existe uma lacuna nas pesquisas sobre formação inicial de professores de Geografia, que se refere à profundidade sobre o estatuto epistemológico de Geografia. Essa revisão faz parte da construção do referencial teórico e justificativa de uma pesquisa em andamento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. S.; NONATO, R. P. P. M.; SILVA, M. E. M.; COSTA NETO, F. A. **Elementos Formativos de Professores de Geografia: A Graduação em Foco**. GeoTemas, Pau dos Ferros, Brasil, v. 9, n. 1, jan./abr. 2019. (p. 87-106).

BATISTA, N. L. **Formação inicial e continuada de professores de Geografia: relatos acerca das contribuições do PIBID para a subjetivação docente**. Research Society and Development, São Paulo, v. 8, n. 7, 2019.

CALLAI, H. C. **A formação do profissional de Geografia: o professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

CAMPOS, L. R. **Os Sentidos do Ser Professor de Geografia em Processo Formativo**. Revista Ensino de Geografia (Recife), v. 1, n. 3, set./dez2018. (p. 140-151).

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTELLAR, S, M. V. Raciocínio Geográfico e a Teoria do reconhecimento na formação do Professor de Geografia. **Signos Geográficos**, Goiânia, GO, v. 1, 2019. (p. 1-20).



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

CAVALCANTI, L. S. Bases teórico-metodológicas da Geografia: uma referência para a formação e a prática de ensino. In: _____. **Formação de Professores: Concepções e Práticas em Geografia**. Goiânia: Vieira, 2006. (p. 27-50).

CAVALCANTI, L. S. **Para onde estão indo as investigações sobre ensino de Geografia no Brasil?** Um olhar sobre elementos da pesquisa e do lugar que ela ocupa nesse campo. Boletim Goiano de Geografia, Universidade Federal de Goiás-GO, v. 36, n. 3, set/dez. 2016. (p. 399-419).

CASTROGIOVANNI, A. C.; BATISTA, B. **Aproximação e emergência para uma postura emancipatória no ensino da Geografia** - Bem-vindos à incerteza. Revista Ensino de Geografia (Recife), v. 1, no. 1, 2018. (p. 1-16).

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREITAS, M. C. D. **Do Discurso à Prática Pedagógica no Curso de Geografia do Campis I da UNEAL**. Revista Ensino de Geografia (Recife), v. 1, n. 1, 2018. (p. 102-111).

GOMES, P. C. C. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GOMES, V. C. F. **A Importância das Narrativas para a Formação Inicial e a Constituição da Identidade Docente em Geografia**. Revista Continentes (UFRRJ), ano 7, n. 12, 2018. (p. 6-27).

LIRA JÚNIOR, F. C. R. **Contribuições do Estágio Curricular Supervisionado na Formação do Docente de Geografia**. Geosaberes, Fortaleza, v. 8, n. 14, jan./abr., 2017. (p. 48-64).

LIBÂNEO, J. C. **Formação de professores e Didática para Desenvolvimento Humano**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 2, jun. 2015. (p. 629-650).

MARTINS, R. E. M. W. **A formação do professor de geografia: aprendendo a ser professor**. Geosul, Florianópolis, v. 30, n. 60, jul./dez. 2015. (p. 249-265).

MENEZES, V. S.; KAERCHER, N. A. **Geografia e Educação: Uma Discussão Epistemológica**. Geosul, Florianópolis, v. 32, n. 65, set./dez. 2017. (p. 144-158).

MORAIS, E. M. B.; ALVES, A. O.; BUENO, M. A. **Os projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores de Geografia após a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais**. Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v. 13, n. 1, abr/2019. (p. 170-186).



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

MOREIRA, Ruy. Conceitos, categorias e princípios lógicos para o método e o ensino da Geografia. In: MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço**. São Paulo: Contexto, 2008. (p. 105-118).

NUNES, R. O.; GRECO, R. **O PIBID Geografia Contribuindo com o Estágio Supervisionado**. Revista Cerrados, Montes Claros, v.13, n.1, dez/2015. (p. 73-94).

OLIVEIRA, V. M. de; ARAÚJO, J. C. de; SILVA, M. V. de. **Formação docente em Geografia sob a ótica do estado do conhecimento**. Revista Ensino de Geografia, Recife, v. 3, n. 1, 2020. (p. 188-203).

PAIM, R. O.; MARTINS, R. E. M. **Aprendizagens da docência: contribuições do PIBID na formação inicial de professores**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP v.4 n.3, set./dez. 2018. (p. 521-541).

PALACIOS, F. A.; CAVALCANTI, L. S. Desarrollo del pensamiento geográfico: un desafío para la formación docente en Geografía. **Revista de Geografía Norte Grande**, no. 70, 2018. (p. 51-69).

PINHEIRO, A. C. **Trajetória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil: 1972-2000**. 258 f. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SANTOS, F. K. S. dos. **Estágio curricular supervisionado na formação do professor de Geografia: reflexões sobre o papel da prática de ensino para a produção e mobilização de saberes docentes**. Revista Ensino de Geografia (Recife), v. 1, n. 2, mai./ago. 2018. (p. 28-39).

SANTOS, M. F. **Currículo, tecnologias digitais e a formação de professores em geografia: diálogos emergentes e propositivos**. Revista Continentes (UFRRJ), ano 7, n. 12, 2018. (p. 28-43).

SENE, M. W.; GOMES, M. F. V. B. **As Contribuições do PIBID para a Construção do Conhecimento de Conteúdo de Geografia**. Ra'e Ga, Curitiba, v.44, Mai/2018. (p. 196 -211).

SILVA, J. S. da; OLIVEIRA, A. C. C. A. **Formação de professores e a indissociabilidade teoria e prática: reflexões sobre a experiência do estágio supervisionado em Geografia**. Revista Ensino de Geografia (Recife) V. 1, No. 1, 2018. (p. 156-165).

SOUSA, R. A. D. de; GOMES, F. S. **A iniciação à docência em geografia: Uma ponte entre Educação Superior e Educação Básica**. Revista Ensino de Geografia (Recife) V. 3, No. 1, 2020. (p. 204-223).



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

VINICIUS, P. F.; ROCHA, J. C.; SARAIVA, L. A. **Tensões e possibilidades acerca da formação inicial de professores no Brasil:** A formação do professor de Geografia. Revista Ensino de Geografia (Recife), v. 1, n. 3, set./dez. 2018. (p. 179-192).



A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA FORA DA SALA DE AULA: QUAL GEOGRAFIA SERVE AOS EDUCANDOS?

Karen Duarte Ruzicki¹; Lígia Cardoso Carlos²

Universidade Federal de Pelotas-kakaruzicki@hotmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas-li.gi.c@hotmail.com²

1 INTRODUÇÃO

A visão tradicional da Geografia escolar associada a decorar as informações contidas nos mapas, assim como a memorizá-las, está desatualizada no ambiente escolar, pois a Geografia passou a mostrar uma possibilidade de interpretação da realidade que antes não existia, demonstrando todo o processo de inovação cultural influencia na renovação da Geografia.

Neste contexto, o trabalho que será apresentado refere-se ao início de uma pesquisa que ressalta a importância da Geografia não só como disciplina de sala de aula, mas, como um saber para decifrar, investigar, despertar a curiosidade, além de desenvolver a criatividade dentro e fora do ambiente escolar, evidenciando-a como uma ciência importante e presente no cotidiano. Essas intenções dialogam com Straforini (2018) quando o autor afirma que a educação escolar possui um papel ímpar na leitura reflexiva e crítica do mundo contemporâneo. Assim, a Geografia tem o potencial para fazer com que os alunos possam interagir com parte dos acontecimentos atuais, além de trabalhar a criticidade e a criatividade em desenvolver opiniões sobre determinado assunto, também pode fazer com que a escola reconheça a importância de cada nação e suas culturas, ou seja, respeite as diversidades existentes. Nas afirmações de Vesentini (2006) existe a preocupação que a Geografia seja revalorizada e renovada, sendo que boa parte dos temas fundamentais da escola foram abordados por ele.

2 METODOLOGIA

Nesse momento inicial de delineamento da pesquisa no qual está sendo definida uma estratégia de como aproximar os alunos das disciplinas escolares, em especial à disciplina de Geografia, onde a mesma possa ser direcionada para a vida cotidiana dos educandos na



relação com os conteúdos curriculares, busca-se conhecer e dialogar com os pares que têm investigado sobre a Geografia escolar.

Sendo assim, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho apresentado está embasada na revisão de literatura com cinco artigos selecionados da Revista Brasileira de Educação em Geografia. A escolha do periódico se justifica por ser referência para o ensino de Geografia. No que se refere ao critério para a seleção de artigos, a busca ficou delimitada pelas seguintes palavras-chave: ensino de Geografia, alunos, cotidiano, metodologia em Geografia e práticas pedagógicas. Também foi levado em consideração o ano de publicação, sendo analisados apenas artigos a partir do ano de 2015. Os resultados encontrados foram organizados na tabela abaixo:

Tabela 1. Artigos analisados

Título/Autor/Volume/Número/ Ano

MACEDO, H.C. REFLETINDO SOBRE O ESPAÇO VIVIDO: o lugar na construção dos conhecimentos geográficos, V.05, N 10, 2015.

OLIVEIRA, V. H. N. DE JOVENS E DE GEOGRAFIAS: os múltiplos olhares de jovens contemporâneos em relação a Geografia Escolar, V.06, N 12, 2016.

SILVA, J.P. O USO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA: um relato de experiência, V. 07, N 15, 2017.
--

SANTOS, L.A. UMA APROXIMAÇÃO DA GEOGRAFIA COM O COTIDIANO DOS ESTUDANTES: de Westeros1 para o mundo real, V. 08, N 15, 2018.
--

ALMEIDA, C. D. T. A. A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O ENSINO DE



GEOGRAFIA DOS ANOS 1980 AOS DIAS DE HOJE: uma avaliação, V. 09, N 18, 2019.

Fonte: Revista Brasileira de Educação em Geografia

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a leitura e análise dos artigos selecionados, foi possível identificar como os alunos ficam mais interessados em participar das atividades realizadas na disciplina de Geografia, com a utilização de novas metodologias e até mesmo a orientação em observar o ambiente mais próximo ao dele, respeitando sua realidade e seus interesses.

Nos textos de Oliveira (2016) e Macêdo (2015), pode-se observar a importância de trazer o aluno para a sala de aula valorizando as contribuições, análises e observações do seu próprio espaço vivido, sua realidade e necessidades. Mesmo assim, destaca-se o fato da memória geográfica dos alunos estar na maioria das vezes associada a termos físicos e algumas vezes distantes do seu entendimento. Conforme Oliveira (2016), os alunos trazem lembranças apenas dos temas físicos, onde a maioria dos alunos remete o seu vocabulário, ao falar da Geografia, a termos como: mapa, relevo e fuso horário. Em grande parte, os educandos ainda não conseguem associar os conteúdos da sala de aula com sua vida cotidiana, mesmo a Geografia Humana estando ligada aos acontecimentos cotidianos, além do estímulo que a mesma traz no desenvolvimento do cidadão na sociedade de forma mais atuante, crítica e com uma visão que ultrapasse os muros da escola. Diante das explanações, Macêdo (2015) salienta que o caminho para a compreensão do espaço e a sua importância na sociedade pode ser desenvolvido ou até mesmo descoberto durante o processo de ensino da Geografia. Neste aspecto, Santos (2018) nos diz que quando os trabalhos em sala de aula englobam assuntos muito expostos na mídia, os alunos tendem a se aproximar e participar mais das atividades propostas, pois conseguem desenvolver um diálogo de forma mais participativa, aumentando a confiança em expor suas opiniões, de forma crítica e atuante.

No artigo de Almeida (2019), foi apresentada uma análise de uma Geografia que integra diferentes realidades, sendo elas ocupantes do mesmo espaço, salientando como é relevante o fato de que cada indivíduo tem uma consciência geográfica, trazida de suas



vivências e memórias. Desta forma, temos uma relação direta da realidade dos educandos com o ensino de Geografia, quando estudamos e analisamos o meio onde o aluno está inserido, acompanhamos as mudanças na sociedade e seus impactos na mesma e usamos uma linguagem mais acessível e compreendida pelos educandos.

Os textos de Silva (2017) e Almeida (2019), demonstram que algumas mudanças podem trazer resultados positivos quando a realidade dos alunos e a inserção de jogos são colocados como pontos importantes no momento de desenvolver as atividades no ambiente escolar. Para Silva (2017), quanto mais atrativas forem as atividades, maior será o interesse dos educandos em estarem presentes nas aulas de Geografia, sendo assim, os jogos fazem uma aproximação com o cotidiano dos mesmos, desenvolvendo o raciocínio e uma melhora na atenção durante as aulas.

Desta forma, os artigos analisados levam a percepção de que o avanço da tecnologia, a velocidade do acesso a diversas informações e o interesse dos alunos pelas novas formas de buscar conhecimento, trouxeram para as escolas uma necessidade de mudança em suas metodologias, como forma de atrair o interesse dos educandos pelos conteúdos e atividades realizados em sala de aula.

4 CONCLUSÕES

Com o desenvolvimento da análise dos artigos, foi possível observar os seguintes questionamentos quanto ao ensino da Geografia nas escolas: como identificar o fundamento caracterizador para abranger diferentes realidades? Qual o tipo de metodologia mais apropriado a ser utilizado? Qual Geografia serve aos alunos ou ainda para que serve a mesma aos alunos? Mas o ponto principal que buscou-se desenvolver com a revisão de literatura foi quais conteúdos ou temas podem ser mais relevantes aos alunos, como podem associar o que aprendem na escola com o seu conhecimento vivido.

E desta forma poder perceber a necessidade da expansão do conhecimento, seja ele aprendido na escola ou já vivenciado pelos alunos fora do ambiente escolar, o que muitas vezes pode requerer uma mudança na aplicação ou explanação dos conteúdos, para que o interesse dos alunos fique voltado ao trabalho realizado em sala de aula, com respeito ao conhecimento que os educandos podem trazer e colaborar durante o período escolar.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Pode-se concluir, após a revisão dos artigos selecionados, que no âmbito educacional todos devem ser tratados, e até algumas vezes orientados, de acordo com a sua realidade. Um atendimento individualizado torna-se mais complexo devido a todas as demandas na qual o professor é submetido, mas a escola e os profissionais da educação podem e devem levar em consideração as características do bairro e perfil geral dos educandos inseridos naquele ambiente escolar. Desta forma os alunos teriam seus espaços de cultura e conhecimento mais respeitados, mesmo que de forma indistinta.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. D. T. A. **Ciência Geográfica e o Ensino de Geografia dos anos 1980 aos dias a de hoje: uma avaliação.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 9, n. 18, jul./dez, 2019 (p. 05-19).
- MACÊDO, H. C. **Refletindo sobre o espaço vivido: o lugar na construção dos conhecimentos geográficos.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 5, n. 10, jul./dez, 2015 (p. 152-165).
- OLIVEIRA, V. H. N. **De Jovens e de Geografias: os múltiplos olhares de jovens contemporâneos em relação a Geografia Escolar.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 6, n. 12, jul./dez.2016 (p. 36-52).
- SANTOS, L. A. **Uma aproximação da Geografia com o cotidiano dos estudantes: de westeros¹ para o mundo real.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 8, n. 15, jan./jun.2018 (p. 266-278).
- SILVA, J. P. **O uso de brinquedos pedagógicos como ferramenta de aprendizagem de Geografia: um relato de experiência.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 7, n. 13, jan./jun.2017 (p. 494-504).
- STRAFORINI, R. **O Ensino de Geografia como prática espacial de significação.** Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. Estudos Avançados 32 (93), 2018 (p. 175-195).
- VESENTINI, José William. **Educação e ensino da Geografia: instrumentos de dominação e/ou libertação.** In: CARLOS, Ana Fani (org). **A geografia na sala de aula.** 8ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.14-33.



O USO DA GEOGRAFIA CULTURAL COMO PRÁTICA ESCOLAR: UMA ABORDAGEM DO PIBID GEOGRAFIA/UFPEL

Laís Garcia Moreira¹; Rafael Martins Duarte²; Liz Cristiane Dias³

Universidade Federal de Pelotas-laisg.moreira@outlook.com¹

Universidade Federal de Pelotas-rafaelmduarte96@gmail.com²

Universidade Federal de Pelotas-lizcdias@gmail.com³

1 INTRODUÇÃO

A presente proposta traz um relato de experiência com relação a utilização da Geografia Cultural como prática escolar, adquirida no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID), do curso de formação de professores em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O programa conduz a integração da Universidade com a Escola, bem como a mediação da pesquisa com o ensino, por estes motivos revela-se essencial a sua presença nos cursos de formação docente, e na experimentação dos saberes da práxis da profissão. Esta prática foi desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças, localizada no centro do município de Pelotas. Apesar da escola possuir uma localização privilegiada, os alunos que frequentam ela, em sua maioria, reside em bairros periféricos. Diante da atual realidade que a educação brasileira apresenta, assim como as dificuldades encontradas nas escolas, faz-se necessário a existência de políticas públicas que auxiliem nos processos de ensino e aprendizagem, levando incentivo e inovação para os alunos e também para o professor. O PIBID proporciona o crescimento acadêmico significativo, e estes conhecimentos sendo estabelecidos previamente aos estágios supervisionados, visto que os mesmos encontram-se nos semestres finais do curso de graduação em Licenciatura em Geografia; conduz uma série de ensaios para a prática. Deste modo propicia ao graduando tranquilidade e consciência das suas ações em sala de aula. Os profissionais da educação possuem a necessidade de formação que os capacitem para mudanças no cotidiano escolar, fazendo com que o conhecimento seja obtido de forma prazerosa pelos discentes.

Nesse sentido, dentro da perspectiva vivenciada na escola supracitada, o objetivo dessa pesquisa foi, através dos conteúdos da Geografia Cultural trabalhar a capacidade de interpretações de texto, desenvolver nos alunos um olhar crítico, transformar o cotidiano deles



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

em conhecimento e também fazer com que se reconheçam e se sintam pertencentes dos espaços em que ocupam, promovendo assim, um diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (1999, p. 96), onde afirma que “o objetivo de uma educação contextualizada não é apenas trazer a vida real para a sala de aula, mas criar condições para que os alunos (re)experienciem os eventos da vida real a partir de múltiplas perspectivas”.

2 METODOLOGIA

No contexto da inserção dos pibidianos na Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças, escola do qual fomos designados, teve-se como objetivo desenvolver projetos e propostas que buscavam interações entre a teoria e a prática no Ensino de Geografia, com ênfase na Geografia Cultural, com foco nas turmas de 7º ao 9º ano. No primeiro trimestre do ano de 2019 foram realizadas observações participantes na escola, através de dois encontros, para verificar sua dinâmica e tomar conhecimento acerca da rotina dos alunos no ambiente escolar.

A proposta se esquematizou, através de entrevistas semi-estruturadas envolvendo perguntas de caráter pessoal e escolar, durante o segundo trimestre do ano de 2019, com questionamentos para os alunos como: “Em que bairro você mora?”, “Qual sua matéria preferida na escola?”, “O que é Geografia para você?”, “Onde e de que forma você enxerga Geografia no seu dia-a-dia?”, “O que você gostaria de aprender na disciplina de Geografia?”, e também questionamentos para o corpo docente e a diretora onde buscou-se verificar a estrutura escolar, métodos utilizados e motivos que levaram a adesão do pibid dentro da escola.

Depois de terminada a observação e as entrevistas, realizou-se a compilação dos dados obtidos sendo possível compreender alguns embaraços dos alunos referentes a questões sobre espacialidade, religião, pertencimento, leitura, escrita, interpretação de texto e perspectivas de futuro, onde muitos relataram não se sentir parte do ambiente escolar e não possuir interesse pelos estudos, uma parcela não se imagina formada ou almejando uma graduação. Percebeu-se também que outra parte da desmotivação vem devido à falta de participação dos pais e responsáveis com a vida escolar, sendo essa falta de perspectiva uma condição associada ao meio cultural e social ao qual vivem. Para superar estas barreiras, o grupo decidiu trabalhar a partir da Geografia Cultural, pois foi pertinente, visto que é a área que abrange as lacunas



sociais dos alunos, pois ela permite a abordagem de diversas linguagens e áreas como religião, política, economia, artes e pertencimento espacial. Para o desenvolvimento das atividades foram utilizadas ferramentas metodológicas que envolvessem: músicas; mapas; cartas; e vídeos, a fim de desenvolver momentos mais lúdicos e didáticos no cotidiano escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de auxiliar melhor os educandos com as complexidades identificada onde muitos encontravam-se em situações precárias e desmotivados com relação aos estudos, foram desenvolvidas propostas que abordavam temáticas como localização, espacialidade, leitura cartográfica, raciocínio geográfico, acessibilidade e religião. Pensou-se em planejar temáticas que pudessem ser trabalhadas transversalmente, para que houvesse uma sequência no aprendizado. Para Pontuschka (2001) “A utilização de diferentes linguagens na Geografia (obras literárias, cinema, vídeos, fotografias) pode auxiliar na compreensão crítica da produção do espaço, se o seu uso como mera ilustração for superado.”

Dessa forma, as atividades desenvolvidas na escola foram realizadas a partir de estudos sistemáticos sobre conceitos geográficos e ensino de Geografia. Na atividade denominada de “A Geografia da Escola” os alunos(as) foram orientados(as) a pensarem em três locais de sua escolha que deveriam corresponder ao local onde mais permanecem dentro da escola. E então fazerem desenhos destes locais conforme lembrassem. Por meio dos desenhos elaborados por eles, construiu-se posteriormente questões de identidade com os locais. Para tanto, cada aluno explicou o motivo da escolha. Também desenvolveu-se a atividade intitulada como “Leitura Cartográfica, Pensamento e Raciocínio Geográfico” onde foi importante destacar que as crianças ao aprenderem a ler mapas, decodificar simbologias, estabelecer relações e conexões, podem trazer para o contexto sócio-espacial local as diferentes realidades e provocar transformações expressivas, no pensamento espacial. Assim, pretendeu-se instigar o aluno para possibilitar também o desenvolvimento do pensamento espacial e raciocínio geográfico, neste momento foi pedido aos alunos que criassem um mapa temático de sua residência até a escola.

Esse mapa mental teve como principal finalidade, que os alunos reconhecessem os acessos públicos, o caminho de sua casa até a escola, locais de culto e pontos turísticos. Essa



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

proposta é assinalada aqui por perceber-se que grande parte dos estudantes moram em áreas periféricas, mostrando ‘vergonha’ de expor seu local de moradia e dificuldades em saber direcionar sua casa ou até mesmo em identificar pontos públicos próximos de sua casa. Por isso, inseri-los no contexto da representação, valorizando esses espaços, possibilitou-se uma percepção de maior pertencimento nos lugares de convívio social.

Destacou-se que inicialmente teve-se algumas dificuldades em atrair a atenção dos discentes. No decorrer de algumas propostas, alguns se recusavam a participar, o que fez com que consequentemente tivéssemos que modificar algumas tarefas, pensando em utilizar materiais mais instrutivos e que chamassem a atenção dos mesmos. Ao longo das semanas, à medida que iam se habituando conosco, os alunos iam se sentindo à vontade em serem participativos. Ao final de todas as atividades, sempre achar-se relevante que, mesmo os que não quisessem participar, escrevessem algo relacionado à temática do qual levar-se, para que treinassem sua escrita e para saber se estavam entendendo do que se tratava o conteúdo, visando o seu desenvolvimento escolar.

4 CONCLUSÕES

Propiciou-se a relação entre os conteúdos vistos com os professores e as atividades desenvolvidas, visto que “a geografia cultural [...] Ela permite compreender uma boa parte dos conflitos sociais na escala local como também na escala das nações e no nível internacional.” (CLAVAL, 2011). Seguindo neste raciocínio “para atingir os objetivos dessa educação, deve-se levar em consideração, portanto, o local, o lugar do aluno, sempre visando propiciar a construção, por ele, de um quadro de referências mais geral que lhe permita fazer análises críticas desse lugar.” (CAVALCANTI, 2008). Por ser uma escola pequena, esta possuía uma quantidade reduzida de alunos por turma e a partir dos diagnósticos, fez-se necessário dividir o grande grupo em subgrupos, para facilitar a aplicação das atividades.

Espera-se ter contribuído com os processos de ensino-aprendizagem dos educandos, instigando o aprimoramento do conhecimento geográfico, incentivando os estudos, o sentimento de pertencimento e a valorização da diversidade cultural. Mediante as dinâmicas e atividades realizadas, assim como com o término ou o progresso dos conflitos encontrados.



Além de que o grupo pode aprimorar as práticas profissionais e o desenvolvimento de novas metodologias, procurando sempre pesquisar e colocar em prática formas inovadoras de ensino. Nas ações na escola utilizou-se materiais que facilitassem a compreensão dos alunos acerca do conteúdo trabalhado, tal qual bússolas, mapas, cartas, slides, fotos impressas, letras de músicas, cartazes e etc. O projeto desenvolvido teve seu término em dezembro de 2020, com o encerramento do vigente edital. Por fim, acredita-se que gradativamente obteve-se diferentes trocas de experiências e aprendizados significativos para a formação docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: p. 351-393, 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Concepções de geografia e de geografia escolar no mundo contemporâneo. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Papirus, cap. 1, p. 15-37., 2008.

CLAVAL, Paul Charles Christophe. Geografia Cultural: Um Balanço. **Revista Geografia**, Londrina, v. 20, n. 3, p. 005-024, set./dez. 2011.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (org.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço e educação na geografia cultural. **Espaço e Cultura**, no. 28, p. 106-113, jul./dez., 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno et al. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. [S.l.]: Penso, 2010. cap. 1, p. 16-35.

TOMOKO IYDA, Cacete. NÚRIA, Hanglei. A Geografia como ciência e disciplina escolar. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. cap. 1, p. 35-50.

TURRA NETO, Nécio. Geografia Cultural, Juventudes e Ensino de Geografia: Articulações Possíveis. **Revista Formação**, n. 20, v. 1, p. 38 – 56, 2013.



APRENDIZAGENS QUE DESENVOLVAM ESTRATÉGIAS AUTORREGULATÓRIAS: PARA PENSAR A FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA

Maiara Moreira Berdete¹

Universidade Federal de Pelotas- berdetemaiara@gmail.com¹

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve por objetivo fazer uma revisão sistemática de literatura em estratégias de aprendizagem e a formação docente em geografia. Em uma breve busca nas bases bibliográficas para situarmos o tema da pesquisa sobre a autorregulação da aprendizagem na área de Geografia percebemos que esta temática é pouco trabalhada. As autoras Dias e Boruchovitch (2020) fizeram uma revisão sistemática de literatura e no seu estudo demonstram a escassez de trabalhos publicados em revistas do periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o foco específico em estratégias de aprendizagem. Bem como, chega-se apenas 8 trabalhos, que foram desenvolvidos entre eles com graduandos em licenciatura, e com as/os participantes do Programa de Iniciação de Bolsas de Iniciação à Docência⁴(PIBID). Esta análise preliminar nos conta que trabalhos estão sendo feitos, mas há uma preocupação com a falta de pesquisas voltadas para pensar a formação docente em geografia e suas estratégias de autorregular as aprendizagens.

Estudos recentes demonstram a importância da autorregulação em contexto educativos (SIMÃO, FRISON 2013) para a aluna e o aluno compreender seus processos de aprendizagem. Como definiram Ganda e Boruchovitch (2018, p. 72) a autorregulação da

⁴PIBID é uma das iniciativas de política de formação inicial de docentes, criado pelo Decreto n.º 7.219/2010 e regulamentado pela Portaria 096/2013, visa principalmente, a valorização do magistério.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

aprendizagem “como o processo no qual o aluno estrutura, monitora e avalia o seu próprio aprendizado”. Esse processo envolve fatores como autoconhecimento, autorreflexão, controle de pensamentos e domínio emocional, além de uma mudança comportamental por parte do estudante.

Destaca-se a importância de pensar a formação docente sob o olhar da autorregulação da aprendizagem, pois é um campo fértil para as futuras professoras e professores estarem atentos aos seus processos de aprendizagem, uma vez que, tornam-se autônomos de suas estratégias de aprendizagem para aprender, conseqüentemente, para ensinar (FRISON, 2009; BORUCHOVITCH, 2007).

2 METODOLOGIA

Esta revisão de literatura deu-se na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) por ser caracterizado como uma ferramenta de qualidade e abrangente, destacando assim, periódicos latino-americanos, com uma curadoria considerável em avaliação de artigos. Constatou-se poucos trabalhos de geografia relacionados com a temática, somente encontramos dois em uma breve busca no *Google* acadêmico. Quando inserimos no SciELO as palavras “autorregulação da aprendizagem” AND “formação de professores” encontramos cinco, e desses, dois contemplam a pesquisa aqui realizada, que ao mesmo tempo encontra-se na primeira busca realizada que descreve-se logo a seguir. Fica escasso a produção de trabalhos quando colocamos “autorregulação da aprendizagem” AND “formação de professores de geografia”, ou “autorregulação da aprendizagem” AND “geografia”.

No primeiro momento desta busca, foi ampla para ter uma noção dos artigos que estão sendo produzidos sobre a temática da “autorregulação da aprendizagem”. Neste primeiro momento, encontrou-se 52 artigos, em um intervalo de 10 anos, que compreende de 2010 a 2020. Desses 52 artigos selecionou-se 15. Esta seleção deu-se de palavras, como, autorregulação da aprendizagem, autorregulação, aprendizagem, estratégias de aprendizagem e estratégias de ensino-aprendizagem que constavam tanto no título, como nas palavras-chave. Por conseguinte, foi feita a leitura dos resumos para verificar o corpus dos trabalhos, bem como, suas metodologias de coleta de dados e análise. Não obtendo estes dados no resumo, leu-se o restante do artigo. O próximo passo, destes 15 artigos detectou-se a presença descrita de estratégias autorregulatórias de aprendizagem que pudessem ser a discussão desta revisão,



e portanto, ficaram apenas 8 artigos que traziam essas estratégias empregadas pelas e pelos estudantes. Os outros 7 artigos foram descartados por serem revisão de literatura sobre a autorregulação da aprendizagem.

3 RESULTADOS

A questão norteadora foi perceber quais são as estratégias de aprendizagem empregadas pelos estudantes destes dois níveis de ensino fundamental e superior descritas nos trabalhos revisados. Como salienta Silva e Simão (2016) sobre as metodologias quantitativas e qualitativas ao analisar as aprendizagens autorreguladas de estudantes, respectivamente, surgem questões de ordem como, por exemplo, “Quanto?”, “Quantas vezes?” e “O quê?”, “Como?”, “Quando?”. A abordagem qualitativa demonstra um maior cuidado ao retratar a averiguação de coleta de dados, bem como, detectar as questões supracitadas para compreender e aprofundar as estratégias apreciadas pelas e pelos estudantes referentes às suas aprendizagens.

Nesta perspectiva buscar por trabalhos que corroboram com a análise profunda que evidencie os aspectos da aprendizagem autorregulada de estudantes de ensino fundamental e superior é o foco desta revisão. Uma vez que, a partir desta análise percebeu-se as utilizações e percepções referentes a autorregulação e avaliação de si, como, profissionalmente e pessoalmente. Desta maneira, restaram 8 trabalhos para a análise, o corpus de análise é incipiente e tem-se diversas formas de descobrir a autorregulação, desde perspectivas metodológicas como supracitada quantitativas e qualitativas. Destacar os métodos utilizados é uma forma de evidenciar suas práticas de pesquisa, com intervenções, com aplicação de escalas a graduandos ingressantes ou formandos. Acredita-se como Silva e Simão (2016) quando depreendemos as questões aqui supracitadas é de grande relevância para o campo apreciado.

Ao mesmo tempo que, temos estratégias de ensino que desenvolvam estratégias de aprendizagem, estar atentos a esses processos é fundamental para asseverar a importância de pensar sobre o aprender e ensinar na escola, na universidade, bem como para a vida. Todos os trabalhos analisados envolvem o pensar sobre estratégias de aprendizagem, sendo utilizadas as estratégias de ensino. No caso de dois trabalhos, o mapa conceitual e resumos, servem como o meio para desenvolver estudantes pensantes de suas aprendizagens.



Nesta perspectiva surge a categoria “estratégias para autorregular a aprendizagem” uma vez que, compreender as dimensões metacognitiva, cognitiva e motivacional, que os próprios alunos e alunas adquirem ao longo de sua escolaridade, aprimorando sua atuação em frente as solicitações propostas por professora e/ou professor. Esta parte é fundamental, entender as aprendizagens das alunas e alunos e suas mais variadas características, compreender e perceber a motivação das e dos estudantes em suas atividades para estudar. Os trabalhos analisados destacam quais foram os procedimentos adequados para adquirir o conhecimento de estratégias empregadas pelas e pelos estudantes. Por meio de estratégias metacognitiva, cognitiva e motivacional que desenvolvam pensamentos, atitudes, eventos, e vão aprimorar as estratégias de aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES

Aprender a geografia, como Castellar (2017, p. 230) propõe “uma didática especial para educação geográfica”, requer compreender as estratégias de ensino que envolvam sequências didáticas, situações geográficas (SILVEIRA, 1999; CASTELLAR, DE PAULA, 2020) que despertem estratégias de aprendizagem reguladas e motivadas para aprender geografia e desenvolva a linguagem cartográfica por meio da cartografia escolar, e cultivar o “olhar geográfico” (MOREIRA, p. 108, 2008) para ver o mundo, com os métodos referentes à geografia. Como destaca, o “estatuto epistemológico e as metodologias, linguagens e representações da educação geográfica” (CASTELLAR, 2019, p. 3.).

A prática docente visa o ensino de geografia dos/das estudantes que favoreça a educação geográfica no âmbito escolar, bem como por meio do pensamento espacial, da cartografia escolar, do pensamento geográfico, que são métodos para alcançar a compreensão da geografia escolar. Para tal, precisa-se de uma formação inicial docente que valorize estes aspectos para alcançar um raciocínio geográfico por meio de estratégias de ensino que desenvolvam estratégia de aprendizagens para que as/os alunos possam desenvolver as competências e habilidades referentes a geografia.

O raciocínio geográfico é o intuito final da disciplina ao longo dos anos escolares, que abarca conhecimentos da linguagem cartográfica, categorias e princípios lógicos da geografia. Bem como, abarca o pensamento espacial que são formas espaciais, representações espaciais e processos cognitivos, por conseguinte, podem ser desenvolvidos com a cartografia escolar



(CASTELLAR, 2017; CASTELLAR, DE PAULA, 2020). O estudo empírico dos espaços geográficos, das disposições dos objetos são uma forma de olhar e perceber a geografia no espaço concebido, percebido e vivido das/dos estudantes, para desenvolver o pensamento geográfico e uma educação geográfica.

Para pensar o espaço geográfico produzido e reproduzido ao redor da escola, do bairro, da cidade, de uma forma que questione aspectos fundamentais dos lugares destes estudantes, que assim desenvolva um pensamento geoespacial (CASTELLAR, 2017; CASTELLAR, DE PAULA, 2020) que refere-se a conhecimentos de geografia, bem como, raciocinar geograficamente com apoio do pensamento espacial e o pensamento geográfico de professor (COPATTI, CALLAI, 2020).

REFERÊNCIAS

BORUCHOVITCH, E. Aprender a aprender: Propostas de intervenção em estratégias de aprendizagem. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.8, n. 2, p. 156-167, 2007.

CASTELLAR, S. M. V. Cartografia escolar e o pensamento espacial fortalecendo o conhecimento geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 207-232, jan./jun. 2017.

_____. Raciocínio geográfico e a teoria do conhecimento na formação do professor de geografia. **Signos Geográficos**, Goiânia, v.1, 2019.

CASTELLAR, S. M. V.; DE PAULA, I. R. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 294-322, jan./jun. 2020.

COPATTI, C.; CALLAI, H. C. A ciência geografia e a construção de um pensamento geográfico de professor. **Acta Geográfica**, Boa vista, v. 14, n. 34, p. 163-181, jan./abr. 2020.

DIAS, L. C.; BORUCHOVITCH, E. Estratégias de aprendizagem autorregulada e formação inicial de professores de Geografia: uma revisão sistemática de literatura. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 25, e204568, 2020.

FRISON, L. M. B. Avaliação e autorregulação da aprendizagem. **REGAE**, Santa Maria, v.1, n.1, jan./jun. 2009.

GANDA, D. R.; BORUCHOVITCH, E. A autorregulação da aprendizagem: principais conceitos e modelos teóricos. **Psicologia da Educação Revista do Programa de Estudos Pós-graduados**, São Paulo, n. 46, 1º sem. de 2018, pp. 71-80.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

MOREIRA, R. **Pensar em ser geografia:** ensaios de histórias, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 1ª ed., São Paulo: Editora contexto, 2008.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, v. 4, n. 6, jan./jun., 1999.

SIMÃO, A. M. V. da V.; FRISON, L. M. B. Autorregulação da aprendizagem: abordagens teóricas e desafios para as práticas em contexto educativo. **Cadernos da educação**, Pelotas v. 45, n. 2, mai./ago. 2013.

SIMÃO, A. M da. V.; SILVA, J. Entrevista com tarefa na identificação de processos na aprendizagem autorregulada, **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 8-100, jan./abr., 2016.



O USO DE FOTOGRAFIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PAISAGEM DO PARQUE PASSAÚNA EM CURITIBA, PARANÁ

Matheus Andrade Jacob¹; Ramon de Oliveira Bieco Braga²; Denecir de Almeida Dutra³

UNIANDRADE- matheus_9797@outlook.com¹

UNIANDRADE- ramonbieco@hotmail.com²

UNIANDRADE- denecir.dutra@terra.com.br³

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa problematiza ‘como as fotografias históricas podem contribuir com o ensino do conceito de paisagem no âmbito da disciplina de Geografia?’. A questão central apresentada possui relação com uma pesquisa realizada em 2019, como trabalho de conclusão de curso em Licenciatura Plena em Geografia, no Centro Universitário Campos de Andrade, em Curitiba, Paraná.

Nesta pesquisa, compreendemos a paisagem, segundo exposto por Ab’Sáber (2008), como um conjunto de elementos físicos e não físicos, presentes no espaço geográfico e composto por simbologia. Salientamos que estudar a paisagem, é também estudar o passado da sociedade.

Destarte, como esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito de um curso de Licenciatura Plena em Geografia, a mesma teve o objetivo de compreender como as fotografias históricas podem subsidiar o ensino de paisagem na disciplina de Geografia.

Justifica-se que a realização desta pesquisa contribui com os diálogos acadêmicos sobre a área de Ensino de Geografia, bem como, de acordo com Silva, et. al. (2017), amplia as reflexões sobre o uso de fotografias históricas na análise da paisagem geográfica.

2 METODOLOGIA

A matriz metodológica aplicada nesta pesquisa foi a qualitativa, sendo as fontes as fotografias históricas da bacia hidrográfica do rio Passaúna, em Curitiba, Paraná. Estas fotos foram acessadas com base em uma pesquisa na Internet, quando aplicou-se os descritores



‘fotografia histórica Passaúna’. Os resultados obtidos foram analisados sob a perspectiva de ensinar a paisagem geográfica na disciplina de Geografia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

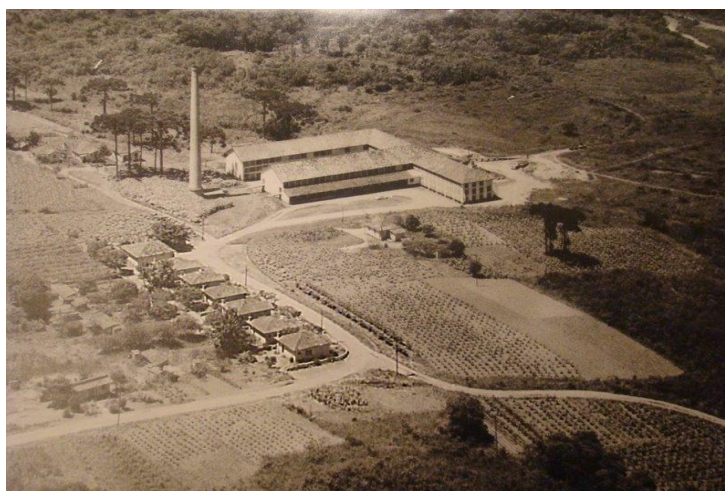
Foi possível coletar imagens e documentos a partir da década de 1980, imagens e documentos mais antigos deste ano sobre a bacia não foram possíveis encontrar arquivos com datas e descrições precisas.

Destaca-se um importante documento “Uso e Ocupação do Solo” de 1991 que indica uma transformação para a região da bacia provido por decisões políticas para transformar a bacia do Passaúna em um manancial para abastecer a região de Curitiba/PR e região metropolitana.

Após as pesquisas, deu-se a ideia de que a fotografia é uma importante ferramenta de produção científica e nesta relação da fotografia com a leitura e produção geográfica destaca-se a junção dos acontecimentos no presente com a seguinte ideia, o presente com olhar para o futuro observando o histórico social ainda presente através de estruturas antigas.

As Figuras 01 e 02 realizam um comparativo do aspecto cultural e ambiental da região do Parque Municipal do Passaúna, em Curitiba, Paraná.

Figura 01 – olaria a qual atribuí a sua chaminé e 3 casas na paisagem da BHRP até os dias de hoje –Curitiba – PR



Fotografia: Autor desconhecido, século XX.

Fonte: <<http://professor-beto-historia-e-geografia.blogspot.com/2010/10/fotos-antigas-de-familia.html>>
Acesso em Dez de 2019.



Figura 02 – imagem aérea do parque passaúna em 2017 – Curitiba – PR



Fotografia: Denis Pereira, 2017.

Fonte: <https://youtu.be/mZZg_NEP_qI> Acesso em Dez de 2019.

Este comparativo trouxe informações da paisagem no presente, já indica que os ares foram outros trazendo conhecimento da mudança contínua da região. A natureza faz deste projeto a harmonização de que uma união é capaz de realizar para abastecer um item tão importante para a vida urbana, a água. O que instiga o ser humano a sede pelas próprias águas da região pode ser o aroma das vegetações e os encantos a qual a harmonia do ecossistema é capaz de trazer.

4 CONCLUSÕES

A importância da fotografia para a sociedade humana é verídica quando a intenção é agregar valor e reflexão para a sociedade. A habilidade de fotografar indica reverência social àquele que toma oportunidade para por valor em sua sociedade.

Os registros humanos deve-se ter cuidado, pois é a porta do futuro para acessar o presente, por isso, um desses cuidados é o valor da ética no presente para proporcionar exemplo àqueles que procuram por informações.

Em relação ao ensino de Geografia, foi verificado que a prática pedagógica de usar fotografias para subsidiar análise da paisagem geográfica, indica potência a ser explorada pelos(as) docentes de Geografia na educação básica, pois as fotografias ilustram os conceitos escritos e facilitam a compreensão dos(as) discentes sobre o conceito de paisagem.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Ecosistemas do Brasil**. São Paulo/SP: Metalivros, 2008.

SILVA, Itálo Fernando de Freitas; SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos; SILVA, Leonardo Lima da; CANÊJO, Valdemira Pereira. A fotografia como recurso mediático no ensino de Geografia: a paisagem urbana em múltiplos olhares e convergências. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**, Belo Horizonte/MG, 2017.



ÁFRICA EM IMAGENS NA SALA DE AULA: UMA PROPOSTA DE ATIVIDADE DO PIBID GEOGRAFIA

Pedro Castilhos da Rosa¹; Odlaner Terra Pereira²; Liz Cristiane Dias³

Universidade Federal de Pelotas-pedrocastilhosgeo@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas²

Universidade Federal de Pelotas- lizcdias@gmail.com³

1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje que os estereótipos prejudicam a forma de como os alunos visualizam os conteúdos geográficos. É comum notar ideias equivocadas ao abordar assuntos distantes da realidade cotidiana do aluno, em consequência da influência externa adquirida pelos estudantes, principalmente pelas redes sociais e a grande mídia.

Ao buscar contribuir para o rompimento dos estereótipos, o presente trabalho objetiva relatar a intervenção realizada pelos integrantes do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) em uma escola pública da zona norte do município de Pelotas-RS. A intervenção foi realizada com 7 estudantes do 9º ano do ensino fundamental, e teve como finalidade introduzir a temática sobre o continente africano procurando evidenciar positivamente o legado da cultura negra.

Com base nisso, procurou-se a partir da metodologia proposta, diminuir as lacunas presentes na abordagem do tema e suas generalizações. O ensejo surgiu a partir de um diagnóstico realizado na escola pelos pibidianos que teve como o objetivo conhecer quais eram as principais dificuldades e necessidades referente a disciplina de geografia.

2 METODOLOGIA

A atividade Desmistificando a África foi elaborada a partir do auxílio das coordenadoras e da supervisora do PIBIDGEO, a qual teve como finalidade propor atividades que contemplassem as necessidades expostas a partir do diagnóstico realizado na escola. Diante dessas dificuldades, foi organizado um projeto guarda-chuva tendo como viés de abordagem a Geografia Humana (uma vez que no diagnóstico percebeu-se que os alunos



relacionavam a Geografia apenas aos aspectos físicos). Posteriormente, cada grupo de pibidianos ficou responsável por desenvolver um conteúdo conforme o ano trabalhado. Esse conteúdo deveria basear-se no que é proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para esse componente. O conteúdo exposto neste trabalho diz respeito ao continente Africano, a atividade na escola foi desenvolvida conforme o relato a seguir:

Primeiramente foi distribuído o material para que os alunos pudessem realizar a dinâmica, após isso, foi iniciado o segundo momento da intervenção, na qual foi pedido para que os alunos dividissem a folha em quadrantes com um lápis. O primeiro quadrante ficou destinado para que eles desenhasssem a primeira coisa que viessem à cabeça em relação à África, foi provocado aos alunos que eles procurassem pôr na folha aquilo que surge na mente quando se imagina o continente africano. No segundo quadrante os alunos precisavam desenhar aspectos relacionados à natureza africana. Para o terceiro quadrante, era necessário ilustrar um aspecto econômico e para o último quadrante, uma característica cultural do continente. O intuito foi elucidar algumas suposições gerais com base no conhecimento prévio dos próprios alunos sem a consulta de qualquer material.

Para o momento seguinte foi proposto formar uma roda de conversa com todos os presentes, e comentar sobre o que os alunos haviam desenhado para representar as suas ideias referentes ao continente. Após, a intervenção seguiu para sua última etapa onde os pibidianos apresentaram imagens de vários lugares do mundo e os alunos teriam que adivinhar de onde eram, entre esses lugares foram escolhidos alguns que reforçavam a importância do continente africano no que diz respeito às infraestruturas urbanas, tecnológicas, econômica, artísticas, culturais entre outras, em geral os alunos não identificaram esses espaços como sendo do continente africano. O que demonstrou como a força da imagem de uma África “subdesenvolvida” e pobre é presente no imaginário dos alunos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a elaboração dos desenhos e a apresentação das imagens, foi realizada uma roda de conversa com intuito comentar o que os alunos haviam produzido para representar as concepções que vinham em mente quando imaginavam as características do continente africano. Como previsto pelos pibidianos, a maioria dos alunos procuraram ressaltar os estereótipos do continente. No primeiro quadrante destinado às primeiras ideias que vinham



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

na cabeça quando se mencionava a África, os estudantes ressaltaram pirâmides, o bioma savana e desertos. Para a segunda parte da folha, que era necessário desenhar características físicas, foi destacado o calor, grande incidência solar, desertos e áreas secas.

Com a finalidade de representar as perspectivas econômicas, notou-se que alguns alunos desenharam atividades relacionadas a agricultura, porém, a maioria não fugiu do comum apresentando qualidades pobres a África, como por exemplo, pessoas passando fome, grandes secas e guerras civis. O último quadrante que tinha como objetivo, trabalhar os temas culturais, os alunos expuseram uma variedade de ideias onde foi perceptível que a cultura africana por ser diversa, apresentou uma pluralidade grande de conhecimento sobre a mesma. Essa atividade teve como proposta promover o raciocínio geográfico sobre o continente. Para BEDNARZ e KEMPB (2011) entender as concepções da sociedade moderna ao mesmo que se adquire habilidades para a aplicação desse conhecimento na prática, é necessário que o estudante seja provocado a pensar os conteúdos geográficos na prática.

4 CONCLUSÕES

Entendemos que é de grande senso por parte dos alunos, terem o costume de generalizar ou estereotipar ideias e pensamentos que contradizem com a realidade, em consequência das influências externas. Com a finalidade de quebrar com esses preconceitos, buscamos a partir de atividades que envolvessem algum conhecimento prévio, rever ideias equivocadas. O objetivo principal era promover a diversidade sobre a África, evidenciando que o continente tem inúmeras potencialidades. Levando em consideração o que foi trabalhado, podemos finalizar que as metodologias propostas pelos PIBIDIANOS possibilitaram aos alunos um olhar crítico sobre a realidade.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Ronaldo. A LINGUAGEM CARTOGRÁFICA COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ESPACIAL DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. *Revista brasileira de educação em geografia*, [s. l.], p. 187-206, 6 abr. 2017.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

BNCC Geografia. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.

SARDELICH, MARIA. LEITURA DE IMAGENS, CULTURA VISUAL E PRÁTICA EDUCATIVA. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], p. 451-472, 16 maio 2006.

BEDNARZ, Sarah; KEMPB, Karen. **Entendendo e nomeando a alfabetização espacial. Conferência Internacional: Pensamento Espacial e Ciências da Informação Geográfica**, 2011.

BROOKS, Clare; BUTT, Graham; FARGHER, Mary. Introdução: Por que é oportuno (re) considerar o que torna o pensamento geográfico poderoso?. **The Power of Geographical Thinking**, 2 mar. 2017.



A IMPLANTAÇÃO DE ENCONTROS VIRTUAIS EM UM GRUPO DE ESTUDOS

Rosa Maria da Silva¹; Adrianly de Ávila Melo Sampaio²

Universidade de Uberlândia-rosinha.maria@terra.com.br¹

Universidade de Uberlândia- adrianlyavila@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

O grupo de Inclusão Escolar e o Ensino de Geografia busca fomentar debates, promover o compartilhamento, auxiliar na formação e na socialização de experiências entre seus membros sobre a inclusão escolar. Os integrantes do grupo são professores do ensino fundamental da rede pública das cidades de Araguari e Uberlândia, estudantes de graduação e pós-graduação de cursos de licenciatura, geografia, bacharelado, mestrado e doutorado da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Os encontros ocorriam quinzenalmente de forma presencial quando era fomentada a pesquisa, o estudo, a confecção e divulgação de trabalhos sobre o tema. No ano de 2020, com o surgimento da pandemia da Covid-19, foi imposto o distanciamento social que significou o fechamento de escolas públicas e particulares, a interrupção de aulas presenciais e, conseqüentemente, o cancelamento dos encontros presenciais do grupo de estudos. Entretanto, a partir de julho de 2020, foi disponibilizado pelos coordenadores do grupo encontros de forma virtual, utilizando os métodos da Educação a Distância (EaD). Nesta pesquisa, o objetivo é analisar e descrever como se deu a transformação dos encontros presenciais em encontros virtuais no grupo de estudos sobre Inclusão Escolar e o Ensino de Geografia. Para tanto, iremos relatar os pontos positivos e negativos na perspectiva dos coordenadores e dos integrantes do grupo.

2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa/estudo de caso, realizada no grupo de estudos denominado O Ensino de Geografia e Inclusão Escolar na cidade de Uberlândia. O período de análise teve início em julho de 2020 e o término previsto para dezembro de 2020. Em uma primeira etapa da pesquisa, já concluída, fizemos uma revisão bibliográfica e identificamos estudos que tinham objetos de pesquisa semelhantes (experiências de Educação a Distância – EaD), para analisar e descrever o Ambiente Virtual disponibilizado. Para a segunda, prevista



para ocorrer a partir de novembro de 2020, faremos entrevistas semiestruturada com os coordenadores do grupo, via chamada de voz no WhatsApp, também enviaremos um questionário via e-mail aos participantes do grupo. E, na terceira e última etapa, prevista para dezembro de 2020, iremos comparar os dados coletados com resultados de pesquisas semelhantes que após serão descritos e apresentados em forma de artigo científico.

3 RESULTADOS PARCIAIS

De acordo com o que foi proposto na primeira etapa desta pesquisa, analisamos e descrevemos os encontros que ocorreram no mês de julho e agosto de 2020 e encontramos os seguintes resultados parciais:

- a) o aplicativo escolhido pelos coordenadores para os encontros virtuais foi Google Meet;
- b) não houve custo para utilização do aplicativo Google Meet, pois a sua utilização é gratuita para grupos de até 100 participantes com reuniões de no máximo 60 minutos;
- c) o aplicativo Google Meet oferece chamadas de vídeo que podem ser acessadas pelo celular ou computador, além de possuir uma interface simples o que permitiu participações em tempo real;
- d) houve um aumento significativo no número de participantes, pois presencialmente a média era de 10 pessoas e, na forma online, a média passou a ser de 30 pessoas;
- e) os encontros que eram quinzenais passaram a ocorrer semanalmente;
- f) foram disponibilizados para os alunos no aplicativo Telegram: artigos, e-books e vídeos referentes ao tema.

4 DISCUSSÃO

Na tentativa de reduzir a disseminação do novo Coronavírus, foram aplicadas em todo país medidas de distanciamento social. Na Educação, tais medidas levaram ao fechamento de escolas públicas e particulares, o que ocasionou a mudança aulas e outras atividades pedagógicas, até então presenciais, para o formato EaD. Esta mudança tem sido viabilizada,



principalmente, por meio da disponibilização de plataformas online, aulas ao vivo, redes sociais e envio de materiais digitais. Os meios digitais e tecnológicos trouxeram neste momento um importante auxílio para alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem e estão cumprindo um papel importante para a redução dos efeitos negativos do distanciamento temporário. Contudo, as evidências indicam que existem lacunas de diversas naturezas nesta forma de ensino. Devemos, assim, analisar de maneira consistente a introdução temporária destas soluções de ensino a distância, bem como os recursos tecnológicos utilizados em Educação (MORAN, 2020).

Dada a flexibilidade de tempo e espaço na EaD, os encontros podem ocorrer de maneira síncrona (tempo real) em salas de bate-papo ou aulas via satélite, por exemplo, ou de maneira assíncrona (em tempo não real), em que o encontro é disponibilizado em vídeo e os alunos podem acessá-lo a qualquer tempo. A Educação a Distância e suas variações são um espaço privilegiado para incluir habilidades e metodologias renovadoras, segundo Formiga (2009).

Mas para que isso ocorra é necessário descobrir uma forma para melhor com incluir e planejar aulas e encontros virtuais um curso tradicionalmente presencial. Nestes próximos anos vivenciaremos aproximações significativas entre o ensino presencial e a distância. Tivemos uma flexibilização maior de modelos de cursos e de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), tendo em vista que eles facilitam o acesso à educação de um maior número de pessoas ao mesmo tempo e em diversos lugares. As possibilidades são tantas que podemos utilizar mais de um recurso ao mesmo tempo e em um mesmo curso ou disciplina. As estratégias da EaD podem incluir o uso de várias mídias e linguagens, podendo ser facilmente acessado por meio da internet presente em computadores, telefones celulares, tablets e outras mídias, conforme Moran (2000).

5 CONCLUSÃO

Com o fim da pandemia, acreditamos que muitos segmentos educacionais irão combinar cursos presenciais com virtuais, uma parte dos encontros e cursos presenciais poderá ser feita virtualmente, intercalando períodos de pesquisa individual com outros de pesquisa e comunicação conjunta, ora virtual, ora presencial. Cabendo aos educadores



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

encontrar o planejamento mais adequado, as tecnologias e os métodos que melhor atendam as suas necessidades de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

EDUCAÇÃO, Todos Pela. **Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19**. Nota Técnica, 2020.

FORMIGA, Marcos; LITTO, Fredric M. **Educação a distância. O Estado da Arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MORAN, José Manuel. **Novos caminhos do ensino a distância. Informe CEAD-Centro de Educação a Distância**, v. 1, n. 5, 1994.



GEOGRAFIA: UMA CIÊNCIA VISUAL? A IMPORTÂNCIA DAS REPRESENTAÇÕES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA ESCOLAR

Thays Zigante Furlan¹; Fernando Luiz de Paula Santil²

Universidade Federal de Uberlândia -thaysfurlan@gmail.com¹

Universidade Federal de Uberlândia -fernando.santil@ufu.br²

1 INTRODUÇÃO

O uso de representações nas aulas de Geografia já se faz sugerido em sua própria etimologia, intitulada como “Descrição da Terra” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 66). O papel “[...] desempenhado pela imagem no trabalho pedagógico específico da Geografia ocorre desde seus primórdios, alicerçados na descrição das paisagens, até sua vertente crítica de renovação metodológica” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 66). Esse processo funciona como se fossem janelas de observação, que servem para mostrar o mundo para os alunos.

Todavia, importa realçar que as diferentes linguagens visuais são características de potencialidades comunicativas extremamente distintas, e em muitos casos, até mesmo confusas, o que significa para nós, pesquisadores e professores de Geografia, uma situação para qual devemos nos atentar para denotá-las com aquilo que objetivamos alcançar em cada etapa do ensino.

Independentemente do fenômeno representado, suas representações (mapa, diagrama, fotografia), requerem, portanto, de elementos valiosos para uma boa prática de ensino e aprendizagem, ao passo que influenciam diretamente, no modo que o sujeito – a criança, os adultos – constroem um novo signo⁵ em sua mente.

⁵ Na Semiótica, o signo se refere a noção de representação, símbolos, imagens e em outras formas de substituição. Para Santaella e Nöth (1999, p. 16), o próprio conceito inglês “*representation(s)*”, ao ser concebido como sinônimo de signo, explica a concepção de “representação”.



Nesse encaminhamento, pretendemos com esse artigo realizar breves apontamentos sobre algumas das dificuldades voltadas a visualização de fenômenos físicos, presentes no ensino de Geografia escolar.

2 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos de enfoque desta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa. A escolha partiu do pressuposto de termos como objetivo, a obtenção de análise de dados descritivos, e não a quantificação do mesmo.

No que diz respeito aos objetivos da pesquisa, realizou-se reflexões sob leituras bibliográficas referentes ao tema: visualização e ensino de Geografia. Brevemente buscou-se demonstrar, a importância de considerarmos certos cuidados as representações para o ensino, e também, a necessidade de apresentar mais estudos sob essa perspectiva, uma vez, que a Geografia, possui muito de suas raízes conciliadas a entender e “ver” o espaço geográfico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Perrenoud (2000, p. 29), “os professores têm dificuldades para compreender que seus alunos não compreendem”, e isso, diz muito a respeito; - também, sobre as representações que são utilizadas em sala de aula.

Por muitas vezes, o professor constrói as suas aulas diante de inúmeras representações, justificando que quanto mais complexo forem os conteúdos, mais representações são selecionadas para abordagens dos fenômenos. Subentende-se que, todas as representações visam “apenas” facilitar o entendimento dos conteúdos e, nesse viés, a reflexão sobre a possibilidade de o aluno estar sendo induzido a uma percepção equivocada, não se faz considerada em nenhum momento.

A atual Base Nacional Comum Curricular – BNCC, por exemplo, se vale desta afirmação. Para ela, quanto mais “leitura por meio de fotos, desenhos, plantas, maquetes e as mais diversas representações” (BRASIL, 2017, p. 367), maior será a obtenção da percepção e o domínio do espaço.



Todavia, reafirmamos, que os docentes ao preparar suas aulas, devem sempre ser encorajados a descobrir quais são as intenções dos remetentes. Algumas perguntas norteadoras são: Por que utilizar determinada representação? Quais são os significados secundários de tal? Quais são as associações que a representação escolhida cria? (LE MOS, 2018).

Lemos (2018) ao buscar estudar as representações do ensino de Biologia, verificou que existe um nível de abstração linear entre os diferentes tipos de representações, além disso, percebeu que considerá-los de forma **a priori** no processo de construção do ensino e aprendizagem se faz fundamental.

López-Manjón e Postigo (2014) postularam alguns dos recursos (componentes visuais) possíveis de ajudarem na interpretação dos signos a serem escolhidos ou construídos. O Quadro 1, a seguir, expressa algumas das características dos componentes visuais utilizados por esses autores ao investigarem sobre as representações gráficas presentes em livros didáticos:

Figura 2 – Componentes visuais e suas características

Componentes visuais	Características
Detalhes ampliados/amplificados	Apresentam simultaneamente um fenômeno e o detalhe/recorte de uma parte do fenômeno que se quer ressaltar em forma de zoom ao lado da imagem
Seções ou cortes	Apresentam alguns elementos internos considerados relevantes e que não são visíveis desde outras perspectivas, ao mesmo tempo, que se observa o exterior do resto do fenômeno
Perspectivas	Diferentes visões/ interpretações das formas do fenômeno no espaço para a representação bidimensional de objetos tridimensionais.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

	Por exemplo, perspectiva frontal ou lateral, a qual permite uma representação mais completa
Duas ou mais representações distintas	Representações de um mesmo objeto através de, no mínimo, dois tipos distintos de imagens
Presença e/ou coexistência de diferentes planos	Oferecem diferentes níveis de aproximação ao fenômeno
Contexto	Elementos que se adequam ou contextualizam, em maior ou menor medida, com o fenômeno representado através da utilização de elementos abstratos ou concretos, fazendo referência às situações nas que acontece esse fenômeno
Localização	Elementos que indicam a localização
Gráfico	Setas e linhas na imagem para indicar a direção de um processo ou para destacar algum aspecto do fenômeno representado
Cores	Diferenciam os elementos ou distintos planos da representação, ou os destacam visualmente

Fonte: López-Majón e Postigo (2014, p. 556, tradução nossa) Adaptado pela Autora (2020)

A necessidade de discussões como estas se desenvolve na medida em que identificamos em pesquisas, como a de mestrado (FURLAN, 2018) algumas problemáticas quanto as representações e conteúdos voltados a temática das Placas Tectônicas, por exemplo. Nesse estudo, notou-se em livros didáticos de Geografia escolar; representações sem noções



escalares, cores distantes da realidade, representações sem legendas e sem conexões com o texto, entre outros fatores.

O aluno ao se deparar com os signos, realiza um processo de mediação entre ele e o próprio signo. Faz parte do processo de ensino e aprendizagem do aluno que ele conceba a identificação e apreensão daquilo que recebeu com auxílio da teoria. Neste caso, os signos terão como proposta serem o fechamento ou a abertura das ideias, possuindo ambas diferentes importâncias. É oportuno, desta maneira, que os signos sejam elaborados e organizados a partir de uma perspectiva que facilite o aluno entender e transpor para o seu nível cognitivo a proposta apresentada.

4 CONCLUSÕES

Finalizamos este artigo com a proposta de demonstrar que o professor não precisa somente de suas relações como mediador, onde deva “trabalhar a partir das concepções dos alunos, dialogar com eles, fazer com que sejam avaliadas para aproximá-las dos conhecimentos científicos a serem ensinados” (PERRENOUD, 2000, p. 29), mas, também, necessita de suas relações com os recursos utilizados como pontes de **visualização e entendimento**.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. A. A. **Como a imagem contribui para o processo de Ensino-aprendizagem nas aulas de geografia em Turmas do ensino fundamental** Albuquerque. Rio de Janeiro: Giramundo, v. 3, n. 6, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília: MEC, 2017.
- SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- FURLAN, T. F. **Análise Semiótica das representações didáticas das Placas Tectônicas no ensino de Geografia**. 2018. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.
- LEMOES, R. A. **Representações gráficas em livros didáticos de Biologia**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Maranhão. 2018.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

LÓPEZ-MANJÓN, A.; POSTIGO, Y. **Análisis de las imágenes del cuerpo humano en libros de texto españoles de primaria.** Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas, [en línea], 2014.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada.** Porto Alegre: Artmed, 2000.



O ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: ENTRE DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

Thomáz Augusto Sobral Pinho¹; Bárbara Gabrielly Silva Barbosa²; Ítalo D'Artagnan Almeida³

Universidade Federal de Pernambuco- pinhothomaz10@gmail.com¹

Universidade Federal de Pernambuco-barbara236@live.com²

Universidade Federal de Pernambuco-dalmeida.italo@gmail.com³

1 INTRODUÇÃO

Os últimos anos do século XX foram marcados por movimentos em prol dos direitos sociais. Entre as várias questões colocadas em pauta no âmbito social, emerge a luta por uma educação inclusiva, a qual garantisse a inclusão de todos os indivíduos, independentemente das suas características, em um mesmo ambiente e sob as mesmas práticas pedagógicas. Como principal marco desse movimento, tem-se o surgimento de legislações que tratam da inclusão escolar, a exemplo da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) e da Lei de Diretrizes e Base da Educação (BRASIL, 1996).

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) destaca que a educação inclusiva busca a garantia do acesso e da permanência de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em sala de aula comum, ressaltando a necessidade da escola se adaptar e respeitar as diferentes maneiras de aprendizagem de cada educando. Vieira e Ferraz (2015) e Júnior *et al.* (2018) enfatizam a necessidade de se olhar para além do acesso dos alunos com NEE ao espaço escolar, focando nos meios os quais garantam a qualidade no processo de ensino-aprendizagem. Sobre esses meios, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), em seu Art. 59, destaca que os sistemas de ensino assegurarão currículos, recursos educativos, professores qualificados para o atendimento especializado e para a inclusão de todos nas classes comuns.

Sendo assim, sabendo da abrangência da educação inclusiva no que se refere à pluralidade de características do seu público-alvo, salientado o quanto é essencial expandir o arcabouço teórico-metodológico nessa área, o presente estudo enfatiza o processo de ensino-aprendizagem de alunos com Deficiência Visual (DV), tendo por objetivo propor uma discussão sobre as dificuldades encontradas por esses indivíduos nas aulas que abordam os



componentes curriculares da Geografia Física (Climatologia, Geomorfologia, Pedologia, Hidrografia, dinâmicas geológicas, entre outras) na educação básica, dando um enfoque nas alternativas didáticas que possibilitam estabelecer um processo de ensino-aprendizagem de fato inclusivo.

Castro (2002), Marcelino e Bragança (2017) e Ziesmann e Frison (2017) apontam que ainda existem dificuldades de se promover a inclusão escolar, tendo em vista que os professores não se sentem capacitados para receber tais alunos em sala de aula, bem como percebe-se uma defasagem de materiais didáticos adaptados às necessidades de aprendizagem dos educandos, apesar das legislações que tratam da inclusão escolar e de um aumento verificado no número de matrículas de alunos com NEE em salas de aula comum nos últimos anos (BRASIL, 2019).

Quando busca-se analisar essa problemática no universo do aluno com DV nas aulas de Geografia, percebe-se a dificuldade de proporcionar um ensino fora da lógica visual que possibilite explorar outros sentidos, resultando em uma aprendizagem descontextualizada da realidade do estudante e pouco significativa (ALVES *et al.*, 2016).

2 METODOLOGIA

O estudo traz alguns apontamentos fundados nos resultados parciais da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, o qual tem como temática o ensino de Geografia Física para alunos com DV. A etapa em questão diz respeito ao levantamento bibliográfico, a partir do qual acredita-se ser suficiente para propor as discussões aqui estabelecidas. A pesquisa bibliográfica ocorreu entre os meses de março e junho de 2020 por meio das plataformas: Portal de Periódicos CAPES, *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), *ResearchGate* e Google Acadêmico. Na busca, priorizou-se os estudos mais recentes, partindo das seguintes palavras-chave: educação inclusiva, deficiência visual, Geografia Física, formação inicial e continuada de professores, cartografia tátil e ensino de Geografia.

Ademais, ainda como base para a discussão, destaca-se as contribuições dos resultados obtidos com a aplicação da oficina “O uso de mapas táteis como ferramenta de inclusão no ensino da Geografia”, desenvolvida no âmbito do projeto de extensão UFPE no Meu Quintal,



sendo executada na primeira semana de fevereiro de 2020 na cidade de Dormentes, em Pernambuco. Salienta-se que não se tem como objetivo tratar dos resultados dessa prática, contudo, diante do uso de materiais didáticos adaptados para alunos com DV, a aplicação da oficina torna-se um exemplo da funcionalidade e efetividade de tais recursos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A DV pode ocorrer de duas maneiras: baixa visão ou cegueira total. De acordo com a conceituação da Portaria de N° 3.128, de 24 de dezembro de 2008:

Considera-se baixa visão ou visão subnormal, quando o valor da acuidade visual corrigida do melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20° no melhor olho com a melhor correção óptica (1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10) e considera-se cegueira quando esses valores encontram-se abaixo de 0,05 ou campo visual menor do que 10° (categorias 3, 4 e 5 do CID 10) (BRASIL, 2008).

A acuidade visual é “a capacidade de discriminação de formas por meio de representações de linhas, símbolos ou letras em tamanhos diversificados” (MORAES, 2019, p.10). Ademais, com base na fase na qual a DV se desenvolveu, são considerados dois grupos: pessoas com DV congênita, a qual foi desenvolvida antes do nascimento do bebê; e as pessoas com DV adquirida, sendo resultado de doenças ou acidentes. Essas informações são relevantes para o planejamento pedagógico, visto que o fato de o aluno possuir baixa visão ou cegueira e a DV ser congênita ou adquirida, irá exigir diferentes processos educativos.

Quando se trata da inclusão do aluno com DV no âmbito da Geografia escolar, constata-se dificuldades em se estabelecer um processo de ensino-aprendizagem significativo. Ao longo do desenvolvimento da Geografia, seja como ciência ou disciplina escolar, o sentido da visão sempre foi valorizado, tendo em vista a constante prática de observação e descrição da paisagem. Diante disso, no processo de compreensão do espaço geográfico, considerando a organização espacial dos objetos, o uso de ferramentas visuais é vastamente difundido.

Contudo, para o aluno com DV, frente às circunstâncias, a aprendizagem normalmente está baseada na oralidade e na descrição dos fenômenos geográficos. Todavia, entende-se que em razão de um baixo repertório de imagens que ele possui na sua mente, conseqüente de uma dificuldade de interagir com o meio e de desenvolver experiências espaciais no cotidiano, a



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

construção dos saberes encontra obstáculos, resultando em um processo de ensino-aprendizagem pouco significativo (CUSTÓDIO *et al.*, 2011).

Quando se trata especificamente das aulas sobre os componentes da Geografia Física, entende-se que as dificuldades são ainda maiores, uma vez que, como pontuado por Afonso e Armond (2009), esses componentes curriculares são, em geral, tratados de modo superficial ou precário no ensino básico. Ademais, visto que está pautado na organização do espaço físico, o apelo visual acaba sendo maior. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem torna-se ainda mais descontextualizado da realidade do aluno e, conseqüentemente, pouco significativo.

Sendo assim, nota-se a necessidade de buscar novas metodologias para que seja possível minimizar as dificuldades dos alunos com DV e que considere as particularidades de cada educando (VENTORINI, 2007; MORAES, 2019). Desse modo, propõe-se como alternativa a adoção de recursos cartográficos táteis no ensino da Geografia para estudantes com DV, uma vez que a linguagem cartográfica auxilia no processo de compreensão do espaço geográfico (GOUVEIA *et al.*, 2018). Como principais produtos da Cartografia tátil, tem-se os mapas e as maquetes, os quais possibilitam que o aluno com DV, sob a mediação do professor, explore as representações espaciais e construa imagens mentais dos objetos que compõem o espaço geográfico. O uso das maquetes táteis, por exemplo, pode ser aplicado aos estudos da Geomorfologia, permitindo que o educando diferencie as diferentes formas de relevo e possa, de fato, compreendê-las. Ademais, a mesma importância é conferida aos mapas táteis, sendo fundamentais para que o aluno entenda que há um espaço para além do que ele vivencia (muitas vezes limitado ao seu corpo). É importante destacar que a Cartografia tátil não se restringe ao suporte no ensino da Geografia, visto que a sua utilização possibilita que o sujeito com DV se reconheça como parte do meio e viabiliza maior autonomia (MEDEIROS; PEREIRA, 2019).

Além disso, destaca-se que a elaboração dos materiais cartográficos táteis não se limita apenas a transpor os dados para o plano tridimensional, mas deve seguir critérios que visam uma boa leitura dos recursos pelo aluno com DV. Sobre isso, recomenda-se as leituras de Ventrini (2007), Nogueira (2007), Nogueira (2009), Nascimento (2009) e Ventrini (2012).



4 CONCLUSÕES

Diante do que foi exposto, percebe-se que o aluno com DV encontra barreiras no processo de ensino-aprendizagem em Geografia, tendo em vista que as abordagens valorizam bastante o aspecto visual. Devido às dificuldades de se encontrar nessa perspectiva visual, o processo de aprendizagem desses educandos se restringe à oralidade e à descrição, caminhos os quais tornam o aprendizado pouco significativo.

Sendo assim, destaca-se a necessidade de pôr em prática metodologias diferenciadas que valorizem as potencialidades do aluno com DV. Desse modo, a Cartografia tátil emerge como uma alternativa para a inclusão de alunos com DV nas aulas de Geografia, possibilitando que esses sujeitos participem da leitura do espaço e consiga formar imagens mentais para dar suporte na estruturação dos saberes geográficos. Diante disso, percebe-se grande potencial no uso de maquetes e mapas táteis no ensino dos componentes curriculares da Geografia física, tendo em vista que os seus temas possuem um maior apelo visual, devido ao fato de destacarem o arranjo espacial dos objetos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. E.; ARMOND, N. B. **Reflexões sobre o ensino de Geografia física no ensino fundamental e médio**. In: X Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, 2009, Porto Alegre. Anais do X Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.cedipe.uerj.br/pdf/reflexoes-anice.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

ALVES, D. A.; MORAES, G. B. P.; SILVA, W. N. **O ensino de Geografia para deficientes visuais: breves considerações sobre impedimentos e caminhos**. In: III Congresso Nacional de Educação, 2016, Natal - RN. Anais III CONEDU. Campina Grande - PB: Editora Realize, 2016. v. 1

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%ADsticas+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/43bf4c5b-b4784c5d-ae17-7d55ced4c37d?version=1.0>. Acesso em: 01. Maio 2020.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 01 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.128**, de 24 de dezembro de 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html. Acesso em: 01 maio. 2020.

CASTRO, S. **A representação social de professores de alunos incluídos em rede regular de ensino**. Monografia (Conclusão de curso de especialização em Educação Especial na área da Deficiência Mental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2002.

CUSTÓDIO, G. A.; Nogueira, R. E.; CHAVES, A. P. N. **Mapas e Maquetes Táteis como Recurso para o Enfrentamento às Barreiras Educacionais**. In: VII Colóquio de Cartografia para Crianças e Escolares, 2011, Vitória. Anais do VII Colóquio de Cartografia para Crianças e Escolares. Vitória: s. n, 2011. v. 1. p. 97-108.

GOUVEIA, M. et al. **O uso da Cartografia tátil como ferramenta de inclusão para os deficientes visuais**. In: XIX Encontro nacional de geógrafos, 2018, João Pessoa. Pensar e fazer a geografia brasileira no século XXI, 2018.

IBGE. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 2010, 211 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 01 maio 2020.

JUNIOR, L. M.; MARTINS, R. E. M. W.; DIAS, J. O uso da oficina pedagógica no ensino de Geografia numa perspectiva inclusiva. **Revista Tempos e Espaços em Educação** (Online), v. 11, p. 200-215, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167941/339042.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 mai 2020.

MARCELINO, A. C. K. B.; BRAGANÇA, I. F. S. Contribuições das trajetórias de formação docente para a inclusão do aluno com deficiência visual. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, p. 57-73, 2017.

MEDEIROS, R. V.; PEREIRA, J. L. C. Cartografia Tátil e deficiência visual: um olhar na perspectiva da educação escolar inclusiva. **Revista Educação Especial** (UFES), v. 32, p. 5, 2019.

MORAES, T. S. **Saberes docentes**: a mediação necessária no uso da Cartografia Tátil como ferramenta de inclusão. 2019. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

NASCIMENTO, R. S. **Maquetes geográficas táteis e o ensino de Geografia para deficientes visuais-DVs – Metodologia “do meu passo para o espaço”**. In: 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, 2009, Porto Alegre-RS. 10º ENPEG, 2009.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Nogueira, R. E. Mapas táteis padronizados e acessíveis na Web. **Benjamin Constant** (Rio de Janeiro), v. 15, p. 16-27, 2009.3

NOGUEIRA, Ruth E. Padronização de mapas táteis: um projeto colaborativo para a inclusão escolar e social. **Revista Ponto de vista**. Florianópolis, n. 9, p. 2007.

VENTORINI, S. E. **A experiência como fator determinante na representação espacial do deficiente visual**. 2007, v. 2. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

VENTORINI, Sílvia Elena. **Representação gráfica e linguagem cartográfica tátil**: estudo de casos. 2012. 170p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, São Paulo.

VIEIRA, J. M.; FERRAZ, C. B. O. O Desafio do Ensino de Geografia para Deficientes Visuais. **GeoAtos: Revista Geografia em Atos**, v. 2, n. 2. 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/3864/3029>. Acesso: 02 abr. 2020.

ZIESMANN, C. I.; FRISON, M. Formação de professores e educação escolar inclusiva: Um olhar para o sujeito com deficiência visual. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, p. 74-94, 2017.



USO DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA NA CLIMATOLOGIA: UMA ANÁLISE DA VARIABILIDADE DE PRECIPITAÇÃO NAS ENCOSTAS OCIDENTAIS DOS ANDES

Aline Landim Moreira¹; Éder Leandro Maier Bayer²

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)-alineelandimm@gmail.com¹

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)- edermaier@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

A estatística descritiva (média, anomalia e desvio padrão) é utilizada para descrever e agrupar os dados, auxiliando a compreensão das variabilidades temporais e espaciais da precipitação importante para as mitigações dos impactos das secas e chuvas acima da média, já que contribuem para a definição do clima local e para melhor gestão dos recursos naturais (STURARO, 2015). Visando essas motivações, o presente estudo investigará a variabilidade temporal (1900-2010) e espacial (perfil latitudinal entre Corumbá – MS e Uruguaiana – RS) da precipitação e suas relações com a teleconexão do El Niño Oscilação Sul. Totalizando dados de precipitação de 6 cidades, visando entender a dinâmica climática usando técnicas estatísticas. A área de estudo está inserida na região das Encostas Orientais da Cordilheira dos Andes, que possui uma dinâmica atmosférica que impacta a distribuição espaço-temporal da precipitação em latitudes tropicais e subtropicais, nesse contexto, a proposta contribui na análise da variabilidade temporal (1900-2010) da precipitação e explora as relações entre a precipitação e a teleconexão SOI (*Southern Oscillation Index*, é o cálculo das anomalias da temperatura superficial do mar (TSM), com fases positivas (El Niño) e negativas (La Niña)) em Uruguaiana (Rio Grande do Sul/Brasil (BR)), Corrientes (Corrientes/Argentina (AR)), Asunción (Asunción/Paraguay (PY)), Santa Rosa del Araguay (São Pedro/Paraguay (PY)), Jardim (Mato Grosso do Sul/Brasil (BR)) , e Corumbá (Mato Grosso do Sul/Brasil (BR)) (GRIMM e AMBRIZZI, 2009; CPTEC, 2018).



2 METODOLOGIA

Os dados utilizados para as análises, são totais mensais da precipitação disponibilizados pela Universidade de Delaware, que compila observações globais de climatologia histórica em uma grade com resolução de 0,5° de latitude e longitude usando a interpolação espacial. E usa a normal climática para quando não há dados observados, tendo assim dados confiáveis da precipitação para todos os continentes (MATSURA e WILLMOT, 2009). Inicialmente calculada as anomalias mensais, que são obtidas pela subtração da média mensal das amostras que compõem a série temporal e depois o desvio padrão, uma medida que expressa o grau de dispersão de um conjunto de dados que indica a uniformidade do conjunto de dados (GALVANI, 2011).

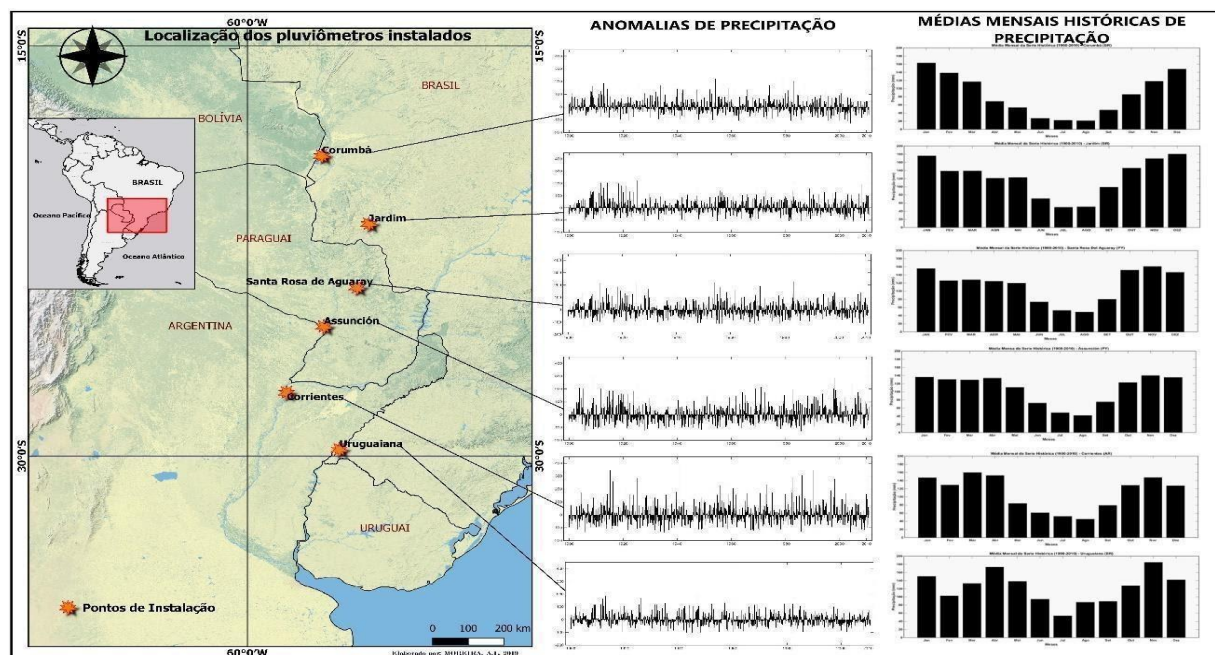
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 1 temos a localização das cidades (esquerda), anomalias e médias mensais da precipitação (centro e direita). Em Uruguaiana, observa-se entre os meses de Novembro a Maio a estação chuvosa, atingindo em Novembro um valor médio da precipitação de 185mm, e entre Junho a Setembro um período de seca, com precipitações de 55mm. Predominam anomalias positivas, podendo atingir 380 mm, as secas, chegando a registrar anomalias de -130mm. Na cidade de Corrientes, os maiores volumes de chuvas entre os meses de Outubro a Abril, com máxima de 160 mm em Março e a estação seca entre Junho e Setembro com mínima de 45mm em Agosto. Nessa cidade vamos ter as maiores anomalias positivas entre as outras, chegando a registrar precipitações anômalas de 410 mm entre os meses de Novembro a Março, e as secas mais intensas com anomalias de -140mm. Assunção, registra maiores precipitações entre os meses de Novembro a Abril, atingindo volumes médios de 140mm entre Dezembro e Março e a estação seca entre Junho e Setembro com mínima de 41mm em Agosto. Observa-se um maior número de anomalias positivas chegando a 250 mm, com ainda períodos de secas com -130 mm. Em Santa Rosa del Aguaray, observa-se uma estação chuvosa a partir do mês de Outubro, com máxima de 161mm em Novembro, e uma estação seca entre os meses de Junho a Setembro, com mínima de 45mm em Agosto. Foram registradas anomalias da precipitação de 220mm entre os anos de 1992 e 1983. Em períodos as secas anômalas podem atingir -140mm. Na cidade de Jardim, onde a precipitação pode atingir máxima de 180mm no mês de dezembro, e mínima de 50mm em Julho, evidenciando



uma sazonalidade da precipitação, com verões chuvosos e invernos secos. A variabilidade climática em escala temporal superior a sazonal é caracterizada pelo predomínio de anomalias positivas, mas diferente de Corumbá, visto que as anomalias da precipitação não passam de 210mm, chegando com algumas a -110mm. A cidade de Corumbá, apresenta uma estação chuvosa crescente a partir do mês de Outubro, até Março, com máxima precipitação de 162 milímetros mm no mês de Janeiro, e com a estação seca entre os meses de Junho a Agosto, com precipitação mensal mínima de 20mm. Além disso os gráficos mostram que temos predomínio de anomalia pluviométrica positivas, chegando a atingir uma anomalia de 200 mm em 1979-80. Adicionalmente, existem períodos de secas anômalas, como no ano de 1933-34, com anomalia negativa chegando a -100 mm.

Figura 1: Localização, anomalias e médias mensais de precipitação na área de estudo



Fonte: Autora (2020)

De acordo com a Figura 2, onde vamos encontrar os valores das médias, máximas, mínimos e desvio padrão da precipitação para cada fase do índice SOI, observa-se que nas cidades como Corumbá (BR) e Jardim (BR), possuem menor variabilidade na precipitação durante os eventos de El Niño, mas maiores nos de La Niña, pois seus resultados de desvio padrão estão mais afastados da média. Em Santa Rosa del Aguaray (PY) e Assunción (PY), ambos serão afetados e terão tanto chuvas acima das médias previstas na série histórica quando o índice positivo quanto secas também com mais incertezas. Em Corrientes (AR) os



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

dados positivos e negativos são bem próximos, indicando um ciclo sazonal mais próximo das médias esperadas. Por fim Uruguiana (BR), terá uma variabilidade maior durante eventos de El Niño e de La Niña.

Figura 2: Quadro de resultados

Nome do Ponto	Teleconexão	POSITIVO	NEGATIVO
Corumbá (BR)	SOI (Média)	30.2121095	12.90964554
Precipitação: MAX 162mm / MIN 20mm	SOI (Desvio Padrão)	45.85079917	44.65005848
Anomalia: positiva: 200mm / negativa: -100 mm			
Jardim (BR)	SOI (Média)	39.13286345	17.33965265
Precipitação: MAX 180mm / MIN 50mm	SOI (Desvio Padrão)	48.60126979	49.56888683
Anomalia: positiva: 210mm / negativa: -110 mm			
Santa Rosa del Aguaray (PY)	SOI (Média)	125.6130498	-4.324797408
Precipitação: MAX 161mm / MIN 45mm	SOI (Desvio Padrão)	76.69024179	69.05384243
Anomalia: positiva: 220mm / negativa: -140 mm			
Assuncion (PY)	SOI (Média)	110.8403559	-8.072440913
Precipitação: MAX 140mm / MIN 41mm	SOI (Desvio Padrão)	61.7194215	55.73410634
Anomalia: positiva: 250mm / negativa: -130 mm			
Corrientes (AR)	SOI (Média)	89.98583922	-48.99412353
Precipitação: MAX 160mm / MIN 45mm	SOI (Desvio Padrão)	65.677988	61.98408256
Anomalia: positiva: 410mm / negativa: -140 mm			
Uruguiana (BR)	SOI (Média)	126.6680914	-143.589933
Precipitação: MAX 185mm / MIN 55mm	SOI (Desvio Padrão)	75.97191631	61.40978979
Anomalia: positiva: 380mm / negativa: -130 mm			

Fonte: A autora (2020)

4 CONCLUSÕES

Sendo assim foi possível definir com a média, anomalia e desvio padrão para analisar o comportamento da precipitação, suas alterações controladas predominantemente pela sazonalidade e sua relação com a teleconexão SOI. Apontando que em anos de La Niña temos mais variabilidade nos ciclos de precipitação e predomínio de secas fora da média. Mas ainda é preciso analisar a relação da precipitação com outras teleconexões, por isso a pesquisa também abrangerá no futuro ODP (ou PDO), OAA (ou SAM), MMA (ou AMM) e OMA (ou AMO) e relacionar a variabilidade da precipitação ainda com o fracionamento isotópico do $\delta^{18}O$.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

REFERÊNCIAS

CPTEC. Monitoramento Do El Niño. 2018. Disponível em: <<http://enos.cptec.inpe.br/>>. Acesso em: 04/08/2019.

GALVANI, E.. Estatística Descritiva em sala de aula. In: Luis Antonio Bittar Venturi. (Org.). **Geografia: Práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Sarandi, 2011, v. 1, p. 469-482.

GRIMM, A. M.; AMBRIZZI, T. .Teleconnections into South America from the Tropics and Extratropics on Interannual and Intraseasonal Timescales. In: Francoise Vimeux; Florence Sylvestre; Myriam Khodri. (Org.). **Past Climate Variability in South America and Surrounding Regions**. 1ed.: Springer Netherlands, 2009, v. 14, p. 159-193.

MATSUURA, K. e WILLMOTT, C.J. 2009. **Terrestrial precipitation: 1900–2008 gridded monthly time series (versão 4.01)**. Newark – EUA: Center for Climatic Research, Department of Geography, University of Delaware. Disponível em: <<http://climate.geog.udel.edu/~climate/>> Acesso em 2 abr. 2019.

STURARO, J. R. **Apostila de Geoestatística Básica**. UNESP- Departamento de Geologia Aplicada – IGCE. Rio Claro São Paulo, 2015. Disponível em <<https://igce.rc.unesp.br/Home/Departamentos47/geologiaaplicada/apostila-basica.pdf>> Acesso em 04 de setembro de 2020.



PANORAMA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO BIOMA PAMPA BRASILEIRO

Ândrea L. de Oliveira LOPES¹; Adriano L. Heck Simon²

Universidade Federal de Santa Maria – lopes.andrea.geo@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas – adriano.simon@ufpel.edu.br²

1 INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação da natureza são reconhecidas como importante estratégia da ação governamental responsável por contrapor as perdas de biodiversidade e geodiversidade, promover o uso sustentável de recursos naturais, a proteção de fenômenos de relevância ambiental e representativa beleza cênica e o respeito aos povos tradicionais (MMA, 2014).

No Brasil, as Unidades de Conservação foram intuídas por meio da Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000, que cria o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC). Esse documento conceitua unidades de conservação como:

(...) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (LEI 9.985/2000 Cap. 1; Art.2º; alínea I).

No Rio Grande do Sul, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), tem sua origem na década de 1970 por meio do decreto de lei estadual 23.798 de 22 de março, e foi atualizado através do decreto estadual 53.037 de 20 de maio de 2016, porém que em linhas gerais mantém as disposições das diretrizes nacionais do SNUC realizando pequenas adaptações.

As UC's podem estar inseridas em duas categorias distintas, proteção integral e uso/manejo sustentável, categorizadas a partir de seu objetivo de criação e manejo. As UC's de proteção integral são aquelas onde são permitidas as atividades que não se utilizem dos recursos naturais, já as UC's de uso sustentável são aquelas são permitidos os usos dos recursos aliado a sustentabilidade (BRASIL, 9.985).

O Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros menos abrangidos por unidades de conservação da natureza (24^a colocado no ranking nacional), possuindo cerca de 2,6% do seu



território resguardado (BRETANO, et al., 2015; EMBRAPA, 2017; HANSEN, 2007), representando 0,96% em relação ao total de Áreas Protegidas em nível nacional. Ocorrem no estado dois biomas dominantes: o Pampa e a Mata Atlântica.

O bioma Pampa é, o menor bioma brasileiro em extensão (possuindo 17.649km² de área, ocupando 2,3% do território nacional e 68,8% do território gaúcho). Além disso, o Pampa é um dos biomas brasileiros com menor grau de proteção sob a forma de unidades de conservação, possuindo cerca de 0,4% de sua área de abrangência protegida (BRETANO, et al., 2015; MMA, 2014; IBGE, 2019).

No ano de 2019 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou novos limites para os biomas brasileiros, com escala de detalhamento de 1:250.000 (cerca de 20x mais detalhado que a versão anterior, do ano de 2004). Nesses novos estudos foi possível verificar distinções significativas na demarcação entre o espaço geográfico de abrangência dos biomas brasileiros. No caso do Pampa gaúcho, foram incluídas as áreas de fitofisionomias típicas de sistemas arbóreos e arbustivos, como os Campos com Barba-de-Bode, a Serra do Sudeste e o litoral.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é identificar, quantificar e espacializar as unidades de conservação que estão inseridas no Bioma Pampa Brasileiro considerando o limite proposto para o Pampa pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2019.

2 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada a busca de informações sobre as unidades de conservação inseridas no bioma Pampa, bem como suas características no que se refere à categoria de manejo, tipologia, esfera de gestão, área e localização geográfica. As buscas foram realizadas em órgãos e instituições ambientais oficiais (Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura – SEMA/RS; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio). A tabulação dos dados ocorreu no software excel. Foi realizada também a espacialização pontual das UC's no território do Rio Grande do Sul no software ArcGis, versão 10.0 (Licença de Uso Leagef/UFPEL). Foram selecionadas e avaliadas as UC's inseridas no Pampa e por fim, ocorreu a geração do mapa temático, uma representação



qualitativa com manifestação pontual, utilizando o método corocromático, e o conceito de diversidade por meio das variáveis visuais forma e cor.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas no Pampa 21 UC's no grupo proteção integral (equivalente a cerca de 123.606ha de área) e 28 UC's pertencentes ao grupo uso/manejo sustentável (totalizando em torno de 480.930ha), distribuídas nas jurisdições federal, estadual e municipal (Tabela 1).

TABELA 1: Quantificação das UC's do Pampa por esfera de gestão e grupo de manejo.

Grupo	Tipo	Feder al		Estad ual		Mu nicipal	
		TD	rea (ha)	TD	rea (ha)	TD	rea (ha)
Proteção Integral	Estação Ecológica		2.806				
	Parque Nacional/Estadual/Natural		6.722		3.063		26
	Refúgio de Vida Silvestre				.813		47
	Reserva Biológica (REBIO)				.904		.224
Uso/ Manejo Sustent.	Área de Proteção Ambiental (APA)		16.792		59.761		10
	Reserva Particular do						



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Patrimônio Natural (RPPN)	2	.245		.622		
TOTAL	5	87.565	4	14.163	0	.807

Fonte: SEMA, 2020 e ICMBio, 2020.

De acordo com a Tabela 1 é possível verificar a fragilidade da conservação na natureza em âmbito federal no Pampa, em especial no grupo proteção integral, que apresenta uma Estação Ecológica e um Parque Nacional, ambos em ambientes ecótonos com o bioma Marinho-costeiro, destituindo as demais paisagens presentes no Pampa gaúcho. O mesmo ocorre no grupo uso sustentável, que apresenta apenas uma Área de Proteção Ambiental. Apesar do número expressivo de RPPN's federais no Pampa (22), sua dimensão espacial ainda é pouco representativa, abrangendo cerca de 1.245ha de área (Tabela 1), além de estarem concentradas em sua maioria no norte da Laguna dos Patos, entorno do Lago Guaíba e região metropolitana de Porto Alegre (Figura 1).

No que se refere as UC's inseridas no SEUC, foram identificadas 10 UC's no grupo proteção integral (51.780ha de área) e 4 UC's no grupo manejo sustentável (representando 162.383ha de área protegida) (Tabela 1). Em conformidade com a figura 1, é possível verificar a falta de UC's nas porções norte e central do Pampa e uma maior representatividade de UC's do grupo proteção integral na planície costeira e extremo oeste do Pampa, nas fronteiras com Uruguai e Argentina (Figura 1).

O Pampa abrange em território gaúcho 233 municípios (IBGE, 2019), porém, conta com apenas 10 UC's sob jurisdição municipal, totalizando 2.807ha de área (Tabela 1) evidenciando a falta de aderência municipal nas políticas conservacionistas.

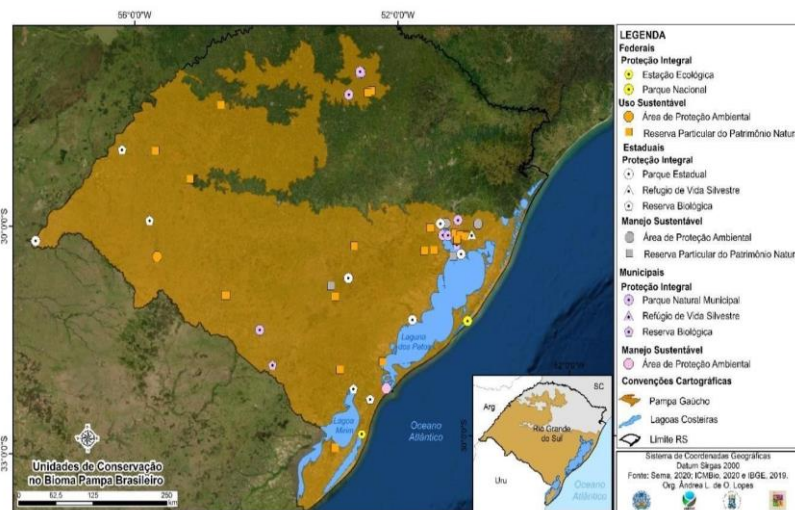
Figura 1: Mapa com a espacialização das UC's inseridas no Bioma Pampa brasileiro a partir do limite proposto pelo IBGE, 2019.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020



Organização da autora

Além de pouco representativas no âmbito quantitativo, as UC's municipais existentes apresentam um padrão espacial restrito, estando inseridas principalmente ao norte do limite do Pampa e norte da Laguna dos Patos e Lago Guaíba (Figura 1).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito embora o Pampa gaúcho possua uma diversidade de tipologias de UC's nas diferentes esferas, ainda existe uma fragilidade no que se refere a conservação da natureza, visto que muitas das UC's da esfera estadual (principal sistema de conservação do Pampa) não possuem sequer regularização fundiária e o plano de manejo, principal documento técnico que norteia a gestão desses espaços.

Esta situação compete para que o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do estado do Rio Grande do Sul seja o campeão em unidades de conservação que só existem em listas e documentos oficiais, mas que nunca foram regularizadas (BRETANO, et al., 2015; CHAVES, 2014; HANSEN, 2007). Além disso, a distribuição espacial destas áreas ainda é desigual no território do estado, deixando desprotegidas paisagens singulares e fenômenos de relevância ambiental e antropológica do Pampa.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF, 18 de julho, 2000. Disponível em:



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm Acesso em Acesso em: 12 de junho de 2020.

BRENTANO, B; FOLLMANN, F. M.; FOLETO, E. Contextualização das Unidades de Conservação no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência e Natura**, v. 37, n. 3, p. 536-554, 2015.

CHAVES, Thais Stefanski. **Regularização fundiária em unidades de conservação no Rio Grande do Sul**. Trabalho de conclusão de Curso, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (UFRGS), 2014.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Divisão de Áreas Protegidas, Informativo Atribuição das Terras no Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/170602>

HANSEN, M. A. F. Unidades de Conservação Ambiental: Delta do Camaquã e Matas e Banhados da Pacheca, RS (estudo de caso). São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007. 256p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): **Biomass Brasileiros**; 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/15842-biomass.html?=&t=downloads>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2019. Biomass e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250 000 / IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2019. 168 p.
Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101676.pdf>

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Biomass Brasileiros: Pampa**; 2020. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomass-brasileiros/pampa>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**: Atualização Portaria MMA nº 9, 23 de Janeiro de 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Bioma Pampa**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomass/pampa>. Acesso em: 12 de junho de 2020.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto de Lei Estadual 23.798 de 22 de março de 1975. Cria o Sistema Estadual de Unidade de Conservação e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto de Lei Estadual 53.037 de 23 de maio de 2016. Institui e regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC.



MAPEAMENTO DO RISCO AMBIENTAL AO GRANIZO EM RIO GRANDE/RS ATRAVÉS DE ANÁLISE MULTICRITÉRIO

Bruna Cavalcanti Gautério¹; Éder Leandro Bayer Maier²,

Universidade Federal do Rio Grande-gauteriobruna@gmail.com¹

Universidade Federal de Rio Grande-edermaier@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

Segundo a World Meteorological Organization - WMO (2016), as alterações nas mudanças do sistema climático terrestre podem desencadear modificações no padrão de determinadas variáveis como, por exemplo, a temperatura, a precipitação, os eventos extremos e entre outros. Através disso, as chamadas Geotecnologias dão suporte na geração de futuros cenários de riscos ambientais, auxiliam a ciência na compreensão dos impactos que podem vir a ocorrer e objetivam medidas preventivas para isso (CHIRSTOPHERSON; BIRKELAND, 2017).

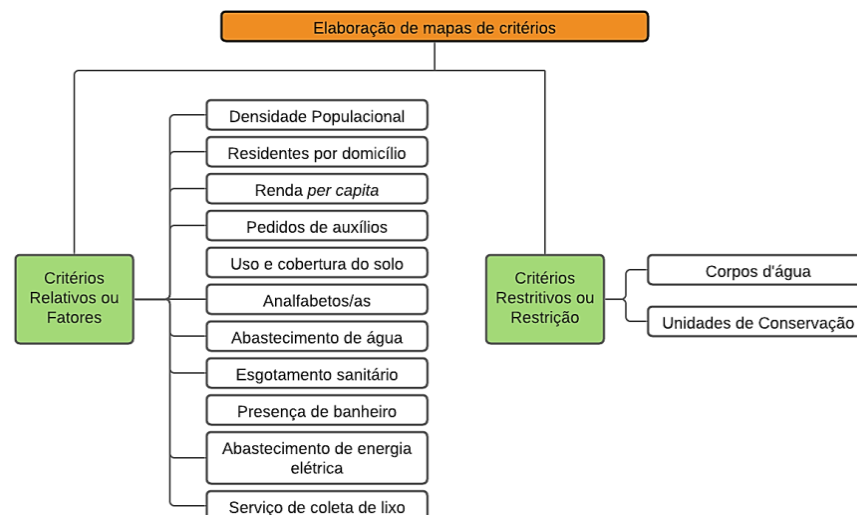
O método da Análise Multicritério Hierárquica (AHP - Analytic Hierarchy Process) proposto por Thomas Saaty fornece apoio na tomada de decisão e possibilita integrar diversos planos de informações para analisar uma situação complexa (LONGLEY, 2013). O município de Rio Grande/RS está situado em uma faixa de frequente atividade ciclogênica (KRUSCHE et al, 2002) e com tempos esporádicos conta com episódios de enchentes, ocorrência de granizos, ciclones extratropicais e entre outros fenômenos que comprometem a sua capacidade de resiliência socioambiental. Através disso o trabalho traz a proposta de mapear a distribuição espacial do risco ambiental do município do Rio Grande/RS frente à ocorrência de eventos extremos hidrometeorológicos de granizo usando a técnica AHP entrelaçando dados ambientais e socioeconômicos. O mesmo encontra-se em fase de operação metodológica, momento em que as variáveis, que serão apresentadas ao longo do trabalho, estão sendo testadas no modelo hierárquico.



2 METODOLOGIA

Para determinar a espacialização final do risco ambiental, será necessário realizar uma análise multicritério hierárquica dos dados do sistema ambiental e dos dados socioeconômicos (Figura 1). A partir de uma comparação pareada par a par de acordo com a ordem de importância de uma variável em relação a outra e de pesos associados de acordo com a tabela Saaty será possível atingir o objetivo proposto e identificar as áreas que concentram os riscos mais elevados à serem atingidas ao granizo em episódios semelhantes futuramente.

Figura 1: Fluxograma das variáveis que serão submetidas ao processo AHP.



Fonte: A autora, 2020.

As variáveis foram escolhidas através de um agente externo (responsável pelo órgão da Defesa Civil) bem como os pesos dos critérios serão estabelecidos pelo mesmo. Para parear as variáveis será utilizado um programa de planilhas e posteriormente o método AHP será aplicado no software livre QGIS 2.18 através de um plugin denominado EasyAHP.

A escala de análise será realizada através da menor parcela do terreno considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a qual denomina-se setor censitário. Os dados socioeconômicos são oriundos do Censo IBGE do ano 2010 e os dados ambientais são oriundos do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) e do Hasenack (2010) e os dados de pedidos de auxílio à Defesa Civil são oriundos do próprio órgão do ano de 2015.

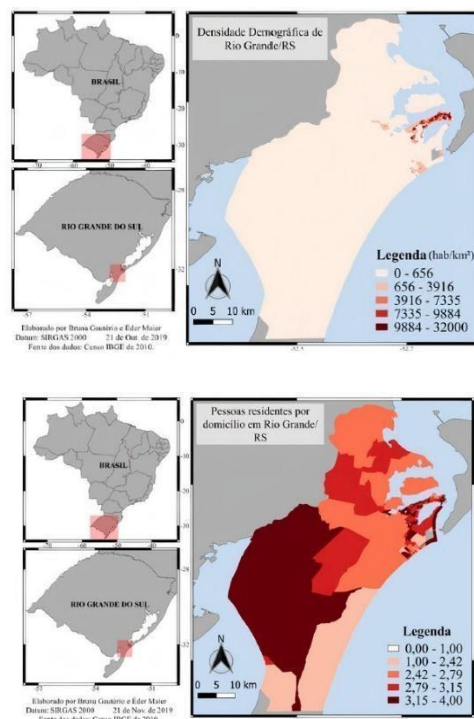


O mapeamento temático final estabelecido em programa de Sistema de Informações Geográficas (SIG), não contará com as variáveis restritivas, pois as mesmas excluirão, através de lógicas booleanas, áreas que não possuem relevância para espacializar o risco. E o risco pode ser compreendido em áreas que contenham populações residindo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho está em fase de processamento no software QGIS, visto que as variáveis já foram estabelecidas e os mapas temáticos de critérios (Figuras 2 e 3) já foram gerados. Através destes resultados preliminares dos critérios, espera-se um resultado que contemple gradualmente quais são as áreas de maior risco ambiental frente à precipitação de hidrometeoros do tipo granizo.

Figura 2: Mapas das variáveis de densidade demográfica (à esquerda e 1ª linha) e de pessoas residentes por domicílios (à direita e 2ª linha), renda per capita (à esquerda e 2ª linha), pessoas residentes por domicílios (à direita e 2ª linha), domicílios com abastecimento de água (à esquerda e 3ª linha) e com esgotamento sanitário (à direita e 3ª linha).

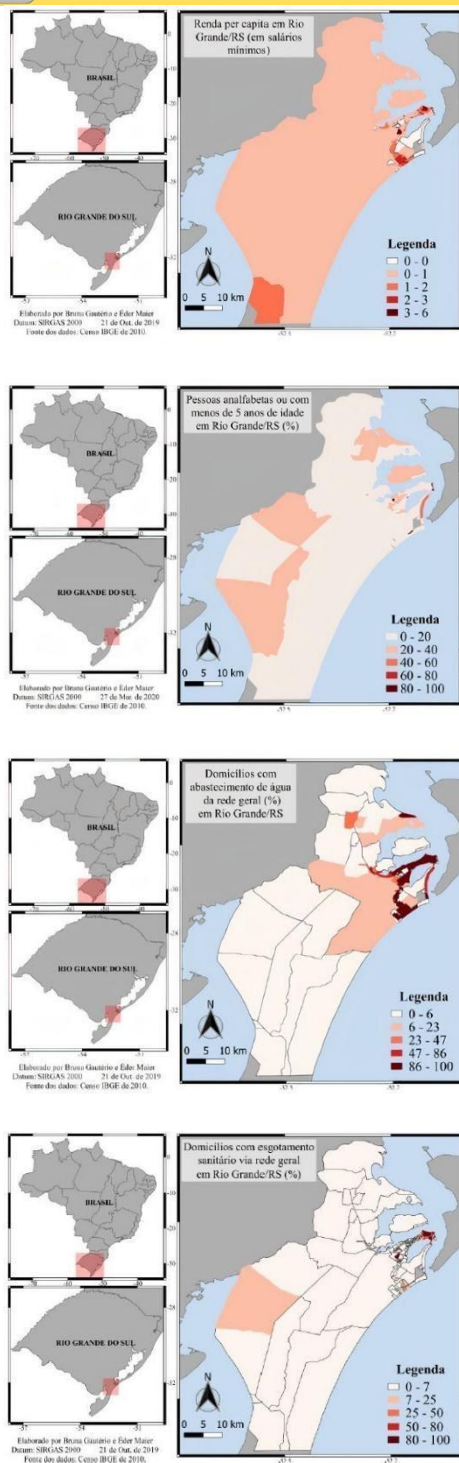




ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020



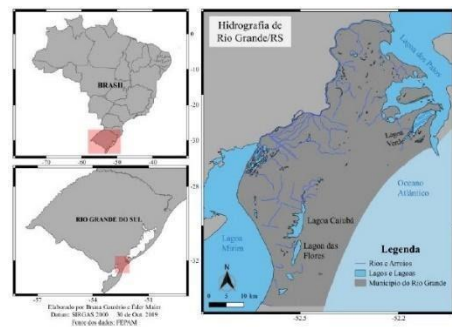
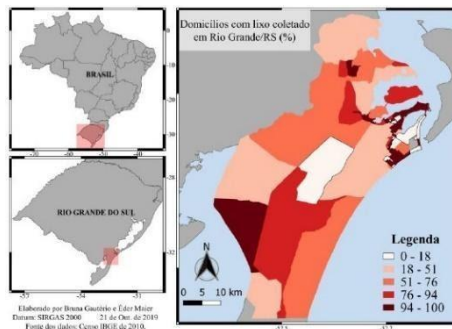
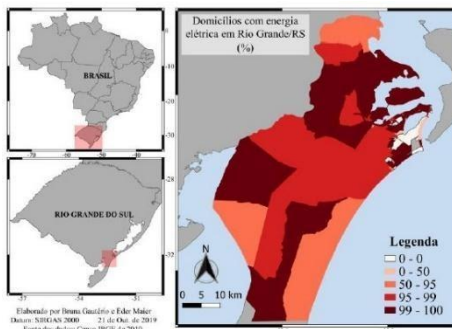
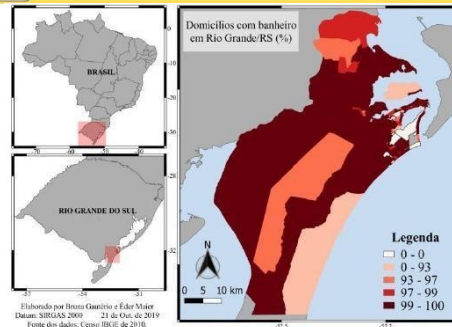
Fonte: IBGE, 2010; A autora, 2019.

Figura 3: Mapas das variáveis de domicílios com presença de banheiros (à esquerda e 1ª linha), abastecimento de energia elétrica (à direita e 1ª linha), coleta de lixo (à esquerda e 2ª linha), hidrografia (à direita e 2ª linha), unidades de conservação (à esquerda e 3ª linha) e uso e cobertura do solo (à direita e 3ª linha).

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

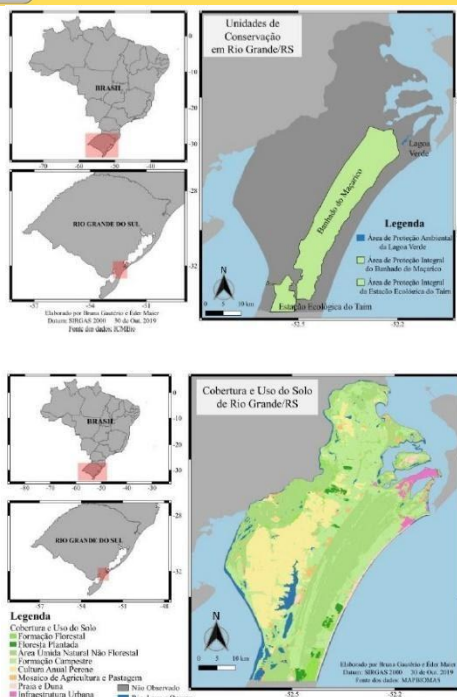




ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020



Fonte: IBGE, 2010; A autora, 2019.

Os dados sobre os pedidos de auxílio (cerca de 5 mil residências) estão em processo de georreferenciamento. Através desses dados, os graus de pertinências que assumirão o risco ambiental final destacará, com o auxílio de algumas variáveis que enfatizam a vulnerabilidade socioeconômica, a demonstrar as áreas mais propícias a serem atingidas pelo granizo em Rio Grande/RS.

4 CONCLUSÕES

A geotecnologia SIG têm alta capacidade de integração e processamento de diversos dados viabilizando a aplicabilidade do método AHP. A espacialidade do índice de risco ambiental será uma ferramenta de subsídio às tomadas de decisões da gestão municipal como forma de prevenção aos episódios semelhantes de granizo e outros fenômenos meteorológicos associados.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

REFERÊNCIAS

CHRISTOPHERSON, R. W.; BIRKELAND, G. H. Geossistemas: Uma Introdução à Geografia Física. 9 ed. Porto Alegre: Bookman, 2017. 656 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de Informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do universo por setor censitário. 2010, 201p.

KRUSCHE, N., et al. Normais Climatológicas Provisórias de 1991 a 2000 para Rio Grande, RS. Rio Grande, editora da UFSM, 2002, 75p.

LONGLEY, P. A., et al. Sistemas e Ciência da Informação Geográfica. 3 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2013, 540 p.

WMO – World Meteorological Organization. The global climate 2011-2015: heat records and high impact weather. 2016. Disponível em: . Acesso em 24 de set de 2018.



ANÁLISE DAS TÉCNICAS AUTOMÁTICA E SEMI-AUTOMÁTICA PARA OBTENÇÃO DO MAPA DE DECLIVIDADE DA BACIA DE CAPTAÇÃO DA CACHOEIRA PARAÍSO -PELOTAS/RS

Cassiely da Roza Pacheco¹; Adriano Luís Heck Simon²

Universidade Federal de Pelotas-pachecocassiely@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas -adrianosimon@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

A geodiversidade compreende a variedade de processos geológicos e geomorfológicos que dão origem às paisagens (BRILHA, 2005; GRAY, 2004). Visando à conservação desses elementos abióticos, a geoconservação procura proteger e garantir a manutenção da geodiversidade (SHARPLES, 2002).

As quedas d'água se articulam a partir de três principais elementos da geodiversidade – relevo, rochas e água. No município de Pelotas (RS) há ocorrência de quedas d'água naturais, dentre elas a Cachoeira Paraíso, que se antecipa como geopatrimônio, devido ao seu valor intrínseco, turístico, econômico e cultural, que precisa ser reconhecido e conservado.

Neste sentido, se fazem necessários estudos de caráter ambiental na bacia de captação da cachoeira Paraíso, visando manter sua integridade ambiental. Segundo Ferreira (2015), os parâmetros morfométricos contribuem para a compreensão nos estudos acerca das bacias hidrográficas. A declividade é um parâmetro morfométrico utilizado para análises da topografia, que busca mensurar e espacializar os declives presentes no terreno (DE BIASI, 1992; FERREIRA, 2015; SIMON, 2009).

Neste sentido o objetivo deste trabalho é comparar e analisar a aplicação de duas técnicas de obtenção da declividade na bacia de captação da cachoeira Paraíso-Pelotas/RS, sendo elas a técnica semi-automática e a técnica automática.

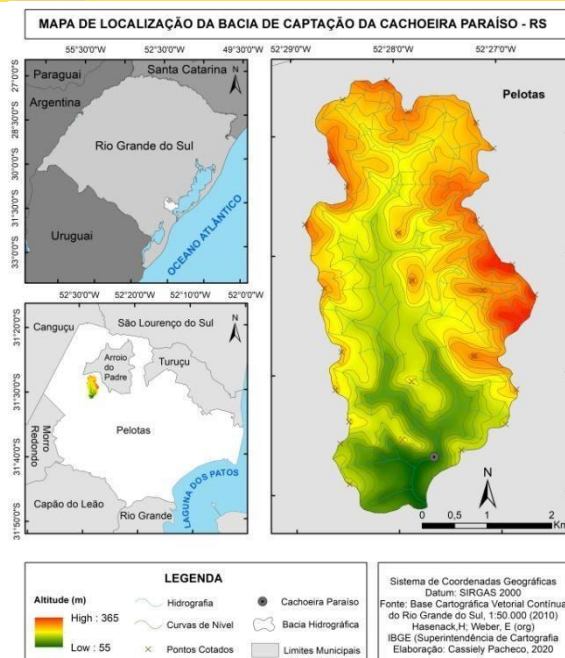
Figura 01 - Mapa de localização da bacia de captação da cachoeira
Paraíso



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020



Fonte: Autora

2 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, foi utilizado o *Software ArcGis 10.2* e a base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul, na escala 1:50.000, disponibilizada por HASENACK; WEBER (2010).

A declividade foi obtida a partir de dois métodos diferentes. Primeiramente foi adotado o método automático, utilizando-se a ferramenta *Topo ToRaster* para a obtenção do Modelo Digital de Elevação (MDE). Posteriormente foi utilizada a ferramenta *Slope* para a obtenção da declividade em porcentagem. O próximo passo foi realizar a reclassificação das classes de declividade a partir da ferramenta *Reclassify*, na qual foram definidas sete classes de declividade, conforme as definições de Simon (2010) adaptadas a partir da proposta de Lepsh et al. (1991) e das peculiaridades da área em estudo.

Posteriormente foi utilizada a ferramenta *RasterToPolygon* a fim de transformar o produto do tipo Raster para Vetor, para o futuro cruzamento de dados com a dissecação vertical e horizontal.

Para a obtenção da declividade semi-automática foram desenvolvidos dois ábacos circulares, um convencional e o outro suplementar, no qual as maiores circunferências representam as menores declividades e as menores circunferências representam as maiores

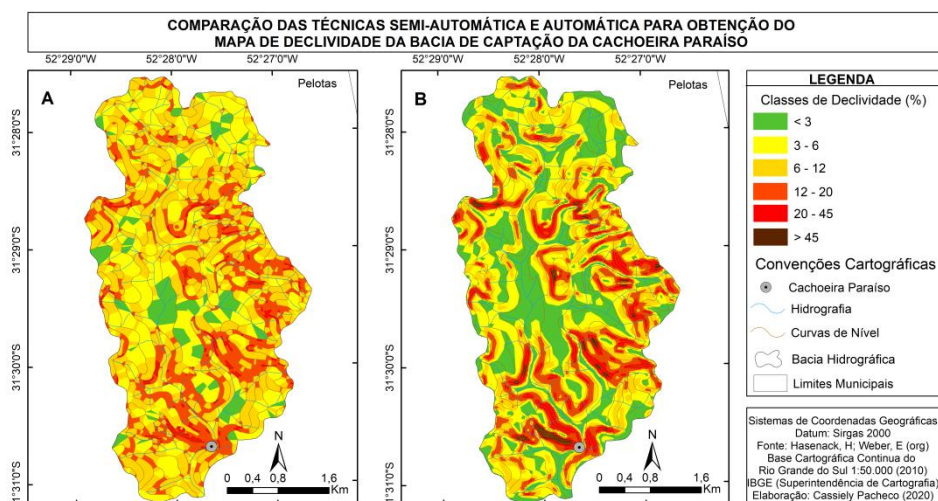


declividades (SIMON, 2010). A construção do ábaco se deu a partir da ferramenta *Construction Tools*. Após a criação do círculo, selecionou-se a opção *Radius* e adicionou-se os raios obtido através dos cálculos realizados anteriormente para cada classe de declividade. A partir da identificação das classes de declividade, os polígonos foram unidos e categorizados com suas respectivas cores temáticas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 02 é possível verificar o mapa de declividade obtido a partir das técnicas semi-automática (A) e automática (B). Em “A”, a menor classe de declividade da bacia <3% representa cerca de 1,17km² do total da área, ocorrendo nas porções à montante da bacia hidrográfica e em algumas áreas específicas do compartimento de fundo de vale do canal de drenagem principal. Já a menor classe de declividade representada em “B”, apresenta 3,84km² da área total da bacia, sendo possível verificar que essa classe se encontra prioritariamente associada aos compartimentos de fundo de vale do canal de drenagem principal e seus afluentes.

Figura 02 - Declividade a partir da técnica semi-automática (A) e declividade a partir da técnica automática (B)



Fonte: Autora

As superfícies descritas podem ser caracterizadas, em sua grande parte, como planícies de inundações, ou seja, locais não propícios para ocupações antrópicas. Assim como a classe <3%, a classe de declividade situada entre 6-12% também obteve valores discrepantes entre



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

as técnicas de declividade utilizadas. No mapa de declividade obtido via técnica semi-automática o valor encontrado foi de 6,34km² e no mapa de declividade obtido via técnica automática o valor verificado foi de 3,36km².

Conforme é possível verificar na Tabela 1, a classe de declividade de 3–6% em ambos produtos cartográficos de declividade obtidos apresentaram valores próximos em extensão, sendo que em “A” ocorrem 4,66km² e em “B” ocorrem 4,22km² dessa classe, que representa áreas de declives suaves e encontram-se ao longo da bacia frequentemente acompanhadas da classe de energia de 6–12%.

Tabela 1: Classes de declividade a partir da técnica semi-automática (A) e classes de declividade a partir da técnica automática (B)

Dec lividade A	Á rea (km ²)	Á rea (%)	Dec lividade B	Á rea (km ²)	Á rea (%)
< 3 %	1 ,17	7 ,57	< 3 %	3 ,84	2 4,71
3 - 6 %	4 ,66	2 9,94	3 - 6 %	4 ,22	2 7,11
6 - 12 %	6 ,34	4 0,74	6 - 12 %	3 ,36	2 1,60
12 - 20 %	2 ,91	1 8,73	12 - 20 %	2 ,20	1 4,14
20 - 45 %	0 ,47	3 ,02	20 - 45 %	1 ,85	1 1,89
	0 ,001	0 ,01		0 ,08	0 ,55
TO	1	1	TO	1	1



TAL	5,55	00	TAL	5,55	00
-----	------	----	-----	------	----

Fonte: Autora

As áreas de elevadas declividades 20– 45% e >45% verificadas no mapa de declividade obtido por meio da técnica semi-automática, possuem cerca de 0,039km², enquanto que a declividade obtida por meio da técnica automática evidenciou que essas classes de declividade ocupam 0,62km² da área total da bacia de captação da cachoeira Paraíso.

4 CONCLUSÕES

A partir da quantificação desses dados e a análise do mapa de declividade, foi possível concluir que a declividade semi-automática restringiu as áreas com classes de maior declividade (20-45% e >45%), enquanto a declividade realizada de forma automática abrangeu uma maior extensão dessas áreas, neste sentido conclui-se que para estudos futuros, onde estes dados serão confrontados com demais parâmetros morfométricos (dissecação horizontal e dissecação vertical), a declividade a ser utilizada será a semi-automática.

REFERÊNCIAS

ARCGIS PRO. Resample (Data Management), 2020. Disponível em: <<https://pro.arcgis.com/en/pro-app/tool-reference/data-management/resample.htm>> Acesso em 20 de Setembro de 2020.

BRILHA, J. B. **Patrimônio Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica**. Palimage Editores, 2005.

DE BIASI, Mário. **A carta clinográfica: os métodos de representação e sua confecção**. Revista do Departamento de Geografia, v. 6, p. 45-60, 1992.

FERREIRA, M. V. **Contribuição metodológica ao estudo da dissecação e energia do relevo: proposta e avaliação de técnicas computacionais**. 2015. 229 f. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138513>>. Acesso em: 15/09/2020

GRAY, M. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**. John Wiley & Sons, 2004.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

HASENACK, H.; WEBER, E. **Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul** - escala 1: 50.000. UFRGS Centro de Ecologia, Porto Alegre, v. 1, 2010.

LEPSCH, I.F.; BELLINAZZI, R.; BERTOLINI, D.; Espíndola, C.R. **Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso**. Ed 2. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1991.

SHARPLES, C. **Concepts and principles of geoconservation**. Published electronically on the Tasmanin Parks & Wildlife Service web site. 3. ed. Set, 2002.

SIMON, A. L. H. ; CUNHA, C. M. L. **Elaboração do ábaco digital para a identificação de classes de declividade: aplicações na baixa bacia do rio Piracicaba-SP**. Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, v. 13, p. 01-10, 2009.

SIMON, A. L. H. **Influência do reservatório de Barra Bonita sobre a morfohidrografia da baixa bacia do Rio Piracicaba-SP: contribuições à geomorfologia antropogênica**. 2010. 150 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104391>>. Acesso em: 15/09/2020



ATIVIDADE EÓLICA NA CRATERA HERSCHEL EM MARTE

Diego Dal Pozzolo dos Santos¹; Bernardo Sayão Pena e Souza².

*Universidade Federal de Santa Maria- psdiego@hotmail.com.br¹,
Universidade Federal de Santa Maria -bernardosp@yahoo.com.br²*

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da circulação atmosférica marciana é um elementos-chave no estudo da evolução dos elementos da paisagem como a formação de campos de dunas por exemplo, bem como seleção de locais de pouso, geração de energia solar fotovoltaica no caso de sondas que se utilizam desta fonte de energia. Estes mesmos desafios técnicos são enfrentados pelas sondas robóticas em Marte, bem como uma eventual presença humana naquele planeta. O que este trabalho busca é avaliar a influência dos padrões de direção e velocidade do vento em um campo de dunas e sua relação com os ciclos diários na longitude solar Ls 270° (Verão no Hemisfério Sul), período de máxima atividade eólica. Mesmo as sondas orbitais podem ter a coleta de dados de alguns sensores impossibilitada devido a cobertura planetária de poeira.

Conforme Tirsh (2008) devido à falta de oceanos a superfície marciana responde mais rapidamente ao aquecimento solar, resultando em padrões de circulação mais simples que na Terra, porém a topografia possui um forte efeito nos padrões de circulação de Marte. A Circulação Global é determinada por gradientes sazonais de temperatura provocados pelo aquecimento no período do verão no hemisfério sul quando o ar quente sobe, descendo novamente com o frio do inverno. Estas variações são tão intensas que Marte apresenta as mais dramáticas mudanças sazonais na circulação atmosférica global observada em qualquer corpo planetário do Sistema Solar, na forma de tempestades globais de poeira, capazes de cobrir o planeta inteiro.

2 METODOLOGIA

O *Mars Climate Database* MCD V5.3 é uma base de dados climáticos elaborados por um consórcio de instituições de pesquisa europeus que inclui o LMD *Laboratoire de Météorologie Dynamique du CNRS* (Paris), *Open University* (UK) e Instituto de Astrofísica da Andaluzia com suporte da agência espacial europeia (ESA), derivado de simulações



numéricas da atmosfera marciana, validadas utilizando dados observacionais obtidos pelas sondas *Mars Express* e *Mars Odyssey* coletados com o intervalo de 60 dias, armazenados em uma grade espacial tridimensional de 60 X 60 Km. Entre os dados disponíveis estão velocidade do vento vertical e horizontal, stress superficial do vento. Estas informações estão disponíveis no website do projeto < <http://www-mars.lmd.jussieu.fr/>>. Como critério adotado, foram selecionadas e medidas a partir da duna mais alta de um campo no Leste o ponto 9E localizado barlavento e ao lado de uma cratera 947m de diâmetro (-15.0666S,131.9221E), a altura de 26,964m.

Foram analisados os parâmetros em condições de Tempestade de poeira (Dust Storm) Sobre estes resultados foi aplicada a técnica de correlação linear entre Velocidade horizontal e Stress de cisalhamento e entre Velocidade Horizontal e suas componentes N-S e W-E. O Stress de cisalhamento ou tensão de cisalhamento é o stress exercido sobre o solo pelo vento turbulento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura 1 traz a modelagem da velocidade do vento horizontal *Herschel* durante a longitude solar Ls 270° (período máximo das tempestades globais), considerando condições médias de atividade solar, às 2h do horário local. Nota-se que as velocidades de vento mais altas estão próximas aos maiores extremos topográficos do relevo marciano como os vulcões do platô de *Tharsis* no hemisfério norte, o sistema tectônico de *Valles Marineris* na região equatorial, a região de baixo albedo de Syrtis Major e as grandes bacias de impacto de *Hellas* e *Argyre* no hemisfério sul. No caso de *Herschel* a origem do vento é a região de *Elysium*, localizada 3000 km ao norte e local de pouso da sonda *Insight*.

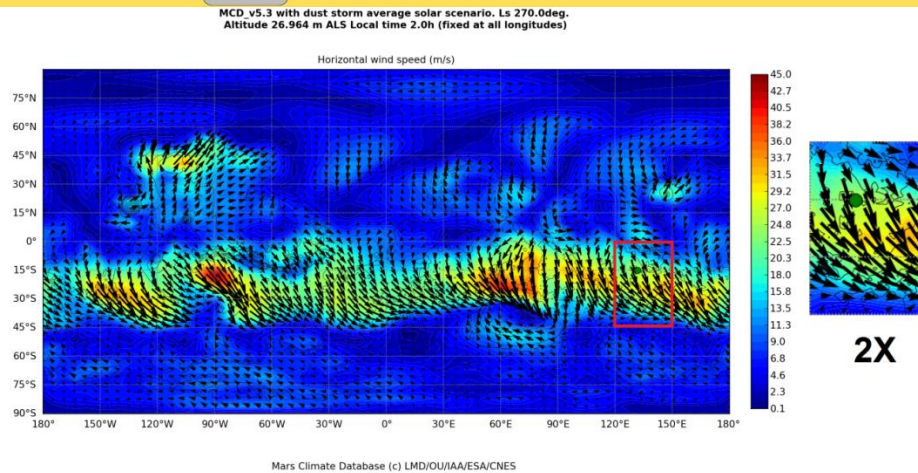
Figura 1- Mapa da Velocidade horizontal do vento



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

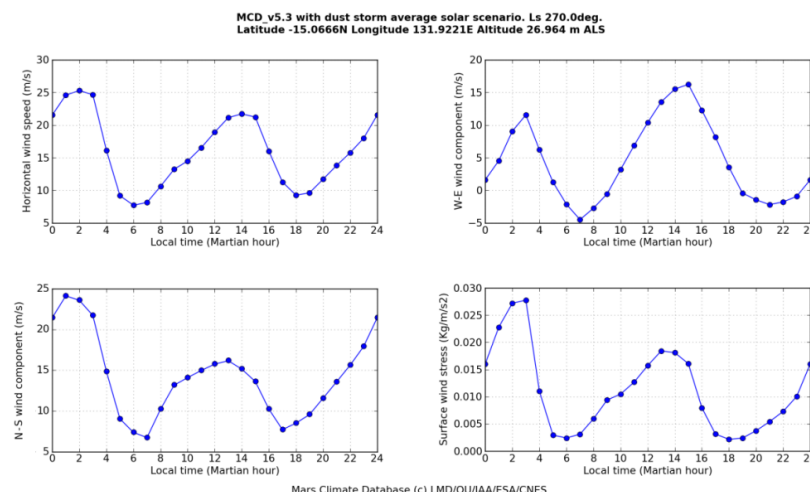
19, 23 e 27 de outubro de 2020



A Figura 2 mostra a variação do ciclo diário da velocidade do vento horizontal sobre o cenário de condições de tempestades de areia na duna 9E. Por volta das 15h a velocidade horizontal do vento é 21,23m/s. No eixo W-E 16,25 m/s, a velocidade no eixo N-S é de 13,66 m/s. O Stress de Cisalhamento é de 0,016 kg/m/s². Assim podemos considerar que para dunas com azimute de aproximadamente 180°, um padrão de migração do tipo Tsoar durante a maior parte do dia, e um padrão de migração do tipo Bagnold durante um breve período da tarde entre 14h e 17h.

A média horária da velocidade horizontal na duna 9E sobre condições de tempestade é de 15,86 m/s A média na Componente N-S sobre condições de tempestade é de 14,08 m/s, e no componente W-E 4,47 m/s. A média do *stress* de cisalhamento é de 0,010 kg/m/s². Valores de velocidade negativos indicam inversão do sentido do vento, soprando de E-W entre as 6h e 9h da manhã e entre 18h e 22h tendo o máximo da inversão -4,48 m/s as 7h. As temperaturas variam entre a mínima de 198,72 K (-74,43°C) às 5h, e máxima 263,90 K (-9,25°C) às 15h.

Figura 2- Ciclo diário da velocidade do vento na cratera Herschel





4 CONCLUSÕES

A velocidade do vento em Herschel no modelo MCD sugere que ventos mais fortes sopram a noite no vetor N-S, e em um vetor W-E durante o dia. Ocorrem breves reversões para E-W no início da manhã e no final da tarde. A variação do ciclo diário do stress de cisalhamento apresenta uma fortíssima correlação com a velocidade horizontal. Ocorre também uma grande variação térmica ao longo do dia de cerca de 65 °C entre o dia e a noite. A maior correlação linear entre a velocidade horizontal com o eixo direcional N-S. Este indica um padrão unidirecional, que estimula o desenvolvimento de dunas do tipo barcanas. As altas velocidades do vento em Marte são enganosas, pois a densidade atmosférica daquele planeta equivale a menos de 1 % da atmosfera terrestre. Mesmo assim devido a granulometria bastante fina e propriedades levemente eletrostáticas do solo marciano podem cobrir várias partes, um desafio extra para os sistemas que operam neste ambiente inóspito.

REFERÊNCIAS

ADCOCK, C.T. **Determining Formative winds Through Geomorphology:**Herschel Crater, Mars . Master's Degree in Geology. Stillwater: Oklahoma State University, 2004,173 p.

BOURKE, M.C et al **Extraterrestrial dunes:** An introduction to the special issue on planetary dune systems. *Geomorphology* 121 (2010) 1–14

FENTON, L.K. et al **Extraterrestrial Aeolian Landscapes.**in LANCASTER, N.& SHERMAN,D.J. (Eds).Treatise of Geomorphology,Vol 11, Aeolian Geomorphology. San Diego: Academic Press , 2013.437p

FRYBERGER,S.G. Dune forms and wind regime. In: MCKEE, E.D. A study of global sand seas.Geological Survey Professional Paper 1052. Washington D.C: United States Government Printing Office,1979.p 114-134.

HARGITAL,H. **Mars Climate Zone Map based on TES data.** 41th LPSC.Abstract #1199,(2010)



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

LAKDAWALLA, E. **The Design and Engineering of Curiosity**. How the Mars Rover Performs Its Job. Chichester:Springer-Praxis,2018.394p.

LORENZ, R.D & Zimbelman, J. **Dune Worlds**: How Windblown Sand Shapes Planetary Landscapes Berlin:Springer-Verlag,2014.311p.

MOROZ, V.I **Experimental Data on Aerosols on Mars: Viking , Phobos and Future Missions** Advances in Space Research Vol. 16,N.6, p.35-44 (1995).

THOMAS, P.C & Gierasch,P.J.**Polar Margin dunes and Winds on Mars**. Journal of Geophysical Research Vol. 100, 1995,p.5397-5406.

TIRSCH,D. **Dark Dunes on Mars**: Analyses on Origin, Morphology, and Mineralogical Composition of the Dark Material in Martian Craters. Ph.D dissertation, Deutsches Zentrum fur Luft- und Raumfahrt (DLR), Berlin – Adlershof, p. 146.



A LAGOA MIRIM: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO USO E COBERTURA DA TERRA NA REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA DOCE SUL

Fabiane Araújo Botelho¹; Erika Collischonn²

Universidade Federal de Pelotas- fabi_botelho@outlook.com¹

Universidade Federal de Pelotas- ecollischonn@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

No atual Mapa do Turismo Brasileiro, o Rio Grande do Sul possui um total de 27 regiões turísticas que foram agrupadas seguindo características específicas de cada localidade, como os aspectos socioambientais, econômicos e culturais, além da própria localização geográfica. Neste contexto, a Lagoa Mirim juntamente com a Lagoa Mangueira e a Laguna dos Patos formam um complexo lacustre que se estende ao longo de 20 municípios, representando a Região Turística da Costa Doce, a qual dispõe de uma diversidade de locais propícios para várias atividades de Turismo e lazer (PDT/RS, 2012; MTUR, 2019).

Se, de um lado a atividade turística tem sido apontada como fonte para o desenvolvimento socioambiental, tanto no que diz respeito à geração de emprego e renda como para a inclusão social (NATÁRIO et al, 2019) por outro, existem os impactos advindos dessa atividade, como a falta de planejamento para a expansão urbana em áreas costeiras (MARINO; FREIRE, 2013) e a exploração imobiliária com vistas a atividade turística (COSTA; FONSECA, 2019).

Assim sendo, o presente trabalho configura-se como uma proposta de pesquisa exploratória com o objetivo de identificar no aplicativo *Google Earth* para o período entre os anos 2000 e 2020, quantas imagens com boa resolução poderão ser selecionadas para realizar estudos pertinentes à ocupação no entorno da Lagoa Mirim, focando inicialmente nas seguintes localidades: Praia do Pontal e Santa Izabel do Sul, em Arroio Grande e a Praia da Capilha, em Rio Grande. Posteriormente, pretende-se verificar se o uso e ocupação do espaço nessas localidades ocorre em função da expansão turística na região e, se existe por parte do poder público um planejamento tanto para a atividade



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

turística como para a urbanização. Neste sentido, considerando-se que todas as atividades turísticas ou não, requerem um planejamento e gestão ambiental, seguindo as normas e regras vigentes, bem como obedecendo às licenças e zoneamentos ambientais, esta proposta poderá oferecer subsídios com essas finalidades.

Atualmente, por meio do sensoriamento remoto pode-se obter os mais variados tipos de dados relacionadas a superfície terrestre. Com o avanço das geotecnologias, os produtos gerados através de diversas técnicas estão cada vez mais acessíveis aos usuários e sua aplicação tornou-se muito expressiva se comparado a duas décadas atrás quando – tanto as imagens como os dispositivos e *softwares* capazes de realizarem os processamentos adequados – possuíam um custo elevado para pesquisadores iniciantes. O *Google Earth* é uma plataforma que disponibiliza gratuitamente imagens com uma boa resolução que permite inúmeras análises em todas as regiões do globo terrestre. Este aplicativo foi desenvolvido e disponibilizado pela empresa *Google*, permitindo o acesso livre de qualquer usuário às imagens adquiridas; essas imagens são provenientes de diversas plataformas de sensoriamento remoto.

Desta forma, pretende-se verificar a viabilidade da aplicação das imagens disponibilizadas pelo *Google Earth* para uma análise multitemporal acerca das mudanças de uso e ocupação da terra nas localidades selecionadas. Ainda, cabe apontar que o uso destas imagens pode ser uma ferramenta tanto para a identificação das mudanças de uso e ocupação da terra como também pode auxiliar no reconhecimento de áreas que precisam ser protegidas pelo poder público.

2 METODOLOGIA

Primeiramente, cada área de interesse foi localizada a partir do buscador do *Google Earth* ou pela identificação dos caminhos. Em seguida, para cada área analisou-se o mostrador das imagens históricas para identificar as datas de aquisição das mesmas, conforme demonstrado na Figura 1.

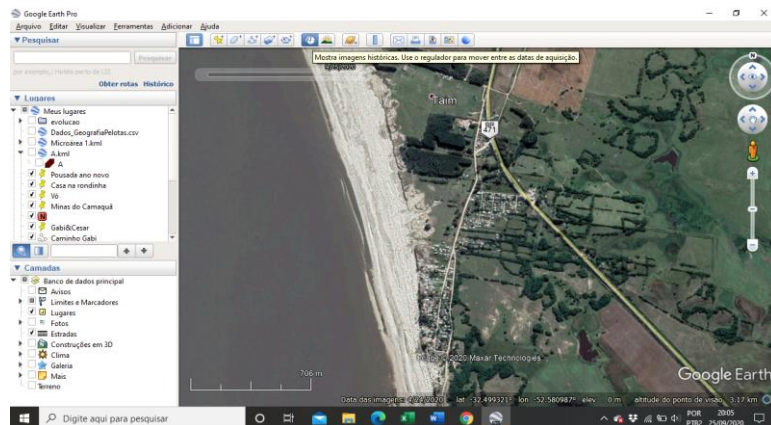
Figura 1 – Exploração do ícone que mostra imagens históricas no *Google Earth*.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020



Fonte: Google Earth, 2020

Com base na exploração do ícone foi feita uma listagem por data das imagens disponíveis no *Google Earth*, também foi realizada uma análise preliminar da qualidade do posicionamento dessas imagens. Na sequência do trabalho será utilizado para o mapeamento o QGIS, um *software* livre que dispõe de um *plugin* denominado *OpenLayers* que possibilita a visualização das imagens do *Google Earth*. Deste modo, com base na metodologia de Miranda (2005) pretende-se fazer o georreferenciamento destas imagens no QGIS 2.18 e a digitalização de aspectos que identificam o incremento ou não no uso e ocupação dessas áreas, com permanência maior que um dia (construções, divisão de lotes, caminhos trilhados).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir apresenta-se uma listagem por data das imagens com boa resolução que estão disponíveis para as localidades pesquisadas.

1. Praia da Capilha 05/07/2004, 28/10/2013, 16/11/2013, 09/01/2014, 09/02/2015, 18/08/2016, 28/09/2016, 03/11/2016, 22/11/2016, 17/02/2018, 10/05/2018, 14/09/2018, 08/10/2019, 24/04/2020.
2. Santa Izabel do Sul 08/09/2006, 30/08/2009, 27/01/2014, 28/10/2014, 28/09/2016, 03/11/2016, 01/10/2018, 19/04/2020.
- 3) Praia do Pontal 24/04/2004, 25/05/2005, 02/01/2013, 22/03/2013, 13/11/2013, 11/05/2016, 22/04/2017.

Na análise preliminar constatou-se que a imagem de 2004 da praia da Capilha está bastante deslocada em relação a posição das outras imagens desse local, porém as



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

imagens das demais localidades não apresentam grande discrepância no posicionamento. Este levantamento mostrou que as datas das imagens disponíveis para as três localidades não coincidem, contudo observa-se que é possível fazer uma avaliação aproximadamente de cinco em cinco anos, a partir de meados da primeira década do novo milênio, e nos anos mais recentes em um intervalo inferior a três anos. Também, notou-se que no período pesquisado as três localidades tiveram um aumento no número de casas ou chalés, porém somente com o avanço da pesquisa, sobretudo a partir do trabalho de campo, será possível verificar a motivação dessa expansão, se por conta do Turismo e/ou para fixar residência nessas localidades.

4 CONCLUSÕES

O *Google Earth* é uma ferramenta eficiente para uma análise exploratória das mudanças de uso e cobertura da terra de uma determinada área, pois tem a vantagem de reunir imagens históricas com boa resolução e está disponível gratuitamente, porém possui limitações como a imprecisão na resolução espacial de algumas imagens, podendo haver distorções entre imagens do mesmo local e na comparação com a realidade e, também as imagens não estão georreferenciadas. Assim, na continuidade da pesquisa deverão ser realizados os procedimentos para o processamento das imagens usando um ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG) para a obtenção de melhores resultados.

REFERÊNCIAS

COSTA, Wagner Fernandes; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Lazer, turismo, especulação imobiliária e conflito territorial entre São Miguel do Gostoso e Touros (RN)**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo – RBTUR, São Paulo, n. 13 (3), p. 92-104, set./dez. 2019.

GOOGLE EARTH. Google Earth User Guide. Disponível em
<<http://earth.google.com/intl/ar/userguide/v4/index.htm>>. Acesso em: 17 set. 2020.

INSTITUTO GEOEDUC. eBook Guia Definitivo do Google Earth. Equipe Geoeduc. S. l., s. d. Disponível em:
<http://www.geoeduc.com/arquivos/materiais/guia_definitivo_google_earth.pdf>. Acesso em: 17 de set. 2020.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

MARINO, Márcia Thelma Rios Donato; FREIRE, George Satander Sá. **Análise da evolução da linha de costa entre as Praias do Futuro e Porto das Dunas, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), estado do Ceará, Brasil.** Revista da Gestão Costeira Integrada n. 13 (1), p. 113-129, 2013.

MIRANDA, José Iguelmar. **Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas.** Brasília: Embrapa, 2005.

MTUR. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro.** Programa de Regionalização do Turismo: Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo, Departamento de Ordenamento do Turismo, Coordenação Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo, 2019. 27 p.

NATÁRIO, Manuela *et al.* **Impacto do Turismo das Aldeias Históricas de Portugal: um quadro de análise.** Finisterra, Portugal, LIV 111, p. 21-36, 2019.

PDT/RS. **Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul: 2012-2015.** Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2012. 86 p.



TEMPERADO A TROPICAL - PROJEÇÕES CLIMÁTICAS NA CONTRAMÃO DA IDENTIDADE LOCAL

Guilherme Martins¹; Erika Collischonn²

Universidade Federal de Pelotas-guisoline@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas-ecollischonn@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

Em estudo anteriormente realizado por Martins e Collischonn (2019) foram elencados diferentes tipos de classificações climáticas, com base nas quais foram analisadas a posição geográfica e as normais climatológicas de Pelotas (NC 1961-1990, como na NC 1981-2010) considerando os limiares definidos nas classificações. Como resultado constatou-se que, classificações com referência na agrometeorologia, identificaram o clima de Pelotas como temperado, enquanto as como referência na geografia o identificaram como clima subtropical.

Na continuidade a esta mesma pesquisa, este trabalho busca entender como o clima de Pelotas e entorno pode variar nos próximos 40 e 80 anos, com base nos cenários regionalizados para o Brasil pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a partir de modelos acoplados oceano-atmosfera, utilizados nas simulações do IPCC. Em paralelo a isso, também considera-se um processo identitário regional, derivado da “vivência” segundo os idealizadores, que remete ao clima temperado. Considerando estas duas dimensões, analisamos em quais aspectos elas concordam e em quais elas se contrapõem.

2 METODOLOGIA

Este trabalho ainda está na fase da formulação do problema de pesquisa que vai se construindo ao sabor da leitura, da reflexão e das discussões com colegas. Com base em leituras previamente selecionadas e organizadas mantém-se o diálogo constante com nossa indagação inicial: o clima de Pelotas é de fato temperado? Sob quais perspectivas? Quais são as referências teórico-metodológicos dos autores que defendem esta proposição? São proposições objetivas ou subjetivas? Partem da materialidade ou da representação?



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Ao mesmo tempo em que as escolhas prévias foram ajustadas, definiram-se as primeiras estratégias de pesquisa. Por um lado, foi definido que uma parte da pesquisa seria baseada em premissas objetivas definidas em classificações climáticas que servirão para enquadrar tanto dados meteorológicos observados quanto aqueles de projeções futuras para a mesma área nos tipos climáticos preconizados. Por outro lado, foi considerada a dimensão climática do espaço vivido ou de sua representação, aquele que é construído socialmente a partir da percepção e interpretação das pessoas e que revela práticas sociais (PANITZ, 2010).

Os cenários de mudanças climáticas foram obtidos a partir do Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre (BESM – Brazilian Earth System Model, na sigla em Inglês) que é uma modelagem que acopla os componentes de superfície continental, oceano, atmosfera e química globais, mas também incorpora processos de formação de nuvens, dinâmica da vegetação e o conhecimento criado no país sobre a influência dos biomas brasileiros sobre o clima global

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação a representação do clima regional, a partir da identidade regional, analisamos duas vertentes: uma visando a produção agrícola e a outra a produção musical.

Pondo como exemplo a Embrapa Clima Temperado, que para além de uma identificação do tipo de cultivo realizado pela empresa, utiliza do nome “temperado” para uma observada valorização dos seus produtos, formada da junção de dois centros de pesquisa sendo eles o Centro Nacional de Pesquisa de Fruteiras de Clima Temperado (CNPFT) e o Centro de Pesquisa Agropecuária de Terras Baixas de Clima Temperado (CPATB). Esse padrão na nomenclatura associada ao clima temperado, instiga o interesse em investigar a valorização do frio, começando não somente pela sua agricultura mas também pela identidade local e o valor associado aos elementos das regiões em que as características dos climas frios predominam.

Na perspectiva cultural, o frio se manifesta como uma característica de diferenciação da porção meridional do Brasil em relação ao país como um todo que é universalmente conhecido pelo seu clima tropical, por suas praias e pelo carnaval, características que não possuem tanta força na região sul do país. Esta posição, Ramil na coleção Nós, os Gaúchos (FISCHER, 1993) discute na chamada “estética do frio” e os irmãos Jorge e Daniel Drexler



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

no “templadismo” (A linha fria do horizonte, 2014), nestas perspectivas salientando as características culturais da região sul tais como a própria milonga que é um ritmo musical característico do Rio Grande do Sul.

Com o surgimento de geografias sociais e culturais, a identidade tornou-se um elemento central do pensamento dos pesquisadores. Ao mesmo tempo, os profissionais ligados à produção agropecuária entenderam a questão da identidade da produção e dos vínculos entre identidade, criação de valor, ampliação, segmentação da oferta, luta contra a concorrência. Pesquisadores têm considerado culturas alimentares, solos, clima e relevo, como meios estratégicos para defender uma agricultura relativamente cara, tradicional ou inovadora, bem como uma produção de qualidade confrontada com uma agricultura descrita como quantitativa, globalizada e sem sabor. O reconhecimento de origem, segundo a EMBRAPA (2018, p. 119) “não garante apenas o mercado para o produto, mas a permanência daquelas pessoas no lugar, onde elas cultivam hábitos transmitidos entre gerações garantindo o desenvolvimento sustentável daquelas comunidades”.

Assim a busca de identidade na música e na agricultura estão na origem a singularização e diferenciação das produções, a fonte da criação de valor, a base das estratégias de marketing, mas talvez também possam, na visão de Panitz (2010), se constituir em instrumento de construção territorial. De certa forma tanto a estratégia da produção agrícola, tem semelhança com a da produção musical no sentido de ser uma estratégia de quem não se alinhar nem aderir ao centro padronizador, ao contrário, quer tomar a sua circunstância como um novo centro, o centro de um novo jeito de ler a vida.

Numa outra direção apontam os cenários climáticos futuros desenvolvidos pelo Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre que disponibiliza e cenários climáticos (temperatura e precipitação) de 2010 a 2100 em duas projeções de alterações dos gases nocivos na atmosfera, uma com o cenário similar ao atual, em relação a quantidade de gases de efeito estufa (RCP4.5) e outra, com aumento significativo de gases de efeito na atmosfera (RCP8.5). Para Pelotas e região analisou-se a quadrícula centrada em 30,8°S e 52,5°W. Quanto a temperatura o cenário de RCP4.5, indica um aumento de 0,13 graus por década, ou seja, se em 2010 apresentava-se uma temperatura média anual na casa dos 19,5°C. Até 2100 teremos, nessa situação, médias que chegarão à 20,7°C. Já em um cenário de RCP8.5 a tendência da



temperatura é aumentar 0,34 graus por década, passando de 19,2°C, em 2010, a 22°C em 2100.

Na pesquisa anterior foram analisadas as normais climatológicas de Pelotas (NC 1961-1990 e NC 1981-2010) para estabelecer uma classificação para a cidade de acordo com os estudos de Camargo (1991) e Maluf (2000), com relação a média anual da temperatura temos que para 2100 na situação de RCP4.5 as classificações para Pelotas e região se alteram respectivamente para subtropical e subtemperado. Já em uma situação de RCP8.5 em ambas classificações o clima da região assume característica de clima tropical.

4 CONCLUSÕES

O modelo BESM prognostica uma tropicalização do clima de Pelotas e entorno. Na contramão disso, a produção agrícola e a musical defendem uma condição “temperada” com uma referência no cotidiano. Este paradoxo, conduz para a continuidade da investigação do clima regional que aproxime o estudo climático do cotidiano, o que pode ser realizado através da análise dos tipos de tempo diários e da sucessão dos tipos de tempo.

REFERÊNCIAS

A LINHA Fria do Horizonte Produção Luciano Coelho. Curitiba: Projeto Olho Vivo ,2014. Disponível em <<http://vimeo.com/109805848>> Acesso em 18 de set de 2020.

CAMARGO, A. P. Classificação climática para zoneamento de aptidão climática. In: **Congresso Brasileiro de Agrometeorologia**, 7, Viçosa. Anais..., Viçosa: Sociedade Brasileira de Agrometeorologia, 1991. p. 123-131.

EMBRAPA. Visão 2030 : **O Futuro da Agricultura Brasileira.** – Brasília, DF : Embrapa, 2018. Disponível em <<https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845>>. Acesso em: 20 de set. 2020.

FISCHER, L. A. (Org.). **Nós, os gaúchos.** Porto Alegre: UFRGS, 1993.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Brazilian Earth System Model.** Disponível em <<http://www.inpe.br/besm/produtos/>>. Acesso em: 15 de set de 2020.

MALUF, J. R. T. Nova classificação climática do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Agrometeorologia**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 141-150, 2000.

MARTINS, G e COLLISCHONN, E. **Temperado ou Subtropical - A denominação do**



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

clima conforme sua aplicabilidade. In: ANAIS DO VI SEMPGeo, “Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia: Identidades, desafios e protagonismo científico”, Pelotas, 8 a 10 de outubro de 2019. UFPEL, pág. 358-364.

PANITZ, L. **Por Uma Geografia Da Música: O Espaço Geográfico Da Música Popular Platina.** 2010. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2010.



DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA NEBULOSIDADE E TEMPERATURA DA SUPERFÍCIE NA SUB-REGIÃO SUDOESTE DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Jéssica Ribeiro do Carmo Santos¹; Antonio Jaschke Machado²

Universidade Estadual Paulista -jessica.rcarmo@gmail.com¹

Universidade Estadual Paulista – jaschke.machado@unesp.br²

1 INTRODUÇÃO

A atmosfera terrestre é uma camada gasosa, relativamente fina, que envolve o planeta. Ela possui relevante importância para a vida na Terra, visto que atua como sede dos fenômenos meteorológicos, assim como determinante da qualidade e quantidade de radiação solar que atinge a superfície. A sua estrutura vertical é subdividida em camadas, sendo elas, Troposfera (camada onde ocorrem os fenômenos meteorológicos), Estratosfera, Mesosfera, Termosfera e Exosfera (PEREIRA, et al. 2002).

Os constituintes da atmosfera terrestre são os gases: nitrogênio, com 78% de volume e oxigênio com 21%. Além dos seus constituintes naturais, estão presentes os gases inertes: argônio, criptônio, hélio, neônio e xenônio. Segundo PEREIRA et al. (2002, p.41) “esses sete gases formam a matriz atmosférica”. Assim como o vapor d’água que varia de 1% a 5% do conteúdo total da atmosfera.

A nebulosidade é o conjunto de nuvens de um determinado local. As nuvens são um conjunto visível de partículas de água que se encontram em estado líquido, sólido, ou ambos, suspensos na atmosfera. Elas se formam a partir da evaporação e condensação da água na superfície de aerossóis atmosféricos chamados núcleos de condensação. Após condensar-se na atmosfera o vapor origina as gotas líquidas que constituem as nuvens e agem em relação ao conforto térmico (MENDONÇA; DANNI-OLIVEIRA, 2007).

As nuvens possuem distinção na sua formação. Elas podem ser formadas por convecção, advecção e orografia. As nuvens formadas por convecção se desenvolvem em atmosfera instável e a partir do ar quente que sobe se resfria em determinados níveis de altura e geram nuvens do tipo *cumulus*. O movimento horizontal do ar é denominado advecção. Ele não se mistura com outra forma de ar, seu desenvolvimento acontece em atmosfera estável e forma nuvens *stratus* que vão se esticando horizontalmente. As nuvens orográficas são



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

formadas quando uma corrente de ar passa por uma colina ou montanha, ou seja, o relevo força essa corrente de ar a ascender, e nesse processo o ar se resfria, satura e forma as nuvens que ficam juntas a encosta.

O registro e a observação das nuvens podem acontecer a partir de três elementos, a classificação por altura: baixa, média e alta. Em seguida é classificado a sua forma e aspecto, e, finalmente, a cobertura das nuvens no local do registro (AZEVEDO, 2005).

Pensar a nebulosidade não é pensar esse elemento isoladamente, mas é também perceber a influência que as atividades humanas possuem na relação com os elementos, colocando a realidade, por exemplo, das cidades e sua interferência nesta dinâmica.

A relevância deste estudo pode ser justificada em algumas perspectivas. Uma delas é a importância da nebulosidade como *feedback* climático. Outro significativo ponto é a importância da nebulosidade para o conforto térmico humano. Segundo Landsberg (2006) a nebulosidade é um elemento primário, capaz de relacionar-se com outros elementos do clima como a temperatura, por exemplo.

Objetiva-se desenvolver um estudo baseado na observação do elemento climático nebulosidade. Numa tentativa de obter uma primeira aproximação da climatologia das nuvens e de sua variação sazonal na Sub-Região Sudoeste da Macrometrópole Paulista (SRSOMP), a partir do município de Itapequerica da Serra/SP. Investigar como a distribuição espacial da temperatura da superfície pode guardar algum tipo de relação com a distribuição espacial das nuvens, investigando se o relevo e a urbanização se associam de algum modo com a nebulosidade do local. Assim como apurar se há relações ou não do conforto térmico com o conteúdo de umidade do ar (umidade absoluta).

2 METODOLOGIA

O estudo da nebulosidade tem como base os seguintes elementos: fotos hemisféricas do céu, medições da temperatura da superfície e da diferença de temperatura entre a superfície e o céu, medições de temperatura do ar e umidade relativa, dados de domínio público, umidade absoluta (pressão de vapor de saturação) e elaboração de diagramas de conforto térmico.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

As fotos serão capturadas a partir de uma câmera *GoPro Hero 5* em modo amplo, que possui uma abertura de aproximadamente 180°. Este modo foi escolhido para que seja fotografado em um maior ângulo o céu no momento do registro.

Nas medições de temperatura da superfície e de diferença de temperatura entre a superfície e o céu será utilizado o termômetro infravermelho, modelo HI 99550 fabricado pela *Hanna Instruments* e adquirido com auxílio FAPESP (processo 2011/08520-8). Estas medições tem como objetivo compreender a distribuição espacial da temperatura da superfície em diferentes usos do solo e em suas diferentes orientações.

Também serão utilizados dados de domínio público, sendo eles, cartas sinóticas do Atlântico e América do Sul, no *site* da Marinha do Brasil na Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). Dados meteorológicos da estação automática de superfície, no Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). E o banco de dados Qualar para obtenção de informações de superfície sobre material particulado, na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

Os dados de temperatura do ar e umidade relativa serão coletados manualmente através de um aparelho termo-higrômetro portátil e por estações fixas de referência. A umidade absoluta será calculada através das fórmulas de pressão de vapor de saturação (Equação 1) e da pressão de vapor (Equação 2).

O propósito de se trabalhar com o cálculo da umidade absoluta é uma tentativa de mostrar se as situações de conforto ou desconforto estão relacionadas ou não com a situação de ar mais úmido ou menos úmido, uma vez que a umidade absoluta apresenta o conteúdo total do vapor d'água presente na atmosfera.

pressão de vapor de saturação (hPa)

$$e_s = 6,1078 \cdot 10^{(7,5/T237, + 3T)}$$

(1)

e da pressão de vapor (hPa)

$$e = e_s \cdot UR_{100}$$



Serão elaboradas cartas bioclimáticas a partir dos estudos de Olgyay (2010), com dados de temperatura do ar e umidade relativa. E, a partir do projeto Ruros (2004), desenvolvido por Marialena Nikolopoulou, avaliar as condições de conforto térmico no ambiente aberto. O modelo apresentado (Equação 3) é Voto real de sensação (ASV):

$$ASV = 0,049 \cdot tar + 0,001 \cdot H + 0,051 \cdot var + 0,014 \cdot ur - 2,079 \quad (3)$$

Os dados serão coletados nos meses de outubro de 2020 (primavera), dezembro de 2020 e janeiro de 2021 (verão), abril de 2021 (outono) e junho e julho de 2021 (inverno). As medições serão realizadas em quatro horários, numa tentativa de abranger os três períodos do dia, manhã, tarde e noite, podendo assim observar, além da variação diária a variação horária da nebulosidade. Os horários estipulados para as medições são, 09 horas, por ser o horário em que são disponibilizadas as cartas sinóticas e radiossondas, às 14 horas e 16 horas, para tentar captar algum efeito de brisa e 18 horas para que haja um registro noturno após o pôr do sol.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se, com o início dos trabalhos de campo, que os resultados apontem a variação da nebulosidade nas diferentes estações do ano no município de Itapeverica da Serra, com ênfase nas estações úmida e seca. Espera-se também observar se haverá alguma relação na distribuição espacial da temperatura da superfície nos diferentes usos do solo urbano com a distribuição espacial das nuvens, numa tentativa de compreender se, e como o relevo e a urbanização podem estar ou não associados a nebulosidade do local.

4 CONCLUSÕES

O presente estudo encontra-se na fase inicial, e os trabalhos de campo, que são fundamentais para o desenvolvimento do mesmo, ainda não foram realizados por conta da pandemia de Covid-19. O primeiro conjunto de trabalhos de campo aconteceria em junho e julho com o intuito de obter resultados referente a estação seca, mas foram adiados para o ano de 2021. A proposta de novo cronograma até o presente momento considera a realização do primeiro campo em outubro de 2020, mas que também pode haver reconsiderações.

REFERÊNCIAS



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

AZEVEDO, T. R. **Técnicas de Campo e Laboratórios em Climatologia**. In: VENTURI, L. A. B. **Praticando geografia técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de textos, 2005.

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Sistema de informação de qualidade do ar**. Disponível em:

<<https://qualar.cetesb.sp.gov.br/qualar/conDadosHorarios.do?method=pesquisarInit>>. Último acesso em 10 de set. de 2020.

DHN – Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/chm/dados-do-smm-cartas-sinoticas/cartas-sinoticas>>. Último acesso em: 10 de set. de 2020.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. **Estações automáticas**. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=estacoes/estacoesAutomaticas>>. Último acesso em: 10 de set. de 2020.

LANDSBERG, H. E. **O clima das cidades**. Revista do departamento de geografia USP, v.18 p. 95-111. Tradução: Prof. Dr. Tarik Rezende de Azevedo, DG, FFLCH, USP, 2006.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de texto, 2007.

OLGYAY, V. **Arquitectura y clima: Manual de diseño bioclimático para arquitectos y urbanistas**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1ª edición, 6ª tirada, 2010.

PEREIRA, A.R.; ANGELOCCI, L.R; SENTELHAS, P.C. Atmosfera terrestre. In: _____. **Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas**. Guaíba: Livraria e editora Agropecuária, p.41-54, 2002.

RUROS – Rediscovering the Urban Realm and Open (2004). Disponível em: <<http://alpha.cres.gr/ruros/>> Último acesso em: 12 de set. de 2020.



DENSIDADE DE OCORRÊNCIA DE CICLONES EXTRATROPICAIS NO BRASIL ENTRE 2000 A 2016

Maiquel Jantsch¹; Francisco Eliseu Aquino²

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul-maiquel.j@hotmail.com¹
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-francisco.aquino@ufrgs.br²*

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho foram identificados os ciclones extratropicais que ocorreram entre os anos 2000 e 2016 no Brasil. Os objetivos foram quantificar o número de ciclones extratropicais ocorridos neste período e a densidade de ocorrência dos sistemas, sendo apresentado neste trabalho a densidade e as áreas de ocorrência dos ciclones extratropicais durante o período analisado.

Os ciclones extratropicais podem influenciar vida humana através de seus diversos impactos, como marés de tempestade nas regiões costeiras (conhecidas como ressacas), taxas de precipitação elevadas em curtos períodos de tempo e ventos com forte intensidade. Todos esses impactos podem causar ainda diversos outros impactos secundários, como prejuízos na agricultura, afundamento de embarcações e geadas após o avanço de massas de ar polar.

Segundo a definição de Barry e Chorley (2013), os ciclones extratropicais têm uma dimensão espacial que geralmente varia entre 1500 a 3000 km de diâmetro e uma duração de quatro a sete dias, além de estarem associados a uma frente fria e uma quente. Nas imagens de satélite, os ciclones extratropicais costumam apresentar bandas de nuvens em formatos espiral. Para Gan e Seluchi (2009), a formação e o desenvolvimento de ciclones extratropicais recebem a denominação de ciclogênese.

Considerando os possíveis impactos dos ciclones extratropicais e a importância de compreender melhor como funciona a atmosfera, como o clima está sendo alterado e quais as consequências que isso pode causar para sociedade e o meio ambiente, fez-se necessário elaborar uma climatologia recente de ocorrências de ciclones extratropicais no Brasil verificando possíveis variáveis e tendências de densidade espacial e áreas de ocorrências.

2 METODOLOGIA



A área de estudo da pesquisa localiza-se na América do Sul e no Oceano Atlântico Sul e foi delimitada em 15°S e 40°S e 30°W e 60°W. Os dados utilizados foram da reanálise climática do Climate Forecast System Reanalysis (CFSR). Cartas sinóticas do Centro de Hidrografia da Marinha foram usados como dado auxiliar na identificação dos ciclones extratropicais em determinados casos.

Os dados da reanálise do CFSR foram visualizados através da linguagem de programação Python. Através de uma rotina, foram gerados mapas para cada um dos dois horários diários definido (00 UTC e 12 UTC). Pela análise desses mapas foram identificados as ciclogêneses, os valores de pressão atmosférica média de cada ciclone e a localização de cada sistema. Com os dados obtidos foi criado um banco de dados com as datas de ocorrência de cada ciclone extratropical e as coordenadas geográficas do mínimo de pressão em todos os horários. Com as coordenadas geográficas de cada mínimo de pressão foi possível elaborar os mapas de densidade geral e sazonais de ocorrência dos ciclones extratropicais. Os mapas de densidade foram elaborados com os dados obtidos e o software ArcGIS.

Os critérios para a identificação dos ciclones foram baseados nas seguintes referências: de acordo com a metodologia utilizada por Gan (1992), a ocorrência de uma ciclogênese em superfície foi definida com o aparecimento da primeira isóbara fechada. Essa isóbara deveria ter o intervalo de ao menos 2 hPa e persistir por, pelo menos, 24 horas (ou em três mapas seguidos no Python). Conforme a metodologia utilizada por Rocha (2014), o mínimo de pressão atmosférica deveria ser inferior a 1015 hPa e esse mínimo estar localizado dentro de uma área de 5° x 5°.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O total de ciclogêneses identificadas foi de 684, uma média de 40,24 por ano. A quantidade de ciclogêneses variou anualmente, sendo que o ano com mais casos foi 2011 (50 casos) e 2000, 2001, 2004, 2008 2014 e 2015 apresentaram a menor quantidade, todos com 36 ciclones extratropicais (Figura 1).

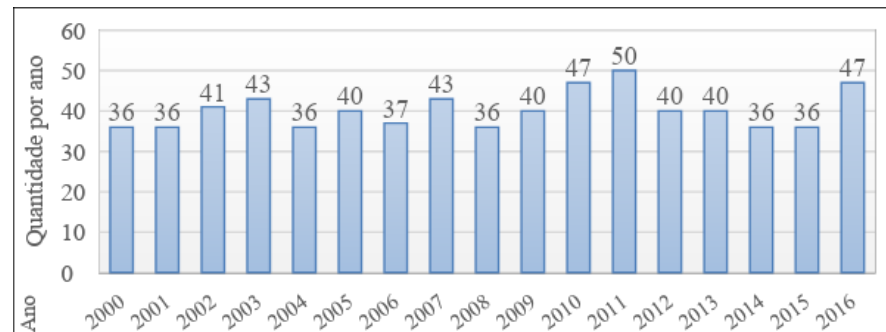


ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

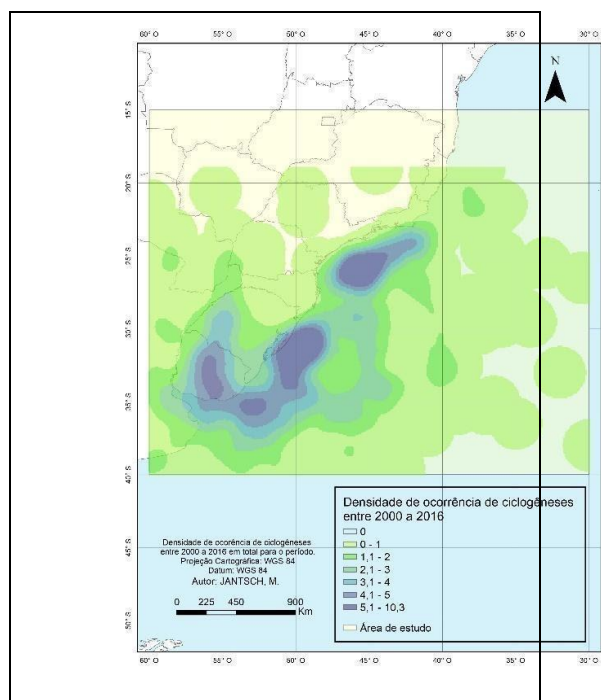
19, 23 e 27 de outubro de 2020

Figura 1 – Total anual de ciclogêneses identificadas entre 2000 e 2016.



A densidade de ocorrência dos ciclones extratropicais identificados é apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Densidade de ocorrência de ciclogêneses entre 2000 e 2016.



É possível notar duas áreas principais de ocorrência de ciclogêneses: uma na região do Rio da Prata e costa do Rio Grande do Sul e outra próxima da costa do Sudeste do Brasil. Essas áreas já haviam sido identificadas como ciclogênicas em outros trabalhos (GAN, 1992; REBOITA, 2008).

O estudo de Gan e Rao (1991) aponta a instabilidade baroclínica como um dos principais motivos para a região do Rio da Prata ser altamente ciclogênica, associando isso



ao fato de ser uma região que se encontra a sotavento da Cordilheira dos Andes, possuindo o que se chama de “efeito de montanha”. Já Reboita (2008) afirma que a atividade ciclogênética na região da costa do Sudeste do Brasil é maior quando os distúrbios em níveis superiores são mais fracos, sendo que isso ocorre principalmente no verão e essa é a estação do ano com a maior disponibilidade de umidade, o que torna esse fator fundamental para que ocorram ciclones extratropicais nessa região.

4 CONCLUSÕES

O total de ciclogêneses identificadas entre 2000 a 2016 foi de 684, uma média de 40,24 por ano. Os anos de 2011, 2010 e 2016 apresentaram a maior quantidade de ciclones extratropicais (50, 47 e 47, respectivamente). As áreas principais de ocorrência foram a região do Rio da Prata e costa do Rio Grande do Sul durante todo o ano e a costa do Sudeste do Brasil, principalmente no verão, sendo essas as duas áreas mais propícias aos impactos dos ciclones extratropicais. A inclusão de novos parâmetros e automatização de processos em trabalhos futuros pode aprimorar os resultados, assim como melhorar a compreensão sobre as variações anuais e sazonais nas ocorrências.

REFERÊNCIAS

BARRY, Roger Graham; CHORLEY, Richard John. **Atmosfera, tempo e clima**. Tradução por: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Editora Bookman, 9. ed., 512 p. 2013.

GAN, Manoel Alonso. **Ciclogênese e ciclones sobre a América do Sul**. Tese de Doutorado. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 1992.

GAN, Manoel Alonso; RAO, Vadlamundi Brahmananda. Surface cyclogenesis over South America. American Meteorological Society. Notes and correspondence, p. 1293-1302. 1991.

GAN, Manoel Alonso; SELUCHI, Marcelo Enrique. Ciclones e ciclogênese. IN: CAVALCANTI, I.F.A.; FERREIRA, N.J.; SILVA, M.G.A.J. e DIAS, M.A.F.S (orgs.). **Tempo e Clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, p. 111-125. 2009.

REBOITA, Michelle Simões. **Ciclones Extratropicais sobre o Atlântico Sul: Simulação Climática e Experimentos de Sensibilidade**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2008.

ROCHA, Fábio Pinto da. **Estudo de ciclones e de padrões de circulação atmosférica no Oceano Atlântico sul próximo à costa das regiões Sul e Sudeste do Brasil usando da**



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

reanálise do ERA-INTERIM. Dissertação de Mestrado. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). 2014.



ANÁLISE DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE LAVRAS DO SUL/RS PARA SITE NA INTERNET

Murilo de Carvalho de Góes¹

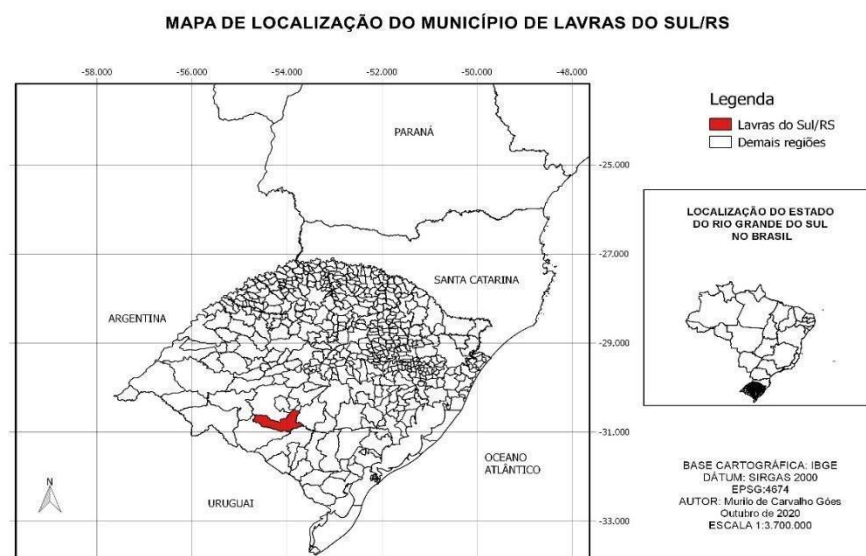
Universidade Luterana do Brasil-blogpanoramalavrense@gmail.com¹

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a evolução e formação territorial de Lavras do Sul/RS, como base para lançamento de material na Internet, em 2021.

Localizado na mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense e na Microrregião do da Campanha Meridional, a 320 quilômetros da Capital do Rio Grande do Sul, Lavras do Sul é um município com 2.601 km² de área, é o único do Estado que surgiu através da mineração do ouro. A população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2020 é de 7.444 habitantes. Suas coordenadas Geográficas são (na Sede Municipal) latitude 30°48'41" S e longitude 53°54'02" O. (Figura 1).

Figura 1: Localização de Lavras do Sul no Rio Grande do Sul



FONTE: Elaborado pelo Autor.



Os municípios vizinhos a Lavras do Sul/RS são: Vila Nova do Sul/RS, Santa Margarida do Sul/RS, São Sepé/RS (norte); São Gabriel/RS (norte, noroeste); Dom Pedrito/RS (oeste, sul, sudoeste); Bagé/RS (sudeste); Caçapava do Sul/RS (leste, nordeste).

O geógrafo Milton Santos “chama atenção para o novo funcionamento do território, através de horizontalidades (ou seja, lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial) e verticalidades (formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais)”. (REDE MOBILIZADORES, 2015).

Para Stürmer e Costa (2017):

A utilização do conceito de território sem consulta à literatura geográfica produziu inúmeras noções errôneas como a de território enquanto mero suporte e substrato em que se assenta uma dada população. Não obstante isso apareça em documentos oficiais que subsidiam políticas públicas e orientam ações de governo, os erros e imprecisões mais comuns geralmente contam com ampla divulgação por meios de comunicação de massa e mídias sociais.

Destaca-se, ainda, que o advento da *Internet* aumentou o alcance das pessoas a informações até então pouco conhecidas, democratizando o conhecimento.

A justificativa da presente pesquisa é analisar como ocorreu a formação territorial de Lavras do Sul/RS, sua evolução territorial e urbana, compreendendo assim os aspectos de sua contemporaneidade.

O problema de pesquisa consiste em como ocorre a formação territorial de Lavras do Sul/RS, com sua inserção no eixo temático da Análise Territorial, com o objetivo da disponibilidade das informações à comunidade, através da rede mundial de computadores, a *Internet*.

2 METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho consiste na pesquisa bibliográfica, através de livros e sites na *Internet*. Há, também, durante visitas a Lavras do Sul/RS, relatos de observações territoriais, em zona urbana e rural por saídas de campo, realizadas com recursos próprios do autor do trabalho, por cerca de dez anos. Pretende-se a inserção eletrônica dos dados pesquisados na página do Projeto Panorama Lavrense (<http://www.panoramalavrense.com.br>), no ar desde o ano de 2007, para o início do ano de 2021.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final do século XVIII o trabalho dos bandeirantes Simões Pires e Brito Peixoto cada vez mais incursionava à barrancas do Rio Camaquã. É a primeira notícia que se tem da busca do ouro, que sempre esteve presente na história de Lavras do Sul. Estes informes partiam dos índios habitantes da região e que chegavam a Rio Pardo, a quem pertencia a região das possíveis jazidas. (IBGE, 2020).

Teixeira (2013) relata que:

“Em 1750, pelo Tratado de Madrid, que delimitou terras em fronteiras divisórias entre Portugal e Espanha, o território de Lavras do Sul ficou sob os domínios de Portugal, fixando através das águas dos rios Taquarembó e Santa Maria uma fronteira natural com os domínios espanhóis. Em 1777, firmado novo tratado, o de Santo Ildefonso, o mapa de nosso município outra vez foi fronteira entre Portugal e Espanha, sendo que a linha divisória traçada demarcatória veio cortar nosso município em duas metades.

A primeira citação da região de Lavras do Sul ocorreu em 1824, como um dos principais povoados da Vila de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. (TEIXEIRA, 2013).

A cidade originou-se de forma espontânea. No início de sua zona urbana, apresentava ruas somente na parte mais alta da cidade. No entanto, a partir da década de 1980, ocorreu uma grande expansão urbana, resultado do fenômeno do êxodo rural (Figura 2).

Figura 2: Vista aérea e parcial de Lavras do Sul/RS (Anos 2000)



FONTE: Prefeitura de Lavras do Sul

Esse fato motivou o surgimento de novos bairros e vilas. Há várias localidades ao longo de seu território, entre elas a Vila do Ibaré (conhecida também como Segundo Distrito), com cerca de 800 habitantes.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Lavras do Sul e Ibaré. (IBGE, 2020).



Os resultados obtidos até o momento (setembro de 2020) encontram-se sem limitações. Haverá a atualização constante dos dados no site Panorama Lavrense, com a finalidade de pesquisa e acesso para o conhecimento das informações sobre a evolução de Lavras do Sul/RS.

4 CONCLUSÕES

Neste trabalho, mostrou-se a apresentação da formação territorial de Lavras do Sul/RS, para a compreensão de sua realidade atual, unificada com o planejamento de novas possibilidades de acesso aos dados apresentados, pela pesquisa de campo, bibliográfica e no contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

REFERÊNCIAS

IBGE | **Brasil em Síntese**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/lavras-do-sul/panorama>>. Acesso em: 13 de setembro de 2020.

REDE Mobilizadores. **O conceito de TERRITÓRIO segundo Milton Santos**. Disponível em: <<https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/texto-conceito-de-territorio.pdf>>. Acesso em: 13 de setembro de 2020.

STÜRMER, A.; COSTA, B. **Território: aproximações a um conceito-chave da Geografia**. Geografia Ensino & Pesquisa. Santa Maria: UFSM, vol. 21, nº 3, p. 50-60, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/26693/pdf>>. Acesso em: 13 de setembro de 2020.

TEIXEIRA, G. **Olhares da minha Terra**. Porto Alegre. Visual Agência, 2013, 136 p.



IMPACTOS NA URBANIZAÇÃO NA LINHA DE COSTA DA PRAIA DO SACO - SERGIPE

**Paulo Henrique Neves Santos¹; Andrey Cauam Dias dos Santos²; Tais Kalil
Rodrigues³**

Universidade Federal de Sergipe-ph.federal.ufs@gmail.com¹

Universidade Federal de Sergipe-andreycauam@gmail.com²

Universidade Federal de Sergipe-tkalilr@yahoo.com.br³

1 INTRODUÇÃO

A convergência entre oceano, continente e atmosfera, afetados pela dinâmica climática global, conferem a linha de costa a condição de constante variação (DE ANDRADE MEIRELES, 2005). A valorização desses ambientes para o turismo e casas de veraneio, não apresentando o devido respeito ao seu caráter dinâmico, condicionam à urbanização em ambientes costeiros aos impactos derivados do avanço dos processos erosivos sobre o continente. Moraes (1999) afirma que devido à alta velocidade dos processos urbanos em ambientes costeiros, o caráter caótico da urbanização é agravado.

Na Praia do Saco, localizada as margens da desembocadura do Rio Piauí/Real no município de Estância (SE), a urbanização avançou desconsiderando a dinamicidade da interação entre continente, mar e atmosfera, resultando em, quando em eventos de avanço marinho sobre o continente, destruição de construções que não respeitam um distanciamento mínimo para eventos dessa natureza (VILAR, 2010).

O presente estudo, estando dentro da geomorfologia, geoprocessamento e urbanização sobre ambiente costeiro, tem por objetivo apresentar os resultados das análises realizadas sobre os impactos derivados das variações do limite de costa sob urbanização que se consolidou na Praia do Saco, a partir da delimitação dos limites de costa entre os anos de 2015 a 2018.

2 METODOLOGIA

Setorizou-se a Praia do Saco em 02 segmentos: o primeiro refere-se ao extremo leste, com face direta para o mar; e o segundo, no extremo oeste localizando-se no estuário do Rio



Piauí/Real. Tornou-se necessário essa divisão devido aos diferentes processos no período de referência adotado, necessitando analisá-los individualmente.

Para essa análise foram utilizadas as imagens do Landsat 8, selecionando o sensor OLI, utilizando as bandas verde (B3), infravermelho próximo (B5) e pancromática (B8), na órbita/ponto 215/68, referente aos anos de 2015 a 2019.

O programa utilizado para processamento das imagens foi o QGIS 2.18.16. A partir do qual foi delimitado a área e utilizado o cálculo de *Índice de diferença normalizada da água* (NDWI) que tem a finalidade de diferenciar os corpos hídricos de área continental, sendo possível calcular a variação da linha de costa.

O NDWI é obtido através das bandas verde (B3) e a banda infravermelho (B5):

$$\text{NDWI} = (B3 - B5) / (B3 + B5)$$

Com os dados obtidos pela fórmula NDWI, foi realizado o cálculo de diferenciação de terra e água através da seguinte fórmula:

$$(\text{NDWI} \leq 0) = 1 \text{ OR } (\text{NDWI} \geq 0) = 2$$

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A localização geográfica da Praia do Saco lhe confere naturalmente elevada mutabilidade na dinâmica sedimentar, pois está sob influência tanto dos processos deposicionais dos rios Piauí/Real, devido a redução da capacidade e competência, como também das oscilações do nível do mar, conferida pelos movimentos eustáticos (figura 1).

Figura 1: mapa dos focos de urbanização na Praia do Saco (2019) com destaque para a variação da linha de costa de Jan/2015 a Jan/2019.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

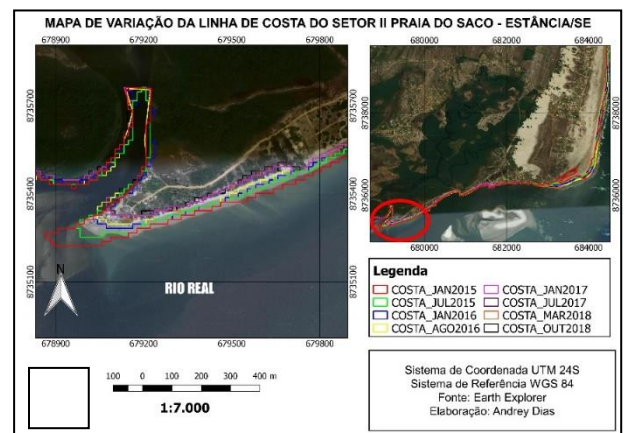
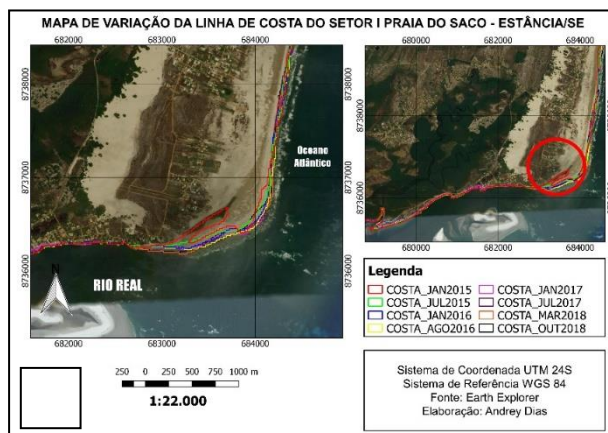
GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020



Fonte: Autores, 2019. Imagem de satélite: Google Earth Satellite, 2019.

No intervalo de tempo adotado como período de referência, 2015 a 2018, foi constatado significativa variação dos limites da linha de costa e na margem esquerda da desembocadura dos rios Piauí/Real. Essa variação tornou-se principal vetor de destruição de construções muito próximas a linha de costa, tanto residenciais quanto comerciais.



Fonte: Autores, 2019. Imagem de satélite: Google Earth Satellite, 2019.

No setor I (figura 2-A), houve predominância dos processos deposicionais no período de referência. Apesar da predominância de deposição sedimentar, não representa área passível de ocupação, pois são sedimentos de estrutura inconsolidada. No setor II, entretanto (figura 2-B), houve predominância dos processos erosivos sobre o continente.

Figura 2: A) mapa com destaque para a variação dos limites da linha de costa no setor I; B) mapa com destaque para a variação da linha de costa no setor II.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

A urbanização em área de preservação permanente, além de infringir as leis ambientais que regulam os usos possíveis para zonas vulneráveis, confere ao ecossistema muitos impactos negativos (tabela 1).

Tabela 1: principais impactos resultantes da urbanização na zona costeira.

Descarte e acúmulo de lixo	A produção de lixo residencial e comercial na Praia do Saco não tem destinação correta, havendo evidências de descarte na praia e no oceano.
Contaminação dos cursos adjacentes	Devido a ausência de saneamento básico, o despejo de efluentes provenientes da urbanização adjacente é destinado direto nos cursos fluvio-marinho.
Risco ao turismo	Por se tratar de destinação turística, seu uso fica comprometido pelos níveis de contaminação das águas.
Perda de patrimônio histórico-cultural	A construção de novos símbolos culturais na faixa litorânea é inviável. Estuda-se a realocação dos patrimônios já construídos para áreas mais seguras.
Risco ao meio ambiente	Devido a sua vulnerabilidade aos processos urbanos, o meio ambiente entra em estado acelerado de degradação. A falta de ações que visem sua recuperação a longo prazo com posterior proteção, pode resultar em impactos irremediáveis.
Risco ao homem	Os problemas ambientais resultantes da urbanização em ambiente frágil, não ameaça somente ao ecossistema, mas também ao próprio homem. Isso porque muitas dessas ameaças tornam-se



também ameaça ao próprio homem, inviabilizando sua utilização.

Fonte: Autores, 2019.

4 CONCLUSÕES

A dinamicidade da variação da linha de costa na Praia do Saco a inviabiliza para urbanização. A exposição dos problemas urbanos explicita a necessidade eminente de implantar estudos sobre a dinâmica costeira previamente à sua utilização para fins urbanos. As perdas resultantes não afetam somente aos moradores, mas meio ambiente, que é forçado a se readaptar diante das ações tomadas pelo homem que interferem nos processos naturais.

REFERÊNCIAS

DE ANDRADE MEIRELES, A. J. *et al.* INTEGRAÇÃO DOS INDICADORES GEOAMBIENTAIS DE FLUTUAÇÕES DO NÍVEL RELATIVO DO MAR E DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO LITORAL CEARENSE. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 4, n. 8, p. 109-134, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DA ZONA COSTEIRA DO BRASIL: ELEMENTOS PARA A GEOGRAFIA DO LITORAL BRASILEIRO**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

NEVES SANTOS, P.H. *et al.* **DEBATE DA EXPANSÃO URBANA SOBRE A DINÂMICA COSTEIRA NO LITORAL SUL DE SERGIPE**. In: Geografia física e as mudanças globais. Editora UFC. 2019.

VILAR, José Wellington Carvalho. ARAÚJO, Hélio Mário de. **TERRITÓRIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO NO LITORAL SERGIPANO**. São Cristóvão : Editora UFS, 2010.



ANÁLISE GEOLÓGICA E GEOMORFOLÓGICA DOS SETORES DE ESCALADA EM ROCHA, NO ESTADO DO PARANÁ

Ricardo Letenski¹; Maria Ligia Cassol Pinto²

*Universidade Estadual de Ponta Grossa -ricardoletenski@uepg.br¹
Universidade Estadual de Ponta Grossa- ligialhc@gmail.com²*

1 INTRODUÇÃO

A escalada em rocha é uma das especialidades do montanhismo. Entendida como a:

“Prática esportiva e de lazer que se caracteriza pela ascensão em obstáculos íngremes com diferentes graus de dificuldade e tempos de duração, utilizando equipamentos e técnicas específicas. O termo “escalada” abrange as seguintes atividades e suas práticas derivadas: escalada em rocha (esportiva e tradicional); escalada em gelo e neve; bouldering e escalada em muros artificiais” (CBME, 2013, p.7).

As modalidades de escalada em rocha variam em função: das técnicas utilizadas (aderência, em agarras, fendas e chaminés), dos tipos de proteções para segurar quedas (fixa e/ou móvel), dos estilos de escalada (artificial e/ou em livre) e das extensões das vias (DAFLON, 2016).

As vias de escalada são, normalmente, registradas em croquis, que contêm uma série de informações relevantes aos escaladores, como: os nomes das vias, as posições e os tipos de proteções, aspectos das rochas, graus de dificuldade, entre outros. Um guia de escalada é um livro, que reúne croquis, mapas, fotografias e informações sobre uma área ou região equipada para a prática dessa atividade esportiva. Esses podem ser analisados geograficamente, pois fornecem um registro espacial da escalada.

A prática de escalada em rocha apresenta uma ampla manifestação no território paranaense, localizados em variados compartimentos geomorfológicos e afloramentos rochosos, onde foram identificados cerca de 30 setores de escalada, alguns equipados com centenas de vias.

Comumente as áreas de escalada apresentam paisagens singulares do ponto de vista estético, científico e ambiental. No caso da escalada em rocha, a atividade esportiva é estritamente dependente das características geológicas e geomorfológicas da paisagem, pois



as diferentes técnicas, estilos e níveis de dificuldade, em geral, dependem de elementos da geodiversidade, como: litologias, estruturas e feições de relevo.

Embora a maioria dos guias de escalada mencionem o tipo de litologia e a compartimentação geral do relevo, essas informações não foram agrupadas e analisadas sistematicamente, no âmbito do território paranaense. Este trabalho faz parte da investigação exploratória, do projeto de pesquisa intitulado: “Valores da paisagem, nos setores de escalada em rocha, na Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana, no Paraná”, que está inserido no curso de mestrado em Gestão do Território, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O presente estudo tem por objetivo analisar os diferentes setores de escalada em rocha no Estado do Paraná, em função das características da geodiversidade, presentes nos mapeamentos geológicos e geomorfológicos do referido Estado. Incluem-se também: a) investigar as relações entre os tipos de proteções utilizados na escalada, os graus de dificuldade dos percursos de escalada e os tipos de litologias; b) identificar os tipos de litologias e compartimentos do relevo na área de estudo; c) analisar quantitativamente os dados referentes aos guias de escalada.

2 METODOLOGIA

Para este trabalho buscou-se compilar informações registradas nos guias de escalada, como: toponímias, graus de dificuldade, localizações e tipos de proteções. Os mapeamentos geológicos e geomorfológicos foram obtidos na página do Instituto Terra e Água (IAT), em formato vetorial, na escala de 1:250.000. Em seguida, as localizações dos setores de escalada foram sobrepostas aos temas: Unidades morfoestruturais e morfoesculturais, subunidades morfoesculturais e unidades geológicas. Essa sobreposição resultou em mapas temáticos e numa tabela de atributos dos setores de escalada, com os temas citados acima. Os dados foram processados no QGIS 3.10. E por fim, os dados obtidos no levantamento dos setores de escalada resultaram em 1089 vias, que foram organizados por setor, tipos de proteções, graus de dificuldade, litologias, e subunidades morfoesculturais. Os dados foram selecionados e organizados no Microsoft Excel 2016, para obtenção valores e gráficos de porcentagem.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relevo paranaense foi subdividido por Maack (1969), em 5 compartimentos geomorfológicos, que consideram as influências da litologia, a saber: a) Baixada litorânea, b) Serra do Mar, c) Primeiro Planalto, d) Segundo Planalto e e) Terceiro Planalto.

A Baixada Litorânea e o Terceiro Planalto não apresentam grandes oportunidades de escalada, em contraste com aquelas dos Blocos Soerguidos da Serra do Mar e do Primeiro Planalto, esses pertencentes a porção de rochas mais antigas do Estado, no denominado Escudo Paraense, sustentados por granitos que representam (30%) das 1089 vias consideradas.

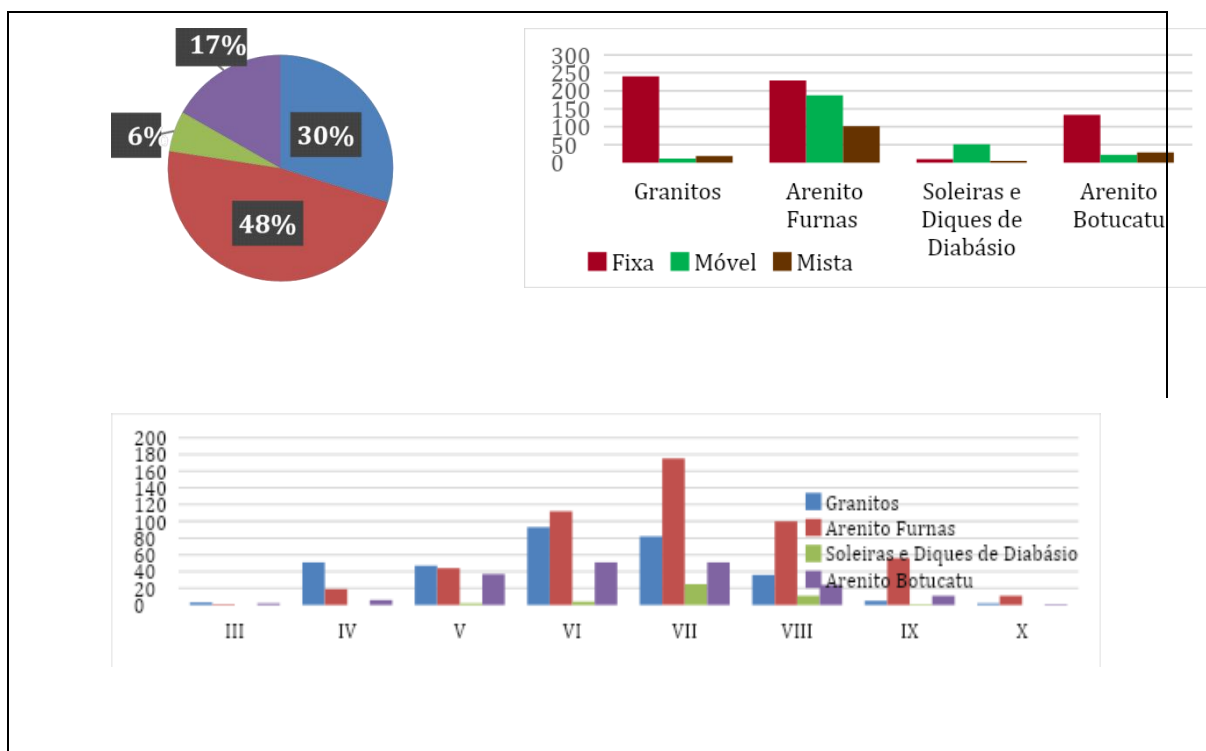
O Segundo Planalto concentra a grande maioria do número de vias de escalada, separadas nas seguintes subunidades: Nos Planaltos de São Luiz do Purunã, de Ponta Grossa e de Jaguariaíva, as escaladas ocorrem ao longo da Escarpa Devoniana, situada na borda leste da Bacia do Paraná e sustentada pelos arenitos fluviomarinheiros da Formação Furnas, que representam (47%) das vias de escalada analisadas. Nos Planaltos de Santo Antônio da Platina, Planalto de Ortigueira e Planaltos Residuais da Formação Serra Geral, na transição para o Terceiro Planalto, os arenitos eólicos Triássicos da Formação Botucatu representam (17%) das vias, seguidos pelos Diques e Soleiras de Diabásio, que representam (6%) das mesmas (ver GRAF. 1- a).

. Combinando as litologias com os graus de dificuldade em escalá-las (ver GRAF. 1- c), os granitos apresentam o seu pico de dificuldade no grau VI, seguido de VII e IV. Apresentando, de uma maneira geral, vias com graduação fácil à intermediária, com poucas vias difíceis e muito difíceis. O Arenito Furnas apresenta o seu pico de dificuldade no grau VII seguidos de VI e VIII. Apresentando de uma maneira geral vias com graduação intermediária, com menos vias fáceis do que difíceis e muito difíceis. O Arenito Botucatu apresenta o seu pico de dificuldade nos graus VI e VII seguidos de V e VIII. Apresentando, de uma maneira geral, vias com graduação intermediária, com um equilíbrio entre vias fáceis e difíceis. As Soleiras e Diques de Diabásio apresentam o seu pico de dificuldade no grau VII seguidos de VIII e VI. Apresentando de uma maneira geral vias com graduação intermediária, com menos vias fáceis do que difíceis.



As proteções fixas predominam nos granitos, Arenito Furnas e Botucatu e as proteções móveis nas Soleiras, Diques de Diabásio e no Arenito Furnas. Esse último, ainda, concentra a maioria das vias mistas (ver GRAF. 1- b).

GRÁFICO 1 – Vias de escalada por: Litologia, Tipos de Proteções e Graus de dificuldade



a) Vias de escalada por: Litologia

b) Vias de escalada por: Tipos de Proteções

c) Vias de escalada por: Graus de dificuldade

Fonte: o Autor

4 CONCLUSÕES

Verificou-se, que embora a maioria das vias de escalada, cerca de (70%) delas, concentrem-se no 2º Planalto. Essas encontram-se nas transições do relevo e das unidades geológicas. A litologia na qual a escalada ocorre interfere, diretamente, nas técnicas e graus de dificuldade da escalada e, portanto, na escolha do lugar onde prefere-se escalar. A análise



destes permitirá compreender melhor as características geológicas e geomorfológicas da escalada no Paraná.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. L. P. **As Montanhas do Marumbi**. Curitiba: Edição do autor, 2008. 480 p.

AZEVEDO, Ú. R. Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO. 2007. 221 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BARROS, F. L. B.; MASSUQUETO, L. P. **Guia de escalada em rocha: Ponta Grossa, Paraná**. Curitiba: Marumby, 2010. 76 p.

CASTANHARO, G. **Guia de escalada em rocha: Pico Tucum**. Curitiba, PR : Marumby Editora, 2019. 39 p.

CBME – Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada. Manejo da Visitação em Áreas Naturais – Conceitos para o Planejamento. Disponível em: <<http://www.cbme.org.br/novo/wp-content/uploads/2017/01/FEMERJ-MAN-2013-01-Manejo-e-Monitoramento-jun2013.pdf>> Acesso em: 01 de setembro de 2020.

DAFLON, F.; DAFLON, C. **Escale melhor e com mais segurança**. Rio de Janeiro: Companhia da Escalada, 2017. 336 p.

FARIA, A. P. **Montanhismo brasileiro: paixão e aventura**. Rio de Janeiro: Publit, 2006. 262 p.

GRAY, M. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**. New York: John Wiley & Sons. 2004. 434p.

HARTMANN, J.L. **Marumbi: Guia de Escalada e Introdução a História do Montanhismo**. Curitiba: Marumby Editora, 2007. 130 p.

IAT - Instituto Água e Terra. Dados e Informações Geoespaciais Temáticos. Disponível em: <<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Dados-e-Informacoes-Geoespaciais-Tematicos>> Acesso em: 08 de outubro de 2020.

MAACK, R. Geografia Física do Estado do Paraná. 4. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2012. 526 p.

MICROSOFT- Microsoft 365. Disponível em: < <https://www.office.com/>> Acesso em: 22 de outubro de 2020.

MONTANHISTAS DE CRISTO. Croquiteca: croquis de trilhas e vias de escalada.

Disponível em: <http://www.montanhistasdecristo.com.br/croqui.htm>> Acesso em: 01 de junho de 2020.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

QGIS - Baixe o QGIS para a sua plataforma. Disponível em:

<https://www.qgis.org/pt_BR/site/forusers/download.html> Acesso em: 18 de outubro de 2020.

ROMANIUK, A.; ALVES, J.M. **Guia de Escalada do Morro do Canal**. Quatro Barras: Marumby Editora, 2013. 80 p.

SHARPLES, C. **Concepts and principles of geoconservation**. Tasmania: Tasmanian Parks & Wildlife, 2002.

ZIPPIN NETO, D.; FRANZEN, R. **Guia de Escalada em Rocha: Morro do Anhangava**. Curitiba: Marumby Editora, 2003. 112 p.



ALTERAÇÕES NA REDE DE DRENAGEM DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ARROIO MOREIRA - 1953 A 2015

Rodrigo de Oliveira Siqueira¹; Adriano Luís Heck Simon²

Universidade Federal de Pelotas-rodriogeo2009@yahoo.com.br¹

Universidade Federal de Pelotas-adriano.simon@ufpel.edu.br²

1 INTRODUÇÃO

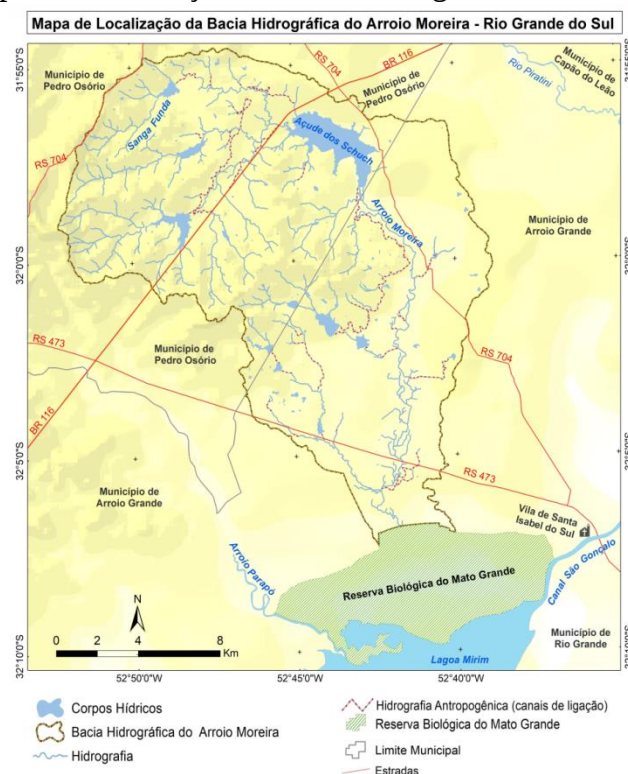
A prática da irrigação se expandiu no Brasil a partir da década de 1970, por causa das características físico-climáticas favoráveis e pelos incentivos governamentais, principalmente o Programa Próvárzeas. Programa que visava à utilização econômica das várzeas em todo país, através de financiamentos de obras de drenagem e irrigação no setor agrícola (BRASIL, 1983).

Segundo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (2012), o crescimento exponencial da irrigação fomentado pelo Próvárzeas, possibilitou a utilização de aproximadamente 1 milhão de hectares de solos de várzeas e beneficiou 40 mil produtores. Entretanto, conseqüentemente geraram grandes passivos ambientais por ocuparem áreas protegidas (SBPC, 2012).

Conforme a SEMA-RS (2020), a Bacia Hidrográfica do Arroio Moreira está inserida no sistema de Bacias Hidrográficas da Lagoa Mirim-Canal São Gonçalo, tendo em vista que os municípios de Arroio Grande e Pedro Osório possuem todo seu território inserido no referido sistema. A Bacia do Arroio Moreira possui 279,07 km², dos quais 128,75 km² (46%) estão no município de Arroio Grande e 150,32 km² (54%) no município de Pedro Osório. A Bacia Hidrográfica do Arroio Moreira também é a principal bacia que deságua somente na Reserva Biológica do Mato Grande (Figura 1).



Figura 1 – Mapa de Localização da Bacia Hidrográfica do Arroio Moreira.



Fonte: elaborado pelo autor.

A partir da concepção sistêmica em bacias hidrográficas, verifica-se uma relação direta da bacia com as áreas úmidas que ocorrem na região de foz da bacia. Onde ocorre a entrada de energia e matéria principalmente através dos cursos d'água, sendo fundamental para manutenção da biodiversidade dessas áreas. Portanto, pretende-se nesse estudo, analisar as alterações que ocorreram na rede de drenagem da bacia hidrográfica do Arroio Moreira, entre os anos de 1953 e 2015, para compreender a configuração dos canais, considerando o modo de como os sistemas de produção agrícolas interagem com o ambiente.

2 METODOLOGIA

Para analisar as alterações na rede de drenagem da Bacia Hidrográfica, a metodologia utilizada prosseguiu em três etapas: (I) Levantamento, obtenção e organização das bases cartográficas; (II) Elaboração dos Mapas Hidrográficos – cenários de 1953 e 2015; (III) análise das alterações.



A Base cartográfica tem dados obtidos no acervo técnico da Agência da Lagoa Mirim, com 88 fotografias aéreas dos anos de 1953 (Faixas de vôo 434-A e B, 442-C e D) e 1964 (Faixas de vôo de AB-I a AB-V) em escala 1:20.000. Com base nos pares estereoscópicos (anaglifos) e através de técnicas de estereoscopia foram mapeados elementos morfohidrográficos, como canais fluviais, corpos hídricos e as feições com interferência antrópica. As Imagens de satélite obtidas geradas pela Digital Globe (ano 2015) obtidas do Google Earth, com escala estimada de precisão em 1:25.000, possibilitaram atualizar a rede de drenagem do mapeamento anterior. A simbologia utilizada nos mapas deriva de adaptações das propostas de Christofolletti (1980) e Verstappen & Zuidan (1975), à representação de feições morfohidrográficas e antropogênicas à análise da rede de drenagem na bacia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No mapa do cenário de 1953 (mapeamento mais próximo das condições originais do ambiente) já é possível observar alterações significativas na rede de drenagem, como barramentos e a retificação de canais fluviais (608,84 km de canais antropogênicos, vinculados à cultura do arroz irrigado). O Arroio Moreira é o curso principal da bacia hidrográfica e seus tributários possuem diversas alterações antropogênicas, como o expressivo barramento denominado de “Açude dos Schuch”, além de outros barramentos/represamentos voltados ao uso agropecuário (Figura 2; Quadro 1).

No mapa do cenário de 2015 (mais recente) é possível observar a redução da densidade de canais fluviais naturais (diminuição de 209,7 km de canais fluviais das duas classes), a expansão dos canais antropogênicos (aumento de 56,61 km em canais de irrigação) e da área ocupada pelos corpos hídricos decorrentes de barramentos (ampliação de 6,06 km²) (Figura 2; Quadro 1).

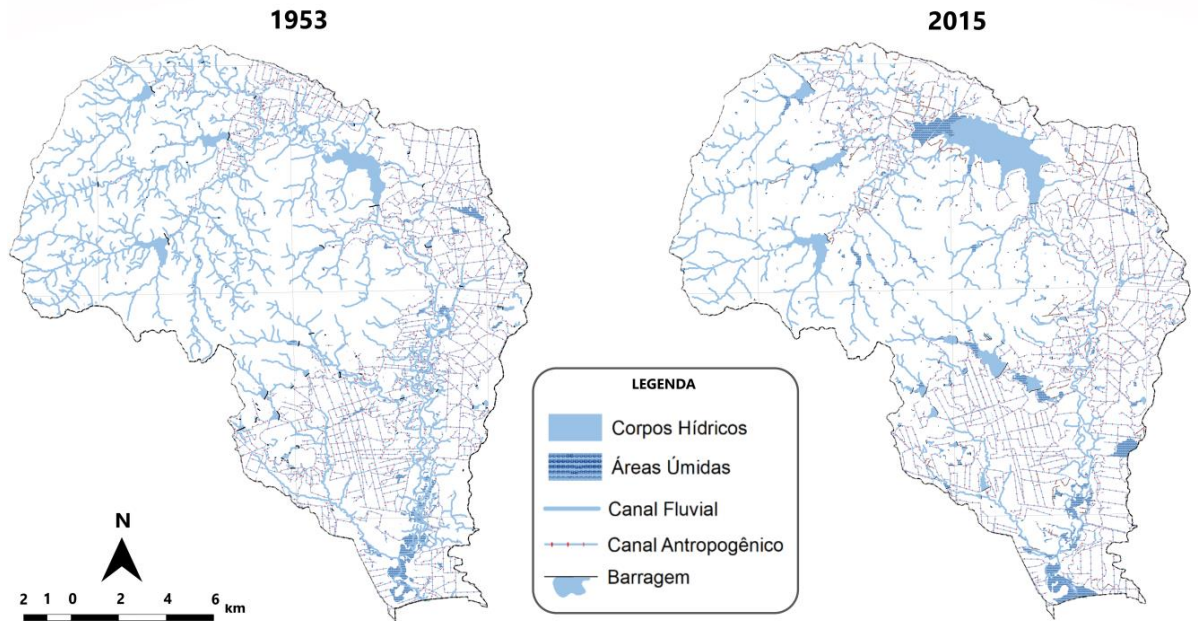
Figura 2: Mapa hidrográfico da Bacia do Arroio Moreira de 1953 e 2015.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020



Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 1: Extensão da rede de drenagem da Bacia do Arroio Moreira

Classes	Extensão (km e km ²)		Variação
	1 1953	2 2015	
Canais Fluviais em compartimento de fundo de vale com perfil transversal em “V”	5 8,47 km	3 9,48 km	- 18,99 km
Canais Fluviais em compartimento de fundo de vale com perfil transversal plano	4 14,49 km	2 23,78 km	- 190,71 km
Canais Antropogênicos	6 08,84 km	6 65,45 km	+5 6,61 km



Corpos Hídricos	5 ,32 km ²	1 1,38 km ²	+6 ,06 km ²
-----------------	--------------------------	---------------------------	---------------------------

Fonte: elaborado pelo autor

4 CONCLUSÕES

A área de estudo está inserida no Bioma Pampa, e os mapeamentos permitiram observar a conversão dos cursos d'água presentes nos campos nativos em canais antropogênicos dos sistemas de monocultura agrícola (cultura do arroz irrigado). Tal fato influencia direta e indiretamente no declínio da biodiversidade desses ambientes, principalmente das áreas úmidas e na Reserva Biológica do Mato Grande, para onde essa rede de drenagem converge a partir da foz do Arroio Moreira. Portanto, a análise das alterações da rede de drenagem mostra-se com importante indicador espaço-temporal de alterações ambientais em bacias hidrográficas.

REFERÊNCIAS

ALBA, J. M. F. et al. **Sustentabilidade socioambiental da bacia da Lagoa Mirim**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2010.

BRASIL. Decreto nº 86.146, de 28/06/1981, Dispõe sobre a criação do Programa Nacional para Aproveitamento de várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS NACIONAL. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86146-23-junho-1981-435419-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL (Ministério da Agricultura). PROVÁRZEAS Nacional: 1 hectare vale por 10 (PROVÁRZEAS: Informação Técnica 2). Brasília: Secretaria Nacional de Produção Agropecuária, 1983. 199 p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

LOPES, A.L.O.; SPIRONELLO, R.L.; SIMON, A.L.H. **Dinâmica de cobertura e uso da terra e as intervenções na rede de drenagem da bacia do Arroio Sanga Funda (Rio Grande do Sul - Brasil)**. Geografia – Rio Claro. v. 42, n. 01, p. 23-38, 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA (SEMA-RS). Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo. Porto Alegre: Departamento de Recursos Hídricos Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/1040-bacia-hidrografica-da-lagoa-mirim-e-do-canal-sao-goncalo>



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). **O código florestal e a ciência: contribuições para o diálogo.** São Paulo: SBPC/Academia Brasileira de Ciências, 2012. 124 p.

VERSTAPEN, H. T; ZUIDAM, R. A. **System of geomorphological survey, ITC Textbook,** International Institute for Aerial Survey and Earth Sciences (ITC), vol. VII, Netherlands: Enschede, 1975, 52 p.

SPIERING, V. **Análise das alterações de cobertura e uso da terra e conflitos ambientais na bacia hidrográfica do Arroio Moreira: subsídios para a definição da zona de amortecimento da REBIO Mato Grande (RS).** 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.



CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR DA ÁREA DA EMPRESA DA PEDREIRA MUNICIPAL LTDA (EMPEM) - CAPÃO DO LEÃO/RS: SUBSÍDIO AO GEOTURISMO

Tiago das Neves Ribeiro¹; Adriano Luís Heck Simon²

Universidade Federal de Pelotas-tiago_nrbeiro@hotmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas-adrianosimon@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

A Geodiversidade é definida como a variedade de fenômenos naturais e processos ativos que dão origem a minerais, fósseis, solos, rochas, paisagens, e outros depósitos superficiais que juntos constroem a base para a vida na Terra (GRAY, 2004).

O geopatrimônio, apresentado por Sharples (2002), constitui-se nos componentes da geodiversidade com importância para a humanidade por razões outras que não a extração de recursos, e cuja preservação é desejável para as atuais e futuras gerações. Figueiró, Vieira, Cunha (2013) salienta que os locais onde o geopatrimônio pode ser identificado são chamados de Geossítios, que segundo Brilha (2005) são locais de ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade.

Para Sharples (2002), os geossítios devem possuir algum tipo de valor aos seres humanos que forneça evidências científicas da evolução da Terra, proporcionando locais onde se possibilite além da investigação e educação, recursos de lazer e turismo. Dessa forma, as feições antropogênicas presentes nos geossítios em áreas de mineração estão de acordo com as condições propostas por Sharples (2002), e assim, possibilitam ações de geoconservação, baseadas na aplicação da abordagem antropogeomorfológica para a sua caracterização e valorização.

Segundo Sharples (2002), a geoconservação possui o objetivo de preservar a diversidade natural (geodiversidade) de significativos aspectos e processos geológicos (substrato), geomorfológicos (formas de paisagem) e de solo, mantendo a evolução natural (velocidade e intensidade) desses aspectos e processos.

Para López-García et al. (2011), as atividades de extração mineral não devem ser vinculadas apenas à descaracterização de áreas naturais. No que diz respeito à interpretação ambiental, áreas de mineração possuem elementos naturais e culturais que fornecem as bases



para o desenvolvimento do geoturismo (VON AHN, 2018). Hose (2000) considera o geoturismo como o incentivo a meios interpretativos, que resultem na aproximação do turista dos conhecimentos sobre um sítio geológico ou geomorfológico, tornando a visita mais que uma simples apreciação estética da paisagem, assegurando sua conservação para o uso de estudantes e turistas.

O Capão do Leão possui a mineração de rocha granítica como característica tradicional, sendo também fortemente reconhecido como fornecedor de matérias primas e minerais de uso para construção civil em toda a região sul do estado do Rio Grande do Sul (CRUZ, 2011). Dentre as diversas empresas de mineração vigentes no Capão do Leão, uma delas pertencia a Prefeitura Municipal de Pelotas. A Empresa da Pedreira Municipal - EMPEM teve o início de suas atividades no início da década de sessenta e seu encerramento em 2007, deixando assim, uma cicatriz aberta no meio da área urbana do município.

Tendo em vista os elementos e processos naturais expostos dentro da área de mineração desativada da EMPEM, considera-se necessária a elaboração de um diagnóstico ambiental da área como um primeiro passo na proposição de um local que possa ser utilizado geoturisticamente. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo a análise e caracterização da área da Empresa da Pedreira Municipal LTDA EMPEM, como suporte para a proposta de um diagnóstico ambiental visando a necessidade de um aproveitamento geoturístico.

2 METODOLOGIA

Para a estruturação do mapeamento inicial do presente trabalho foi utilizado o *software ArcGis 10.2* licenciado pelo Laboratório de Estudos Aplicados em Geografia Física, LEAGEF (ARCGIS PRO, 2020). Primeiramente, para identificar e delimitar a área de estudo, foram utilizados dados geográficos oriundos do memorial descritivo disponibilizado pelo Departamento de Meio Ambiente do Capão do Leão. A partir disso, foram listadas as coordenadas geográficas de cada vértice da área através do *Microsoft Excel* e posteriormente importadas para o *ArcGis*. Assim, através da ferramenta *Export Data*, gerou-se um *shapefile*, e para a realização do polígono da área utilizou-se a ferramenta *Point to Polygon*.



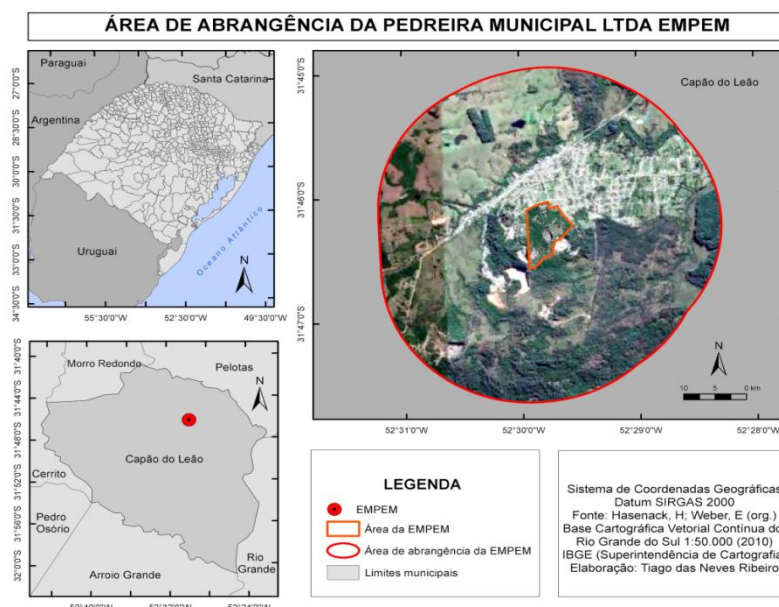
Para a delimitação da área de abrangência da EMPEM, foi utilizada a ferramenta *buffer*, onde foram realizados testes de 1km, 1,5km e 2km. O *buffer* nesse caso serve como base para evidenciar o avanço da área urbana ao redor da área em estudo com o decorrer do tempo, de forma a confirmar o motivo pela desativação da mesma. Para a delimitação da área de abrangência optou-se pelo *buffer* de 2km em função deste abranger toda a extensão da parte urbanizada do Capão do Leão, sendo esta a mais antiga e com maior relação com a mineração de granito.

A partir do *buffer* definido também serão realizados os mapeamentos de cobertura e uso da terra a fim de evidenciar a evolução do núcleo urbano no entorno da área de mineração desativada. Foi utilizada como base uma imagem de satélite obtida através do *software Google Earth Pro 7.3*, o vetor em forma de polígono da área de abrangência foi importado para o *Google Earth* para então ser realizada a captura da área em estudo, por fim, no *software Arcgis*, a imagem foi importada e georreferenciada através da ferramenta *georeferencing*.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da metodologia supracitada, foi possível a elaboração do mapa de localização da área da Empresa da Pedreira Municipal LTDA EMPEM (Figura 1).

Figura 1: Área de abrangência da Pedreira Municipal LTDA EMPEM





Fonte: Autor

O empreendimento era caracterizado pela exploração de rocha granítica, compreendendo operações de lavra na forma de rocha britada classificada de acordo com as normas para comercialização, e além disso a EMPEM aproveitava o material terroso (saibro) para a ser utilizado em estradas e aterros (BAZILI, 2003).

Com a crescente evolução do núcleo urbano, as detonações realizadas pela EMPEM começaram a gerar transtornos à população urbana do município. Diversos relatos da população mostravam que manter a pedreira ativada era de fato perigoso (BAZILI, 2003). Desse modo, em 2007, durante o governo Edmar Fetter, a Prefeitura de Pelotas encerrou as atividades de extração na região, deixando assim, uma cicatriz aberta no meio da área urbana. Com o encerramento das atividades, a área urbana do município do Capão do Leão se expandiu ao redor do espaço onde se localiza a EMPEM, fazendo com que um possível retorno das atividades de extração se tornasse inviáveis.

De acordo com o portal Jornal Tradição (2020), em janeiro de 2020, 37 anos após a emancipação política do município do Capão do Leão, a atual Prefeita de Pelotas Paula Mascarenhas concedeu ao município a área da EMPEM, assinando um termo de cessão de uso da área pelos próximos 30 anos. Dessa forma, a área da pedreira, que abrange 0,36km², se tornou totalmente disponível para o aproveitamento turístico e com potencial geoturístico decorrente dos fatos históricos, do acervo arquitetônico e das morfologias antropogênicas criadas pela atividade de mineração.

4 CONCLUSÕES

De acordo com López-García (2011), as áreas de mineração possuem um papel fundamental de desvendar objetos geológicos e geomorfológicos, que em condições naturais, dificilmente seriam visualizados, podendo também ajudar na interpretação de eventos naturais que ocorreram no passado. Dessa forma, conclui-se que, a área de mineração desativada da EMPEM possui grande potencial geoturístico, fazendo com que a proposta de um local que possa ser utilizado geoturisticamente se faça necessário. A caracterização e delimitação inicial



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

realizadas possibilitarão a estruturação de um banco de dados geográfico que irá subsidiar o diagnóstico ambiental para fins de aproveitamento geoturístico.

REFERÊNCIAS

ARCGIS PRO. Resample (Data Management), 2020. Disponível em: <<https://pro.arcgis.com/en/pro-app/tool-reference/data-management/resample.htm>> Acesso em 20 de Setembro de 2020.

Área da EMPEM é cedida a Capão do Leão. Jornal Tradição Regional, Pelotas, 8 jan. 2020. Acessado em: 20 set. 2020. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/capao-do-leao/geral/area-da-empem-e-cedida-a-capao-do-leao/>

BAZILI, Fábio Enri Ugoski. **O Convívio entre as Atividades Mineradoras da Empem e o Espaço Urbano de Capão do Leão.** Pelotas, Monografia de Conclusão de Curso, UFPel, 2003.

BRILHA, J. **Património Geológico e Geoconservação: a Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica.** 1. ed. Viseu: Palimage, 2005. v. 1. 190p.

CRUZ, Ricardo Decker da. **Análise espacial da degradação ambiental no município de Capão do Leão, RS - Brasil.** 2011. 125 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

FIGUEIRÓ, A. S.; VIEIRA, A. B.; CUNHA, L. **Patrimônio geomorfológico e paisagem como base para o geoturismo e o desenvolvimento local sustentável.** CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem, v. 8, n. 1, p. 49-81. 2013.

Gray, M. 2004. **Geodiversity: Valuing and conserving abiotic nature.** Londres: John Wiley & Sons Ltd., 434p.

Gray, M. 2008. **Geodiversity: a new paradigm for valuing and conserving geoheritage.** Series Geoscience Canada, 35 (2): 51-59.

HOSE, T. **Geoturismo europeo: Interpretación geológica y promoción de la conservación geológica para turistas.** In: BARRETINO, W. A. P.; GALLEGOS, E. (Org.) Patrimonio geológico: conservación y gestión. Madrid: Instituto Tecnológico Geominero de España, 2000. p. 137-159.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

LÓPEZ-GARCIA, J. A.; OYARZUN, R.; ANDRÉS, S. L.; MARTÍNEZ, J. I. M. **Scientific, Educational, and Environmental Considerations Regarding Mine Sites and Geoheritage: A Perspective from SE Spain**. *Geoheritage*, v. 3, p. 267-275, 2011

MADEIRA, J. **Prefeitos discutem área da pedreira**. *Diário Leonense*, Capão do Leão, 12 jul. 2014. Acessado em: 20 set. 2020. Disponível em: <http://www.diarioleonense.com/2014/06/prefeitos-discutem-area-da-pedreira.html>

SHARPLES, C. **Concepts and Principles of Geoconservation**. Pdf document, Tasmanian Parks & Wildlife, Service Website, 2002.

VON AHN, Maurício Mendes. **Análise Antropogeomorfológica em Geossítio da História da Mineração: estudo nas Minas do Camaquã – RS**. 2018, 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.



ORGANIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA EM ESCALA 1:25.000 PARA IDENTIFICAÇÃO DAS QUEDAS D'ÁGUA DE PELOTAS E ARROIO DO PADRE (RS)

Victória Dejan Paganotto¹; Adriano Luís Heck Simon²

Universidade Federal de Santa Maria-vic_paganotto@hotmail.com¹

Universidade Federal de Santa Maria-adrianosimon@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

Os documentos cartográficos caracterizam-se como instrumentos fundamentais nas tomadas de decisões relacionadas ao planejamento ambiental, urbano e rural. As cartas, os mapas e a interpretação dos mesmos também auxiliam na solução de problemas vinculados ao desmatamento, gerenciamento de recursos hídricos e demografia, por exemplo (VERGARA et al., 2002).

Entretanto, em decorrência dos impasses enfrentados pelas instituições públicas envolvidas em ações relacionadas a cartografia, os pesquisadores e profissionais deparam-se com a carência de documentos cartográficos em maiores escalas, que hoje, podem ser gerados com auxílio do geoprocessamento (ARCHELA; ARCHELA, 2008). A dificuldade da inserção de dados cartográficos com uma maior escala, ocorre também devido a morosidade no processamento e elaboração dos dados espaciais (ARCHELA; ARCHELA, 2008).

No Rio Grande do Sul, é possível adquirir a base cartográfica vetorial contínua na escala de 1:50.000, que contém dados relacionados a altimetria, hidrografia, manchas urbanizadas, sistema viário e o limite do estado. Os mesmos são oriundos da vetorização de 462 cartas da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército (DSG) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estão disponíveis de maneira gratuita aos pesquisadores e profissionais que trabalham com o processamento de dados espaciais (HASENACK; WEBER, 2010).

Também é possível obter informações espaciais da Secretaria do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul (SEMA), na escala de 1:25.000.

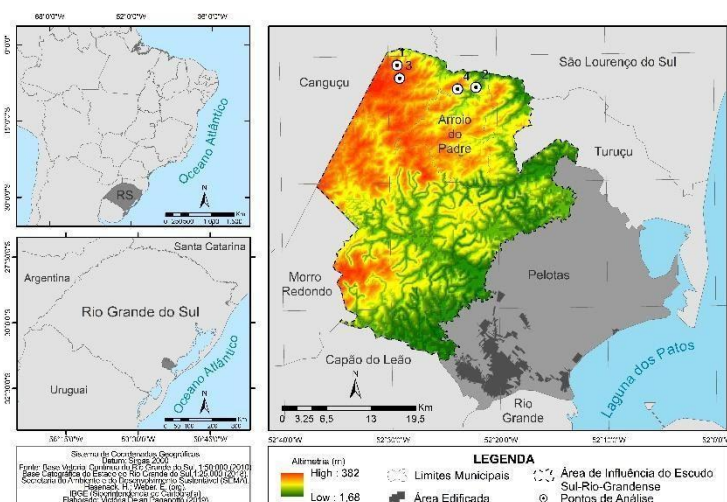


Entretanto, estão disponíveis apenas os vetores relacionados aos limites políticos administrativos, estrutura econômica, sistema de transporte e hidrografia (SEMA, 2018), sendo que a instituição não disponibiliza dados sobre as curvas de nível, que são essenciais para a elaboração de produtos cartográficos relacionados a altimetria e a morfometria. Os mesmos podem ser gerados a partir de uma imagem *Shuttle Radar Topography Mission* (SRTM), que auxilia na análise e na produção de dados cartográficos sínteses, como o Modelo Digital de Elevação do Terreno (MDT), o Mapa de Declividade, entre outros.

Nesse contexto, o presente trabalho, visa apresentar o processo de obtenção e organização das curvas de nível a partir de imagens do *Shuttle Radar Topography Mission* (SRTM), bem como a adequação da rede de drenagem oriunda da base cartográfica do estado do Rio Grande do Sul, disponibilizada pela SEMA. O mesmo diz respeito a um dos objetivos propostos para a realização da dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria que teve início em março de 2020 e visa identificar (através da álgebra de mapas) e promover quedas d'água com potencial geoturístico.

A área de estudo abrange o compartimento do Escudo Sul-Rio-Grandense nos municípios de Pelotas e Arroio do Padre (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de Localização da Área de Estudo





Apresenta aproximadamente 1018,95 km², e localiza-se sob as seguintes coordenadas geográficas: 31° 19' 29,607" S/ 31° 44' 15,602" S e 52° 36' 24,499" W/ 52° 12' 50,459" W.

2 METODOLOGIA

Para atender o objetivo proposto, realizou-se primeiramente a busca por bases cartográficas, no qual, na escala de 1:25.000 encontrou-se os dados referentes a hidrografia disponibilizados pela SEMA (2018). Como o trabalho, busca, posteriormente utilizar desses dados espaciais para a organização de dados secundários relacionados a morfometria, viu-se a necessidade de adquirir vetores relativos à altimetria, com o destaque para as curvas de nível.

Para a aquisição das mesmas, inicialmente, foi adquirida na plataforma *Earth Explorer* pertencente a *United States Geological Survey*, um recorte de imagem SRTM, com resolução espacial de 30 metros. Posteriormente realizou-se a suavização dos *pixels* através da ferramenta *Bilinear Interpolation* presente no *software ArcGis 10.2* – licenciado pelo Laboratório de Estudos Aplicados em Geografia Física da Universidade Federal de Pelotas – (ARCGIS PRO, 2020).

Após este processo o arquivo *raster* foi recortado com base na área de influência do Escudo Sul-Rio-Grandense para os municípios de Pelotas e Arroio do Padre, definida por Rehbein; Dutra (2020). Posteriormente com auxílio da ferramenta *Contour*, foram criadas as curvas de nível, com o espaçamento de 10 metros, após a geração das mesmas, com o objetivo de melhorar a qualidade estética fez-se o uso da ferramenta *Smooth Line*.

Por fim, com o auxílio da ferramenta *Basemap* também presente no *ArcGis* realizou-se a adequação da rede de drenagem às curvas de nível elaboradas a partir da imagem SRTM, uma vez que determinados vetores que dizem respeito a rede de drenagem não se enquadravam nas concavidades das curvas de nível. Também foi realizada a retirada de linhas geradas pela ferramenta *Contour* que não dizem respeito às curvas de nível.

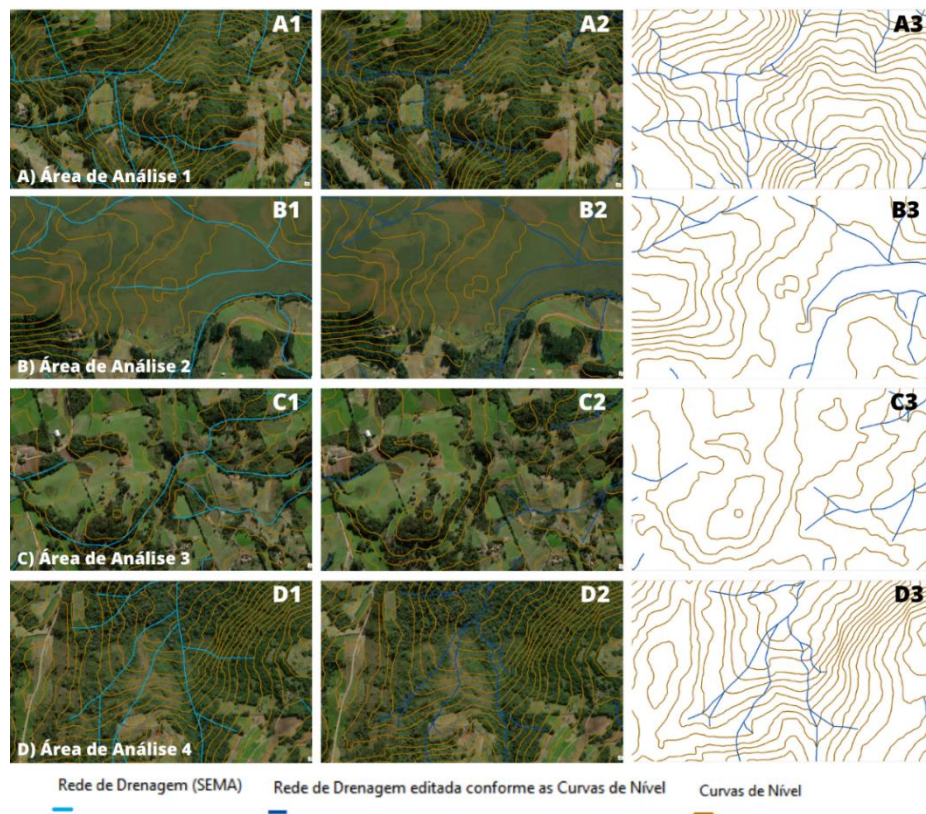
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a organização da base cartográfica, observou-se erros associados a diversos elementos, conforme é possível visualizar na Figura 2. A área de análise 1, exibiu, como visualiza-se na imagem A1, equívocos associados às concavidades, uma vez que



determinados vetores referentes aos cursos d'água estavam transpostos a curvas de nível convexas, que foram retificadas como é possível ver nas imagens A2 e A3. Já a área de análise 2, revelou erros associados aos limites naturais, pois o curso d'água ultrapassa um divisor de água, e não obedece às concavidades existentes no terreno.

Figura 2 – Processo de adequação da rede de drenagem às curvas de nível: A) Área de Análise 1 – Erro associado às concavidades; B) Área de Análise 2 – Erros associados aos divisores de água; C) Área de Análise 3 – Erro relacionado às concavidades e a vegetação de fundo de vale; D) Área de Análise 4 – Erro relacionado às concavidades e a vegetação.



Fonte: autores

Já as áreas 3 e 4, dizem respeito aos erros relacionados às concavidades, conforme é possível observar nas figuras C1 e D1. Quando comparadas com as imagens C2 e D2, visualiza-se que os vetores referentes a rede de drenagem foram adequados às curvas de nível conforme as concavidades e a vegetação presente na área de estudo.



4 CONCLUSÕES

O desenvolvimento deste trabalho vem proporcionando um maior conhecimento da área de estudo, entretanto, o mesmo, se mostra como um trabalho moroso e passível a erros, pois trata-se de uma superfície relativamente extensa para a escala de trabalho utilizada (1:25.000).

Ressalta-se também, que a pesquisa propicia um questionamento sobre as bases vetoriais utilizadas, principalmente sobre a acurácia que as mesmas apresentam, sobre necessidade de atualização e a escassez de dados espaciais em uma maior escala de detalhe.

REFERÊNCIAS

ARCHELA, R. S.; ARCHELA, E. **Síntese cronológica da cartografia no Brasil**. Portal de Cartografia das Geociências, v. 1, n. 1, p. 93 - 110, 2008.

ARCGIS PRO. Resample (Data Management), 2020. Disponível em: <<https://pro.arcgis.com/en/pro-app/tool-reference/data-management/resample.htm>> Acesso em 13 de setembro de 2020.

HASENACK, H.; WEBER, E. **Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul – Escala 1: 50.000**. Porto Alegre: UFRGS Centro de Ecologia, v. 1, 2010. Disponível em: <http://multimidia.ufrgs.br/conteudo/labgeo-ecologia/Arquivos/Downloads/Dados/2010/Base_50k_RS/base_cartografica_vetorial_RS_50k.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2020.

REHBEIN, M. O.; DUTRA, D. S. **Mapeamento Geomorfológico da Área de Influência do Escudo Sul-Rio-Grandense no Município de Pelotas**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, v. 18, p. 1 – 23, 2020.

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Base Cartográfica do Rio Grande do Sul, Escala 1:25.000 – BCRS25. Versão 1.0 – 2018. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201808/10162241-documentacao-tecnica-v01.pdf>>. Acesso em 02 de setembro de 2020.

VERGARA O. R.; CINTRA J. P.; D'ALGE J. C. L. **Atualização cartográfica integrando técnicas de sensoriamento remoto, processamento de imagens e sistemas de informação geográfica**. In: SIMPÓSIO LATINO AMERICANO DE PERCEPCIÓN REMOTA Y SISTEMAS DE INFORMATION ESPACIAL, 10., 2002 La Paz, Bolívia. Anais Simpósio



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Latino Americano de Percepción Remota y Sistemas de Information Espacial. La Paz:
SELPER p. 1-10.



DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: PENSAR O PLANEJAMENTO URBANO NESTES MODOS DE ACUMULAÇÕES.

Adriel Costa da Silva¹; Sidney Gonçalves Vieira²

Universidade Federal de Pelotas-adrielcosta09@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas, sid.geo@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem intuito de relacionar a passagem do modo de acumulação fordista para o de “acumulação flexível” de David Harvey (1988) com as teorias do urbanismo. O artigo tem como metodologia a análise dialética, método investigativo de revisão bibliográfica e de abordagem qualitativa. A hipótese que o fordismo teve impacto nas teorias do urbanismo e consequentemente nos planejamentos urbanos, sendo o urbanismo modernista uma grande influência. Como, no processo de “acumulação flexível” surge um novo urbanismo voltado no empreendedorismo da economia criativa de Richard Flórida e do uso das teorias do novo urbanismo pelo capital. Os impactos no espaço urbano serão de um zoneamento e funcionalidade no fordismo e uma maior desigualdade sócio-espacial na acumulação flexível.

O objetivo deste trabalho é discutir resumidamente as mudanças no planejamento urbano com as teorias do urbanismo e consequentemente do espaço urbano e as realidades sociais nas cidades brasileiras. O artigo terá a estrutura em apresentar a sistema fordista e o que Harvey (1988) nomeia de acumulação flexível. Em seguida abordar as teorias do urbanismo, para compreender as mudanças de pensamento urbanístico para as cidades, relacionando com o fordismo e pós-fordismo. E por fim as conclusões finais do trabalho.

Em Condição Pós-Moderna, Harvey (1988) vai discutir as transformações no capitalismo no século XX, tendo o Fordismo um papel central nessa mudança. Para o autor, como ele apresenta terá como hipótese ou linguagem em pensar nessa transição de um regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política. Assim sendo, em pensar na tese da transição do Fordismo para o regime de “Acumulação Flexível”. Para Harvey o modo de acumulação flexível é um constante confronto direto com a rigidez do modo de regulação fordista (pág.140,1988). O modelo de acumulação flexível tem uma alta flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (pág.140,1988). A mudança no



modelo de acumulação e regulação modifica o espaço e assim, os territórios, os lugares e as paisagens.

2 METODOLOGIA

O presente artigo tem como metodologia para compreender a relações materiais e imateriais nas cidades, o de método de análise o dialético, Segundo Marx e Engels (2007:42): “Com a dialética os elementos cotidianos deixam de ser naturalizados e eternizados, passando a ser encarados como sujeitos da práxis social da humanidade.” Neste sentido, a dialética é um esforço para perceber as relações reais (sociais e históricas) por entre as formas estranhadas com que se apresentam os fenômenos.

Como método de abordagem este trabalho tem como a pesquisa qualitativa por ser preocupar com aspectos da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

E por último como método de investigação, esse tem trabalho tem como metodologia exploratória para ter a compreensão literária sobre o problema de pesquisa, A

grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e(c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). No caso deste trabalho não foram realizadas entrevistas com público qualificado para ter experiências com o problema pesquisa, e também a análise de exemplos. A exploração na pesquisa foi realizada por levantamentos bibliográficos de autores que analisam os temas de urbanismo, fordismo e acumulação flexível.

Portanto as fases de desenvolvimento deste trabalho foram realizadas por um levantamento bibliográfico dos temas sobre urbanismo e teorias econômicas para relacionar os impactos dos modos de acumulação capitalistas no planejamento urbano das cidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Com a evolução da sociedade industrial nos países capitalistas, no início do século XX surge à fase do urbanismo, Harvey (1989) diz que a reconstrução, reformulação e renovação do tecido urbano foi um projeto essencial para os países no pós-guerra. O documento que marca o surgimento dessa fase, será a formulação da Carta de Atenas em 1933. A técnica e a estética ganham força no pensamento urbanístico e enfraquecendo o interesse socioeconômico. O movimento denominado urbanismo modernista terá como figura central o arquiteto Le Corbusier.

Para Le Corbusier a união da indústria e a da arte transforma-se um cenário universal, e que os indivíduos são idênticos em todas as latitudes e culturais, uma forma de homogeneização da sociedade. Essa imagem da sociedade-tipo inspira a Carta de Atenas, que analisa as necessidades humanas universais em quatro funções: habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito. Esse tipo de projeto será implantado de modo idêntico em várias cidades, cujas condições topográficas, culturais e sociais serão negadas, assim os urbanistas adotaram o mesmo plano cidade na França, na Índia, nos Estados Unidos e Brasil. O zoneamento Funcional foi o modelo mais adotado no urbanismo modernista, como dito anteriormente consiste em criar zonas especializadas, no qual cada uma teria uma funcionalidade específica (comércio, administrativo, habitação, lazer, trabalho). Lefebvre (2001, p. 185) pontua que o zoneamento monofuncional, é:

A concreção mais acabada de uma “inteligência analítica” que distingue as funções encontradas unidas na realidade social e, em seguida, recompõe-nas num gesto teórico de síntese, convicto em seu papel de reorganizar toda a vida social.

Lefebvre salienta que este zoneamento tem como objetivo o a “divisão técnica e social do trabalho”, de reorganizar toda vida social, do trabalho a vida cotidiana (pública e privada).

O automóvel individual que é um ponto-chave para explicar o fordismo, tem um impacto na circulação e produção do espaço urbano, sendo a construção de estradas ou aberturas de avenidas uma prática nas cidades. Os modos de transporte de pessoas se aperfeiçoando permite a intensificação de bairros monofuncionais como as periferias na cidade. O desenvolvimento do Estado de bem-estar social contribui para a estruturação das cidades, pelas redes de linhas de transportes coletivas, escolas, hospitais. Assim o Estado preocupasse de forma racional e funcional as cidades.

O novo urbanismo é uma reação contrária ao zoneamento monofuncional, surge na década de 80 nos Estados Unidos como uma resposta ao urbanismo modernista que gerou



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

cidades mais verticais, sem ligação com as redes de mobilidade e criando mais lugares periféricos com carências de infraestrutura urbana. Um grupo de urbanistas e pensadores reúnem-se para formular uma carta chamada de novo urbanismo, com proposições para repensar o planejamento urbano. Toda via o novo urbanismo não deve ser confundido com um estilo de projetar, nem com uma metodologia, e sim pela busca de adequação dos projetos urbanísticos com o meio natural e ou social (Romanini).

Para continuar com o debate desse novo urbanismo usado pelo capital no período da acumulação flexível, é importante analisar as suas ideias de economia criativa do economista Richard Flórida, que para ele é “a economia atual é, em essência, uma economia criativa” (p.44), chegando ao estágio de “pessoas com ideias precisam de dinheiro para transformá-las em negócios”. Preciso compreender que pela lógica do capital financeiro, as cidades tornaram-se uma grande estratégia de acumulação de capitais. No entanto, é preciso ressaltar que as cidades tornam-se empresas, o seu espaço torna-se mercadoria e meio de produção, em que o público não vive a cidade e sim consome ela.

4 CONCLUSÕES

O fordismo não pode ser compreendido como um simples modo de regulação do trabalhador numa fábrica, o seu sistema de organização acabou expandindo-se para outras atividades, como neste trabalho foi exposto nas teorias do urbanismo. O modo fordista teve impactos no planejamento urbano com as teorias modernistas, em criar cidades com zoneamentos (especialidades) e funcionais (padronização). As habitações pensadas neste período eram em criações de vilas operárias, por exemplo, um dos motivos que contribuiu na luta sindical na época por ter uma organização coletiva atuante.

A mudança para o regime de acumulação flexível permite uma desorganização sindical, diminuição da atuação forte do Estado, principalmente na economia, e um capital financeiro que não terá barreiras de buscar oportunidades de lucratividade. Notamos, que nesta pós-modernidade a sociedade muda também, passando de uma coesão coletiva de classe, para uma individualização e falta de coletividade, os impactos nas cidades serão visíveis nas fragmentações sócioespaciais.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

E com as ideias neoliberais ganhando força política, as cidades ganham protagonismo em oportunidades de negócios, e observam-se ideias como a de Richard Flórida ganhando espaço em empreendimentos no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

ASCHER, François. Os novos princípios do Urbanismo. São Paulo, Ed. Romano Guerra.2010

CHOAY, Françoise. O Urbanismo. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1965.

FLORIDA, Richard. A ascensão da classe criativa. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Harvey, David. Condição Pós-Moderna .São Paulo: Loyola, 1988.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. e ENGELS, F. - A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845- 1846, São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis:Vozes, 2001.



AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA ÀS MARGENS DA BR-420 NA COMUNIDADE PINDOBAS, UBAÍRA - BA

Aila Cristina Costa de Jesus¹; Silvio Marcio Montenegro Machado²

IF Baiano Campus Santa Inês-ailacristinacj@gmail.com¹

IF Baiano Campus Santa Inês-marciogeoufsc@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou analisar as relações sócio-espaciais da agricultura existentes às margens da rodovia federal BR-420, no município de Ubaíra/BA no trecho da Comunidade Pindobas, tendo a compreensão desse fenômeno como expressão da concentração fundiária e manutenção do modo de vida camponês.

Neste contexto, cabe entender que as ocupações às margens das rodovias, nas áreas chamadas “faixas de domínio⁶” das terras do Estado, ou chamada popularmente, como beiras de estradas ou beiras de pistas, são práticas geradas pela concentração fundiária, onde camponeses sem terras produzem, ora por necessidade alimentícia, ora em busca da possibilidade de trabalho autônomo, ou ainda, para manutenção da relação com terra e com agricultura (MITIDIERO JUNIOR, 2013).

A motivação para escolha desse tema perpassa pela compreensão da realidade a qual a autora está inserida, seu envolvimento com a temática e com a comunidade a qual reside. Por isso, a autora desejou compreender a condição do campesinato às margens da rodovia BR 420 com base nos referenciais teóricos-metodológicos da Geografia Agrária. Paralelo a isso, a

⁶ Com base no Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), as faixas de domínios é a nomeação dada pelo Estado brasileiro “a base física sobre qual assenta uma rodovia”. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/>. Acesso em: 30 fev. 2019.



participação no Grupo de Estudos Geografia dos Territórios e Espaços Rurais (GEOTER)⁷ do IF Baiano *Campus* Santa Inês, motivou a investigação na área Geografia Agrária com recorte no campesinato.

Segundo estudos realizados por Mitidiero Junior (2013, p. 45), as discussões sobre “agricultura de beira de estrada, agropecuária marginal ou campesinato espremido” eram inexistentes no Brasil até 2013. O autor afirma que, possivelmente, tanto no âmbito da ciência geográfica, quanto no âmbito das ciências humanas, o fenômeno ainda não tinha sido estudado. Por isso, este trabalho pretende, também, contribuir na discussão sobre um processo presente nas rodovias estaduais e federais do Brasil, principalmente no nordeste brasileiro e na Bahia.

Vale ressaltar que este trabalho parte do pressuposto de manutenção da questão agrária no Brasil, por isso, os principais referenciais teóricos e os princípios de análise estão embasados em Germani (2006; 2010), compreendendo que a questão agrária possui uma dimensão territorial que se expressa na desigual forma de apropriação privada da natureza.

2 METODOLOGIA

Para a realização do trabalho, alguns caminhos metodológicos foram percorridos, sendo: 1) pesquisa bibliográfica; 2) coleta de dados secundários; 3) trabalho de campo participante com entrevista e observação participante; 4) e análise e discussões das informações coletadas. Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre as produções acadêmicas que envolvem a temática que serviram de base teórico-metodológica para construção deste trabalho. Fez-se uso da coleta de dados secundários em plataformas digitais para

⁷ O Grupo de Estudos Geografia dos Territórios e Espaços Rurais (GEOTER) do Instituto Federal Baiano *Campus* Santa Inês (Portaria nº 096 de julho/ 2018/IF Baiano *Campus* Santa Inês), é coordenado pelo prof. Ms. Silvio Mário Machado Montenegro. O grupo tem como objetivo analisar a dinâmica dos territórios e espaços rurais no que se referem a questão agrária na Bahia com ênfase no Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá.



caracterização da estrutura fundiária, social e econômica a qual o objeto de estudo está inserido. Optou-se pela realização de trabalho de campo⁸ em 2019 na comunidade com a realização de entrevistas não-estruturadas⁹ aos ocupantes da beira de pista com finalidade de compreender as relações sócio-espaciais estabelecidas, as formas de plantações, possíveis conflitos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço rural é construindo cotidianamente sujeitos e grupos sociais, em diferentes escalas, de formas distintas de apropriação dos territórios. É um espaço onde os proprietários de terras, posseiros, meeiros, assalariados, Estado, sindicatos, associações entre outros, se relacionam na dinâmica da cooperação e/ou do conflito (SANTOS & SILVA, 2010). Os camponeses e camponesas da beira da pista, são, como os demais sujeitos sociais, produtores do espaço, nesse caso específico, produtores do espaço rural do município de Ubaíra – BA. Aqui, serão apresentados os usos, formas e relações sócio-espaciais a partir do universo desses sujeitos, em suas diferentes temporalidades, conflitos e particularidades às margens da BR-420.

Partindo do trabalho de Lima (2018) sobre “a forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha em Laje, Bahia-Brasil”, e partindo do modo camponês de se reproduzir nas diversas dimensões da vida, a produção na beira de pista é entendida como relações sócio-espaciais pautadas na relação entre terra (ocupação das faixas de domínios) + trabalho

⁸ Segundo Marconi & Lakatos (2003, p. 197), na entrevista não-estruturada, “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão” Dessa forma, as perguntas acabam sendo respondidas por meio de um diálogo informal e livre.

⁹ Sobre o trabalho de campo, a geógrafa Valéria de Marcos (2006), pontua algumas questões sobre o trabalho de campo enquanto uma pesquisa participante. Ela também alerta que o ir a campo é “um instrumento didático e de pesquisa de fundamental importância para o ensino e pesquisa da/na geografia” (MARCOS, 2006, p. 106).

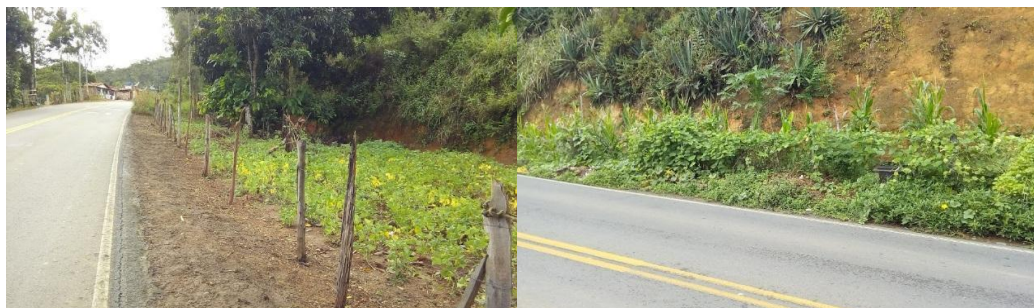


(plantio na beira da pista) + família (trabalho familiar + trajetórias de vida), somados com as simbologias, identidades e tradições do modo de vida camponês (LIMA, 2018); (OLVEIRA, 2001, 2007).

Nas plantações na beira da pista, durante a realização desta pesquisa foi possível identificar o cultivo de lavouras permanentes e lavouras temporárias (incluindo as hortaliças). As lavouras permanentes foram: cacau, banana, manga, laranja, jaca, coco, abacate, goiaba, graviola e mamão. Já as lavouras temporárias identificadas foram: milho, variações do feijão, chuchu, melancia, mandioca, aipim, abóbora, cana, maracujá e hortaliças (Figura 01).

As produções na beira da pista são produções típicas/tradicionais do Nordeste, do campesinato nordestino. São produções que fazem parte da cesta básica da sociedade brasileira, conforme mostra Alves (2015). As destinações das plantações na beira da pista são diversas, às vezes, para consumo familiar (e socialização com os vizinhos e parentes) e uma pequena parte segue para ser vendida na feira livre do município. A forma de lidar com a terra foi aprendida e socializada durante a trajetória de vida dos camponeses e camponesas que vivem e se reproduzem ali. O ser solidário, partilhar e ajudar os vizinhos e parentes são características presentes nas camponesas e camponeses da Pindobas. Uma característica típica do campesinato que se mantém através das trajetórias de vida, desde seus pais, até o momento atual. A reciprocidade e generosidade são características presentes do modo de ser camponês, que fogem à ordem moderna vigente do sistema capitalista (WOORTMANN, 1990).

Figura 01 – Áreas com plantio de feijão e milho em diferentes períodos na Comunidade Pindobas



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Foto: Aila Cristina Costa de Jesus, 2019.



Outro ponto a destacar são os conflitos com os fazendeiros locais. A dimensão do conflito se expressa em diferentes situações, sendo elas: 1) mudança das cercas para áreas que os camponeses utilizavam; 2) ameaças de destruição da plantação; 3) expulsão das camponeses da beira da pista em frente às fazendas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, apesar de se tratar de uma realidade local, denuncia a concentração fundiária presente em vários estados brasileiros, como Aracaju, Sergipe, São Paulo, Bahia Paraíba e Espírito Santo. Dessa forma, o plantio na beira da estrada vem sendo mais uma estratégia das trabalhadoras e trabalhadores rurais para entrarem na terra, mesmo sendo de forma perversa, ocupando as beiras da pista para produzirem. As beiras de pistas passam a ter outra função: a reprodução da vida e a produção de alimentos, tornando-se dessa forma, verdadeiros “acostamentos vivos”, como descreve Alves (2015). Fruto da concentração fundiária, é onde as vidas dos camponeses e camponesas acontecem. Vidas a margem, fruto da dívida histórica do país. É a resistência camponesa reconfigurada sob os moldes perversos da concentração de terra. plantar e viver na beira da estrada é uma forma de resistência à expropriação e uma estratégia de sobrevivência (MITIDIERO, 2013).

REFERÊNCIAS

ALVES, Renata Batista. Agropecuária de beira de estrada em Sergipe: um estudo da BR 235. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. GeoTextos, Salvador, v. 2, n. 2, p. 115-148, 2006.

_____. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). (GEO)grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

LIMA, Aline dos Santos. A forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha em Laje, Bahia-Brasil. In: X CONGRESO ALASRU: Ruralidades en América Latina: convergencias, disputas y alternativas en el siglo XXI, 10., 2018, Montevideo, Uruguay. Anais X Congreso da Asociación Latinoamericana de Sociología Rural. Montevideo, Uruguay: Udelar/Facultad de Ciencias Sociales, 2018. p. 1-18.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamento da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, p. 105-136, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido. Revista NERA, Presidente Prudente, v.16, p. 42-59, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

_____. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SANTOS, Edinusia Moreira Costa; SILVA, Onildo Araujo de. Agentes sociais de produção do espaço rural no Território do Sisal – Bahia. Campo-Território: revista de Geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 71-88, 2010.

WOORTMANN, Klass, “Com parente não se neguceia”: O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87, Ed. Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1999



TERRITÓRIO CIBERNÉTICO: A VIOLÊNCIA RACIAL E DE GÊNERO NAS REDES SOCIAIS

Andressa Amaral dos Santos¹; Robinson Santos Pinheiro²

Universidade Federal de Pelotas-dessapel95@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas- robinson22pinheiro@yahoo.com.br²

1 INTRODUÇÃO

Se Yves Lacoste disse que “A Geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra” (1988), pode-se dizer que a internet também, já que a mesma foi criada no período da Guerra Fria buscando, segundo Corrêa,

criar um sistema de informação e comunicação em rede, que sobrevivesse a um ataque nuclear e dinamizar a troca de informações entre os centros de produção científica. Os militares pensaram que um único centro de computação centralizando toda informação era mais vulnerável a um ataque nuclear do que vários pontos conectados em rede, pois assim a informação estaria espalhada por inúmeros centros computacionais pelo país. O embrião da Internet que conhecemos hoje foi então criado e seu nome era Arpanet. (2013, p. 17)

Ainda que tenha sido criada com motivações militares, a internet representa um avanço científico e tecnológico importante na história recente da humanidade. Atualmente, a internet está além de apenas uma ferramenta, ela pode ser desde trabalho a lazer, fazendo com que grande parte dos usuários da mesma passem boa parte de seu tempo usando-a, pelos mais diversos motivos.

Arelado a isso, surgem as redes sociais, que anteriormente eram mais básicas e apenas para divertimento, e hoje podem ser um meio de divulgação de trabalhos importantes, engajamento de causas sociais, interação interpessoal, de disputa de poder ideológico e também, infelizmente, de disseminação de ódio e atos de violência.

Pensando nisso, neste trabalho intenta-se mostrar como o território da internet é pautado nessas práticas de busca pelo exercício do poder por meio da violência de gênero e da violência racial, buscando demonstrar também que a internet pode não ser um lugar de afetividades para todos e todas. Para isto, pensa-se no território “concebido a partir de imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2019, p. 79). E para além, entende-se o lugar segundo a perspectiva de



Massey (2017, p. 39) que aponta que “o cotidiano, de uma centena de maneiras, demanda diretamente a negociação da nossa diferença. Algumas vezes fazemos isso; em outras há abismos de desigualdade e/ou incompreensão; implicando na violência e no confronto.” Aqui chamar-se-á estes lugares, como lugares de afeto e de repulsa.

A escolha do recorte racial e de gênero se dá devido a epistemologia interseccional do feminismo negro, que “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 19), e que ainda segundo Akotirene (2019) não busca demonstrar hierarquizações do sofrimento ou da opressão, mas sim que estas estão imbricadas na sociedade colonial. Nesse sentido, mulheres negras são vistas por machistas e racistas como alvos, principalmente àquelas que são ativistas contra essas opressões na internet.

2 METODOLOGIA

Para realização deste trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pesquisa em redes sociais em busca de registros da violência retratada e as noções de reflexo e refração da análise dialógica do discurso de Mikhail Bakhtin. Além disso, o corpus – segundo Bakhtin, o corpus é o enunciado, o texto escrito ou falado – escolhido foram publicações feitas por usuários na rede social *Twitter*. Bortolotti busca evidenciar o entendimento destes conceitos com a seguinte percepção:

A opinião expressa no espaço público, enquanto da ordem do signo, apresenta em si o universo da malha pública, da pluralidade, da realidade do ‘nós’. Não apenas reflete, segundo Bakhtin, mas também refrata. No refletir, ao pronunciar a palavra, o indivíduo faz sua aparição aos demais conforme o uso dos signos em rotatividade no contexto social, mas sua singularidade, a nosso ver, está na refração, a qual expressa o seu matiz diferencial dentre os agentes sociais. (2017, p. 301)

Portanto, os conceitos de reflexão e refração consistem em, no processo de enunciação do discurso, quando fala-se algo se está refletindo um discurso social ao mesmo tempo em que o refrata, ou seja ajuda na manutenção e perpetuação daquele pensamento social, por meio de signos pré-concebidos socialmente, normalmente pelo senso comum (BAKHTIN, 2016; VOLÓCHINOV, 2018).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

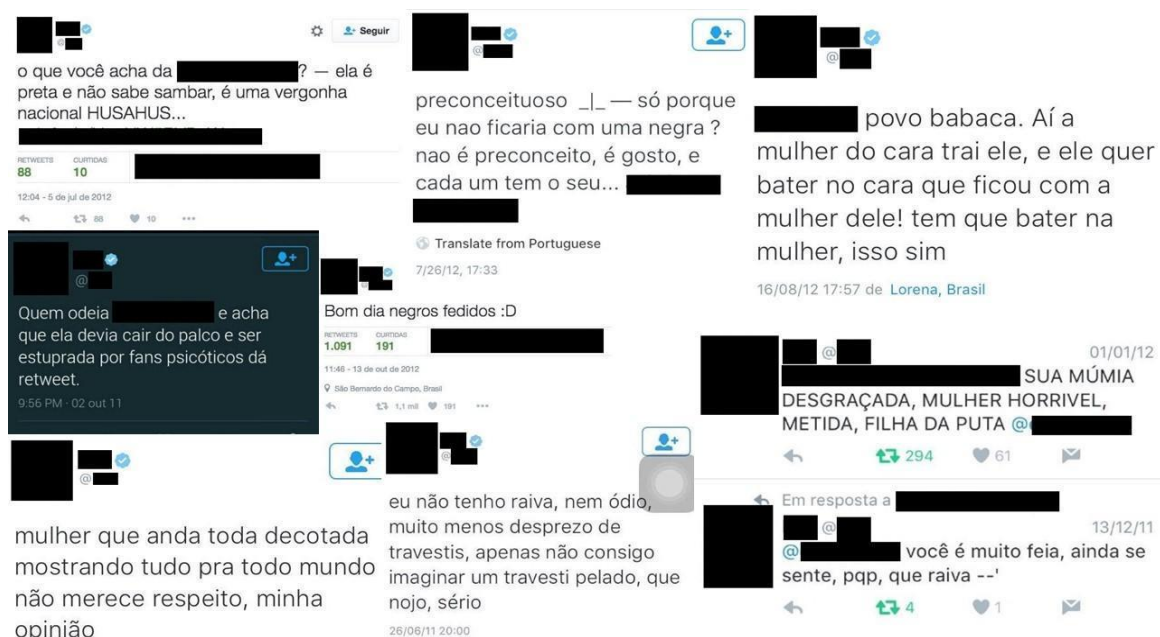


Segundo relatório publicado pelas instituições Coding Rights e Internetlab e colaboração com a ONU, ainda que haja a Lei 12.965/14, mais conhecida como Marco Civil da Internet, ela não consegue efetivamente proteger os usuários mais vulneráveis a violência cibernética que se manifesta em diversas tipificações, principalmente contra grupos étnicos, movimentos sociais, mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQIA+.

Tendo isto em vista, o território entra nesta análise mostrando a internet enquanto campo de disputas ideológicas e de poder, e ressalta também o caráter territorial do corpo, que muitas das vezes é o alvo das disputas de poder travadas na internet. Neste campo falas rápidas e em que se busca sempre estar certo enquanto encontra-se protegido por detrás de uma tela, os indivíduos, em busca de se auto afirmarem violentam o outro, seu corpo, suas ideias, oprimem, transformam lugares de afeto – as próprias redes sociais que teoricamente são para conversar com amigos, se divertir, ter interações saudáveis – em lugares de repulsa, de desgaste psicológico, que podem levar alguns usuários até o suicídio, indo de ataques isolados até o chamado cyberbullying (CORRÊA, 2017).

O recorte deste trabalho foi a violência racial e de gênero, pois estas andam lado a lado, no que são muitas vezes ataques coordenados (CODING RIGHTS E INTERNETLAB, 2017). Para ilustrar o corpus escolhido para esta análise foram recolhidos prints – capturas de tela – de postagens feitas por usuários da rede social Twitter, como se pode observar na imagem 1, abaixo.

Imagem 1: Prints Machistas, racistas e transfóbicos





ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Fonte: HuffPost Brasil, 2016

Os tweets apresentados na imagem 1, denotam o ódio racial e de gênero, demonstrando, que no caso em específico, homens brancos cis e heterossexuais sentem-se em posição de poder em relação aos corpos por eles oprimidos. Demonstra também que o senso comum da sociedade brasileira colonial e patriarcal é representado e alimentado por falas extremamente preconceituosas. Nesse sentido, o feminismo interseccional visa combater essas opressões que se entrecruzam na sociedade, além de simplesmente apontar as opressões separadamente, entendê-las como um sistema de violências imbricadas devido a carga colonial do Brasil, por exemplo.

Desse modo, mulheres cis, trans e negras, principalmente, sofrem mais um processo de exclusão social no campo da internet e acabam precisando disputar o seu território afirmando seu lugar, apontando essas violências enquanto as combatem. Nesse sentido, a articulação de movimentos sociais com pessoas que compreendam a interseccionalidade e quais são as opressões a serem combatidas é de suma importância.

4 CONCLUSÕES

Pelo exposto, fica nítido que o discurso cisheteronormativo se retroalimenta, pois ele se utiliza dos signos violentos que o criaram para o perpetuar para cada vez mais pessoas, e na internet esses discursos tem um alcance geográfico imensurável. Portanto, acredita-se que para além das políticas públicas que visem combater esses discursos é necessário que a consciência social dos indivíduos seja estimulada desde a infância, além do respeito ao próximo, que no meio cibernético aparenta não existir.

Por fim, ainda que sem concluir, acredita-se que é possível perceber, por meio do exposto neste trabalho, o potencial da geografia nas discussões de gênero, raça, classe e sexualidade, pois não somente pode-se compreender os territórios de embates e os lugares identitários dos grupos oprimidos pela colonialidade patriarcal, como também pode auxiliar na elaboração de políticas públicas que visem combater essas violências e garantir a segurança desses indivíduos.



REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016. 1ª ed. 176p.

BORTOLOTTI, Ricardo Gião. **Reflexo e refração sígnica no espaço público de Arendt: interferências bakhtinianas**. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 39, n. 3, p. 301-310, July-Sept., 2017.

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. **Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios**. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, 2017. 52p.

CORRÊA, Fabiano Simões. **Um estudo qualitativo sobre as representações utilizadas por professores e alunos para significar o uso da Internet**. (Dissertação) Universidade de São Paulo: Ribeirão Preto, 2013. 171 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 11ª ed. 396p.

HUFFPOST BRASIL. **O passado misógino, racista e homofóbico de B***¹⁰ no Twitter é assustador**. 2016. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2016/08/02/o-passado-misogino-racista-e-homofobico-de-b***-no-twitter-e-as_n_11302828.html. Acesso em: 21 set. 2020.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra**. São Paulo: Papirus Editora, 1988. 19ª ed. 240p.

¹⁰ Suprimida a identidade por se tratar de pessoa pública.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

MASSEY, Doreen. **A mente geográfica.** GEOgraphia: Niterói, Universidade Federal Fluminense. Vol.19, No40, 2017: mai/agos.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2018. 2ª ed. 376p.



O MUNICÍPIO NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Cintia Helenice Löper Aires¹; Erika Collischonn²

Universidade Federal de Pelotas-cintiaaires1@hotmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas- erika.collischonn@ufpel.edu.br²

1 INTRODUÇÃO

A temática da Segurança Pública está cada vez mais sendo discutida em diversos cenários, seja em órgãos governamentais, nas universidades ou em fóruns do terceiro setor. O tema foi analisado por Xavier (2012) e Freire (2009), que fizeram uma investigação das últimas cinco décadas, destacando numa linha de tempo os paradigmas que nortearam as políticas públicas de segurança. Peres (2016) mostra que os paradigmas se alteraram e alternaram até a chegada do período atual, de municipalização da segurança pública, assim, diferentes modelos consensuais implicaram em diferentes ações de enfrentamento da criminalidade. Como contribuição para geografia do crime e subsídios para implantação de políticas públicas pensadas na questão municipal a presente pesquisa pretende contribuir para compreender o papel do município no cenário da Segurança Pública.

2 METODOLOGIA

A realização desta pesquisa tem caracter qualitativo, sendo realizada uma revisão bibliográfica. O estudo é parte da dissertação de mestrado de mesma autoria, que encontra-se em fase de construção; desta forma, foram utilizadas produções acadêmicas, livros, artigos científicos em periódicos e demais trabalhos que se referiam a temática que envolve a criminalidade e a paisagem. Os referenciais foram escolhidos de acordo com a abordagem desta proposta, que procurou compreender diferentes modelos consensuais adotados pela Segurança Pública no enfrentamento da criminalidade.



3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Para Xavier (2012), a Segurança Pública possui uma nomenclatura de natureza política, administrativa e social, devendo compreender mais do que a ausência de conflitos violentos em uma nação. Ela traz no seu cerne a política pela segurança, chamando as dimensões dos direitos fundamentais do ser humano, da governança democracia e paz, juntamente com a distribuição social do crescimento econômico, representada por diferentes políticas públicas e pela participação da sociedade civil.

Para Freire (2009), considerando um recorte temporal das últimas cinco décadas, a Segurança Pública no Brasil teve três paradigmas principais, que nortearam as políticas públicas de segurança baseadas em diferentes teorias, experiências e métodos: Segurança Nacional, vigente durante o período de ditadura militar (1964-1985); Segurança Pública, no período seguinte, fortalecida com a promulgação da Constituição de 1988 e Segurança Cidadã, que surge em meados da década de 1990 em países da América Latina, mas ganhou mais eco no Brasil, a partir da primeira década do novo milênio.

O paradigma da Segurança Nacional, segundo Freire (2009), entendia ameaça à Segurança, tudo que atenta contra os interesses nacionais, esses intimamente relacionados aos interesses daqueles que estavam no poder. A atuação das Forças Armadas e outros órgãos de segurança criados na época atuavam de forma muito incisiva e por qualquer meio, desde que se justificassem como eliminação de atos percebidos como ameaça ao Estado. No período pós Regime Militar, primeiro foi preciso separar os papéis dos diferentes órgãos de Segurança Pública, mas a principal atividade da polícia passou a ser o controle da violência e da criminalidade interna ao país num modelo que, segundo Azevedo (2003) se baseia numa concepção de policiamento reativo, que intervém apenas quando é chamado e orienta suas ações no sentido de prender e identificar culpados, coibir comportamentos desviantes e impor a ordem, de acordo com a lei.

Apesar das permanências destes paradigmas no interior de organizações policiais até hoje, o foco deste trabalho está na perspectiva mais recente, a da Segurança Cidadã. A esta, segundo Freire (2009), o Brasil se aproximou em 2003, por meio de projeto de cooperação técnica entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e as Nações Unidas, que propiciou a vinda de técnicos colombianos que apresentaram a experiência de seu país.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

A política pública de Segurança Cidadã está ligada às diversas dimensões, considerando a multiplicidade de causas da violência e a heterogeneidade de suas manifestações, o que envolve instituições públicas e sociedade civil na busca por soluções de problemas previamente identificados como prioritários visando à redução dos índices de delinquência e violência de um território. Política pública que prevê a atuação tanto no controle como na esfera de prevenção e exige iniciativa das diversas áreas como educação, saúde, esporte, cidadania, lazer, entre outras. Além disso, precisa se predispor a criação de capacidades institucionais, sendo elas “Cumprimento voluntário de normas, inclusão social e diminuição do risco, melhoramento do entorno, aproximação da justiça ao cidadão e o fortalecimento da força Pública” (FREIRE, 2009, p 106).

Mas, a Segurança Cidadã ainda permanece com desafios para sua aplicação prática, que se relacionam ao maior engajamento dos municípios no que se refere às Políticas de Segurança Pública. Peres (2016) identificou três fases neste processo: a primeira do final dos anos 1990, quando os municípios passam a atuar no debate sobre políticas de segurança no nível local, tendo como foco a criação das guardas municipais; a segunda, a partir dos anos 2000, quando esses passam a ter uma ação mais coordenada em razão de transferências de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública; a terceira, a partir de 2010, em que, mesmo com menos repasse de recursos federais, os municípios continuam a investir no setor, dada acentralidade da Segurança Pública para cidades brasileiras.

Xavier (2012) escreve que, como esta nova política não foi devidamente incorporada pelas municipalidades antes do novo milênio, seus resultados são ainda minimamente percebidos, além disso, são poucos os municípios que passam a compartilhar com entes federais e estaduais a responsabilidade e o dever pela prevenção da criminalidade, violência e marginalidade. Somente algumas prefeituras criaram e/ou fortaleceram suas Guardas Municipais, instituíram secretarias, coordenadorias, núcleos especializados, formaram conselhos, comitês e fóruns para incentivar a participação da comunidade nos temas e ações atreladas a Segurança Pública do município.

Determinados fatores colaboraram para que houvesse, nos anos recentes, a inserção institucional da escala municipal na Segurança Pública, podendo ser destacados: o aumento da violência urbana, da criminalidade e da marginalidade; limitações da maioria dos governos estaduais para desenvolver ações preventivas e repressivas; e o aumento de recursos



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

orçamentários de vários governos municipais, o que possibilitou o compartilhamento de tais responsabilidades. A participação dos municípios tem se mostrado imprescindível para atender as demandas da sociedade, podendo, de acordo com Xavier (2012), as Guardas Municipais, quando bem capacitadas e gerenciadas, se tornarem agentes eficientes no combate a microcriminalidade.

A criação de uma secretaria específica de segurança pode ampliar as atribuições da Guarda Municipal unindo suas obrigações a programas dirigidos à prevenção da criminalidade, por meio da articulação promovida pela instalação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI M). Esse tem como papel definir e efetivar os programas possíveis para a Segurança Pública em plano local, funcionando como fórum deliberativo e de execução, operando por consenso e respeitando a autonomia das instituições que o compõem, sendo ele, uma das prerrogativas para o Plano Nacional de Segurança Pública para promoção da regionalização dos trabalhos e responsabilidades do município na Segurança Pública.

Para que ocorra o êxito dessa integração e experiência democrática participativa na gestão da Segurança Pública municipal, é indispensável à capacitação técnica de todos envolvidos, sendo gestores, servidores, policiais, entes da sociedade civil, conselhos municipais e comunitários.

4 CONCLUSÕES

Neste artigo, evidenciou-se que, nos últimos cinquenta anos, as visões de mundo compartilhadas por determinados grupos influenciaram a forma de conceber a criminalidade e também a formulação de políticas públicas de segurança. Além disso, nossa sociedade se tornou mais complexa e o trabalho da polícia também seguiu esta tendência o que exige uma reestruturação. No atual momento, em que se procura implementar o paradigma da Segurança Cidadã, é imprescindível que as municipalidades percebam a necessidade de ações multidisciplinares e intercedam em prol de uma segurança cidadã e proativa.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Marco A. Concepções sobre criminalidade e modelos de policiamento. Psicologia, ciência e Profissão, 2003, 23 (3), 18-25. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300004>. Acesso em vinte e cinco de janeiro de 2020.

Declaração dos Direitos Humanos. UNIC/Rio de Janeiro/005/Agosto 2009. (DPI/876). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em vinte e cinco de janeiro de 2020.

FREIRE, Moema D. **Paradigmas de Segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias**. Revista brasileira de Segurança Pública. Ano 3. Ed.5, p. 100-112, Ago/Set 2009.

PERES, U. D.; BUENO, S. ; TONELLI, G. M. **Os municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990**. São Paulo. Rev. Brasileira de Segurança Pública. v.10, n. 2, 36-56 Agos/Set 2016.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências, América Latina**: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. Sociologias, nº 8, p. 16-32, 2002.

XAVIER, Laércio Noronha. **Política Pública de Segurança**. Fortaleza: LCR, 2012. p. 832.



ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO E DIREITO À CIDADE

Daniela de Borba Fernandes¹; Giovana Mendes de Oliveira²

Universidade Federal de Pelotas- danibfernandes29@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas – geoliveira.ufpel@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se caracteriza como um pequeno recorte do trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado “A concepção de mulheres de diferentes classes sociais em relação ao seu direito de ocupar e disfrutar da cidade no contexto de Pelotas-RS”. Trabalho o qual ainda está em andamento e tem como principal problema de pesquisa compreender como as mulheres residentes na cidade de Pelotas – RS, independentemente de sua classe social, concebem o seu direito de desfrutar e ocupar os espaços da cidade que deveria ser garantido a todas e todos. Porém, para o estudo apresentado aqui, irá ser realizada uma análise teórica da relação que existe entre gênero e o direito à cidade, com intuito de reforçar a importância deste tema nos estudos geográfico.

O principal objetivo desta pesquisa é conseguir analisar se há alguma relação entre o gênero feminino e a concessão ou não do direito de ocupar e usufruir a cidade à este grupo. É um estudo de extrema relevância pois, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres em 2018, eram 51,7% da população e, mesmo sendo mais de metade da conta populacional do país, ainda assim, devem ser consideradas como uma minoria social pela imensa opressão que se sofre por conta da cultura patriarcal instaurada na sociedade a uma temporalidade quase incontável. Além disso é de extrema importância que hajam estudos geográficos sobre esse assunto, visto que, a ciência geográfica, faz a análise do espaço e as relações entre este e a sociedade. Logo, as desigualdades presentes nas relações sociais por conta do gênero, são modificadoras do espaço e das relações dele com a sociedade (SILVA, 2003).

Segundo Corrêa (1995) a cidade é considerada o palco das relações humanas e pode ser vista como um reflexo materializado da sociedade. Portanto, deveria ser lógico que todos os atores sociais, tenham o mesmo pleno direito de desfrutar e produzir este espaço. Porém,



sabe-se que a violência contra a mulher nos espaços públicos acontece de maneira desenfreada, incomparável à realidade masculina que habita o espaço da cidade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa em questão se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Martins (2012) é um tipo de estudo que se utiliza unicamente de referências científicas e históricas já existentes para embasar sua discussão e análise acerca de determinado tema. Portanto, foi utilizada apenas revisão teórica para a realização do estudo. A revisão percorreu dentre os temas relacionados à cidade, direito à cidade, geografia de gênero e desigualdade de gênero.

Na pesquisa original, que se refere ao trabalho de conclusão de curso, além da revisão teórica, serão realizadas também entrevistas de cunho qualitativa semiestruturada com a análise dos dados através do método de análise de conteúdo, e, além disso, será elaborado um mapa no software ArcGis.

O presente estudo é pautado na área de geografia de gênero, a qual se caracteriza como uma área de estudo geográfica que considera os papéis do gênero e suas desigualdades para contribuir na interpretação dos fatos geográficos. Algo que, até então não era abarcado pelos estudos da geografia humana como um fator determinante para a produção do espaço. A utilização do gênero como um determinante das relações do espaço geográfico explicita as desigualdades que são historicamente omitidas e é importante para desacostumar a geografia a tratar a sociedade como homogênea, já que, a maneira como as pessoas se colocam e comportam em sociedade, criando e transformando o espaço, tudo tem a ver com seu gênero (VELEDA, 1998).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade se constitui como sendo o espaço onde a sociedade se organiza, se desenvolve e se intensifica. Porém, também é o espaço que a sociedade exclui e oprime, não só a classe proletária, mas também todos os outros grupos sociais que não sejam o hegemônico (LEFEBVRE, 2001). Logo, ter direito à cidade em todas as suas esferas, é um privilégio detido nas mãos de poucos (HARVEY, 2008). Em seu livro “O direito à cidade”



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

(2001), Henri Lefebvre deixa claro que, desde a Grécia Antiga a cidade sempre se constituiu como um espaço excludente e de relações de poder, e isso se perpetua até os dias atuais da sociedade contemporânea.

Com isso, é trazida a ideia do direito à cidade como sendo um direito à plena vida urbana do modo em que ela acontece na atualidade. Como o direito de frequentar os espaços desejados, de produzir a cidade e usufruir dessa produção, e de estar nela como um ator participativo socialmente, de habitar a cidade e de ter liberdade dentro deste espaço. Portanto o direito à cidade seria, em suma, o direito de usufruir do espaço urbano, de promover encontros e trocas sem que haja um impedimento do uso pleno de todos os locais pertencentes a ela (LEFEBVRE, 2001).

Sabe-se, porém, que essa ideia descrita acima não é um direito detido por todos. Como no sistema capitalista em geral, a cidade é reservada aos detentores do poder político e econômico (HARVEY, 2008). A classe trabalhadora como um todo fica a cargo de ocupar. É possível que esta ocupe a cidade, faça sua moradia nela, porém não é permitida que se desfrute da cidade como um todo, lhe é concedida apenas algumas áreas específicas (MARICATO, 1996 apud. TRINDADE, 2012). Contudo, o direito à cidade é um direito social, que deve ser concedido pelo Estado as populações de menor renda, porém isso atingiria diretamente aqueles que hoje são os únicos detentores desse direito, logo, estes criam barreiras e dificuldades para que se todos sejam capazes de tê-lo (TRINDADE, 2012).

Ao analisar o discurso acima, fica evidente que, além da classe trabalhadora, outras classes também são privadas do seu direito à cidade. Isso se torna mais claro ainda quando são mostrados alguns números. Segundo o veículo comunicador G1 – São Paulo (2019), 97% das mulheres brasileiras que têm mais de 18 anos já sofreram assédio em transporte público ou privado. Além disso, uma pesquisa da organização internacional de combate à pobreza ActionAid (2016), revelou que 86% das mulheres no Brasil já sofreram assédio em espaços públicos e mais da metade (53%) das adolescentes e jovens adultas, com idades de 14 a 21 anos, sentem diariamente medo de serem assediadas ao saírem de casa (ACTIONAID, 2019).

Em relação às formas desses assédios, 77% das brasileiras já foram assediadas através de assobios, 74% por olhares insistentes, mais da metade (57%) por comentários de teor sexual e 39% das mulheres já foram xingadas em espaços públicos. Além do mais, 44% já



tiveram seus corpos tocados, 37% já foram expostas a exposições não consensual dos homens e 8% das mulheres brasileiras já foram estupradas em espaços públicos (ACTIONAID, 2016).

Não há um marco temporal específico que delimite um momento da história em que as mulheres começaram a ser oprimidas por causa do seu gênero. Inclusive Joan Scott (1999) afirma que a história sempre apagou ou setorizou as mulheres em seus estudos acerca das sociedades. Em uma escala temporal recente, após a abolição da escravidão nos Estados Unidos da América, Opressões de classe, sexo e raça criaram espécies de funções destinadas a determinados grupos. O sistema delegou tarefas específicas a cada um dos grupos oprimidos que não fossem a maioria branca, masculina e burguesa. A partir disso, se consolidou ainda mais a cultura das mulheres realizando trabalhos de serventia e cuidado, restringindo-as a um espaço doméstico de não-produção. Porém, as mulheres vítimas da escravidão e as trabalhadoras fabris enfrentavam além de tudo, a ideia de que, as negras, apenas eram reprodutoras, e não realmente mães, e as operárias super exploradas também não se adequavam ao modelo “dona de casa” já que sua jornada de trabalho era parcialmente fora dela (DAVIS, 2016).

Como visto através dos dados e da discussão o assédio às mulheres no Brasil acontece com extrema frequência, de tal forma que amedrontam diariamente a relação entre esta e o espaço urbano. Isso constitui uma limitação e uma ausência de controle da mulher em relação ao seu próprio corpo (BEZERRA E MEDEIROS, 2016). As informações descritas acima são alarmantes. É incabível ao desenvolvimento social que se tem hoje que milhões de mulheres brasileiras saiam de casa todos os dias, e, ao invés de terem o pleno direito e prazer de ocupar, usufruir e modelar o espaço da sua cidade, as mesmas tenham de viver a sua rotina com medo, colocando em risco seus corpos, sua dignidade e sua vida.

4 CONCLUSÃO

A partir do que foi discutido acima, fica evidente que, na grande maioria, se não na totalidade, dos casos, as mulheres brasileiras têm o seu direito à cidade retirado, pois, a cultura da misoginia não permite que estas usufruam inteiramente do espaço, sem serem invadidas e violentadas. O ideal da mulher “dona de casa”, além do ideal de que os homens



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

são capazes de serem proprietários dos corpos femininos, que está introduzido na cultura de toda sociedade ocidental priva as mulheres de um direito que deveria ser garantido à todas as pessoas (HOFF, 2018). Ressalta-se aqui também que, mesmo dentre as mulheres há diferença na sua possibilidade de ter ou não o direito à cidade, pois mulheres negras, de baixa classe social, lésbicas, transgêneras, dentre outras especificidades, são ainda mais privadas desse direito do que mulheres brancas, heterossexuais e de classes sociais mais altas. Contudo, todas têm algo em comum, que é o fato de serem mulheres. E para a sociedade e o Estado, isso já basta para que não tenham o seu pleno direito à cidade garantido.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. **86% das brasileiras ouvidas dizem já ter sofrido assédio em espaços urbanos.** Organização internacional de combate à pobreza . 2016. Disponível em: http://actionaid.org.br/na_midia/em-pesquisa-da-actionaid-86-das-brasileiras-ouvidas-dizemja-ter-sofrido-assedio-em-espacos-urbanos/. Acesso em: 10 dez. 2019.

ACTIONAID. **53% das adolescentes e jovens brasileiras convivem com medo diário de assédio.** Organização internacional de combate à pobreza. 2019. Disponível em: http://actionaid.org.br/na_midia/pesquisa-assedio/. Acesso em: 10 dez. 2019.

BEZERRA, Mariana, MEDEIROS, Kalianny. “Chega de fiu-fiu”: uma campanha na internet contra assédio sexual em espaços públicos. XVIII Congresso de ciências da comunicação na Região Nordeste. Caruaru. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2016. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-1848-1.pdf>. Acesso em 12 dez. 2019

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** Editora Ática, 3ª edição, n.174, 1995. DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo. Editora Boitempo, 2016,

G1 – SÃO PAULO, GLOBONEWS. **97% das mulheres dizem que já sofreram assédio no transporte público e privado no Brasil, diz pesquisa.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/18/97percent-das-mulheres-dizem-ja-ter-si-do-vitima-de-assedio-no-transporte-publico-e-privado-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2019

HARVEY, David. **O direito à cidade.** New Left Review. n.53. 2008. Traduzido por: Jair Pinheiro – UNESP. Lutas sociais. n.29. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/issue/view/1192>. Acesso em 11 set. 2020



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

HOFF, Tuize Silva Rovere. **A cidade e a mulher : segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS**. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2104/1/Tuize%20Silva%20Rovere%20Hoff.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Editora Centauro. 5ª edição. São Paulo. 2001.
LIMA, Maria Alice Dias da Silva et. al. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa em enfermagem. Revista gaúcha de enfermagem. v.20. n. esp. P.130-142. Porto Alegre. 1999. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23461>. Acesso em 9 jul. 2019.

MARTINS, Jaqueline Pinto. **Metodologia da pesquisa científica**. American World University - Latin American Division. Rio de Janeiro. 4ª edição. 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil para análise histórica**. Universidade de Columbia. Nova Iorque. 1989.

SILVA, Joseli. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional. v.8. n.1. p. 31-45. 2003. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional7.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

TRINDADE, Thiago. **Direitos e cidadania: Reflexões sobre o direito à cidade**. Revista Lua nova. n. 87. p. 139 – 165. São Paulo. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452012000300007&script=sci_abstract&tlng=p. Acesso em: 5 set.2020

VELEDA, Susana. **Geografia e gênero/ Geografia feminista, o que é isto?** . Boletim gaúcho de geografia. n.23. Porto Alegre. 1998. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>. Acesso em: 11 set. 2020.



O COMÉRCIO DE ALIMENTOS EM MOSSORÓ-RN: REFLEXÕES ACERCA DAS CONFIGURAÇÕES DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Erik Albino de Sousa¹; Fábio Ricardo Silva Beserra²

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- erikalbino2018@gmail.com¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- fabioricardo@uern.br²

1 INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir se dá através de uma pesquisa em andamento a respeito das configurações do comércio de restaurantes e lanchonetes em Mossoró, Rio Grande do Norte, a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 2008), sendo uma pesquisa da área de Geografia Urbana.

A partir dessa realidade cabe-se questionamentos de como essas características do espaço urbano, como a fragmentação e reflexo social (econômico, político, cultural...) influência na espacialização dos restaurantes e lanchonetes na cidade, como esses comércios se adaptam, configuram e refletem a realidade dos bairros em que se localizam.

Os objetivos da pesquisa se dá em compreender como os dois circuitos da economia urbana se adaptam às diferentes realidades socioespaciais bairristas em Mossoró, no Rio Grande do Norte; compreender as distintas vantagens e desvantagens de cada circuito em se manter nos bairros em que se encontram e analisar de forma contemporânea como os dois circuitos da economia urbana se configuram na cidade.

As hipóteses levantadas são as de que: Quanto mais valorizado o bairro maior predominância do circuito superior, assim como quanto menos valorizado mais intenso o inferior; O circuito superior como produtos e produtores da fragmentação e desigualdade entre os bairros da cidade.

A pesquisa se faz importante pois a partir dela pode-se compreender como os dois circuitos da economia urbana se adaptam à distintas realidades dos bairros. A partir da pesquisa pode-se expandir a compreensão a respeito de fragmentação e reflexo do espaço



urbano tanto quanto de entendimento dos dois circuitos da economia urbana para com essa fragmentação e reflexo do espaço.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotava para a pesquisa se dará inicialmente a partir de leituras bibliográficas a respeito de espaço urbano para compreender sua fragmentação e desigualdade; dois circuitos da economia urbana, para entendimento de organização e dinâmica de ambos os circuitos.

Também foram feitas pesquisas de dados secundários para selecionamento dos recortes geográficos, dado a partir do Censo de 2010 do IBGE, e seleção dos estabelecimentos escolhidos para análise a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço urbano contém dois circuitos da economia (Santos, 2008) que são distintos em características e finalidades, de um lado há o circuito inferior com baixa tecnologia, pouco capital e produzido por e para a população pobre da cidade, de outro lado há o circuito superior marcado por ser tecnológico, deter capital para investimento e ser usufruído principalmente pela classe média e alta.

Entre os segmentos econômicos do terciário há o comércio de alimentos como restaurantes e lanchonetes que estão entre os mais dinâmicos no cotidiano da população, estes não se apresentam de forma igual nos bairros pois os próprios bairros refletem a desigualdade presente na cidade, os bairros se diferenciam em quesitos como estruturas, vias de transportes, acessibilidade, qualidade de serviços e segurança.

Isto ocorre pois no capitalismo a lógica de expansão do espaço se dá a partir da valorização do espaço pelo capital (CARLOS, 2011), é essa valorização do espaço a partir do capital que faz com que os agentes hegemônicos se apropriem e produzam espaço mais modernos do que outros, fazendo com que seja encontrado na cidade bairros e áreas mais valorizadas do que outras, evidentemente pois o espaço é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social (CORRÊA, 2002).



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Em Mossoró, essa realidade não se faz diferente, a partir do censo demográfico de 2010 pode-se estabelecer na cidade três diferentes faixas de bairros por rendimento médio na população acima de 10 anos de idade. O quadro abaixo traz representação dessas faixas à partir de três faixas de renda:

Quadro 1 – Bairros de Mossoró por faixa de renda média em reais da população a partir de 10 anos e idade

Faixa 1 (2.378R\$ – 2.648R\$)	Faixa 2 (1.045 – 1.867 R\$)	Faixa 3 (510 – 991 R\$)
Nova Betânia (2.648R\$)	Presidente Costa e Silva (1.867 R\$)	Ilha de Santa Luzia (991 R\$)
Centro (2.378R\$)	Doze Anos (1.551 R\$)	Santo Antônio (977 R\$)
	Rincão (1.150 R\$)	Boa Vista (972 R\$)
	Abolição (1.126 R\$)	Planalto 12 de Maio (964 R\$)
	Alto de São Manoel (1.121 R\$)	Alto do Sumaré (942 R\$)
	Paredões (1.045 R\$)	Santa Delmira (916 R\$)
		Bom Jardim (895 R\$)
		Pintos (894 R\$)



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Dix-Sept Rosado
(866 R\$)

Aeroporto (847
R\$)

Alagados (786 R\$)

Belo Horizonte
(742 R\$)

Dom Jaime (734
R\$)

Redenção (690
R\$)

Lagoa do Mato
(685 R\$)

Bom Jesus (664
R\$)

Barrocas (594 R\$)

Itapetinga (510
R\$)

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

As realidades diferentes dos bairros fazem surgir nestes mercados de consumo diferentes, além de diferenças em infraestruturas e modernidade, a qual podem ser classificados entre os dois circuitos da economia urbana.

Para Santos (2004) isto se realiza pois há uma tendência no espaço deste se organizar reproduzindo suas linhas de forças já desenvolvidas devido a procura desordenada de um



lucro máximo, acarretando na preferências de algumas áreas em detrimento de outras onde uma vez estabelecida essa concentração e valorização de alguns espaços este tende a afirmar-se cada vez mais.

4 CONCLUSÕES

Diante do debate exposto seria injusto confirmar considerações finais ao trabalho em desenvolvimento, levando-se em consideração de que o trabalho aqui apresentado está aberto à novas perspectivas.

Vale ter em conta que a temática da pesquisa precisa está em constante atualização, ora pois, a realidade não é neutra, surgem novas técnicas, a globalização se acentua cada vez mais, assim como o capitalismo solidifica-se cada vez mais intensificando suas características tanto nas desigualdades dos circuitos, quanto na população e na cidade.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo. Contexto, 2011.

CORRÊA. Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro. Ed. Ática. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)**. Disponível em: <
<https://cnae.ibge.gov.br/?view=divisao&tipo=cnae&versao=10&divisao=56>>. Acesso em: 20/09/2020.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____, Milton. **O espaço Dividido: Os dois circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos**. 2 ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.



FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E OS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS FECHADOS: UM ESTUDO DE CASO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LARANJAL, PELOTAS/RS

Gerson da Rocha Correa¹; Tiaraju Salini Duarte²

Universidade Federal de Pelotas- gerson.r.correa@hotmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas- tiaraju.ufpel@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

No Brasil Contemporâneo, o espaço urbano tem passado por significativas mudanças, e entre elas destaca-se a fragmentação territorial através da construção de espaços de moradia exclusivos, os quais impulsionam novas formas de ocupar e viver as cidades brasileiras. Contribuindo com estas mudanças destaca-se o desenvolvimento do mercado imobiliário no país, especificamente o relacionando aos condomínios residenciais fechados. De acordo com Souza (2008), esse modelo de *habitat* iniciou sua ascensão nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro por meados da década de 1970, e se caracterizam como agrupamentos de casas e prédios residenciais.

A expansão destas estruturas urbanas fragmenta e transforma não somente a ocupação material do espaço, mas também a maneira como se percebe o cotidiano das cidades brasileiras e, de acordo com Soares (2006), ocorre uma mudança nas formas tradicionais de concentração urbana, um evidente processo de dispersão espacial.

Diante deste contexto destaca-se a expansão dos condomínios residências fechados nas cidades médias pós década de 1990 e, derivado deste movimento, enquadra-se nosso recorte empírico da pesquisa, o município de Pelotas, localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul. Ao discutirmos estas estruturas de enclausuramento no recorte da pesquisa podemos observar seu crescimento a partir dos anos 2000, e com o passar das décadas subsequentes, houve um maior investimento na área imobiliária.

Neste cenário de constantes fragmentações do tecido urbano e dos processos excludentes e includentes que estão sendo gerados devido a esse fenômeno, elenca-se como objetivo geral do presente artigo compreender as mudanças que ocorrem no espaço urbano em



decorrência do fenômeno dos condomínios residenciais fechados, tendo como recorte empírico a região administrativa do Laranjal, localizada no município de Pelotas/RS.

2 METODOLOGIA

Como perspectiva metodológica, o presente artigo possui como principal ferramenta a revisão de literatura. Salientamos que esta representa um importante elemento para a ciência, tendo em vista que a discussão teórica possibilita construirmos, através do pensamento de diversos pesquisadores, novos saberes.

Para tanto, buscou-se a partir de autores basilares que tratam da referida temática, construir um arcabouço teórico para analisar a produção destas sobre estas estruturas urbanas. Neste sentido, busca-se em Marcelo Lopes de Souza (2008), Paulo Roberto Soares (2006), Ana Fani Alessandri Carlos (2007), Nelson Baltrusis e Maria Camila Loffredo D'Ottaviano (2009), Marta Martins (2013), Guénola Capron e Maria Teresa Hernandez (2016), a base teórica para dar conta do nosso objetivo de pesquisa.

Como base de dados para analisar a expansão dos condomínios residenciais no município de Pelotas, utiliza-se fontes oficiais, como por exemplo, informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Pelotas através do site <https://geopelotas-pmpel.hub.arcgis.com>, sobre uso e ocupação do solo no recorte empírico da pesquisa. Também foi utilizado como metodologia para o levantamento de dados a pesquisa hemerográfica, a qual baseia-se em informações publicadas em jornais.

Destaca-se ainda que a presente escrita é um recorte do projeto de pesquisa desenvolvido no Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Pelotas, o qual versa sobre a fragmentação do tecido urbano e sua relação através da formação de condomínios residenciais fechados no município de Pelotas/RS.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Os Condomínios residenciais fechados: o medo e a insegurança como discursos de exclusão



Ao discutir o fenômeno dos condomínios residenciais fechados, identifica-se um crescente movimento de incentivo a estas estruturas urbanas no Brasil, tornando-se parte do imaginário social brasileiro como sinônimo de segurança e tranquilidade. Logo, em diversas cidades brasileiras estão se construindo estas “novas” formas de moradia como solução para um problema estrutural: a violência e o medo do espaço urbano.

No Brasil os elevados índices criminais (mesmo que dispersos no território nacional de forma distinta) e a construção de um discurso de ausência de segurança tornam-se os motivos aparentes para fazer com que a população procure esse modelo de moradia. Como nos indica Souza (2008), os condomínios prometem solucionar os problemas de segurança dos indivíduos. Porém, estes não solucionam tal situação, mas sim corroboram com o discurso de fragmentação do tecido urbano.

Souza (2008) disserta que, a autosegregação para os condomínios residenciais fechados é uma solução escapista, pois, eles prometem solucionar problemas de segurança de indivíduos e famílias de classe média ou da elite, porém não solucionam as causas da violência e da insegurança. Logo viver entre os muros de um condomínio residencial fechado pode deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade, pois viver na “bolha” pode debilitar até mesmo questões políticas e ideológicas. Nesse sentido, a fragmentação territorial a partir do fenômeno dos condomínios residenciais fechados tem contribuído para o não viver a cidade, produzindo a autosegregação e reforçando problemas estruturais das cidades brasileiras.

3.2 A região administrativa do Laranjal e o recente movimento de fragmentação territorial no município de Pelotas

A política de condomínios residenciais no município de Pelotas tem início através de políticas públicas de incentivo ao setor da construção civil voltado principalmente a classe média e baixa. Todavia, a partir dos anos 2000 surgem os denominados condomínios urbanísticos de lotes, os quais caracterizam-se por possuir na sua essência uma estrutura de segregação espacial através da construção de muros.



Segundo a Prefeitura Municipal de Pelotas (2020), atualmente existem um total de 9 condomínios urbanísticos de lotes (figura1), sendo 6 localizados na região administrativa do Laranjal.

Figura 1: Número de condomínios urbanísticos de lotes no município de Pelotas/RS.

CONDOMÍNIOS URBANÍSTICOS DE LOTES		
Quantidade	Área total (km²)	% da Zona Urbana
9	1,45	0,71%

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2020.

Na última década podemos observar um grande investimento na construção de condomínios de “alto padrão”, destacando-se a região administrativa do Laranjal e do São Gonçalo, regiões do município com baixo valor de mercado, mas que tornaram-se, através de uma revitalização urbana, áreas de grande valor na atualidade. De acordo com Carlos (2007, p. 89), a revitalização é, antes de mais nada, um processo de revalorização do solo urbano que muda o uso do espaço pela imposição do valor de troca, expulsando aquele que não está apto a pagar por ele. Seguindo esta lógica destacam-se os bairros como o Laranjal, que tiveram uma imediata valorização com o movimento imobiliário em conjunto com os investimentos públicos de reestruturação urbana. Identifica-se então um grande investimento discursivo desta área como desejo de consumo de uma determinada classe social, podendo ser destacado nesta região, os condomínios Veredas Altos do Laranjal e o Alphaville Pelotas.

Estas estruturas apresentam além de uma gama de serviços específicos destinados aos residentes, um aparato de estruturas de segurança que limitam a entrada de pessoas. Baltrusis e D'Ottaviano (2009), destacam que: “[...] uma parte da população mais rica se isola da cidade real e constrói seus espaços de moradia em condomínios e loteamentos fechados, renegando a função pública da cidade, fragmentando o espaço urbano e contribuindo para a consolidação da não-cidade”.

A expansão desses condomínios vem desenvolvendo um processo de fragmentação do espaço urbano pelotense, assim como, traz consigo um processo excludente dentro do município. O investimento imobiliário, incentivado em parte pela estrutura construída pelo poder público na revitalização das vias urbanas da cidade denota a seletividade espacial no uso e ocupação do solo.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação urbana por diversos atores sociais denota um movimento contraditório e conflituoso que está envolto pelo interesse de uso do espaço e sua relação com a reprodução do capital. O surgimento de novas centralidades no espaço urbano relaciona-se muitas vezes com discursos desenvolvido por agentes de exclusão, públicos e privados, que não necessariamente estão relacionados a um planejamento urbano que produza igualdades espaciais.

Dessa forma, os agentes imobiliários vêm contribuindo para o aumento da fragmentação urbana brasileira, assim como, para os processos excludentes, visto que, condomínios residenciais fechados para famílias de classe baixa, estão se tornando cada vez mais improváveis de serem erguidos.

Neste sentido, o presente artigo demonstrou que na contemporaneidade as transformações do espaço urbano vêm correndo em diversas escalas, criando, processos de fragmentação territorial. Em nosso recorte empírico ficou evidente a construção de um discurso de consumo voltado a classes com maior poder aquisitivo em conjunto com a formação de ações de revitalização pública em determinadas áreas da região administrativa do Laranjal – Pelotas/RS, as quais possibilitaram que esta área desenvolva a construção de diversos condomínios residenciais fechados.

REFERÊNCIAS

BALTRUSIS, Nelson; D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. **Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana.** Cad. CRH, v.22, n.55, p. 135-149. 2009.

CAPRON, Guénola; HERNÁNDEZ, Maria Teresa. **El enclave urbano, lógica socioespacial de la periferia urbanizada y sus efectos sobre la segregación residencial y la fragmentación urbana.** Rev. Colombiana, v.25, n.2, p. 127-150. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade.** 1.ed. São Paulo: Ed. FFLCH. 2007. p. 87-91

CARVALHO, E. (2003). **Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras.** Script Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais. p. 70-83



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

GARCÍA, Francisco Adolfo; PERALTA, Marial del Pilar. **Conjunto habitacional multifamiliar fechado e seu ambiente urbano: uma nova geografia simbólica na cidade de Cali (Colômbia)**. Revista EURE, v.42, n. 126, p. 77-96. 2016.

MARTÍNS, Marta. **Condomínios habitacionais fechados: (im) precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida**. Revista Sociologia, v. 26, p. 61-80. 2013.

RAPOSO, Rita. **Condomínios fechados em Lisboa: paradigma e paisagem**. Revista Análise Social, v.18, n.186, p. 109-131. 2008.

SOARES, Paulo Roberto. **Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no sul do Brasil**. 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro.



O CONCEITO DE TERRITÓRIO USADO E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO BRASIL NA CONTEMPORANEIDADE

Guilherme Augusto Cabreira¹; Tiaraju Salini Duarte²

Universidade Federal de Pelotas-cabreiragui@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas-tiaraju.ufpel@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

Através de uma consulta ao termo técnico território no dicionário Akal de geografia humana, depara-se com a tentativa de definir este conceito que é fundamental para as análises geográficas e também para outros ramos, sobretudo das ciências humanas. Tal definição aponta o território como “Término general utilizado para describir lá porción de espacio ocupado por una persona, grupo o ESTADO” (JOHNSTON, 2000, p. 562).

Portanto, tal concepção liga os conceitos de território, espaço e extensão, sobretudo quando se fala de Estado, pois a constituição de um país soberano pressupõe a existência de uma extensão espacial com limites territoriais previamente demarcados, onde o território configura-se como o nome político para o espaço de uma nação, “Contendo limites de soberania, propriedade, disciplina, vigilância e jurisdição, o território transmite psicologicamente a sensação de fechamento” (GEIGER, 1996, p. 235).

As novas dinâmicas territoriais do período da globalização econômica fazem com que surja no interior do conceito de território novos recortes analíticos, implicando em debates sobre o seu uso como resultado de novas funcionalidades, pois:

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de verticalidades e horizontalidades. (SANTOS, 1996, p. 16)

Nesta discussão sobre as múltiplas formas de compreender o conceito território que desenvolvemos o objetivo da presente pesquisa, o qual busca analisar a relação entre o processo de globalização econômica e o conceito de território usado trazido por Santos (2001, p.20), o qual “aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” como uma das dimensões singulares do espaço geográfico.

2 METODOLOGIA



Por se tratar de um trabalho teórico, a análise dos referenciais basilares foi feita mediante o recurso metodológico chamado *análise de conteúdo*, que é composta por estratégias que buscam extrair e sistematizar o conteúdo textual. Portanto a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) é feita mediante procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão do processo de constituição do território torna necessária uma periodização com base em variáveis escolhidas de acordo com um determinado contexto, pois a definição deste conceito reside na soma e na síntese das histórias do passado e do presente, levando em conta, portanto “[...] interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana [...]” (SANTOS, 2001, p.247), cabendo ao pesquisador escolher as variáveis chaves que irão comandar em um determinado período o sistema de variáveis.

Portanto, seguindo a lógica da indissociabilidade e interdependência entre os sistemas naturais e a ação humana, aponta-se que a significação real das configurações territoriais está intrinsecamente ligada as ações historicamente realizadas sobre ela. Existem múltiplas variáveis que constituem as ações realizadas com o propósito de utilização do território, perpassando desde os elementos econômicos, sociais e os elementos de engenharia (técnica, objeto técnicos e insumos técnico-científicos), pois:

O uso do território pode ser definido através da implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de *sistemas de engenharia*, mas também dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (SANTOS, 2001, p.21)

Através do processo da globalização, as manifestações de uso do território passaram a adquirir novas formas e funcionalidades, orientada por uma lógica externa de adaptação as novas dinâmicas de regulação econômica e paralelamente uma renovação sistêmica dos sistemas de engenharia, pois “a rarefação seletiva dos sistemas de engenharia, a partir característica de antigas divisões territoriais do trabalho, não estimulava a presença de outros capitais, fixos ou especulativos, em certas regiões” (SANTOS, 2001, p.102). Seguindo esta



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

lógica externa da necessidade de renovação dos sistemas de engenharia é que o sistema financeiro mundial atua como órgão regulador de determinadas ações do Estado.

O território brasileiro inserido nesta lógica global enfrenta um processo intensivo de transformação, resultando em alterações significativas e renovando a materialidade do território. No primeiro momento estas mudanças ocorrem através de acréscimos técnicos como as infraestruturas de irrigação, barragens, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, hidrovias, instalações ligadas à energia elétrica, refinarias e dutos, as bases materiais das telecomunicações, etc. Todas estas transmutam assim suas dinâmicas internas, atingindo as condições necessárias para a dinamização dos processos produtivos:

Resultado de um trabalho permanente e, sobretudo, da progressiva incorporação de capitais fixos e constantes, com ênfase em certos pontos, o território brasileiro metamorfoseia-se em meio técnico-científico-informacional. Este é a cara da globalização. Os mencionados acréscimos de ciência, tecnologia e informação ao território são, ao mesmo tempo, produto e condição para o desenvolvimento de um trabalho material e de um trabalho intelectual, este tornado indispensável, já que antecede a produção. (SANTOS, 2001, p.101)

O processo de modernização do território através da expansão do meio técnico-científico-informacional apresenta características seletivas que privilegia algumas regiões em detrimento de outras, criando no interior brasileiro uma nova geografia, caracterizada por regiões do mandar e regiões do fazer, expressão cunhada por Milton Santos (1996). Esta seletividade faz com que “[...] num movimento desigual e combinado, cria-se uma nova geografia do Brasil, caracterizada, quanto à nova tecnosfera, por uma Região concentrada e por manchas e pontos [...] característica do presente período histórico” (SANTOS, 2001, p.103).

Este movimento desigual possui implicações territoriais muito marcadas, e advém do fato de que no período da globalização o processo de valorização e desvalorização do território foi acelerado, sendo resultado de uma tentativa colocar o Brasil na rota dos grandes investidores do capital internacional:

Com a globalização, o país busca tornar-se viável ao enraizamento dos grandes capitais. Adaptam-se as condições de regulação da economia e do território e, paralelamente, dá-se um esforço para reequipar algumas áreas. (SANTOS, 2001, p.109)

Decorrente destes fatores surge fenômenos extremamente significativos, como o processo de descentralização industrial, a cientifização da agricultura brasileira, uma nova divisão territorial do trabalho, que agora passa a ser organizada mediante a lógica das



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

especializações que segmentam o território, e por último, porém não menos importante cria no interior dos estados e municípios brasileiros uma acirrada guerra fiscal (guerra dos lugares). Estes conflitos no interior do território nacional produzem uma serie de disputas entre os estados, os quais buscam oferecer os melhores dados técnicos e condições políticas para a atração de novas empresas e para a transferência de unidades preexistentes. De forma sintética a reorganização produtiva do território, ou sua metamorfose em meio-técnico-científico-informacional no período da globalização tem como consequência:

a descentralização industrial, despontam belts modernos e novos fronts na agricultura e especializações comerciais e de serviços se desenvolvem em porções do país que apenas no período atual puderam acolher vetores da modernidade. Torna-se mais densa a divisão territorial do trabalho, que se aprofunda ainda mais nas áreas já portadoras de densidades técnicas. É o caso da Região Concentrada do Brasil. (SANTOS, 2001, p.105)

A nova divisão territorial do trabalho na era da globalização, que possui como grande objetivo a especialização dos lugares, impõe a necessidade de cooperação entre diversos pontos do território pelo fato da necessidade constante de interligar elementos produzidos em diferentes regiões em um único polo, para ser convertido em produto final. Ainda nesta ótica, a transformação do território em meio técnico-científico-informacional configura-se como elemento central na reestruturação produtiva baseada na especialização dos lugares, ou mesmo como elemento fundante deste processo, denominado fatores técnico-sociais de localização, envolvendo (SANTOS, 2001) o barateamento dos transportes, que viabiliza o deslocamento de matéria prima e produtos finais, o maquinário, a informação especializada, a força de trabalho qualificada, consolidando o processo de especialização territorial, estabelecido agora através de condições técnicas e sociais, e não mais naturais.

4 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Compreender a constituição do território usado a partir dos múltiplos elementos dinâmicos que o compõem configura-se hoje como um instrumento da interpretação geográfica que não ignora o fato desta categoria ser composta por elementos que são históricos. Frente a esta característica, o presente artigo buscou construir uma análise que demonstra a relação entre o conceito de território usado e o processo de globalização econômica, o qual culmina com significativas transformações na forma como o Estado se organiza. O processo de formação e consolidação abarca elementos que constituem resquícios



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

onde determinadas regiões acabam por ser subordinadas perante as outras, decorrente da competição regional intensificada no período da globalização no interior das economias periféricas alocadas fora dos grandes centros hegemônicos de poder, buscando esforços para a compreensão da história da formação e reconstrução da sociedade e do território (SANTOS, 2001; MACHADO, 2006).

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. In: Faculdade de ciências sociais e humanas. Lisboa: Persona, 1982.
- GEIGER, P. P. **Des-territorialização e espacialização**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- JOHNSTON, R.J. et al. **Dicionário Akal de Geografia Humana**. Barcelona: Akal, 2000.
- MACHADO, T. A. **DA FORMAÇÃO SOCIAL EM MARX À FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MILTON SANTOS: UMA CATEGORIA GEOGRÁFICA PARA INTERPRETAR O BRASIL?** Revista GEOgraphia - Ano. 18 - Nº38 – 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/viewFile/13774/8974>
- SANTOS, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Milton Santos, María Laura Silvera. – 6ª ed. – Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.



NATUREZA E NEOLIBERALISMO: AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS RELAÇÕES ESTADO-EMPRESA

Johana Maiy Alecrim Alves Gomes¹; Rogério Haesbaert²

Universidade Federal Fluminense- johana.gomes@hotmail.com¹

Universidade Federal Fluminense-Prof.dr²

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a definição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) - Lei nº 9.985 de 2000, as unidades de conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, instituídas pelo Poder Público e com regime especial de administração, voltado para o cumprimento do seu objetivo: conservação. Temos, na legislação nacional, uma série de categorias de unidades de conservação, que são a principal estratégia de proteção ambiental utilizada no Brasil, existente no país desde 1937 – quando foi criado o primeiro Parque Nacional, o de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro. Desde então a política ambiental sofreu diversos reajustes: mudanças na legislação, dissolução e criação de novos órgãos e sistematização nacional. Mas em um contexto recente algumas mudanças foram significativas.

Apenas quatro Parques Nacionais (PN) abertos à visitação funcionavam a partir do regime de concessão privada até 2017 no Brasil, mas neste ano foram apresentadas novas diretrizes, sobretudo em relação a concessão de serviços de apoio à visitação, o que fez com que a legislação fosse flexibilizada e editais de concessão fossem abertos em grande velocidade. Com o novo governo, a tendência se manteve, já que o programa do governo Temer foi entregue ao governo Bolsonaro, que dá continuidade a esse processo. Existe um programa governamental iniciado em 2016, nomeado Projeto “Parcerias



Ambientais Público-Privadas”, o PAPP, que representa a sistematização de todo o aparato institucional envolvido nesse interesse: a privatização de unidades de conservação, tendo como objetivo formular e aplicar modelos de parcerias ambientais público-privadas direcionadas para o aproveitamento sustentável das potencialidades econômicas das unidades de conservação, segundo o site institucional¹¹. Buscando apresentar os entrelaçamentos recentes entre poder público e empresas privadas na busca pelo aumento da gestão privada sobre as unidades de conservação, o objetivo do trabalho é investigar como as ações do Projeto Parcerias Ambientais Público-Privadas (PAPP) desde 2016 estão relacionadas a um contexto econômico neoliberal.

2 METODOLOGIA

São necessárias diferentes etapas metodológicas para a realização desta proposta de pesquisa, a partir de uma metodologia instrumental/operacional e fundamento teórico, composta por pesquisa bibliográfica com seleção e análise teórico-conceitual, e pesquisa documental, centrada na investigação das ações do PAPP através dos meios digitais, e também direcionada à busca por mudanças legislativas recentes que flexibilizaram os regimes de concessão. Serão utilizados como suporte teórico autores que discutem a questão da política ambiental, como Aclserad (2004) e Diegues (1996). Para pensar desenvolvimento sustentável e sua relação com o contexto neoliberal, Dardot e Laval (2016), Oliveira (2011), Harvey (2008), Penna-Firme (2015).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto neoliberal o papel do Estado é estabelecer também as estruturas legais que garantam a propriedade individual e o funcionamento dos mercados, além da criação dos

¹¹ Ver mais em: <http://www.papp.org.br/sobre/>. Acesso em fevereiro de 2020.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

próprios mercados, como a terra, a água e a poluição ambiental, segundo Harvey (2008, p. 12). Penna-Firme (2015, p. 113) chama de neoliberalização da natureza todo um conjunto de ações e também discursos utilizados por governos e instituições na formulação de legislações ambientais, e as parcerias entre Estado e empresas privadas, as Parcerias Público-Privadas, têm sido determinantes na criação de áreas protegidas (BROCKINGTON, DUFFY & IGOE, 2008, p.167). Em 2018 foi estabelecida a Lei nº 13.668, que passou a permitir a concessão de serviços ou áreas de unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação, e após essa medida, a empresa Hope, operadora até então PN Serra dos Órgãos, se torna também operadora do PN Pau Brasil, e em 2019 se torna também operadora do Parque Nacional do Itatiaia (PNI). No mesmo ano o PN Chapada dos Veadeiros passou a ser operado pela empresa Sosicam, do consórcio Sociparque. Há em curso consultas públicas em relação aos parques nacionais dos Lençóis Maranhenses (MA), do Caparaó (MG), de Jericoacoara (CE) e da Serra da Bodoquena (MS), entre outros.

O Estado, no neoliberalismo, se coloca a serviço de interesses oligopolistas, e os delega grande parte da gestão de diferentes esferas, como a cultural e a turística (Dardot e Laval, 2016, p. 287). As grandes instituições internacionais criadas no pós-guerra, como o FMI e Banco Mundial, que estavam envolvidas com as normatizações ambientais, foram, segundo Dardot e Laval, os principais vetores de imposição dessa nova norma neoliberal. O cenário que se forma não é então uma hibridização entre meios privados e públicos, e sim a transformação do Estado em uma empresa a serviço das empresas, legitimado na concepção de que a gestão privada é mais flexível e eficaz que administração pública. Compete a ele agora construir o mercado e se construir sob as normas do mercado. Dentre as consequências dessa racionalidade, os autores elencam (2016, p. 379-80) a conformação da ação pública aos critérios da produtividade e rentabilidade, o fortalecimento do Executivo, promoção do cidadão-consumidor e o grande peso do caráter técnico na reflexão da administração pública, com esvaziamento do debate político e social. Podemos observar todos esses elementos na tendência de privatização de áreas protegidas. As unidades de conservação, que tem como objetivo o impedimento da degradação ambiental, passam a ser pensadas por critérios de rentabilidade. Além disso, é através de decisões governamentais que tentativas arbitrárias acontecem. O turista consumidor é cultuado, e todo o caráter técnico-científico esvaziado de debate social apareceu em certos momentos na construção da política ambiental. O Projeto



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Parcerias Ambientais Público-Privadas (PAPP) se coloca, dessa maneira, como uma consequência do neoliberalismo em curso.

4 CONCLUSÕES

De acordo com Brockington, Duffy & Igoe (2008, p.132) o desenvolvimento da atividade turística tem sido moldado por mudanças globais que vem acontecendo desde o final da Guerra Fria e início da globalização, sendo o turismo uma estratégia de desenvolvimento que é parte do contexto global do neoliberalismo. A emergência desse modelo nos anos 1980 coincidem com a expansão global da indústria do turismo, assim como coincidem com a expansão da influência das organizações internacionais. O aumento significativo de gestão privada em áreas protegidas no Brasil torna necessário inserir a dimensão política da questão ambiental nos debates sobre território, na busca por investigar intencionalidades envolvidas nos discursos conservacionistas. É necessário o aprofundamento desse debate em um contexto de desmonte da política ambiental no país.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: ACSELRAD, H. (org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- BRASIL, **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- BROCKINGTON, D, DUFFY, R AND IGOE, J. **Nature Unbound. Conservation, Capitalism and the Future of Protected Areas**. London: Earthscan. 2008.
- DARDOT, P. e LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**, São Paulo, Boitempo. 2016.
- DIEGUES, A. C. S. 1996 **O mito moderno da natureza intocada**, São Paulo, Hucitec: Nupaub-USP
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- OLIVEIRA, L. D. **A Geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio De Janeiro (RIO-92)**. Tese de Doutorado. 2011.
- PENNA-FIRME, R. **Mercados “Verdes” e a apropriação de terras para finalidades de conservação da natureza**. *Ciência Geográfica - Bauru - XIX - Vol. XIX - (1): Janeiro/Dezembro*. 2015
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



TERRITÓRIOS E REDES DAS INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL

Josuan Avila da Conceição¹; Paulo Roberto Rodrigues Soares²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-conceicaojosuan86@gmail.com¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul- prrsgeo@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho sintetiza a nossa pesquisa no programa de Pós-graduação, nível Doutorado, em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na qual aborda-se as redes de produção da indústria arroseira neste estado, apontando a sua organização territorial tanto em escala regional, quanto em níveis nacional e global.

O arroz é um dos principais componentes da alimentação diária da população brasileira, presente no seu cotidiano desde os primórdios da colonização. Não por mero acaso, o Brasil está entre os dez maiores produtores e exportadores do grão no planeta. Nacionalmente, o estado do Rio Grande do Sul é o líder nacional na produção de arroz, respondendo em torno de dois terços do total que é produzido no país, estando o setor entre os mais dinâmicos e importantes para a própria economia gaúcha como um todo.

Existe uma grande cadeia produtiva que está intrinsecamente articulada entre si, com a participação de diversas unidades de beneficiamento (contando com uma infraestrutura significativa, com silos para armazenagem e secagem), bem como de filiais de distribuição das mercadorias, especialmente em regiões fora do território gaúcho. A economia arroseira gaúcha demonstra uma série de inovações tecnológicas que aprimoram tanto a sua escala, quanto o seu escopo de produção, o que favorece a expansão de suas empresas, inclusive algumas chegando ao patamar de grandes conglomerados com atuação em outros países, além da exportação e importação de grãos e insumos.

Postas essas informações, o objetivo da pesquisa é mensurar a importância da indústria arroseira do Rio Grande do Sul, demonstrando os seus principais agentes, bem como as suas respectivas unidades de beneficiamento (localizada internas e externamente ao Rio Grande do Sul), territórios de abrangência de seus mercados e redes de articulação para a produção e distribuição do arroz beneficiado.



2 METODOLOGIA

No embasamento teórico, trazemos as contribuições de Mendez (2004) e Mendez e Caravacca (1999) sobre o setor industrial em relação à sua evolução e inovação tecnológica, entre outros aspectos. Para analisar a cadeia produtiva do arroz no Rio Grande do Sul, aplicam-se os trabalhos de Ayres (2010), Beskow (1984), Henkin (2010), Oliveira Neto (2015), Souza (2014) e Zamberlan (2011), que enfocam tanto o contexto histórico, quanto a estrutura produtiva das indústrias arrozeiras no estado.

Por último, recorremos a metodologia estabelecida pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) versão 2.0 - formulada pela Comissão Nacional de Classificação no ano de 2006 e administrada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - para delimitar o objeto de estudo do presente trabalho. Para a pesquisa, considera-se como integrantes do objeto de estudo as empresas (e seus respectivos estabelecimentos de produção) que estejam classificadas na Classe 10.61-9, intitulada de Beneficiamento de Arroz e subordinada à Seção C "Indústrias de Transformação", Divisão 10 "Fabricação de Produtos Alimentícios, de acordo com a estrutura da CNAE 2.0.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção arrozeira no Rio Grande do Sul data de inícios do século XX. Ela passa a seguir moldes capitalistas desde o seu início, ao contrário da economia charqueadora, que se encontrava em franca decadência nesse período. As estratégias de mercado adotada pelos agentes desde então, bem como as inovações técnicas adotadas pelos mesmos, influenciam para a expansão e consolidação da economia arrozeira no Rio Grande do Sul.

Existem em torno de cento e oitenta unidades de beneficiamento de arroz no estado, sendo que somente dezoito delas são responsáveis por aproximadamente 46% (quarenta e seis por cento) do total beneficiado no estado dentro do mesmo ano. Tais estabelecimentos são organizados por dez grandes empresas arrozeiras, presentes em vários municípios, destacando-se: Pelotas, Camaquã, Itaqui, Alegrete, São Borja, entre outros. Tais municípios destacam-se por serem os principais pólos territoriais de beneficiamento de arroz, respondendo pela maior parte do beneficiamento de arroz realizado no estado. A tabela a



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

seguir apresenta a relação das dez maiores empresas de beneficiamento do arroz, elaborada pelo IRGA no ano de 2018, quanto ao total de produção realizada.

Tabela 01 - Relação das dez maiores empresas de beneficiamento de arroz do Rio Grande do Sul - ano 2018

Empresa	Unidades	Beneficiamento total (Toneladas)	Participação no total beneficiado (%)
Camil Alimentos S/A.	4	745.062	12,85
Josapar - Joaquim Oliveira S/A. Participações	2	471.404	8,13
Pirahy Alimentos Ltda.	2	230.412	3,98
Arrozeira Pelotas Ind. Com. Cereais Ltda.	1	225.300	3,89
SLC Alimentos Ltda.	1	204.373	3,53
Urbano Agroindustrial Ltda.	1	189.309	3,27
Cooperativa Tritícola Sepeense Ltda.	3	167.857	2,90
Santa Lucia S.A.	2	141.170	2,44
Nelson Wendt & Cia. Ltda.	1	135.208	2,33



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

CAAL - Cooperativa Agroind.l Alegrete Ltda.	1	134.950	2,33
Total das dez empresas	1 8	2.645.04 5	45,63
Total geral do Rio Grande do Sul	1 77	5.796.17 8	100,00

Fonte: IRGA

Além dos estabelecimentos instalados no Rio Grande do Sul, as empresas de beneficiamento também possuem uma ampla rede. Cita-se, apenas ficando nos dois primeiros lugares, as empresas Camil Alimentos S/A. e Joaquim Oliveira S/A. Participações. No caso da primeira, ela atende um grande mercado tanto dentro do país, quanto nos vizinhos da América do Sul. Entre 2007 e 2009, a Camil Alimentos adquire as empresas uruguaia Saman e a chilena Tucapel, líderes no beneficiamento de arroz em seus respectivos países, passando a ter hegemonia no mercado de arroz nos mesmos. No Brasil, a empresa adquiriu a BB Mendes, complexo industrial instalado no Maranhão, expandindo a sua rede no país.

A Josapar possui unidades de beneficiamento em diversas cidades do estado e no país. Além de Pelotas, onde fica a sua matriz, a empresa conta com fábricas nos municípios de Itaquí, Santa Vitória do Palmar e Dom Pedrito, possuindo infraestrutura de silos de armazenagem em cada localidade. Outros municípios nos quais a Josapar também se faz presente são nos municípios de Campo Largo (Paraná), Recife (Salvador), Fortaleza (Ceará), Belo Horizonte (Minas Gerais) e Brasília, nessas já com filiais de distribuição dos produtos beneficiados, o que também viabiliza a rede de negócios da empresa ao longo do território nacional.

4 CONCLUSÕES

Muitas questões ainda precisam ser esclarecidas pela presente pesquisa, dada a intensidade das redes estabelecidas pelas arrozeiras gaúchas. Contudo, os resultados



preliminares mostram que existe uma dinâmica territorial dessas empresas, evidenciando o dinamismo das indústrias arrozeiras, nas diferentes escalas geográficas em que elas se fazem presentes. Compreender o processo de produção e distribuição das empresas de beneficiamento do Rio Grande do Sul ajudam não somente a conhecer a estrutura produtiva da cadeia do arroz, como também trazer contribuições que promovam uma política de desenvolvimento socioeconômico em escala regional.

REFERÊNCIAS

AYRES, A (et. al). "Indústria arrozeira no Rio Grande do Sul: notas sobre a localização da atividade e a estrutura produtiva". In: **Encontro de Economia Gaúcha**. v. 5, 2010, Porto Alegre. Anais. Disponível em: <<http://cdn.feee.tche.br>>. Acesso em: 14 agosto de 2020.

BESKOW, P. R. **A formação da economia arrozeira no Rio Grande do Sul**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 1984. p. 55-84.

Camil Alimentos S.A. Disponível em: <<https://camilalimentos.com.br>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

CONCLA - Comissão Nacional de Classificação. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/concla.html>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

HENKIN, H. **A Economia do Arroz**: competitividade e estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2010.

IRGA - Instituto Riograndense do Arroz. Disponível em: <<https://irga.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

JOSAPAR. Disponível em: <<https://josapar.com.br/a-empresa/>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

OLIVEIRA NETO, A. A. de. (org.). **A Cultura do Arroz**. Brasília: Conab, 2015.

MENDEZ, R. **Geografía económica**: La lógica espacial del capitalismo global. 2ª. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

MENDEZ, R.; CARAVACA, I. **Organización Industrial y Territorio**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

SOUZA, A. R. L. de. **Competitividade da cadeia produtiva de arroz beneficiado do Rio Grande do Sul e do Uruguai**: um estudo utilizando a Matriz de Análise de Políticas (MAP). Tese (Doutorado em Agronegócios). Porto Alegre: UFRGS, 2014.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

ZAMBERLAN, C. O. **Comportamento inovador dos agentes agroindustriais:** uma análise da agroindústria de beneficiamento de arroz no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Porto Alegre: UFRGS, 2011.



A FICÇÃO-CIENTÍFICA ENCONTRA A REALIDADE: UMA ANÁLISE DA OBRA BLADE RUNNER E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Leonardo Kegles¹; Tiaraju Salini Duarte²

Universidade Federal de Pelotas -kegles_leonardo@hotmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas-tiaraju.ufpel@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

A arte e o mundo vivido estão ambos entrelaçados; em determinados momentos da nossa história a arte influenciou o mundo e vice-versa. Esta perspectiva torna-se mais evidente ao analisarmos a arte contemporânea, como por exemplo o cinema, a partir de seus movimentos e gêneros que fazem a "sétima" arte tornar-se mais incorporada no cotidiano, principalmente no que diz ao período popular (SANTOS, 2006).

Neste sentido, a linha entre temas vividos e cinema torna-se menos difusa ao analisar o subgênero de ficção-científica, “*Cyberpunk*”, tendo em vista que este aborda temas diversos, contudo, recorrentes ao nosso cotidiano e possível futuro, como por exemplo a alta tecnologia, globalização, megacorporações¹² e cibercrime.

Uma das obras cinematográficas de maior relevância do “*Cyberpunk*” é o filme “*Blade Runner*” de 1982, o qual ambienta-se em uma caótica Los Angeles de 2019 futurística. A obra foi articulada em um momento de transição do meio geográfico, período este de união entre ciência, técnica e a informação, permitindo que o espaço transfigure-se em artificial que enraíza-se na subjetividade do ser humano.

Ademais, a emergência da inter-relação entre a ciência e a técnica, bem como a informação, em conjunto ao mercado culmina na formação de uma estrutura global de trocas não somente monetárias, mas também culturais. A globalização torna-se evidente, assim

¹² Megacorporações: Dentro do contexto do *Cyberpunk*, este trata-se de multinacionais no qual possuem o monopólio de um determinado mercado, assim como sua autoridade supera as dos Estados-nações.



como, os conflitos do sistema capitalista e de Estado-nação, neste sentido, a demanda dos mercados, regulados pelas multinacionais, por uma livre circulação para o capital.

“*Blade Runner*” constitui-se como obra referencial ao gênero “*Cyberpunk*” a partir de seu *background* estruturalizado em temas vividos, ademais como, a emergência de uma “tecnociência” e a globalização pós-guerra fria. Neste contexto de abordar temas relevantes do mundo geográfico, assim como sua importância para o cinema, o objetivo geral do presente trabalho estabelece-se em analisar em termos teóricos a constituição da globalização e o meio técnico-científico-informacional na obra cinematográfica “*Blade Runner*”.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada para o presente trabalho parte inicialmente de uma revisão bibliográfica acerca do subgênero de ficção-científica, “*Cyberpunk*”, visando compreender a instituição de temas vividos recorrentes nas obras do gênero através da análise de conteúdo e imagem, sendo a obra central deste trabalho: “*Blade Runner – O Caçador de Androides*” (1982). A escolha desta obra decorre pela abordagem de temas vividos como, globalização e meio-técnico-científico-informacional, os quais permeiam ao longo da narrativa.

Para a definição do conceito de globalização, foram referenciados os autores Iná Elias de Castro (2005) e Milton Santos (2006); para o conceito de meio-técnico-científico-informacional foi-se utilizado o autor Milton Santos (2006).

Como abordagem analítica optou-se pela análise de conteúdo e imagem, utilizando o autor David Harvey (2008), uma vez que ambas possibilitam um suporte de análise interpretativa dos temas e estilos visuais apresentados pelo autor da obra.

3.1 CYBERPUNK E MEIO-TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: UMA ANÁLISE DE *BLADE RUNNER* AO OLHAR DO CONCEITO

A literatura “*Cyberpunk*” emerge durante a década de 1980 como consequência das mudanças socioeconômicas decorrentes do processo de globalização, juntamente com a ascensão de uma tecnociência, isto é, uma alta união entre a técnica e a ciência. As narrativas do gênero apresentam um mundo futurístico, rodeado pela alta tecnologia em contraste com a desordem urbana e a baixa qualidade de vida proporcionada por múltiplos fatores, mas



essencialmente, pela substituição da mão-de-obra humana pela de andróides e a substituição do Estado por megacorporações como entidade de governação.

De acordo com Amaral (2020) sobre as narrativas do *Cyberpunk*, existe uma redução dos espaços públicos, e estes tornam-se espaços de vigiar e punir, doravante, há o aumento do espaço privado e a vida social passa a ser regulamentada pela tecnologia, outro tema recorrente nestas narrativas que oriunda-se das mudanças tecnológicas, está na substituição de partes orgânicas por mecânicas, não mais por necessidade, mas por motivos de um hiperconsumo.

O espaço em que vivemos, que ao longo do desenvolvimento humano tornara-se artificializado, substituindo o meio natural e instrumentalizado para o uso do mesmo (SANTOS, 2006). Nesse sentido, SANTOS (2006.), traz para o debate que o meio geográfico é repartido em três momentos, o meio natural, meio técnico e, por fim e que nos encontramos, meio técnico-científico-informacional. Este último teve início durante a década de 1970, período marcado pela intensa relação entre ciência, técnica e informação. Neste sentido, destaca-se que os objetos produzidos, sendo técnicos e informacionais, possuem um alto valor de intencionalidade “com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção”. Esta perspectiva possui íntima ligação com a obra cinematográfica *Blade Runner*, nos apresenta os *Replicantes*, andróides geneticamente produzidos derivados de um conhecimento técnico e com extrema intencionalidade, isto é, de realizar trabalhos específicos em situações de extremo risco, como cita HARVEY (2008. p. 278), “Foram projetados como a forma última de força de trabalho de curto prazo, de alta capacidade produtiva e grande flexibilidade”.

3.2 *BLADE RUNNER*: QUANDO A GLOBALIZAÇÃO DISTÓPICA ENCONTRA A REALIDADE

Santos (2006) expõe a globalização em termos econômicos, nesta perspectiva, a qual busca adentrar-se nas estruturas nacionais, bem como, a redução da força destas a partir da “quebra da reserva de mercado, a indústria e a diminuição da soberania” (SANTOS, 2006. p. 163), doravante, as nações “render-se-iam” a um capitalismo sem fronteiras, isto é, as empresas contornariam as políticas nacionais realizando uma “gestão externa dos territórios” (SANTOS, 2006. p. 164)



Da mesma forma em *Blade Runner*, as multinacionais assumem caráter monopolista, sendo representadas principalmente pela Tyrell Corporation, uma empresa de engenharia genética responsável pela criação dos *Replicantes*, que são utilizados como mão-de-obra em condições extremas. Assim como fora da ficção, estas megacorporações possuem relações intensas com o território, principalmente no que diz sobre relações de poder, bem como, o fato de serem grandes investidores em pesquisas científica, colocam-lhes na frente na competição, como indicado por Castro (2005, p. 232):

A garantia dos padrões de competitividade das empresas globalizadas depende ainda de sua capacidade inovadora, o que lhes impõe a necessidade de pesados investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Associadas ou individualmente, elas hoje investem cada vez mais em pesquisas científica, e alguns casos ultrapassam os governos, o que reforça seus trunfos nas transações.

É neste fato debatido pela autora, isto é, uma megacorporação detém o monopólio do conhecimento sobre determinada tecnologia, permitindo a construção de um capital desproporcional e intervindo diretamente na estrutura de soberania do Estado. Nesta perspectiva, estabelece-se relações entre megacorporações com o governo, sendo que o capital passa a reger o Estado, tanto em questão sobre suas relações internacionais ou com seus cidadãos, como citado por Mota (2016).

Ainda de acordo com o autor, esta relação entre megacorporações e governo é consentida pelos cidadãos “através do prazer (tecnologias e comércio), da repressão (militarismo, socioeconômica e monitoramento contínuo) e do controle da informação (MOTA, 2020). Por fim, ainda sobre o consentimento dos cidadãos, a dominação das empresas sobre governos, é “ignorada” pela sociedade civil, “justamente porque seus aparelhos de consentimento são muito eficientes.” (MOTA, 2016)

4 CONCLUSÕES

Concluimos que, o gênero literário *Cyberpunk* trata-se de narrativas futurísticas de alta tecnologia em contramão com baixa qualidade de vida, abordando temas vividos como, técnica, tecnologia e globalização. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa ainda em desenvolvimento acerca da literatura *Cyberpunk*, em um primeiro momento foram estabelecidas discussões sobre técnica, tecnologia e globalização, e posteriormente será aberto e aprofundado uma discussão sobre consumo e consumismo. Um dos temas referenciado na obra é a técnica e tecnologia, neste sentido, *Blade Runner* encontra-se no que Santos (2006)



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

chama de meio técnico-científico-informacional, isto ocorre pelo fato de que os objetos produzidos já possuem um grande valor de intencionalidade.

Nesta perspectiva, a obra cinematográfica nos apresenta os *Replicantes*, andróides geneticamente produzidos, estes seres já são “produzidos” com alta intencionalidade, isto é, servem como mão-de-obra em condições extremas. Em *Blade Runner*, seguindo a lógica da globalização, indica-se que esta busca adentrar nas estruturas nacionais, possibilitando construir um capitalismo sem barreiras.

Logo, as empresas constroem uma rede de “gestão externa de territórios”, assim, podemos observar que o capital direciona os interesses dos governos, esse domínio das empresas sobre o Estado é “respeitada” pela sociedade civil através dos múltiplos aparelhos exercidos pelo Estado para o consentimento do cidadão.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana. **Cyberpunk e Pós-modernismo**. Fonte: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação - Universidade da Beira Interior. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/amaral-adriana-cyberpunk-posmodernismo.pdf>>. Acessado em 13 de agosto.2020

BLADE Runner: O Caçador de Andróides. Direção: Riddley Scott. EUA - Hong Kong. Warner Bros. Pictures. 1982. (117 min), color. Título original: **Blade Runner**.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro. Editora: Bertrand Brasil. 2005

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Editora: Edições Loyola. São Paulo. 2008

LEMOS, André. **Ficção Científica Cyberpunk: O imaginário da Cibercultura**. Conexão - Comunicação e Cultura, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul. 2004

MOTA, Gael. **O Cyberpunk e o Estado contemporâneo**. Fonte: Medium. Disponível: <<https://medium.com/ponto-%C3%B4mega/o-cyberpunk-e-o-estado-contempor%C3%A2neo-5c4fcc4faab2>>. Acessado: 04 de ago. 2020

PENAFRIA, Manuela. **Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s)**. VI Congresso SOPCOM, Abril de 2009

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006



A IMPORTÂNCIA DO GEÓGRAFO NA ATUAÇÃO COMO AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO NAS AGÊNCIAS DO IBGE

**Maicon dos Santos Rodrigues¹; Érica Insaurregi Megiato²; Maria Regina
Caetano Costa³**

maicon.rodriguesgeo@gmail.com²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-ericaimeg@gmail.com²

Universidade Federal de Pelotas-reginna7@yahoo.com.br³

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o principal órgão estatal de levantamento e divulgação de dados socioeconômicos do Brasil. Sendo uma Fundação Pública, suas atribuições consistem em produzir, analisar, pesquisar e disseminar informações de natureza estatística e geocientífica sobre o território brasileiro.

O presente trabalho se propõe a discutir e refletir acerca das possibilidades e limitações encontradas enquanto profissional de geografia em uma unidade básica do Instituto, a Agência¹³ no município de Pelotas, no sentido de contribuir para o melhor aproveitamento destes espaços de pesquisa.

Sendo assim, a questão que move a pesquisa aqui apresentada é a seguinte: pode o profissional de geografia aperfeiçoar e facilitar os processos de planejamento de atividade de campo, preparação de materiais e coleta de dados nas pesquisas socioeconômicas do IBGE?

O trabalho se justifica pela importância do IBGE na produção de dados e informações para instrumentalizar estudos científicos e planejamentos de ações públicas (IGNÁCIO, 2010). Por se tratar de uma estrutura pública financiada pela União, é

¹³ **Agência** é a unidades responsáveis pelas atividades de levantamento de dados. A estrutura básica do IBGE conta com uma unidade administrativa estabelecida no Rio de Janeiro, uma Unidade Estadual em cada capital nacional, e as Agências espalhadas por todo o país.



fundamental que estudiosos e profissionais comprometidos com o seu papel social busquem melhorar o seu funcionamento de forma que apresentem bons resultados, pois dessa maneira é possível prestar serviços de melhor qualidade para a população de modo geral.

O objetivo geral deste texto é apresentar uma síntese do trabalho de conclusão da graduação em Geografia, que relata a atividade profissional do acadêmico no IBGE no período entre 2014 e 2017, mostrando a importância das pesquisas desenvolvidas pelo órgão, bem como reflexões sobre a atuação do profissional com a visualização de potencialidades e fragilidades frente ao trabalho desenvolvido.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é a sistematização de experiências profissionais vividas pelos autores a partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando das técnicas de levantamento bibliográfico através de documentos públicos do acervo digital do IBGE; artigos e livros publicados neste contexto; além do relato de experiências - fundamentais para a identificação de potencialidades e fragilidades do profissional que atua nesta empresa pública - utilizadas para a descrição das características fundamentais para propor reflexões sobre o tema abordado.

A partir desses documentos, no decorrer do texto é feita a descrição das características do cenário posto. Como propõe Gil (2008), esta abordagem metodológica permite “estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade”. Pois, de acordo com os autores, as pesquisas descritivas são relevantes para os “pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura organizacional do Instituto apresenta uma hierarquia e divisão dos trabalhos bem definidas. Este estudo trata da experiência no recorte de Agência de Coleta, instância na qual a formação exigida para o quadro funcional é de nível médio.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Para que suas atividades possam cobrir todo o território nacional, o IBGE possui a rede nacional de disseminação, composta por: 27 Unidades Estaduais (26 nas capitais dos estados e 1 no Distrito Federal); 27 Setores de Documentação e Disseminação de Informações (26 nas capitais e 1 no Distrito Federal); 584 Agências de coleta nos principais municípios (IBGE, 2016).

Para realizar a coleta de dados, são necessárias várias etapas prévias na Agência. Dentre elas destaca-se o planejamento semanal do trabalho de coleta de dados em campo das pesquisas socioeconômicas e o papel que pode ser realizado pelo profissional de geografia para: a) avaliar as variáveis como características de trabalho dos moradores entrevistados nos setores censitários a serem visitados, o que aponta para um determinado grau de dificuldade de contato devido ao horário para serem encontrados; b) a distribuição espacial destes setores no território abrangido pela Agência, variável que aponta para o grau de dificuldade em retornar para dar conta de eventuais pendências; c) a rota preferencial a ser utilizada para otimização do tempo e recursos na coleta.

Para tanto se faz fundamental o reconhecimento prévio das características das regiões da pesquisa, o que demanda a utilização de ferramentas tecnológicas e, quando possível, reconhecimento de campo com um planejamento prévio das atividades para otimização de tempo e recursos.

O geógrafo é o profissional capaz de, observando parâmetros metodológicos, captar e selecionar as informações do espaço que lhe permitem traçar planejamentos estratégicos, considerando a interação espaço-tempo para a tomada de decisão. Nesta perspectiva, a leitura técnica da heterogeneidade do espaço exige um debruçamento teórico próprio do conhecimento geográfico. Segundo Moreira (2007), o homem observa a paisagem associando a localização, distribuição e extensão das coisas recortadas pelo olhar do observador, o qual vê a unidade na forma do espaço, sendo este a expressão geográfica da diversidade. O grande desafio da função de planejamento da coleta está em chegar a uma leitura lugarizada para cada Unidade Primária de Amostragem (UPA)¹⁴, de

¹⁴ **UPA (Unidade Primária de Amostragem):** um ou mais setores censitários que formam o recorte espacial onde se aplica a pesquisa.



maneira a planejar a logística de coleta com o menor custo econômico e desgaste psicológico e físico, garantindo a maior qualidade dos dados, considerando as características das UPAs, suas variadas localidades e diferentes graus de dificuldade de acesso, entre áreas urbanas centrais em grandes cidades e localidades rurais distantes da Agência de Coleta. Considerando estas características, se observa o que propõe Santos (2008), que descreve o espaço enquanto objeto fundamental dos estudos geográficos carecendo de ter consideradas as relações entre os elementos que o compõem para ser analisado.

Portanto o conhecimento geográfico é uma ferramenta importante para estabelecer o recorte de identificação dos objetos e suas relações no espaço para qualificar o planejamento e otimizar a atuação profissional em campo.

4 CONCLUSÕES

Para atender às necessidades do IBGE, o profissional de geografia é aquele que pode aperfeiçoar materiais e processos no planejamento da coleta de dados, utilizando de seu arcabouço teórico em torno das relações sociais, domínio metodológico na observação do espaço e habilidades na construção e interpretação cartográfica, atuando na construção de croquis e sugerindo itinerários com base nas características de localização, pedologia e orografia da UPA, qualificando substancialmente o processo de coleta.

Ocorrem, ainda, necessidades específicas das localidades e municípios que se mostram recorrentes no âmbito das Agências, onde é necessário disponibilizar e analisar dados em atendimento ao público, levantando respostas importantes para a comunidade.

Portanto, o conhecimento geográfico no planejamento das atividades é importante para dar suporte às demandas de trabalho e realização das operações do Instituto em questão. Sendo assim, as ações do profissional de geografia proporcionam a qualificação de um importante e bem equipado aparelho público para atender demandas sociais características do território brasileiro.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comitê de Política de Comunicação do IBGE: Política de Comunicação Integrada. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95284.pdf>>. Acesso em: 02 de setembro de 2020.

IGNÁCIO, S. A. **Importância da Estatística para o Processo de Conhecimento e Tomada de Decisão**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.118, p. 175-192, 2010.

MOREIRA, Ruy. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo**. Revista Etc... espaço, tempo e crítica. Rio de Janeiro, n. 1(3), Vol. 1, p. 55 a 70, 2007.

PENHA, Eli Alves. **A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo**. Rio de Janeiro. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993. 123 p.

RODRIGUES, Maicon dos Santos. **Descobrimos as Geografias no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Da Teoria Acadêmica à Aplicação Prática do Trabalho**. 2017. 39f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008. 380 p.



PELOTAS DOS EXCLUÍDOS: BREVE ANÁLISE DA INVISIBILIZAÇÃO DE RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NA OBRA DE ADÃO MONQUELAT

Marceli Teixeira dos Santos¹; Sidney Gonçalves Vieira²

Universidade Federal de Pelotas-marceli_santos3@yahoo.com.br¹

Universidade Federal de Pelotas- sid.geo@gmail.com²

1 INTRODUÇÃO

É evidente que as estruturas comuns às comunidades que representam as práticas e a cultura de Religiões de Matrizes Africanas estejam invisíveis às formas e paisagens das cidades (Bonifácio, 2017). Adiante das **invisibilidades** já estabelecidas, é importante pensarmos que esse não é um acontecimento estático, imutável ou permanentemente estabelecido, a invisibilidade é resultante de vários processos que acontecem cotidianamente e se repetem de formas (possivelmente) cíclicas, assim sendo, quando discutimos a ausência desses Povos de Santo em narrativas oficiais, ou ainda nas paisagens urbanas, referimo-nos a processos (ou mecanismos) recorrentes de invisibilização da existência cultural-social-religiosa das Religiões de Matrizes Africanas. Esses processos de invisibilização denotam movimento, conflitos, disputa por narrativas que ora permitem evidenciar, ora resultam na invisibilização dessas comunidades de Terreiras¹⁵ em Pelotas/RS.

Importante destacar que esse trabalho faz parte de uma pesquisa maior que está em desenvolvimento. Aqui será estruturado um recorte temporal que caracteriza as manifestações religiosas em Pelotas/RS em tempos remotos, sendo mais especificamente, durante o período

¹⁵ Utilizo o termo Terreira(s) enquanto o local onde acontecem as práticas religiosas de Matrizes Africanistas. É comum às bibliografias utilizarem o termo no masculino (Terreiro), entretanto, com longo período de vínculo às práticas religiosas em Pelotas/RS percebi que neste município o Povo de Santo se reconhece enquanto Povo que vai à Terreira, que acende velas na Terreira. A utilização do termo dá-se enquanto caracterização cultural da Comunidade de onde eu falo.



de março de 1875 a maio de 1888, descrito na obra *Pelotas dos Excluídos: subsídios para uma história do cotidiano*, de Adão Monquelat (2015).

Esse estudo está localizado diante da recente área “Geografia das Religiões” (Nascimento e Costa, 2015) tendo como interesse as relações religiosidade-espaco-sociedade e, como objetivo específico, discutir alguns dos processos de invisibilização históricos ocorridos em Pelotas/RS que culminam na invisibilidade contemporânea desses Povos de Terreira no município. O trabalho tem como base bibliográfica Monquelat (2015) como a principal referência de relato desses cerceamentos da liberdade de expressão religiosa a partir de recortes de jornais da época, Bonifácio (2017), Nogueira (2020) discutindo a invisibilidade das culturas afro-brasileiras, Lefebvre (1972) com a dialética regressiva-progressiva que estrutura as bases metodológicas da pesquisa.

2 METODOLOGIA

A estrutura metodológica dessa pesquisa é pautada pela análise da obra *Pelotas dos excluídos: subsídios para uma história do cotidiano* (Monquelat, 2015) com a busca de fragmentos que estejam vinculados às manifestações religiosas durante o período abordado. A leitura sistemática e o apontamento desses recortes literários indicam possíveis razões e causas que moldam a contemporaneidade, entretanto, essa etapa de pesquisa descrita nesse trabalho compõem um estudo de Mestrado que é desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, onde se busca compreender a (In)visibilidade das Religiões de Matrizes Africanas em Pelotas/RS, esse estudo é estruturado a partir do método de análise dialético regressivo-progressivo de Henry Lefebvre (1972).

O método de análise dialético regressivo-progressivo relaciona acontecimentos em três temporalidades distintas: o presente, a datação e o virtual. Nessa pesquisa as atenções estão voltadas à **datação**, que caracteriza o retorno ao passado para que se compreendam situações que estruturam e delineiam o presente do objeto de estudo, seja pelas permanências ou ainda pelas rupturas. Desta forma perguntamos quais os acontecimentos (leis, permissões, empedimentos) que moldaram as relações sociais-políticas-culturais das Religiões de Matrizes Africanas com a sociedade e a institucionalidade de Pelotas/RS? Quais as estruturas antigas das práticas religiosas nesse município?



O recorte temporal dessa pesquisa, como descrito anteriormente, diz respeito ao olhar para essas continuidades e descontinuidades, tendo como objetivo pensar o comportamento social e institucional quanto às práticas religiosas não hegemônicas do passado, mais especificamente, às práticas que podem estar vinculadas às Religiões de Matrizes Africanas em Pelotas/RS.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os processos de invisibilização das Comunidades de Terreira estão diretamente relacionados aos processos de invisibilização das culturas e existências negras (Nogueira, 2020). Diante dessa perspectiva, os caminhos a seguir demonstram os cerceamentos religiosos-culturais de indivíduos em Pelotas/RS durante o período de março de 1875 a maio de 1888, e, um dos primeiros elementos a ser destacado é que eram, majoritariamente, direcionados às pessoas que ocupavam o território local em razão dos contextos diaspóricos, sendo consideradas populações escravizadas ou descendentes dessas, trazidas às charqueadas do município enquanto mão-de-obra explorada para a produção do Charque (Monquelat, 2015).

Um dos primeiros momentos a se pensar diz respeito às denúncias e reivindicações da população pelotense às bases institucionais, neste caso a polícia da época, onde se anuncia que “Batuque na rua, vizinho não quer” (MONQUELAT, 2015) de 1875:

[...] Batuques nas ruas perturbavam os vizinhos. É o que nos informa o *Jornal do Comércio* que, em nome dos moradores das Ruas 3 de fevereiro (atual Major Cícero) e Santa Bárbara (atual Marechal Deodoro), pedia à polícia que proibissem “os pretos minas” de darem os seus batuques, que se realizavam naquelas ruas, “as horas consagradas ao repouso dos moradores nessas imediações”. Acrescentando que um daqueles divertimentos havia se prolongado, com infernal barulho, até às 5 horas da manhã, o que foi bastante incômodo. (...) O batuque nas ruas, que os vizinhos não queriam, é a denominação genérica de algumas danças afro-brasileiras acompanhadas de percussão e, por vezes, também canto (MONQUELAT, 2015, p. 28-29).

Não há como prever se esses batuques se tratavam de manifestações religiosas, entretanto, devemos ter em mente que as práticas oriundas do Candomblé e adaptadas ao contexto do Rio Grande do Sul (tendo especificidades e estruturas distintas das originais) são denominadas de Batuque (ORO, 2002), para tanto, há relação direta entre as práticas mencionadas e essas práticas religiosas atuais de culturas africanistas no Estado.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

Em um segundo momento podemos pensar o quanto as práticas religiosas, se estruturadas a partir de bases não hegemônicas (aqui relaciono a hegemonia com a *cristãoocracia* sugerida por Nogueira (2020)) imediatamente eram reprimidas. A feitiçaria (nomenclatura dada às práticas de origem africanistas) era razão de encarceramento, passível de ação policial imediata e truculenta como demonstra Monquelat (2015, p. 53):

Por ordem do delegado a polícia particular estourou a casa de duas “pretas feitiçeira”, que atraíam grande ajuntamento de adeptos. Na ocasião da prisão das “feitiçeiras” foi com elas encontrado um santo e uma vela, que segundo a polícia eram instrumentos dessas.

Tamanha a periculosidade das “feitiçeiras”, os relatos de encarceramento em razão de práticas religiosas como as mencionadas perpassam por toda a estrutura e as temporalidades apontadas na obra. Mulheres e homens eram encaminhados à delegacia local para prestar esclarecimentos, “pernoitar no chilindrô” ou ainda ficar longos períodos detidos enquanto aguardavam que suas fianças fossem pagas, que a boa-vontade do delegado as fizessem livres ou ainda, que os acordos financeiros fossem estabelecidos “por de baixo dos panos” em troca da soltura.

Por fim, e não menos importante, podemos pensar em como eram manuseados e descartados (de forma ilegal) os bens religiosos, em especial os apreendidos, que vez-ou-sempre a polícia retirava de seus donos ao apreendê-los durante práticas religiosas.

Tudo era silêncio (...) Mas, a polícia velava. E por aquela oficial curiosidade que lhe é peculiar, aproxima-se à porta de humilde tugúrio [cabana], (...) aplica o ouvido, espreita pelas frestas, e escuta... Escuta o crepitar de três velas e veem-se alguns fervorosos crentes (...) Adoravam o sábio Manipanso [ídolo africano] (...) A polícia lembrou-se que a Constituição do Império permite o culto de todas as religiões; mas, reparou ao mesmo tempo, que o templo apresentava um aspecto assustador, e os fiéis não inspiravam plena confiança. Resolveu Entrar. (...) Eram todos escravos, ou livres de medíocre condição. Ficou apenas um casal de confrades (...) e, com eles, as relíquias: um crânio de criança, **cabelos humanos da raça branca**, umas folhas de vegetal desconhecido e outras bugigangas semeslhantes. (...) O casal de pretos passou a habitar o palácio do cidadão Peroba [referência à cadeia civil e ao responsável por esta]. O mais vai sem dúvida para o rio São Gonçalo. (MONQUELAT, 2015, p. 45 e 46) Grifo realizado pela autora.

4 CONCLUSÕES

Diante da discussão apresentada pode-se concluir sob alguns apontamentos: práticas de cerceamento religioso, em especial às Religiões de Matrizes Africanas eram realizadas em Pelotas/RS; o vínculo de repressão às práticas religiosas era relacionado diretamente às



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

pessoas negras, em especial, às populações escravizadas; não havia qualquer demonstração de respeito às Comunidades e artefatos de práticas religiosas não hegemônicas, essas pessoas eram facilmente encarceradas, humilhadas e expostas caso suas religiosidades fossem percebidas por vizinhos ou pelo poder institucional da época; constantemente era necessária a auto invisibilização de indivíduos e eventos religiosos a fim de manter-se a adoração ao Manipanso, os batuques e tantas outras práticas não normativas, e; o descarte de elementos religiosos era uma prática comum, especialmente se de Religiões de Matrizes Africanas.

Por fim, com base nos outros muitos relatos da obra de Monquelat (2015) percebe-se que a perseguição aos contextos de Religiões de Matrizes Africanas era constante no município de Pelotas/RS e, atingiu diretamente o cotidiano de Elvira, Ana Maria, Juca Rosa, Braz e tantas outras pessoas que muitas vezes, para os jornais, nem nome tinham. Será que esse cerceamento continua a existir?

REFERÊNCIAS

BONIFÁCIO, Welberg Vinicius Gomes. **A invisibilidade das religiões afrobrasileiras nas paisagens urbanas**. Produção acadêmica, v. 3, n. 01, p. 134-147, 2017.

LEFEBVRE, Henry. **La revolucion urbana**. Madri: Alianza Editorial, 1972.

MONQUELAT, Adão F. Pelotas dos excluídos: subsidios para uma história do cotidiano. **Pelotas: Livraria Mundial**, 2014.

NASCIMENTO, Taiane Flores do; COSTA, Benhur Pinós da. **As vivências travestis e transexuais no espaço dos terreiros de cultos afrobrasileiros e de matriz africana**. Revista Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n. 38, JUL./DEZ. de 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29075/20565>. Acessado em: 20 de maio de 2019.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2020.

ORO, Ari. **Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, n.º 2, 2002, pp. 345 -384.



TIPOLOGIAS HABITACIONAIS COMPARADAS: DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO AO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

Marlon Lima da Silva¹

IFPA/Campus Abaetetuba - marlon.angelim@gmail.com ¹

1 INTRODUÇÃO

A habitação é sem dúvida um bem indispensável para a reprodução social. Todos precisam morar, seja num edifício luxuoso ou em baixo do viaduto, em barracos improvisados. (MARICATO, 2009; RODRIGUES, 2003). No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo, a habitação assume forma de mercadoria, do mesmo modo que os demais bens indispensáveis às necessidades humanas, (PECHMAN E RIBEIRO, 1985; VILLAÇA, 1986).

Com isso, apesar de consistir num bem indispensável para a reprodução da vida, “na ausência de intervenção pública, a única demanda que efetivamente se leva em conta é a demanda solvável” (CASTELLS, 1975 p. 227). Nesse contexto, as políticas habitacionais emergem para equacionar os problemas enfrentados na produção habitacional capitalista.

Os entraves mais evidentes para essa produção têm se apresentado de duas formas: propriedade privada da terra e renda fundiária. Como a habitação depende diretamente do solo, a cada novo processo produtivo implica a necessidade de aquisição de um novo terreno, o que nas cidades é sem dúvida muito mais escasso e caro do que nas áreas rurais, onerando o preço do produto final e, muitas vezes, excluindo parte significativa da população do mercado de moradias.

A localização dos imóveis, bem como as tipologias construtivas estarão, portanto, diretamente relacionadas aos problemas referentes à propriedade privada da terra e à renda fundiária. A forma mais usual de como as políticas habitacionais têm buscado superar esses problemas se expressa basicamente na busca de localizações periféricas ‘.

2 METODOLOGIA



O estudo de cinquenta anos de políticas e tipologias habitacionais na Região Metropolitana de Belém (RMB), envolvendo sete municípios, representa um recorte espaço-temporal expressivo. Nesse sentido, a metodologia necessita de clareza, simplicidade e objetividade.

Com isso, o primeiro passo foi realizar uma periodização das políticas habitacionais em quatro momentos, indo do BNH (1964-1986) até o PMCMV. Em decorrência do lapso temporal existente entre o fim do BNH (1986) e o início do PMCMV (2009), foi criado dois períodos entre essas políticas, chamados de Pós-BNH-1 (1987-1995) e Pós-BNH-2 (1996-2002). A partir de 2003 inicia-se a chamada nova Política Nacional de Habitação (PNH) que culmina com a criação do PMCMV em 2009 e permanece até hoje, porém, a presente pesquisa se encerra em 2014.

Ao todo, foram comparados 147 conjuntos habitacionais, todos eles localizados para além do núcleo urbano principal da RMB, ou seja, para além da chamada Primeira Léguas Patrimonial de Belém. O parâmetro comparativo utilizado foi a tipologia construtiva (horizontal ou vertical). Os conjuntos do PMCMV estudados foram somente aqueles destinados à chamada faixa 1 (famílias com renda salarial mensal de 0 a 3 salários mínimos).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A **Figura 1** mostra o quadro síntese da tipologia construtiva dos conjuntos habitacionais estudados. Observa-se que, ainda que haja predominância de conjuntos horizontais, esse comportamento acontece de maneira mais forte apenas no período do BNH.

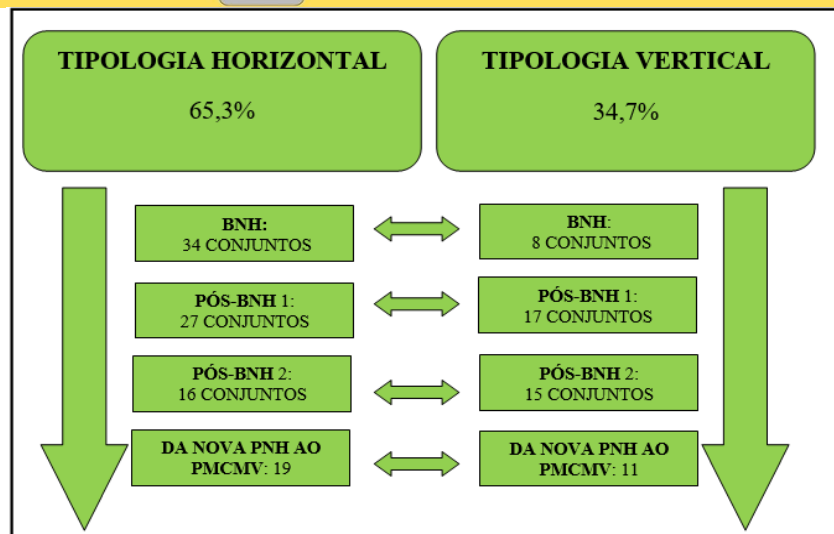
Figura 1. Quadro síntese das tipologias habitacionais



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020



Fonte: Autor

Na RMB a verticalização priorizou, inicialmente, as áreas equipadas com “esgotos sanitários e galerias pluviais para se resguardar das dificuldades tecnológicas que poderiam porventura, complicar as suas construções” (OLIVEIRA, 1993, p. 83). Essas áreas foram encontradas primeiramente no interior da Primeira Léguas Patrimonial de Belém, ou seja, fora da área de estudo desta pesquisa, e priorizando inicialmente as cotas acima de 5 metros e posteriormente, as áreas de baixada saneada. Todas essas áreas prioritárias para a verticalização se tornaram cada vez mais escassas e caras, forçando as construtoras a buscarem novos terrenos nos limites entre Belém e Ananindeua.

No período do BNH havia possibilidades reais de construção habitacional de tipologia horizontal, pois vastos terrenos ainda com características rurais estavam “disponíveis”, ou seja, com preços baixos, nos municípios de Belém e Ananindeua. No entanto, o rápido acúmulo de conjuntos habitacionais horizontais e a redução da disponibilidade de terrenos na área conurbada entre esses municípios, fez a verticalização ser vital para o desenvolvimento das políticas habitacionais subsequentes e para a reprodução do capital imobiliário no período Pós-BNH-1. Nesse período, o destaque foi a presença de vários conjuntos verticais de quatro pavimentos, sem a presença de elevador.

A partir de então, esse processo se desenvolveu crescentemente, atingindo grandes proporções no Pós-BNH-2, quando a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) passou a produzir vários conjuntos habitacionais para servidores



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

públicos, ou seja, uma demanda capaz de pagar preços maiores, ressaltando-se a produção de uma série de conjuntos de dois e de quatro pavimentos.

No que se refere ao momento mais recente (da nova PNH ao PMCMV) identificou-se a predominância da tipologia horizontal. Dentre os conjuntos horizontais, observa-se também a repetição de antigas lógicas e práticas espaciais voltadas à busca de terrenos mais baratos para a construção popular, convertendo muitas vezes área rural em urbana, tal como no período do BNH. A diferença estaria no fato de que as áreas “disponíveis”, cada vez mais escassas e caras, sobretudo, em Belém e Ananindeua, têm induzido as construtoras a se direcionarem para setores mais afastados, encontrados somente em outros municípios da RMB.

Finalmente, dentre os conjuntos verticais do período, nota-se a repetição das construções de dois pavimentos, ao mesmo tempo em que emerge a produção de conjuntos de cinco pavimentos e sem elevador, destinados às famílias que possuem as menores rendas, como forma de aproveitar ao máximo os poucos terrenos disponíveis na periferia dos núcleos urbanos mais adensados da RMB, em Ananindeua, Marituba e Castanhal, tendendo a precarizar ainda mais a habitação.

4 CONCLUSÕES

As tipologias construtivas analisadas nas políticas do BNH até o PMCMV revelaram perversidades na RMB. Na medida em que os terrenos disponíveis no interior da malha urbana se tornaram mais escassos e caros, a verticalização passou a ser condição para a lógica de reprodução, tanto da política, quanto dos interesses do mercado imobiliário.

Nesse universo, até mesmo conjuntos habitacionais populares passaram a ser verticalizados, porém, em condições desfavoráveis, sem elevador. Ao mesmo tempo em que os conjuntos horizontais continuaram expandindo precariamente o tecido urbano sobre áreas rurais, afastadas dos núcleos urbanos principais, destinando os terrenos mais baratos para a construção da habitação popular.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrópole**. São Paulo. v. 21, p. 33-52, 2009. Disponível em <<http://web.observatoriodasmetrolopes.net>>. Acesso em 06/jun. 2011.

OLIVEIRA, J. M. G. C. **Produção e apropriação do espaço urbano**: a verticalização em Belém (PA). Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH/USP, São Paulo, 1993.

RIBEIRO, L. C. Q; PECHAMN, R. M. **O que é questão de moradia**. Nova Cultural/Brasilienses, 1985.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SILVA, M. L.; TOURINHO, H. L. Z. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 401-417, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962015000200401&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 06/jun.2020.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986.



O PROCESSO EMANCIPACIONISTA DE TRIUNFO DO SUL

Nathália Bonow¹; Robinson Santos Pinheiro²

Universidade Federal de Pelotas - nathaliabonow@gmail.com¹

Universidade Federal de Pelotas- robinson22pinheiro@yahoo.com.br²

1 INTRODUÇÃO

No fim da década de 1980, após um longo período de centralização política devido a Ditadura Civil e Militar (1964-1985), é promulgada no Brasil a Constituição Federal de 1988. Essa Carta Magna, chamada também de Constituição Cidadã em virtude do período de redemocratização política no qual ela foi promulgada, estabeleceu diversos direitos e deveres aos cidadãos brasileiros. Além disso, a Constituição de 1988 também favoreceu uma nova onda de criação de municípios¹⁶.

Nunes (2017) destaca que de 1988 até 2017, foram criados 1.447 municípios brasileiros, o que gerou um aumento de 35% no número total de municípios do Brasil. E o fator que desencadeou esse índice elevado de emancipações, está relacionado ao Parágrafo 4º do Art. 18 da Constituição¹⁷, no qual constava que:

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas (BRASIL, 1988).

Percebe-se que o Parágrafo 4º da Constituição, delega aos estados a criação de leis para emancipar localidades. Fernandes e Araújo (2015) destacam que os estados, por

¹⁶ Durante o Período Democrático, especificamente durante os anos 1946-1967, ocorreu no Brasil o primeiro *boom* de criação de novos municípios.

¹⁷ Esse Artigo foi modificado pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

sua vez, criam normas com poucas limitações, o que justifica a quantidade de novos municípios.

No Rio Grande do Sul, foram as Leis Complementares nº 9.070 e 9.089, ambas de 1990, que regeram as emancipações. A partir da análise dessas leis, percebe-se que elas de fato não possuem muitas restrições. Podemos citar, a título de exemplo, o Art. 1º da Lei Complementar nº 9.089, onde usa-se a conjunção “ou”, abrindo dessa forma, um leque maior de possibilidades para emancipação.

Tendo por base as Leis Complementares nº 9.070 e 9.089, inicia-se no 10º distrito de Pelotas o processo emancipacionista de Triunfo do Sul, que acabando não se emancipando. Devido a isso, a localidade hoje compreende o 4º distrito de Pelotas – Triunfo.

Mediante a isso, o objetivo desse trabalho é analisar como ocorreu o processo emancipacionista de Triunfo do Sul para, dessa forma, verificar quais foram os requisitos emancipacionistas apresentados, conforme exigências das Leis Complementares Estaduais. Além disso, busca-se apresentar também o motivo da não-emancipação da localidade.

Destaca-se que o presente trabalho está relacionado a pesquisa de mestrado da autora, que tem por objetivo elencar, de forma mais detalhista, o processo emancipacionista de Triunfo do Sul. Além disso, trabalha-se também na pesquisa de mestrado com o processo emancipacionista de Arroio do Padre/RS, que até 1996, integrava o 10º distrito de Pelotas junto à localidade de Triunfo do Sul (hoje 4º distrito).

2 METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, primeiramente foi realizada a leitura do compilado de documentos referentes ao processo emancipacionista de Triunfo do Sul. Cabe destacar que esses documentos, que somam 321 páginas, foram adquiridos junto à secretaria da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Diante desse processo, destaco que esse trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva, que, conforme destaca Gil (2008, p. 28), “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o



estabelecimento de relações entre variáveis”. Assim, busca-se aqui descrever o fenômeno emancipatório de Triunfo do Sul.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos primeiros passos para a emancipação, segundo a Lei Complementar nº 9.070, se resumia a formação de uma comissão emancipacionista. Assim, no dia 08 de fevereiro de 1995, a comissão emancipacionista de Triunfo do Sul, eleita em assembleia local, envia ao presidente da Assembleia Legislativa, um pedido de credenciamento dessa comissão. Nesse documento, constava em anexo a ata da eleição para a escolha da comissão, a relação de membros que foram eleitos e uma relação com o nome de mais de 100 eleitores que moravam na localidade, juntamente com a comprovação de domicílio eleitoral dos mesmos, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 9.070.

Após o parecer favorável emitido pelo presidente da Assembleia Legislativa, a comissão emancipacionista pôde fazer o pedido para a realização do plebiscito na localidade. Mas para tanto, era necessário, de acordo com o Art. 8º da Lei Complementar 9.070, apresentar os requisitos exigidos pelo Art. 1º da Lei Complementar 9.089, acompanhado de outros documentos, como mapa da área emancipada, a indicação da sede do novo município, um inventário patrimonial, um memorial descritivo elencando comércios, associações esportivas e religiosas, número de propriedades rurais, dentre outros fatores.

Todos os documentos solicitados, foram enviados a Assembleia Legislativa, juntamente com dados referentes ao Art. 1º da Lei Complementar 9.089. Alguns dados requeridos nessa lei, podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1 – Requisitos exigidos para a emancipação

Requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 1.989/90 (Art. 1º)	Requisitos apresentados por Triunfo do Sul



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

População superior a 5.000 habitantes ou eleitorado superior a 1.800 eleitores.	1.900 eleitores
Mínimo de 150 casas ou prédios em núcleo urbano já constituído ou de 250 casas ou prédios, no conjunto de núcleos urbanos situados na área emancipanda.	Não consta número exato, mas consta que somam mais de 250 prédios no total dos núcleos urbanos da área emancipanda.
Existência de uma escola de ensino fundamental.	10 escolas de primeiro grau incompleto e 1 de ensino fundamental completo.
Existência de um dos itens: abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública; posto de saúde; posto policial, civil ou militar.	Rede de energia elétrica e 1 posto de saúde.

Fonte: Adaptado pela autora de Assembleia Legislativa do Estado, 1990 e 1995.

Assim, após apresentação desses dados, foi aprovado no dia 21 de junho de 1995 a realização da consulta plebiscitária à população diretamente interessada, o que afirma que os requisitos apresentados por Triunfo do Sul estavam de acordo com o determinado nas Leis Complementares nº 9.070 e 9.089.

Mediante a isso, no dia 24 de março de 1996, foi realizada a consulta plebiscitária. O resultado foi apresentado pelo Projeto de Lei 125, de 1996, tendo o seguinte resultado: 759 votos a favor da emancipação e 801 votos contra. Desse modo, observa-se que a emancipação de Triunfo do Sul não ocorre devido a vitória do “não” por 42 votos na consulta plebiscitária realizada em 1996, resultado esse obtido por meio da participação da população na escolha de emancipar, ou não, a localidade.



4 CONCLUSÕES

Após a explanação realizada nesse trabalho, vemos que a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi o fator propulsor da segunda onda de criação de municípios no Brasil. Além disso, foi possível analisar quais foram as medidas adotadas pelo estado do Rio Grande do Sul em relação a criação das leis emancipacionistas.

Especificamente, buscou-se neste breve trabalho realizar uma análise sobre o processo emancipacionista de Triunfo do Sul. Para tanto, tomou-se por base o compilado de documentos enviados pela comissão emancipacionista a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Como resultado, vemos que a localidade atingiu todos os requisitos estabelecidos pelas Leis Complementares nº 9.070 e 9.089, sendo que ocorre em março de 1996, a votação plebiscitária, vencendo o “não”.

O que chama atenção no resultado desse processo emancipacionista é o fato da própria população ter votado contra a emancipação de Triunfo do Sul. Buscar entender quais os fatores que levaram a esse resultado é um dos objetivos da autora na sua pesquisa de mestrado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 set. 2020.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães. A criação de municípios e a formalização de regiões metropolitanas: os desafios da coordenação federativa. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** [Online], v. 7, n. 3, p. 295-309, set./dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692015000300295&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 mai. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

NUNES, M.A. Criação de municípios no Brasil: motivações, vantagens e desvantagens. **Revista Espinhaço**, v. 6, n. 1, p. 11-20, 2017. Disponível em: <http://www.revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/149>. Acesso em: 22 mai. 2020.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 9.070, de 02 de maio de 1990.** Dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-9089-1990-rio-grande-do-sul--a-integra-deste-documento-encontra-se-disponivel-ainda-no-orgao-publico>. Acesso em: 05 jul. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 9.089, de 19 de junho de 1990.** Dispõe sobre os requisitos para a criação de municípios de que trata a lei complementar 9070, de 2 de maio de 1990. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=17891. Acesso em: 05 jul. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Processo de emancipação de Triunfo do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996



PROCESSOS DE MUDANÇAS ESPACIAIS DA MORADIA RIO BONITO, EM CURITIBA/PR (2003-2018)

Ramon de Oliveira Bieco Braga¹

Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE)-ramonbieco@hotmail.com¹

1 INTRODUÇÃO

Problematizou-se ‘quais elementos modificaram o espaço urbano na Moradia Rio Bonito, localizada no bairro Campo de Santana, na região sul de Curitiba, Paraná?’.

Justifica-se que a realização desta pesquisa contribui com o diálogo acerca das pesquisas científicas sobre a urbanização e os seus impactos no espaço geográfico. Nesse cenário, Souza (2018) assinala que a urbanização é um dos fenômenos que centraliza a exposição das análises espaciais, logo afere-se que é imperativo tornar inteligível como a urbanização modifica o espaço urbano.

No contexto da Moradia Rio Bonito, assinala-se que a mesma compõe o espaço do bairro Campo de Santana, localizado na periferia do sul do município de Curitiba/PR. Este bairro vivenciou um recente processo de urbanização, intensificado a partir do início do século XXI, quando os terrenos antes pertencentes aos sítios, foram loteados e vendidos pelo mercado imobiliário.

Assim sendo, objetivou-se analisar como o processo da urbanização modificou o espaço geográfico da Moradia Rio Bonito, no bairro Campo de Santana, em Curitiba/PR, entre os anos 2003 a 2018.

2 METODOLOGIA

Os materiais utilizados para a análise do fenômeno consistiram em fotografias aéreas disponibilizadas pelo Google Maps/Earth (2019), que disponibiliza gratuitamente on-line fotografias aéreas atuais e do passado. O recorte temporal 2003, decorre do registro mais antigo do material disponibilizado pelo servidor do Google Maps/Earth e o ano 2018 é em virtude de ser o material mais atual.



A matriz metodológica aplicada foi a indutiva que, segundo Assis (2008), consiste na compreensão de que com base em uma amostra, é possível maximizar o conhecimento em torno do mesmo fenômeno. Logo, com base no recorte espacial da presente pesquisa, é possível reproduzir os resultados dessa análise para outras espacialidades urbanas de municípios com o mesmo porte de Curitiba/PR.

Os dados foram coletados pela técnica de pesquisa documental/bibliográfica, pois os materiais foram consultados on-line pelo software Google Maps/Earth. Os materiais foram analisados pela técnica de análise comparativa, que consistiu em identificar elementos físicos presentes e não presentes na fotografia aérea de 2003 e na de 2018.

Acrescenta-se que a presente pesquisa contemplou um requisito parcial para a aprovação da disciplina Geografia Urbana, ministrada no primeiro semestre de 2019, no curso de Licenciatura Plena em Geografia, do Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE), em Curitiba/PR.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos materiais demonstrou que no ano 2003, conforme é indicado na Figura 01, foi verificado que a urbanização tinha se iniciado com o arruamento do loteamento da Moradia Rio Bonito, sendo em 2003, possível identificar a existência de manchas verdes, que continuam existindo no ano 2018. Esses espaços verdes são bosques urbanos presentes na Moradia Rio Bonito. Na imagem de 2018, foi possível identificar que o processo da urbanização se apresenta consolidada, frente a presença das edificações residenciais e comerciais.

FIGURA 01 – FOTOGRAFIAS AÉREAS DA MORADIA RIO BONITO, CAMPO DE SANTANA, CURITIBA/PR, EM 2003 (LADO ESQUERDO) E 2018 (LADO DIREITO).





ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

FONTE: Google Maps/Earth (2019).

A urbanização, conforme Santos (1993), é um fenômeno que se intensificou no Brasil, a partir dos anos 1970. Contudo, na região sul de Curitiba/PR, a análise da Moradia Rio Bonito se demonstrou como um espaço urbano recentemente urbanizado, o que leva a outras problematizações e inquietações sobre a urbanização do espaço geográfico como, por exemplo, existência de saneamento básico, acessibilidade aos serviços de saúde, educação, segurança e transporte coletivo.

O processo de urbanização analisado na Moradia Rio Bonito ocorreu de forma planejada, onde foi possível constatar a presença do Estado mediante o registro de imóvel dos terrenos, a instalação de saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública, bem como atendimento a rede de transportes urbano e a instalação de equipamentos sociais como escolas e unidade de saúde. Destarte, a Moradia Rio Bonito apresentou um processo de urbanização que foi integrado ao desenvolvimento urbano do município de Curitiba/PR.

4 CONCLUSÕES

Com base na questão central desta pesquisa ‘quais elementos modificaram o espaço urbano na Moradia Rio Bonito, localizada no bairro Campo de Santana, na região sul de Curitiba, Paraná?’, foi verificado que os elementos se constituíram pelo processo da urbanização que se iniciou a partir do ano 2003, quando ocorreu o planejamento de lotear os terrenos mediante o arruamento.

Posterior a este momento, simultaneamente a venda dos lotes, a prefeitura do município normatizava e instalava a rede de saneamento básico, energia elétrica, telefone, iluminação pública, equipamentos sociais como escolas e unidade de saúde, dentre outros elementos.

Portanto, compreendeu-se que o processo de urbanização registrado na Moradia Rio Bonito, deu-se em consonância com o processo de planejamento urbano do município de Curitiba/PR.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

REFERÊNCIAS

ASSIS, Maria Cristina de. **Metodologia do Trabalho Científico** - Curso de Letras Virtual. João pessoa: Polo de Multimídia da UFPB / Curso de Letras Virtual, 2008. Disponível em: < http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia_do_trabalho_cientifico_1360073105.pdf > Acesso em: 20/09/2020.

GOOGLE MAPS/EARTH. Fotografia aérea do bairro Campo de Santana. 2019. Disponível em: < <https://www.google.com/maps/search/google+maps/@-25.5902485,-49.3404467,1557m/data=!3m1!1e3> > Acesso em: 20/09/2020.

SANTOS, Milton Almeida dos. **A urbanização brasileira**. São Paulo/SP: Hucitec, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2018.



SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, SP – AS HORTAS URBANAS E PERIURBANAS

Reinaldo Luiz Selani¹

ETEC “Orlando Quagliato” / Centro Paula Souza-reinaldo.selani@unesp.br¹

1 INTRODUÇÃO

Os trabalhos referentes à expansão das culturas agrícolas nas áreas urbanas têm adquirido grande importância atualmente. Seja pela expansão das cidades ou pela situação de segurança alimentar (SANCHÉZ, 2018). Mesmo distante da realidade dos projetos inovadores dos parques agrícolas das cidades europeias de Barcelona (Espanha), Montpellier (França) e Milão (Itália), entre outras (Giacché, 2014), a agricultura em Santa Cruz do Rio Pardo tem forte influência do êxodo rural que sofreu a partir da década de 1950, com o período conhecido como “decadência da cultura cafeeira” no município (PMDRS, 2009).

Em Santa Cruz do Rio Pardo, a Agricultura urbana (AU) ainda guarda remanescentes dos agricultores rurais que migraram para a cidade a partir dos anos de 1950 e que prevaleceu de forma mais intensa até início dos anos 1990. Não se podia ignorar a existência de terrenos ou espaços vazios, principalmente nas vilas e bairros da cidade, onde se podia observar hortas com produção de hortaliças e leguminosas, em especial, criação de aves (galináceos e codornas), plantações de mandioca, entre outras, destinadas ao consumo próprio ou para a venda dos produtos para a população circunvizinha.

Diante do exposto, destacar-se-á, o exemplo de quatro hortas urbanas e periurbanas identificadas na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, que poderão servir de subsídios para futuros estudos da horticultura urbana, relacionando a questão agrária através da valorização do antigo produtor rural na horticultura urbana, gerando recursos para sua sobrevivência, além de produzir produtos da agricultura orgânica diretamente ao consumidor, contando este com um produto de uma melhor qualidade, e gerando uma relação saudável e de confiança entre produtor e consumidor.



2 METODOLOGIA

O interesse de se estudar as hortas urbanas e periurbanas se faz presente pela contribuição que ele perfaz dentro da realidade social e econômica de Santa Cruz do Rio Pardo, não pela produção total e pela produtividade agrícola, mas pela variedade de produtos produzidos que proporcionam oportunidades e expectativas de crescimento econômico, beneficiando o desenvolvimento econômico da sociedade e buscando diminuir a desigualdade social e aumentar a oferta de alimentos dentro do território urbano.

Para a realização dessa pesquisa foi necessário um levantamento bibliográfico e dados estatísticos junto aos órgãos responsáveis pelas atividades agrárias no município de Santa Cruz do Rio Pardo, como a Secretaria Municipal de Agricultura, os órgãos públicos do município, como o Horta Comunitária, e também a realização de pesquisa de campo, com a aplicação de roteiro de entrevista com os agricultores, de modo a coletar depoimentos e conhecer melhor a realidade da estrutura das hortas urbanas e periurbanas nas atividades agrárias do município.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A área urbana de Santa Cruz do Rio Pardo-SP, conta com quatro hortas urbanas e periurbanas mais expressivas, que iremos estudar de forma mais detalhada a seguir, sendo duas delas originárias de entidades assistenciais e as outras duas exploradas pela iniciativa privada.

I O Programa “Hortalimento” – Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo (Merenda Escolar): Desde o início de 2013, o município de Santa Cruz do Rio Pardo participa do programa “Hortalimento”, que contou com o investimento inicial do governo do Estado de São Paulo para a aquisição de material para a montagem das estufas de produção de hortaliças. A horta está localizada na área urbana de Santa Cruz do Rio Pardo, no bairro da Estação, ao lado do viveiro municipal de mudas de árvores nativas, possui 357 m² de estufa, onde são plantados produtos agrícolas como alface, almeirão, repolho, cheiro verde, especialmente, através do sistema gotejador, que são destinados para o reforço da merenda das escolas municipais e estaduais instaladas no município. Sua produção não tem fins comerciais. Além das escolas e creches do município, parte da produção atende a entidades



assistenciais do município, como a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Lar São Vicente de Paula (asilo) (SEMANÁRIO OFICIAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, 2015).

II A Horta Urbana da Casa do Menor “Adelina Alóe” (Centro Social São José): O Centro Social São José, é uma entidade assistencial de Santa Cruz do Rio Pardo, fundado pelo Frei Laurentino Pessuto, conhecido pela população por “Frei Chico”, cujo objetivo era criar um ambiente de paz e harmonia para abrigar crianças carentes.

A produção compreende hortaliças, leguminosas e até plantas medicinais, entre outras, como alface (lisa e crespa), couve, rúcula, salsinha, cebolinha, almeirão, mandioca, hortelã e erva cidreira. Parte da produção abastece as cozinhas da instituição, como a “Casa do Menor” e a “Creche Frei Chico”, fornecendo variedade de produtos e uma dieta rica em nutrientes e proteínas. O restante é vendido para a população santa-cruzense, especialmente a população do entorno da entidade, a preços mais acessíveis que os sacolões dos supermercados e em uma boa quantidade, o que também favorece a compra de alimentos mais baratos e que contribuem significativamente para a melhoria da alimentação da população. Também contribuem significativamente com o fornecimento de produtos para outras entidades sociais, como os Padres Dominicanos do Santuário Nossa Senhora de Fátima, o Lar São Vicente de Paulo (asilo) e a Creche “Fermino Magnani” (Vila Oitenta).

III Sacolão da Horta do Educandário “O Lar da Criança”: O Educandário “O Lar da Criança” é uma entidade assistencial, de cunho filantrópico, voltada a receber crianças desamparadas pela família, órfãs, para dar-lhes assistência. Já nos anos 1990, o Educandário resolveu arrendar a horta para um grupo de agricultores, que desenvolveria as atividades da horticultura no local em troca de um pagamento pelo uso da terra. A produção de hortaliças e leguminosas, como alface, almeirão, couve, cenoura, cebolinha, salsinha, cheiro verde, entre outros produtos continuou no local, mas os novos administradores da horta também revendem parte da produção de outros agricultores da área rural de Santa Cruz do Rio Pardo.

A produção é destinada na comercialização para a população santa-cruzense de diversos bairros, geralmente de um maior poder aquisitivo e um maior nível de formação educacional, motivada não somente pelo preço, mas preocupada em adquirir produtos mais saudáveis para sua família, por ser uma produção natural, realizada com adubo orgânico, livre



de agrotóxicos. Também no caso dessa horta, a produção não é comercializada nas feiras populares realizadas no município.

IV Horta Urbana na Área Central de Santa Cruz do Rio Pardo / Sr. Antônio Batista: Essa horta urbana localizada na área central de Santa Cruz do Rio Pardo, situado à rua Carlos Gomes e delimitada pelo ribeirão São Domingos, é administrada pelo Sr. Antônio Batista. O agricultor realiza o plantio em estufa de alface, couve, mandioca, repolho, quiabo, chicória e banana. A população do centro da cidade e de alguns bairros circunvizinhos se aproveitam da produção sempre fresquinha, tirada da horta no ato da compra e da condição de ser um alimento mais barato e mais orgânico que o comprado nas bancas dos supermercados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As hortas urbanas e periurbanas na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo são pouco valorizadas pela população e pelo poder público local. Para se ter uma ideia da situação real, as instituições oficiais do município, como a Prefeitura Municipal, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de São Paulo e a Secretaria Municipal de Agricultura não possuem dados sobre essa atividade na área urbana.

O que é fato verídico é que ela existe e desempenha um papel importante na produção de alimentos, seja uma horta para consumo próprio, seja para venda de hortaliças, leguminosas, ovos e até leite para a população circunvizinha. Além disso, a população santacruzense mantém fortes laços com o meio rural, com o desenvolvimento das atividades de produção agrícola, sendo muitas vezes agricultores que migraram para a área urbana do município há alguns anos ou décadas, ou sendo agricultores que possuem imóveis rurais, desempenham suas atividades como agricultores, mas decidiram se estabelecer na cidade com a família para facilitar o acesso à bens e serviços que o meio urbano proporciona.

A população deve se conscientizar de que ficar apenas esperando soluções para os seus problemas a partir do poder público local, não vai resultar em grandes conquistas para a implantação de seus projetos. Quando reconhecer a importância que possuem através das mobilizações populares, muitos projetos serão concretizados e isso vai resultar em uma melhoria da qualidade de vida do grupo. Nesse momento, os agricultores urbanos poderão ter acesso à terra, para realizarem a produção e comercialização de gêneros alimentícios à



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

população, garantindo sua sobrevivência através dos recursos financeiros obtidos, e melhorando o acesso da população aos alimentos com preços mais acessíveis, de melhor qualidade (produção orgânica), proporcionando a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS).

REFERÊNCIAS

CENTRO SOCIAL SÃO JOSÉ (CSSJ) Disponível em:
<http://www.centrosociaisaojose.com.br/casa_menor.htm> Acesso em: 30 novembro de 2018.

GIACCHE', G. L'expérience des parcs agricoles en Italie et en Espagne : vers un outil de projet et de gouvernance de l'agriculture en zone périurbaine, Géocarrefour [En ligne], 89/1-2-3 | 2014.

Disponível em: <<http://geocarrefour.revues.org/9372>>. Acesso em: 23 novembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS)** / Anos 2010-2013. Santa Cruz do Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo / Casa da Agricultura de Santa Cruz do Rio Pardo / Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos, 2009.

Projeto de Horta Beneficia Entidades e Escolas. Semanário Oficial de Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Cruz do Rio Pardo, ed. 698, ano XIII, p. 1, 4 jun., 2015.

Disponível em:

<<http://santacruzoriopardo.sp.gov.br/assets/uploads/semanarios/45a705498cbdc733ff5002aa750cfa4c.pdf>> Acesso em: 30 novembro de 2018.

SANCHÉZ, H. A.; HESPAÑHOL, A. N. **Agricultura Urbana y Periurbana: conceptos y debates teóricos. Potencialidades para la sustentabilidad urbano-rural.** In: Agricultura Urbana y Periurbana: conceptos y debates teóricos. Potencialidades para la sustentabilidad urbano-rural. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 21 a 23 nov. 2018. (curso).



ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL E A DENSIDADE PRODUTIVA DO RAMO AVÍCOLA NO OESTE CATARINENSE: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Tiago Wilian Rocha Dalmora¹; Ricardo Aberto Scherma²

*Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS- Chapecó-
tiagowiliamrochadalmora@gmail.com¹*

*Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS- Chapecó
ricardo.scherma@uffs.edu.br²*

1 INTRODUÇÃO

No atual período, as regiões produtivas abrigam atividades econômicas destinadas, ou não, ao mercado externo. Essas regiões podem apresentar condições técnicas e sociais que facilitam o desenvolvimento de alguns ramos, empresas e a agregação de atividades complementares, fomentando, assim, especializações regionais produtivas. (SILVEIRA, 2011; SANTOS e SILVEIRA, 2016).

Tendo como ponto de partida esse pensamento, e o Brasil sendo o segundo maior produtor e maior exportador da proteína avícola no mercado mundial, desenvolvemos este trabalho com o objetivo de realizar um levantamento da elevada densidade produtiva do setor avícola no oeste de Santa Catarina, identificando e cartografando algumas das condições técnicas e sociais que contribuem para o desenvolvimento de uma especialização regional em território catarinense.¹⁸

2 METODOLOGIA

¹⁸Este texto apresenta partes do resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada nos anos de 2018 e 2019 na UFFS.



O trabalho ocorreu de modo exploratório, através da interpretação de referenciais bibliográficos, sobretudo de autores como Silveira (2001), Santos e Silveira (2016) e Corrêa (1992), utilizados para compreender as principais categorias de análise elencadas, como: circuito espacial da produção, uso corporativo do território e especialização regional produtiva. Utilizamos, como fonte secundária de pesquisa, os relatórios institucionais dos principais agentes econômicos do setor avícola (JBS, BRF e Aurora). A segunda dimensão do trabalho, quantitativa, deu-se com a interpretação e o tratamento de dados estatísticos e tabulares com o software cartográfico Philcarto¹⁹, dados esses disponibilizados por pesquisas do IBGE, como o Censo Agropecuário, a Pesquisa Pecuária Municipal e Cadastro Central de Empresas; para além, houve a mensuração de dados estatísticos referentes ao efetivo produzido, disponibilizados pela Associação Brasileira de Proteína Animal-ABPA e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, entre outros agentes do setor avícola.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil é um dos principais produtores de proteína de frango no mundo, produzindo, em 2019, um total de 13,245 mil toneladas de carne avícola, principalmente na porção Centro-sul do território brasileiro, sendo o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul os principais Estados produtores do país (ABPA, 2020). Nesses estados, regiões como o Oeste Catarinense apresentam elevada densidade produtiva.

Segundo Santos e Silveira (2016, p. 136), “são as condições técnicas e sociais – e não mais naturais – que determinam as especializações territoriais”. E, no atual capitalismo globalizado, diferentes corporações de grande porte atuam como peça fundamental na organização de amplos e diferentes territórios, através de suas práticas espaciais produtivas;

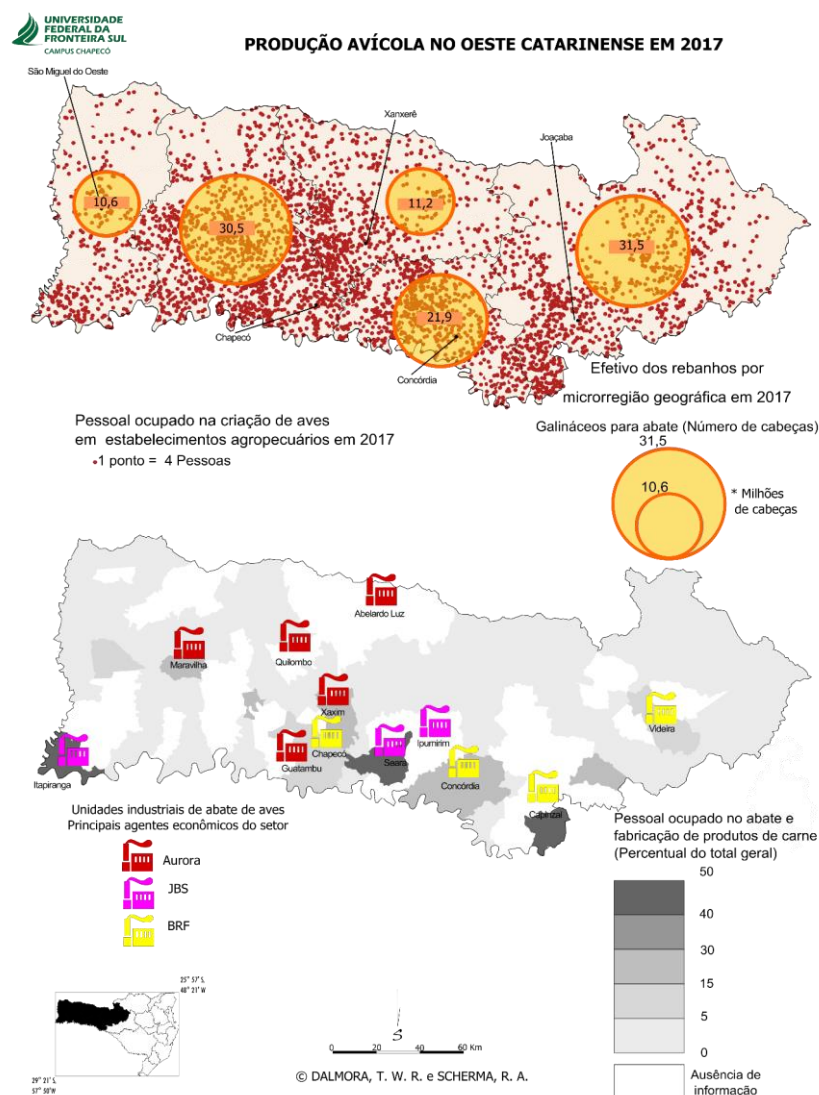
¹⁹ Os procedimentos cartográficos compreenderam a realização de mapas utilizando técnicas quantitativas e ordenadas, como símbolos proporcionais, pontos de contagem e mapas coropléticos.



essas empresas garantem a existência de condições de produção e o controle do arranjo espacial nas regiões por elas estabelecidas (CORRÊA, 1992).

Dentre os principais agentes econômicos do setor, tanto em cenário nacional quanto global, nesse subespaço do território da região sul, como em outras regiões do Brasil, há a presença das maiores corporações da esfera produtiva, sendo a JBS S/A, a BRF S/A e a Cooperativa Central Aurora Alimentos as principais representantes no território brasileiro – essas empresas detêm a grande maioria dos sistemas de objetos técnicos produtivos presentes na região do Oeste Catarinense (DALMORA e SCHERMA, 2019), dentre os quais a localização das unidades industriais de abate pode ser observada com o mapa 1.

Mapa 1. Produção Avícola no Oeste Catarinense em 2017



Fonte: IBGE(2020); Dalmora e Scherma (2019), Elaborado pelos Autores (2020).



Dessa forma, com base em Ripplinger (2019), e no mapa 1, percebe-se a existência de uma densa estrutura espacial na Mesorregião do Oeste Catarinense, composta por uma série de objetos técnicos, como unidades de abate de aves, fábricas de rações, aviários e unidades incubatórias de ovos. Além disso, há um grande contingente de mão-de-obra empregada na criação – cerca de 17 mil pessoas em 2017 – e uma grande parcela de pessoas ocupadas no abate: em cidades como Itapiranga, Seara e Capinzal, chama a atenção o percentual do pessoal ocupado no abate e fabricação de produtos de carne – superior a 40% , como pode-se verificar com o mapa a seguir (IBGE, 2020).

Também por meio do mapa 1, observa-se como a mesorregião do Oeste catarinense apresentou um significativo número — se comparado com outras regiões produtivas do país — em seu efetivo de cabeças de galináceos para abate. De acordo com o IBGE (2020), o efetivo da produção parte de um total de cerca de 53 milhões de cabeças em 1994, para um total de aproximadamente 108 milhões em 2010, e quase 93 milhões de cabeças de galináceos para abate em 2018.

4 CONCLUSÕES

Com base na pesquisa, ficou evidente como o Brasil é um dos principais produtores de proteína de frango no mundo, e a Mesorregião do Oeste Catarinense é uma das principais regiões produtoras do setor, apresentando elevada densidade produtiva, tanto no que se refere ao efetivo de animais, quanto no que se refere à mão-de-obra e a objetos técnicos voltados à produção do circuito de carnes. Percebe-se, também, que a grande maioria das unidades fabris são pertencentes às três maiores empresas do setor, o que leva ao questionamento se o que ocorre no atual período configuraria uma oligopolização do território, definida, com base em Lima (2015), como a consolidação de um grupo de empresas hegemônicas que atuam como condicionantes na ordenação territorial da região. Por fim, é importante salientar como a pesquisa continua com o intuito de compreender as lacunas até então não discutidas, como, por exemplo, os impactos socioambientais, e estudos comparativos entre diferentes regiões e países, a fim de compreender as semelhanças e diferenças intrínsecas ao uso corporativo do setor avícola.



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. **Relatórios**. 2020. ABPA. Disponível em: <https://abpa-br.org/relatorios/>. Acesso em: 07 set. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 15, p. 35-41, 1992. Disponível em: <http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/download/1507/1396> . Acesso em: 10 set. 2020.

DALMORA, Tiago Wilian Rocha. SCHERMA, Ricardo Alberto. Especialização regional e produção agroalimentar: o Circuito espacial produtivo avícola no território brasileiro. In: **JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFFS**. v.1. n.9. Cerro Largo. 2019. Anais da Jornada de Iniciação Científica e tecnológica da UFFS. Cerro Largo. UFFS. 2019. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/JORNADA/article/view/11515/8148> .Acesso em 05 set. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. SIDRA. 2020. IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 06 set. 2020.

LIMA, Joseane de. **FORMAÇÃO DE OLIGOPÓLIO E O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO PELA COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS LTDA**. 2015. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1267/1/LIMA.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

RIPPLINGER, Fabiane. **DINÂMICA LOCACIONAL DA INDÚSTRIA**: estudo de caso de uma agroindústria catarinense. 2019. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3139/1/RIPPLINGER.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século xxi. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016. Primeira edição 2001.

SILVEIRA, Maria Laura. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, vol. XV, n.1, p.4-12. 2011. Disponível em: http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos-versao_internet/AGB_dez2011_01.pdf . Acesso em 06 set. 2020.



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPel

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

LINKS DE ACESSO

blog do evento

<https://sempgeoufpel.blogspot.com/>

Apresentação de banners

<https://sempgeobanner.blogspot.com/>

Programa de Pós-Graduação em Geografia- UFPel

<https://wp.ufpel.edu.br/ppgeo/>



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020

PELOTAS-RIO GRANDE DO SUL



Fonte: <https://pelotascultural.blogspot.com/2012/07/flor-do-sal-poema-para-pelotas.html>



Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g775229-Pelotas_State_of_Rio_Grande_do_Sul-Vacations.html



VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020





VII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPel

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

GEOGRAFIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

19, 23 e 27 de outubro de 2020



PPGeo

Programa de Pós-Graduação em Geografia
UFPel